

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS

THAIS ROCCA ROCHA

**A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NOS
LIVROS-DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: DOIS ESTUDOS DE CASO**

UBERLÂNDIA/MG
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS

THAIS ROCCA ROCHA

**A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NOS
LIVROS-DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: DOIS ESTUDOS DE CASO.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Miucci F. de Barros

UBERLÂNDIA/MG
2018

THAIS ROCCA ROCHA

A aplicação da Lei 10.639/03 e a representação do negro nos livros-didáticos de História: dois estudos de caso

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Miucci Ferraresi de Barros

BANCA EXAMINADORA

Prof.a Dra. Carla Miucci Ferraresi de Barros – INHIS/UFU - Orientadora

Prof.a Dra Marta Emísia Jacinto Barbosa– INHIS/UFU

Prof.a Dra Mônica Brincalepe Campo – INHIS/UFU

UBERLÂNDIA/MG
2018

Para minha Mãe, com amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por permitir que tudo isso acontecesse ao longo de minha vida.

Gostaria de agradecer à minha mãe por ser essa pessoa tão incrível, por ter me amparado em todos os momentos de dificuldades, me dando forças e me ensinando que a vida é feita de lutas e que sempre devemos fazer o nosso melhor em qualquer situação. Agradeço a meu pai por todo apoio e confiança, por sonhar junto comigo. Gratidão eterna!

Agradeço à toda minha família pelo apoio incondicional, pelas palavras de carinho e incentivo que nunca faltaram ao longo deste trabalho e por não medirem esforços para que tudo ocorresse da melhor forma possível. Em especial, gostaria de agradecer as professoras da família, minha vó Silvinha e minha tia Paula por despertarem em mim o amor por ensinar, vocês são fonte de inspiração para mim. Agradeço também ao meu avô Paulo, que não está mais entre nós, mas que é o meu maior exemplo de honestidade, e com toda paciência do mundo me contava episódios que aconteciam mundo a fora, debruçado a um mapa mundi.

Às queridas amigas do curso, em especial, Bruna, Mirelli, Angélica e Thuanne que sempre estiveram dispostas a ajudar, a ouvir e nunca me deixaram desistir. Os momentos que passamos juntas estarão para sempre em meu coração. Sem a ajuda de vocês, nada disso seria possível.

Também agradeço as meninas do pensionato, por compartilhar alegrias e tristezas, pela amizade e palavras de incentivo.

Agradeço à Orientadora Carla Miucci, que com toda paciência e dedicação me ajudou na realização deste trabalho, depositando em mim confiança e palavras de incentivos que muito contribuíram para a minha formação, além de ouvir e partilhar ideias. Muito Obrigada pela atenção, por ter me apontado os caminhos e ajudar a segui-los, dizendo sempre “é isso aí, vamos em frente!”.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, compartilhando seus conhecimentos e que de uma maneira ou de outra contribuíram para que pudesse estar aqui hoje, e em especial, a professora Marta e Mônica, que aceitaram compor minha banca avaliadora.

À Universidade Federal de Uberlândia e seus colaboradores por todo apoio e estrutura, capaz de fornecer aos seus alunos momentos únicos.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Muito Obrigada!

RESUMO

A Lei 10.639, sancionada em 2003 pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que determina a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do Brasil, foi fruto de um longo processo de luta por reconhecimento, respeito e igualdade por parte, principalmente, dos movimentos negros. O presente trabalho tem por objetivo avaliar e refletir como os negros foram representados, a partir da análise de duas coleções didáticas em História para o Ensino Fundamental II (6o ao 9o ano), aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2014. A partir da metodologia utilizada, analisamos a abordagem sobre a história e a cultura africana e dos afro-brasileiros empregada pelos autores, buscando refletir sobre o quanto se avançou com a Lei e o quanto ainda há de estereótipo, preconceito e visão eurocêntrica nas representações dos negros, de suas culturas e do continente africano.

Palavras-chave: Lei 10.639/03 - livro didático de História - representações - história africana - história afro-brasileira

Abstract

Law 10.639 culminated in 2003 by the President Luís Inácio Lula da Silva, who determines the mandatory teaching of history of Africa and Afro-Brazilian and African culture in public and private schools of Brazil, was the result of a long process of struggle for recognition, respect and equality by, mainly, the black movements. The present work aims to evaluate and reflect how the Negroes were represented, from the analysis of two teaching collections in History to the elementary school II, approved the Textbook Program (PNDL) in 2014. From the methodology, we analyzed what the approach of African and Afro-Brazilian history used by authors seeking to reflect on how much progress has been made with the law and how much still there is to stereotype, prejudice and Eurocentric vision in representations of black people, their cultures and of the African continent.

Keywords: Law 10,639/03 - history textbook – representations - African history - Afro-Brazilian history.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.
CECAN	Centro de Cultura e Arte negra.
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial.
IBEA	Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
LDB	Lei de Diretrizes e Base.
MEC	Ministério da Educação.
MNU	Movimento negro unificado.
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais.
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático.
SEB	Secretaria de Educação Básica
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1- A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA: CAMINHOS E DESCAMINHOS	14
1.1 Movimentos negros no Brasil e a discussão de raça.....	14
1.2 Avanços e inclusão na Educação: a Constituição de 1988.....	21
1.3 Importância dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a orientação do trabalho docente.....	24
1.4 Desafios da Lei 10.639: novas possibilidades, outros olhares.....	27
1.5 Programa Nacional do Livro Didático: sobre a produção e avaliação do livro didático.....	30
CAPÍTULO 2- A IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SEXTO E SÉTIMO ANO.	35
2.1 Visibilidade/invisibilidade do negro nos materiais didáticos.....	36
2.2 Apresentando as coleções didáticas e a metodologia do trabalho.....	38
CAPÍTULO 3- A IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE OITAVO E NONO ANO.	73
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
5. FONTES	134
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
7. ANEXOS	138

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por diferenças étnico-raciais e por relações político-sociais direcionadas pela hierarquia de raças, com uma sistemática subjugação e inferiorização do negro pelo branco e pela desvalorização e genocídio do elemento indígena, onde a ideia de raça opera como forma de classificação social, demarcação de diferenças e de identidades.

Longe de significar um dado da natureza, as raças são construções sociais, políticas e culturais produzidas no contexto das relações de poder ao longo do processo histórico. Nesse sentido, pensar o funcionamento, sempre tenso, das engrenagens que ao longo da nossa história estiveram à serviço de ideologias e de projetos para a nação que localizaram o elemento negro ora como mercadoria a ser explorada até a morte por seus proprietários, ora como algo a ser superado através das políticas de branqueamento via casamentos inter-raciais, traz à tona questões que dizem respeito à construção e perpetuação do preconceito e do racismo em nossa sociedade.

Uma grande aliada nessa luta contra o racismo e no processo de conscientização de respeito às diferenças é a educação. Nesse sentido, a Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei, compõem um conjunto de dispositivos legais considerados "indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000"¹.

É ainda nesse contexto que foi aprovado, em 2009, o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, assinalando um avanço significativo em relação à luta contra o preconceito ao incluir em seu espectro, demandas de movimentos sociais que surgem na sociedade civil, como é o caso da mobilização e da luta do chamado movimento negro.

¹ GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03 in *A Cor da Cultura* <http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011> (acessado em 11/06/2018)

Em aspectos gerais, a justificativa do tema para o estudo se formulou após um primeiro contato com a nova historiografia, conhecida no século XX por oitocentista referente à escravidão no fim do século XIX abordando a vida dos negros em seu cotidiano e a abolição, trazendo para a discussão o protagonismo dos negros durante o período de escravidão, quando era comum pensar que eles, em sua condição de escravizados eram sujeitos passivos, que vieram em estado de obediência e submissão, sem ao menos lutar pelos seus direitos e desejos. E sendo a liberdade o sonho da maioria, longe de serem sujeitos passivos, a historiografia mostra o negro como um sujeito histórico que lutou e resistiu bravamente, demonstrando as suas vontades, exigindo de historiadores, professores e alunos um novo olhar para esses sujeitos construtores de histórias, destinos e sonhos.

Introduzir a história africana e afro-brasileira no material didático é um grande desafio imposto pela Lei 10.639 de 2003, ela se tornou muito importante pois representa uma forma de combater o racismo muito presente na sociedade, além de ajudar os negros a se auto identificarem com a história, que não deixa de ser sinônimo de luta, mas que também é rica quanto a cultura, religião, política e economia. Sendo assim, observar como os negros estão sendo construídos pelos livros didáticos, foi uma alternativa de estudar a lei e junto a ela descobrir seus avanços e suas falhas.

Nesse sentido, é de grande importância analisar o papel dos livros didáticos na construção dos sujeitos históricos, bem como na formação de suas identidades e suas formas de representações, o presente trabalho se insere nesse panorama, e a ideia é analisar duas coleções de livros didáticos de história do ensino fundamental II de 2015, do sexto ao nono ano, sendo a primeira coleção da Editora Moderna chamada “Estudar História. Das origens do homem à era digital.” da autora Patrícia Ramos Braick, e a segunda coleção é da Editora Positivo “História para nosso tempo” de Flávio Berutti. Os livros estão organizados em capítulos, apresentam propostas de atividades e itens para ampliar o conhecimento, com curiosidades e debates.

No primeiro capítulo encontra-se questões referentes à formação da Lei 10.639/03, para tal iniciamos o trabalho com discussões sobre os movimentos negros no Brasil e a questão da raça ponto chave para trabalhar a questão dos negros no Brasil quando se pensa em luta por maiores direitos e protagonismo negro, além disso apresentamos os avanços da Constituição de 1988 nas questões étnico-raciais, a importância dos PCNs juntamente com os documentos que norteiam o trabalho docente e também questões ligadas ao Programa Nacional do Livro Didático que nasceu com o propósito de analisar os conteúdos pedagógicos presentes nos livros didáticos.

No segundo capítulo, iniciamos a análise dos livros didáticos do sexto e sétimo ano do ensino de cada coleção, mas antes de partir para a análise, apresentamos brevemente como a história foi trabalhada por elas além de destacar dados do suplemento de apoio ao professor presente ao final de cada livro didático.

Procurando destacar onde o negro foi apresentado e sobre qual condição, foram criadas tabelas que encontram-se divididas por coleção, ano escolar e capítulos, e para melhor visualização a quinta coluna foi utilizada para recuperar os documentos das possíveis análises. A metodologia utilizada é baseada na análise de forma crítica sobre a presença e abordagem da história africana e afro-brasileira nos livros didáticos.

No terceiro capítulo a análise com as tabelas continuam nos livros de oitavo e nono ano de cada coleção.

CAPÍTULO 1- A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA: CAMINHOS E DESCAMINHOS

A Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas é fruto de lutas e reivindicações dos movimentos negros, e busca contribuir para a construção de uma imagem positiva da história e da cultura afro-brasileira e do continente africano, a fim de lutar contra o preconceito e o racismo ainda muito presentes na sociedade brasileira.

Com o objetivo de desconstruir a ideia negativa, homogeneizante e depreciativa que envolve o olhar sobre o continente africano, a lei veio para somar conteúdos que valorizem o negro contemplando sua cultura, história e mostrando que eles são sujeitos históricos ativos que lutavam por igualdades em um sistema branco e elitista.

1.1. Movimentos negros no Brasil e a discussão de raça.

Muito se fala sobre o movimento negro, sobre sua potência crítica, seu poder de mobilização e sua importância numa sociedade como a nossa, dominada pelo racismo e pelo preconceito de marca². Mas o que seria o movimento negro? É uma instituição, um partido, uma organização? Qual seria sua pauta de reivindicações *e como se dá sua ação?*

O movimento negro organizado é considerado, aqui, como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de organizações, coletivos e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias político-partidárias, de iniciativas educacionais, de ações no âmbito da saúde, etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social.³

Neste trabalho usaremos "movimentos negros" no plural, justamente para se referir à multiplicidade de forças e estratégias que compõem movimentos sociais que atuam nas questões raciais, e que buscam, além do reconhecimento da diversidade e o respeito à ela, dirimir desigualdades entre negros e brancos, especialmente no que diz respeito aos direitos.

² Parte da bibliografia que trata das questões raciais no Brasil, especialmente aquelas de cunho sociológico, definem o racismo brasileiro como "de marca" para contrapô-lo ao racismo "de origem", presente por exemplo, nos EUA. No racismo de marca, o que conta é o fenótipo, é a marca da cor, da textura do cabelo, do formato do nariz e da boca, já no racismo de origem, o que conta é a ancestralidade. Para aprofundar essa questão pode-se consultar o texto de NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil in *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2006.

³ <https://www.geledes.org.br/movimento-negro-na-atualidade/>

Ao passarmos a história em perspectiva, vemos que o negro nunca deixou de lutar e resistir à subjugação, seja quando fugia de seus senhores e engrossava a fila dos quilombos, seja ressignificando traços de sua cultura ou se rebelando abertamente.

Ao adentrar o século XX, especialmente após o processo de abolição, o negro dá lugar ao imigrante branco europeu e sai de vez da cena da história oficial, especialmente a contada nos livros didáticos. Mas, onde foram parar milhares de negros recém-libertos? Onde foram morar, o que fizeram para se sustentar, enfim, qual seu lugar na República recém proclamada? Sobre essas questões os livros didáticos silenciaram.

Na década de 1930 o negro volta ao cenário nacional para tomar parte como um componente importante da chamada "democracia racial". Fruto da miscigenação entre negro, índio e português (europeu), o brasileiro seria então o símbolo das relações amigáveis e democráticas entre as raças. Gilberto Freyre e seu clássico estudo sobre a Casa Grande e a Senzala⁴, como já bem conhecido na historiografia, aborda a pretensa "docilidade" do escravizado em relação ao seu senhor.

Na década de 1950 a questão racial oficialmente esteve presente como tema de investigação patrocinada pelas Nações Unidas, que bancou um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, tendo como origem a agenda anti-racista formulada pela Unesco no final dos anos 1940 sob o impacto do racismo e da Segunda Guerra Mundial. O objetivo do projeto era *"determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos"*⁵. O projeto da Unesco produziu um amplo inventário sobre o preconceito e a discriminação racial no Brasil que evidenciou uma forte correlação entre cor ou raça e *status* socioeconômico.

Mas, é a partir da década de 1960 e 70, que os movimentos sociais passam a estar mais presentes nas ruas e mais atuantes no cenário brasileiro. Foi a partir das décadas de 1970 e 1980 que a formação e atuação dos movimentos negros ganhou destaque no Brasil ao combater o racismo e fazer a crítica à ideia da democracia racial. Em geral, o movimento buscava melhores condições de vida, acesso a universidades públicas, além da inserção dos negros nas esferas sociais, possuindo vínculos e possíveis apoios financeiros.

⁴ FREIRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 51a. edição. São Paulo: Editora Global, 2006

⁵Fundação Getúlio Vargas/CPDOC in <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/SegundoGoverno/QuestaoRacial> (acessado em 11/06/2018). Estiveram envolvidos no projeto Unesco Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris, entre outros.

Em 1978, a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), serviu como unificador dos movimentos negros até então espalhados pelo Brasil, tendo como principal luta o fim da prática do racismo e a mudança nos currículos. Assim, em:

Em 18 de junho de 1978, representantes de várias grupos se reuniram, em resposta à discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê, em São Paulo, e a prisão, tortura e morte de Robison Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, negro, acusado de roubar frutas numa feira, sendo torturado no 44 Distrito Policial de Guaianases, vindo a falecer em consequência às torturas. Representantes de atletas e artistas negros, entidades do movimento negro: Centro de Cultura e Arte Negra – CECAN, Grupo Afro-Latino América, Associação Cultural Brasil Jovem, Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas – IBEA e Câmara de Comércio Afro-Brasileiro, representada pelo filho do Deputado Adalberto Camargo, decidiram pela criação de um Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. O lançamento público aconteceu numa manifestação no dia 7 de julho, do mesmo ano, nas escadarias do Teatro Municipal da Cidade de São Paulo, reunindo duas mil pessoas, segundo o jornal “Folha de São Paulo”, em plena Ditadura Militar.⁶

Outra reivindicação do MNU, segundo Amilcar Araujo Pereira⁷ em “*Por uma autêntica democracia racial!: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história*”, diz respeito a uma mudança na perspectiva quanto à valorização da cultura, política e identidade negra, reavaliando o papel dos negros na formação da sociedade brasileira. Em suas palavras:

Essa mudança engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negras, e pode provocar objetivamente uma reavaliação sobre o papel das populações negras na formação da sociedade brasileira, na medida em que propõe deslocar propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência), recusando a tradicional imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos.⁸

Outra grande contribuição do movimento negro é a introdução do debate referente ao termo “raça” e a sua ressignificação na construção das identidades étnico-raciais. Nilma Lino Gomes⁹, em seu texto “Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça”, discute de forma abrangente a atuação dos movimentos negros em campos onde a questão da raça ganhou novas ressignificações.. Raça, para ela, é entendida em conjunto com os

⁶ Militã do Movimento Negro Unificado de Pernambuco in Geledes. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/movimento-negro-unificado-militao/>. Acesso em 18 de Junho de 2018.

⁷ Amilcar Araújo Pereira é bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁸ Pereira, Amilcar Araújo. ““Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história.” in: História hoje. *Revista de História e ensino* v. 1, n. 1 (2012). p 113.

⁹ GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça in *Revista Educação & Sociedade*, v.33 n.120 Campinas, 2012 p. 727-744 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em 30 de Maio de 2018.

movimentos negros, como uma importante construção social que permite estruturar as sociedades.

De acordo com Aníbal Quijano¹⁰, a ideia de raça com referências aos fenótipos e baseadas em diferenças biológicas, esteve muito presente durante o período colonial nas Américas, e era esta noção que ao longo do tempo ia produzindo novas identidades sociais, como: os negros e os indígenas. Segundo o autor, a raça seria um dos primeiros critérios para distribuir às pessoas em diferentes níveis de poder, ou seja, ainda no período colonial, as pessoas seriam colocadas em diferentes lugares na sociedade, ocupando desiguais papéis estruturando uma densa hierarquia era uma prática que historicamente legitimou relações de desigualdades entre dominantes e dominados.

Contudo, na tentativa de ressignificar o termo “raça”, o movimento negro busca dar uma nova visão ao que diz respeito às diferenças étnico-racial encontradas no território brasileiro. Ao invés de interpretá-las como algo negativo e problemático para o progresso, acreditam que as diferenças só tenham a somar para a construção de um país e de uma sociedade mais democrática.

No que se refere ainda, a estudos étnico-raciais, é preciso destacar as obras de Stuart Hall. Para o autor, sociólogo Jamaicano, raça é uma construção tanto no campo político, como no social. Mas antes de analisar o que significa este termo para o autor, é importante destacar que Hall, em seus estudos, definiu outros conceitos teóricos, e a cultura é um de seus conceitos centrais de trabalho.

Segundo Hall, o termo cultura carrega consigo duas dimensões, sendo uma substantiva, presente na estruturação empírica da realidade e nas organizações de atividades e relações culturais; e uma epistemológica, que se insere na construção das compreensões do mundo e na conceituação. Ao buscar dar sentido à realidade, a cultura tem o poder de posicionar os sujeitos em diferentes sistemas classificatórios correspondentes à cultura que cada um se insere, ou seja, os significados que cada indivíduo elabora, são produzidos de forma específica, e não universal, de forma que cada grupo social desenvolve uma interpretação do mundo. Daí a importância das representações para compor as identidades, que segundo Hall são mutáveis ao longo da vida e regulam práticas sociais.

¹⁰ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Neste texto, o autor introduz questões teóricas sobre o processo de colonização e poder na América Latina. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>. acesso em 29 de Maio de 2018.

Em torno das diferentes identidades, Hall avança a discussão para o conceito de raça. Segundo Maria Angélica Zubaran, Maria Lúcia Wortmann e Edgar Roberto Kirchof¹¹, o sociólogo problematiza as noções de raça enfatizando que ela se assemelha mais a uma linguagem do que propriamente a biologia, e quanto ao racismo, segundo os autores, Hall destaca as grandes migrações dos anos 1950 e 1960 do caribe, como forma de trazer à tona as representações de experiência negra na cultura. Nesta época, o enfoque era para uma imagem negativa da raça negra, exposta pela mídia, grande divulgadora da prática racista.

A partir dos anos 1990, Hall se dedica a questões de diáspora e do racismo. No caso brasileiro, para além do racismo de marca, existe um forte racismo cultural. A imagem negativa de raça era transmitida em formas de representações desapropriadas.

A questão da representação sempre esteve presente em seus textos, a maneira de ver o outro é alvo de estudo e debate. A representação tem o poder de ligar a linguagem e o significado a uma cultura, ou seja, ao representar usa-se uma linguagem que possui um determinado significado presente na cultura. Significar faz parte da representação, é uma construção, que nada mais é do que produzir, retratar e simbolizar algo que faça sentido dentro de uma sociedade, formada por culturas, linguagens e signos.

Em “Stuart Hall e o trabalho das representações”, Heloise Chierentin Santi e Vilso Junior Chierentin Santi¹², abordam três teorias propostas por Hall que somam a discussão da representação, sendo elas: a reflexiva, a intencional e a construcionista. Cada uma delas tem abordagens diferenciadas para a interpretação dos significados das mensagens: na reflexiva, a linguagem funciona como espelho que reflete o verdadeiro significado que já existe no mundo; na intencional, o falante impõe o significado através da linguagem; e, na abordagem construcionista, a linguagem é tomada como um produto social onde os significados são construídos através dos sistemas de representação. É nessa terceira visão que o autor encontra melhor ajuste à sua percepção da representação. Sendo de grande importância, diferenciar o mundo material e as práticas de simbolização. Para ele, não é o mundo material que transmite os significados: é o sistema linguístico ou qualquer que seja o sistema que estejamos utilizando para representar nossos conceitos que realiza esse trabalho.

¹¹ ZUBARAN, Maria Angélica, WORTMANN, Maria Lucia e KIRCHOF, Edgar R. “Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: Cultura, representações e identidades.” in *Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 56, out. 2016. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25714>>. Acesso em: 29 maio 2018.

¹² SANTI, Heloise C. e SANTI, Wilso J. C. Stuart Hall e o trabalho das representações. In: *Revista Anagrama. Revista Interdisciplinar da Graduação*. Ano 2 - Edição 1 – Setembro/Novembro de 2008. p.5.

A maneira como os indivíduos são representados pelos outros, nem sempre é igual a maneira que os próprios se vêem. Em “O espetáculo do outro” Hall busca discutir as representações estereotipadas dos indivíduos, afirmando que o estereótipo presente na sociedade pode representar uma forma de controle e poder, excluindo e estigmatizando o “diferente”. Segundo Zubaran, Wortmann e Kirchof, uma das propostas de Hall é analisar os efeitos reducionistas das representações dos negros, questionando os discursos presentes ao longo da história, além disso busca estratégias para contestar e reverter esses estereótipos¹³.

Como a própria história nos mostra, as questões relacionadas a “raça” já estavam presentes no século XIX, e como consequência às teorias raciais também presentes no século XX, o movimento negro surgiu impondo pressão para buscar maiores igualdades. Lilia Moritz Schwarcz em seu livro *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*¹⁴, também traz questões referentes à construção das teorias raciais na Europa e suas apropriações no Brasil, especialmente no século XIX.

Os modelos que se pretendiam científicos traziam as teorias evolucionistas e darwinistas como inspiração para a leitura da sociedade, a produção e reafirmação de preconceitos envoltos em pseudociência. Vinculadas a essas novas discussões, a emergência do termo “raça” é destacado como algo já altamente discutido ao redor do mundo, desde pelo menos o século XVIII quando os seres humanos eram classificados e divididos entre selvagens e civilizados, cabendo sempre ao negro a aproximação com o que se acreditava ser o selvagem, o primitivo, aquele que ainda iria evoluir até chegar ao homem ideal, civilizado, que seria justamente o branco europeu.

As doutrinas raciais se mesclavam já no século XIX, com a busca da origem da humanidade que, segundo a autora, se dividiam em dois grandes blocos: monogenista e poligenista. Na primeira, acreditava-se que a humanidade vinha de uma fonte comum e que a diferença dos seres dependia da perfeição do Éden. Na visão poligenista, respirando os avanços da ciência biológica, acreditava-se em diversas fontes de criação, e prova disso, era as diferenças raciais.

Schwarcz destaca a publicação da “A origem das espécies” de Darwin, como ponto importante para o avanço da discussão entre os poligenistas e monogenistas, pois ao destacar a seleção natural, ela também se mesclava com outra questão, a mestiçagem racial. Os

¹³ ZUBARAN, Maria Angélica, WORTMANN, Maria Lucia e KIRCHOF, Edgar R. “Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: Cultura, representações e identidades.” in *Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 56, out. 2016. p.31

¹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

mestiços representavam a degradação de uma raça, e a desigualdade poderia então não só classificar, mas também hierarquizar os seres. Esses tipos de debates ganharam força com a presença das novas ciências sociais e biológicas se desenvolvendo, novas teses e conclusões iam se formando.

A eugenia foi uma teoria muito conhecida para o diagnóstico da população e por sustentar perseguições a determinadas raças, no caso os negros, a fim de controlar a miscigenação, a fim de manter a "pureza da raça" no caso, a branca. Assim,

A eugenia não apenas representava a política social desse modelo determinista, como revelava as incompatibilidades existentes entre evolucionismo cultural e darwinismo social. Com efeito, punha-se por terra a hipótese evolucionista que acreditava que a humanidade estava fadada à civilização, sendo que o termo *degeneração* tomava aos poucos o lugar antes ocupado pelo conceito de evolução, enquanto metáfora maior para explicar os caminhos e desvios do progresso ocidental.¹⁵

De fato, o início do século XXI, trouxe à tona uma onda de denúncias seguidas de mudanças quanto às relações étnico-raciais no Brasil. Pode-se destacar a desconstrução do grande mito da democracia racial. Esta noção, apresentada na obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e senzala*, publicada em 1933, onde o autor anunciava que em território brasileiro não existia desigualdades, e por mais que tenha denunciado modelos raciais evolucionistas e positivistas, é possível identificar em seu livro uma distância entre as raças, onde o branco era visto como um modelo perfeito de civilidade, seguido do índio e por último o negro, por mais que acreditasse que este tinha suas contribuições na formação do povo brasileiro.

Freyre acreditava também na importância da miscigenação para equilibrar os problemas da sociedade. No prefácio de *Casa Grande e Senzala* o autor diz que a miscigenação corrigiu a distância social entre os homens. Esta ideia também cresceu e frutificou durante o Estado Novo, quando se julgava a mistura essencial para realizar de forma abrangente o branqueamento, idealizado para a construção de uma identidade.

Outro pensador de grande destaque nessa seara foi Florestan Fernandes, que junto a um grupo de pesquisadores, realizou, no final de década de 1950 uma série de estudos patrocinados pela UNESCO, com o objetivo de analisar questões referentes à existência ou não do racismo brasileiro. Florestan e esse grupo defendiam a ideia de que a desigualdade na sociedade brasileira não se explicava pela raça e sim pela desigualdade social fundada o

¹⁵SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.79

capital e pela luta de classes, denunciando novamente a ideia da democracia racial, negando o poder da miscigenação para gerar uma sociedade democrática.

Segundo Gustavo da Silva Kern¹⁶, a crítica de Florestan Fernandes à tese da democracia racial sem dúvida contestava que ela fosse uma realidade, mas não negava a possibilidade de construí-la. Enquanto para Freyre a democracia racial constituía uma realidade política, para Fernandes constituía um mito social. O fato é que a miscigenação e a convivência harmônica entre as raças, segundo o autor, não teria impedido que o fenômeno social do racismo se manifesta em diferentes formas de preconceito racial.

1.2. Avanços e inclusão na Educação: a Constituição de 1988

No ano 1988 comemorou-se o centenário da abolição da escravidão no Brasil. Foi neste ano também que a nova Constituição foi promulgada no país, deixando para trás um regime autoritário. O discurso nela embutido sonhava com um país com mais direitos, que contemplassem todos os cidadãos, além da valorização e o respeito à diferenças, sejam elas culturais, étnicas, religiosas ou de gênero. Vejamos uma transcrição:

Título I – Dos Princípios Fundamentais e no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais – Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

“Título I – Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade humana.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

(Art. 2º).

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e igualitária; (...);

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(Art. 4º)

Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

¹⁶ Especialista em História Africana e Afro-brasileira pela Faculdade Porto-Alegrense. Mestre e Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Texto utilizado: Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: o debate em torno da democracia racial no Brasil. 2014. p.19.

O título II da Constituição garante igualdade de direitos a todos os cidadãos. Além disso, o artigo 5º reforça a ideia de que todos são iguais perante a lei. Igualdade seguida de liberdade e segurança destacando a condenação das práticas racistas.

Segundo Andrea Aparecida de Moraes Candido de Carvalho¹⁷, a Constituição de 1988 foi fruto de pressão da sociedade civil e das reivindicações dos estudantes, professores e movimentos organizados, o que permitiu maiores reflexões nas questões étnico-raciais. Para Carvalho, a Constituição objetivou o respeito à pluralidade étnica.

Essa questão ganhou maiores repercussões ainda no ano de 1986, quando ocorreu uma Convenção Nacional, em Brasília, para discutir a participação dos negros, o combate às formas de racismo e finalmente a obrigatoriedade do ensino de História dos negros do Brasil. Quanto ao ensino, encontram-se as seguintes palavras:

Título VIII – Da Ordem Social – Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto – Seção I – Da Educação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (IV - ... – V - ...); VI – gestão democrática do ensino público, na forma de lei.

Art. 210 Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Nessas palavras, em especial, a educação está sendo tratada como um direito de todos, visando o exercício da cidadania, para isso o acesso ao ensino deveria ser amplo contemplando os valores culturais e a diversidade de ideias.

Na Constituição, é destacado o combate a discriminações e também ao preconceito, visando maiores igualdades, ou seja, os interesses das chamadas "minorias" também estariam ligados a ações vindas do próprio Ministério Federal. Pode-se dizer que em geral, o movimento negro teve muitas de suas reivindicações acolhidas pela constituição, como o combate ao racismo, reconhecimento da cultura negra, a busca pelo respeito à diversidade, entre outros. Outro grande avanço alcançado através da constituição de 1988 foi o reconhecimento das terras quilombolas, dando direito a lutar pela posse de suas terras.

Neste mesmo ano, em resposta aos movimentos negros e sob influência da nova Constituição, o Governo Federal vinculado ao Ministério da Cultura inaugura a Fundação

¹⁷ CARVALHO, Andréa A. M. C. Dissertação de mestrado. As imagens dos negros em livros didáticos de história. Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

Cultural Palmares com o intuito de destacar a cultura afro-brasileira. Nota-se a participação do Governo diante das novas exigências através do combate ao racismo, permitindo o exercício de cidadania a todos através do respeito à diversidade e a contribuição de muitas raças para a formação da identidade brasileira. À medida que o Estado brasileiro ia respondendo à algumas reivindicações, foi possível aprofundar os questionamentos e estudos acerca das questões raciais.

Carvalho ainda destaca em sua dissertação que as ideias e propostas por parte dos movimentos negros continuaram a crescer ao longo da década de 1990, centralizando propostas no campo da pedagogia que iria contra qualquer tipo de discriminação, buscando maiores oportunidades aos negros. Era crescente a luta pela implantação de políticas públicas vindas do governo. E assim, buscando construir uma sociedade mais justa, democrática e possível que novas ideias nortearam as finalidades para o ensino de História¹⁸.

Marcia Lima¹⁹, em “Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula”, avança a discussão salientando dois grandes movimentos que contribuíram fortemente para que a temática do racismo ganhasse ainda mais espaço. O primeiro é a Marcha de Zumbi, que ocorreu em 1995, ano que completou 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, e teve como luta o combate ao racismo e o direito à cidadania após a realização de um diagnóstico da desigualdade racial.

Foi entregue a Fernando Henrique Cardoso, presidente da república naquele ano, um documento que continha o “Programa para superação do racismo e da desigualdade étnico-racial” que denunciava o racismo e reivindicava a inclusão dos negros na sociedade brasileira, além da demanda por políticas públicas, criando o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI). Segundo Lima, o grupo tinha por finalidade desenvolver práticas para a valorização da população negra no país e ele se apresenta também como forma de vigiar a implementação das mesmas.

O segundo movimento, destacado pela autora é a "Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância", que aconteceu em 2001, na África do Sul. O resultado foi a implantação de novas medidas em território brasileiro, como o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, o Programa

¹⁸ Discussão presente na dissertação “As imagens dos negros em livros didáticos de história.” Universidade Federal de Santa Catarina. 2006. p.36.

¹⁹ É professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Artigo disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005, acesso em 29 de Maio de 2018.

Diversidade na Universidade e o Programa Brasil Gênero e Raça, entre outros, para atender as demandas da Conferência.

Os avanços não pararam por ali, em 2000 foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), em 2003 ocorre a criação da Secretaria de políticas de promoção da igualdade Racial. É neste contexto que em 2003, Luís Inácio Lula da Silva, ocupando o posto de Presidente de República sanciona a Lei 10.639, alterando a Lei 9.394/96.

1.3 Importância dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a orientação do trabalho docente.

Entre os princípios que compõem o Estado democrático destacam-se: cidadania, igualdade, solidariedade, liberdade, direitos, deveres, e respeito às diferenças. Após a Constituição de 1988 era preciso que se avançasse cada vez mais nas questões educacionais. Para que isso ocorresse de forma nacional houve a necessidade de elaborar parâmetros curriculares com o intuito de dar orientações mais claras aos professores e coordenadores. Pensando em uma melhor maneira de adequação, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei federal n.9.394) de 1996, que destaca uma formação comum a todos exaltando o exercício de cidadania, surge a necessidade de formular diretrizes para acomodar os conteúdos exigidos, contemplando também a diversidade.

Para isso, a Fundação Carlos Chagas²⁰ realizou uma ampla análise nos currículos e experiências estrangeiras de educação. Segundo o MEC, foram analisados subsídios oriundos do Plano Decenal de Educação, de pesquisas nacionais e internacionais, dados estatísticos sobre desempenho de alunos do ensino fundamental, bem como experiências de sala de aula difundidas em encontros, seminários e publicações.

Com o intuito de melhoria na educação brasileira, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são bases referenciais para o sistema educacional. Na introdução do documento, encontra-se:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.²¹

²⁰ Fundação na década de sessenta, através do desejo de alguns professores que trabalhavam em universidades para buscar alunos selecionados para o ensino superior, através de métodos transparentes de concorrência.

²¹ MEC 1997 p.13

No geral, essa coleção de documentos norteia o trabalho docente. É a partir dela que as instituições devem elaborar seus projetos pedagógicos. Ao expandirmos o olhar para o ensino de História, deve-se destacar a importância na formação crítica dos alunos. Como o currículo está pensado? Sabe-se que ainda hoje existe uma história tradicional fruto de uma seleção que muitas vezes envolve professores que correm riscos de valorizar ou excluir algum conteúdo, ou seja, currículo é escolha, interpretação que pode expressar relações de poder.

A autora Circe Maria Fernandes Bittencourt, em “História nas atuais propostas Curriculares”²², destaca a importância de analisar metodologicamente as ideias projetadas através dos currículos e suas implicações para os alunos. Segundo a autora, as maiores indagações a respeito das reformas curriculares atuais giram em torno dos significados e o alcance das mesmas nas instituições escolares, visto que os currículos também possuem significados políticos e sociais.

Como afirma Goodson “*a luta para definir um currículo envolve prioridades sociopolíticas e discurso de ordem intelectual*”²³. Não é correto imaginar a produção de um livro didático sem levar em consideração, em um estudo pormenorizado, as condições contextuais de sua produção, determinantes de sua forma, conteúdo, orientação metodológica e posição no mercado. Considerando, como afirma Apple, que,

(...) são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo e considerando que são os textos destes livros que frequentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida.²⁴

No caso do Brasil, a mudança no currículo estava intimamente ligada às transformações que ocorriam em outros países do mundo, e especialmente na década de 1990. Bittencourt destaca

²² BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “História nas atuais propostas curriculares”. In: Didática e prática de ensino de História. 4 edição. São Paulo: cortez, 2011.

²³ GOODSON, I. A construção social do currículo. Lisboa: Educa, 1997, p.28 Apud MEDEIROS, Daniel Hortêncio. Manuais didáticos e formação da consciência histórica. *Educar*, Curitiba, Especial, Editora UFPR. p. 73-92, 2006.

²⁴ APPLE, M. W. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p.81 Apud MEDEIROS, Daniel Hortêncio. Manuais didáticos e formação da consciência histórica. *Educar*, Curitiba, Especial, Editora UFPR. p. 73-92, 2006.

a lógica do mercado como grande responsável para criar novas formas de dominação e por consequência, mais exclusão. A competição era cada vez maior e a sociedade, influenciada pelo mercado, somada a globalização, tende a se transformar, e no que diz respeito à educação, o MEC se propôs a reformular suas bases curriculares para acompanhar os novos contornos da sociedade.

Quanto às propostas curriculares de História, a autora aponta algumas características que passaram a estar presentes já no final da década de 1980, entre elas, encontram-se a redefinição do papel do professor fornecendo-lhe maior autonomia, pressupostos teóricos mais detalhados, fundamentação pedagógica baseada no construtivismo, percepção do aluno como sujeito ativo no processo educativo, bem como o reconhecimento do conhecimento prévio por parte dos mesmos.

Sobre as propostas curriculares para o ensino fundamental II, correspondente hoje do 6º ao 9º ano, Bittencourt destaca a história social e o desenvolvimento de conceitos como cultura, representação, trabalho e poder. Nesta mesma perspectiva, o PCN's exaltam a importância do aprofundamento dos estudos culturais, além de abrir oportunidades para dialogar com outras áreas do saber, como a antropologia.

1.4 Desafios da Lei 10.639: novas possibilidades, outros olhares

Em 9 de Janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente da República promulgou a lei 10.639 promovendo uma mudança na LDB de 1996. A lei estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. A lei também estabelece o “Dia Nacional da Consciência Negra”, no calendário escolar. Segue o texto da lei:

Art. 26- A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil;

§ 2o - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Com toda certeza, a lei 10.639 representou um grande marco para a educação contra o racismo e para a possibilidade de alargar o conhecimento da história do continente africano, suas populações, culturas, e de positivar a africanidade. O trabalho com a auto-estima de

crianças e jovens negros, a valorização de traços, nariz, boca, cabelo, cor da pele, de suas manifestações culturais e religiosas. A ideia de que o negro sempre foi passivo frente à subjugação ao branco também deve ser matéria de revisão, já que sabemos que os negros, enquanto escravizados, resistiram, prova disso são os quilombos. Mas não só: havia toda uma rede de micropoderes em que esses homens e mulheres agiam, sendo portanto sujeitos da história. .

A lei é resultado de um longo processo de lutas e reivindicações em grande parte pelos movimentos negros, que sempre buscaram valorizar a cultura dos negros, colocando-os em um novo lugar dentro da história do Brasil. A lei possibilitou novos olhares para o continente africano, buscando desmistificar a ideia que aquele continente é homogêneo e que a história dos negros só teve início com sua chegada nas Américas, trazidos pelo tráfico de escravizados.

Esta visão tendenciosa e racista formada com o movimento colonial realizado pela Europa tornou-se uma espécie de paradigma a ser destruído pelos historiadores e cientistas. Percebe-se hoje, um movimento revisionista debatendo a “história oficial”. Muito desses intelectuais são de origem africana e buscam afastar seu continente de uma visão imperialista, européia e branca.

A visão de que o continente africano é sinônimo de fome, miséria, doença e guerra, deve-se ao fato da história ter sido construída sobre parâmetros europeus. Segundo Anderson Ribeiro Oliva, em sua obra “Os africanos entre representações”²⁵, isso se deve ao fato da tentativa da Europa em olhar para os africanos para se definir diferente, superior, pois existia a ideia muito forte que os europeus e brancos significaram o nível máximo de civilização.

A visão do outro foi muito significativa para a colonização e dominação, ou seja, acreditar que “o branco” era sinônimo de inteligência e poder, automaticamente diminuía “o negro” o caracterizando como inferior, e por isso deveriam ser dominados. Portanto é válido repensar o papel das etnias, identidades e sociedades africanas, para assim, evitar a comparação com as estruturas europeias de organização social, política, cultural e econômica.

Segundo Paulo Fagundes Visentini, Luíz Dario Teixeira Ribeiro e Analucia Danilevicz Pereira²⁶ é preciso que a história da África seja vista de dentro, evitando qualquer tipo de comparação. O desafio seria pensar na história desse continente antes da chegada dos europeus, e estar livres de parâmetros eurocêntricos. A história da África certamente não

²⁵ OLIVA, Anderson Ribeiro. “Os africanos entre representações”. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.9, Brasília, 2005.

²⁶ VISENTINI, Paulo Fagundes, RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira, e PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *História da África e dos Africanos*. Editora Vozes Limitada, 2012.

começa com a chegada dos europeus, ainda na dimensão pré-colonial são formadas as grandes estruturas vividas em sociedade.

Diferentemente do que se propagou, a África antes da chegada dos colonizadores contava com estruturas internas de notável comando e organização. Ali existiam grandes reinos e impérios que iam se formando através de um intenso movimento de migração e interação com novas sociedades surgindo novas culturas e entidades.

O comércio teve grande influência no contato com os outros povos a medida que as trocas iam se concretizando, pois juntamente com elas foram se desenvolvendo também relações culturais. É possível ampliar este leque ao pensar a importância da religião na vida em sociedade. O continente africano apresenta grande variedade religiosa, tendo por principais religiões o cristianismo e islamismo. O mundo árabe teve grande influência na formação política, social e cultural, o que não deixa atrás a própria religião tradicional, o que também se reflete nas organizações políticas.

Segundo Visentini, Ribeiro e Pereira a África pré-colonial contava com a organização dos reinos em forma de federação, com a figura da unidade representada pelo rei. O poder era relacionado ao controle de pessoas e locais, existia um sistema de taxas e extração sobre os recursos.

Anderson Ribeiro Oliva, em “Lições sobre a África”²⁷ destaca alguns conteúdos que deveriam estar presentes em disciplinas como História do Brasil, literatura e Educação Artística, entre eles, a África deveria ser vista não somente com os olhos dos europeus e os seus problemas não deveriam ser a única característica exaltada, a história da ancestralidade e religiosidade deveria estar presentes, as organizações pré-coloniais, o tráfico negreiro, a escravidão, lutas pela independência, diáspora. Para essa realização, os livros didáticos sofrerão alterações a fim de contemplar as mudanças representadas pela lei.

Com a reforma na historiografia ocorrendo, era preciso que ela se expandisse também nos livros didáticos. Era preciso valorizar os povos africanos, os reinos que existiam muito antes da chegada dos europeus, percebendo as suas particularidades e estruturas internas. A lei carregou consigo essa responsabilidade e para que seu propósito seja alcançado era preciso realizar também uma grande e intensa revisão dentro da história do Brasil com o objetivo de desnaturalizar a escravidão.

²⁷ OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990 - 2005). 2007. 415 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007

A escola é considerada o local ideal para a efetivação desta lei, que além da valorização da cultura negra, exalta a importância do respeito a diferentes culturas e tem por responsabilidade exaltar a contribuição e importância do povo negro na história do Brasil. Por isso, é fundamental uma capacitação dos professores para trabalhar com estes conteúdos, devendo exaltar a participação do negro e modificando a ideia de que eram sujeitos passivos. Mas então, como trabalhar a lei em sala de aula?

Para melhor articulação, foi criada também as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em 2004, com o intuito de reparar as falhas cometidas anteriormente, preenchendo lacunas e dando a história dos negros e da África igual atenção.

1.5 Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): sobre a produção e avaliação do livro didático

Com a promulgação da Lei 10.639/03 sobre a obrigatoriedade do ensino sobre África e da cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino de todo o Brasil, os livros didáticos, um dos principais instrumentos de trabalho dos professores, precisaram ser revistos e reformulados para tal adequação. São novos conteúdos, ou novos olhares a conteúdos já previamente estudados, que desafiou a mudança nas disciplinas tanto nas escolas brasileiras, como nas universidades. Segundo Márcia de Albuquerque Alves²⁸, em “O afrodescendente na historiografia didática de história da Paraíba para o ensino médio: de 2001 a 2011 sob a luz da lei 10.639/2003”, os conteúdos deveriam abordar assuntos referentes a África, e as universidades deveriam ser as grandes responsáveis para formar e preparar os professores, já que antes da lei, era um assunto pouco aprofundado. Mas então, qual a importância do livro didático para o ensino? Como este instrumento pode representar a efetivação da lei?

Para entender melhor o processo pelo qual o livro-didático passa, da sua escrita à chegada às mãos dos alunos, é preciso remeter ao Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD. Criado em 1985 e reestruturado em 1993, o PNLD é *"uma política educacional de Estado que viabiliza a avaliação, compra e distribuição de livros didáticos para a escolarização básica em todo o Brasil"*²⁹. O Programa passou por muitas modificações desde sua implantação que impactaram a produção do livro e as práticas de ensino. Em relação ao ensino de História, *"houve a extinção dos livros de Estudos sociais, a realização de avaliações em separado dos livros de História e de Geografia e a criação de guias específicos de livros didáticos de História"*³⁰.

Além disso, temos que pensar o livro didático como um objeto cultural fabricado e comercializado, que ocupa uma posição de dependência das técnicas de edição e das leis do mercado. que além de compor uma associação de normas, disposições e determinações culturais. Segundo Gasparello, *"o Livro Didático funcionar como um condutor das ideologias do Estado destinadas às futuras gerações serve também como instrumento de controle e unificação da atividade escolar e na uniformização do Ensino"*.³¹

²⁸ Alves, Márcia de Albuquerque. O afrodescendente na historiografia didática de história da Paraíba para o ensino médio: de 2001 a 2011 sob a luz da lei 10.639 2003. Universidade Federal da Paraíba, 2012.

²⁹ Guia de livros didáticos : PNLD 2014 : história : ensino fundamental : anos finais. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

³⁰ Idem

³¹ GASPARELLO, Arlette Medeiros. A Produção de Um Saber Escolar: A História e o Livro Didático. III Encontro – *Perspectivas do Ensino de História – Aos Quatro Ventos*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999 Apud CARVALHO, ANDRÉA A. M. C As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de

Podemos pensar então, que o Livro Didático é condicionado às expectativas e exigências do mercado que os tornam passíveis às novas mudanças tecnológicas a fim de atender e atrair o variado público consumidor. Nas palavras de Chartier,

"todo esse trabalho de adaptação – que diminui, simplifica, recorta e ilustra os textos – é comandado pela maneira através da qual os livreiros e impressores especializados nesse mercado representam as competências e expectativas de seus compradores."³²

No Brasil, os livros didáticos são controlados e só podem ser adotados após o Ministério da Educação permitir, ou seja, os livros didáticos escolhidos pelas escolas passam por um longo caminho até chegarem à sala de aula. Para a realização de uma avaliação mais criteriosa, em 1985 é criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo governo federal e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que passa a atuar na análise dos conteúdos pedagógicos. Além disso, tem por função comprar e distribuir os livros, dicionários, obras literárias e complementares para as escolas.

Os livros didáticos começaram a ser avaliados na década de 1990 e, após aprovados, foram apresentados no primeiro guia do livro didático, em 1996, que identificava os títulos e a metodologia de avaliação pelas quais passaram as coleções didáticas, consolidando a sua distribuição a partir de uma política própria.

A Constituição de 1988, segundo João Bernardo da Silva Filho³³, teve influências no modo de avaliar os livros. Em 1999, a valorização da cidadania e da ética ganhou espaço como critérios eliminatórios no PNLD, o que rendeu quatro grandes categorias, sendo elas: excluídos, apresentando preconceitos e desatualizações; não-recomendados, apresentando conteúdos insuficientes; recomendados com ressalvas, que possuem qualidades mínimas de recomendação e por fim, os recomendados, que cumpriam satisfatoriamente os critérios.

O livro, como mercadoria, também sofreu transformações ao longo do tempo. Ao partir da ideia que ele é o grande companheiro dos professores em sala de aula, teve de

História. Dissertação apresentada no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, out, 2016. p. 69

³² CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priori. 2a edição. Editora UNB: Brasília, 1999, p.20 Apud CARVALHO, ANDRÉA A. M. . As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História. Dissertação apresentada no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, out, 2016. p.89.

³³ FILHO, João Bernardo da Silva, Os discursos verbais e iconográficos sobre os negros em livros didáticos de história. UFMG 2005. p.54. Dissertação de mestrado. Atualmente é professor do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNIBH - é autor da Editora Educacional - Kroton Educacional, participante da Coleção História do Ensino Médio, edições 2015, 2016 e 2017.

aprimorar e agrupar novos temas que estivessem de acordo com o avanço das sociedades. A história das mulheres, dos negros, e histórias do cotidiano, ganharam espaço neste veículo de informação a partir do século XX. Novos valores e crenças foram incorporados em seu extenso conteúdo.

Mas as mudanças não ocorreram apenas em seus conteúdos, em sua produção também foi possível notar algumas alterações. Com relação a isso, Tania Regina de Luca em seu texto "O Debate Em Torno dos Livros Didáticos de História", aborda as principais mudanças, dentre elas, a substituição de um único autor por uma equipe com editor e programadores visuais, a universalização do produto e o direito de escolha da coleção de livros pelo professor.

Os critérios pelos quais os livros didáticos são avaliados no PNLD são comunicados ao público via edital e os avaliadores seguem uma Ficha de Avaliação, elaborada a partir do edital. É por meio das questões constantes nela, que o avaliador registra o resultado da sua avaliação, as menções de cada quesito, enfim, o parecer da obra analisada. Ela contém cinco pontos a serem avaliados: manual do professor, componente curricular História, proposta pedagógica, formação cidadã e projeto gráfico-editorial.

Dentre os critérios gerais da avaliação do PNLD de 2014 estão:

1. respeito à legislação, às diretrizes e às normas relativas ao ensino fundamental;
2. observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
3. coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela coleção, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
4. correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
5. observância das características e qualidades específicas do *Manual do Professor* e adequação da coleção à linha pedagógica nele apresentada;
6. adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da coleção.³⁴

Dentre os critérios específicos da avaliação do PNLD de 2014 estão,

1. uso do conhecimento atualizado nas áreas de História e Pedagogia;
2. anúncio da função social da história e dos pressupostos teórico-metodológicos veiculados pela coleção;
3. estímulo ao conhecimento da historicidade das experiências sociais;
4. desenvolvimento de conceitos, habilidades e atitudes na construção da cidadania;
5. emprego de texto iconográfico no desenvolvimento de habilidades de leitura, interpretação, considerando sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico;
6. isenção de anacronismos e voluntarismos.³⁵

³⁴ Idem Ibidem

³⁵ Idem

O Guia do PNLD apresenta para as escolas as coleções que foram aprovadas no programa. A versão utilizada para a análise neste trabalho será a de 2014, que traz algumas inovações e desafios, como exemplo, o uso de tecnologia, dentre elas: infográficos, jogos eletrônicos, simuladores, material audiovisual e hipermídia.

Outra grande questão é sobre a obrigação dos conteúdos referentes à África e afrodescendentes. Sobre isto, o PNLD direciona aos professores da seguinte maneira:

As mudanças na área de História e do ensino de História, entretanto, nem sempre são transferidas com a velocidade que desejamos aos livros didáticos. Há ainda muito conhecimento a ser integrado às coleções. Estamos avançando, por exemplo, na seleção dos conteúdos acontecimentos da abordagem da história e da cultura da África, dos africanos, dos afrodescendentes e dos povos indígenas, na progressão didática e na formulação dos exercícios.³⁶

O PNLD procura dialogar com os professores a todo momento, destacando a importância da escolha da obra e o olhar para questões que ultrapassam os limites escolares, como é o caso da cidadania, muito presente e observada nos livros. Não se esquecendo da responsabilidade de avaliação do MEC, que auxilia para estabelecer a LDB, e as inclusões que são necessárias. Em suas palavras:

A avaliação do MEC também faz cumprir uma série de leis que determina a inclusão nos currículos e nos materiais didáticos de alguns temas considerados obrigatórios. São exemplos desses dispositivos a história e a cultura dos africanos, afrodescendentes e indígenas, o respeito aos direitos das crianças, adolescentes e idosos, o combate à violência contra a mulher, o combate à homofobia e a construção dos valores, princípios éticos e estéticos anunciados na Constituição Federal de 1988.³⁷

De fato, existe um trabalho muito intenso para que o Guia seja feito contemplando demandas e leis presentes na sociedade. A aprovação das coleções inscritas no PNLD depende de um processo de avaliação que envolve uma equipe composta por um coordenador de área, um coordenador institucional, um assessor pedagógico, três coordenadores adjuntos e um certo número de pareceristas - no caso do PNLD de 2014, foram 31 - que trabalham em conjunto com técnicos da secretaria de Educação Básica (SEB) e do Ministério da Educação (MEC).

A equipe de responsáveis diretos pela análise das obras é constituída por profissionais com formação em História, professores com especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, provenientes de todas as regiões brasileiras, auxiliando no cumprimento de um

³⁶ PNLD.2014. P. 10.

³⁷ PNLD. 2014 P. 12.

princípio estabelecido na Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBn) que é prover ao aluno com material didático-escolar de qualidade.

CAPÍTULO 2 -A IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SEXTO E SÉTIMO ANO.

Quando o assunto são as ferramentas utilizadas pelos professores em sala de aula, o livro didático é logo lembrado e destacado pela sua capacidade de alcance e distribuição. Segundo Circe M. Bittencourt³⁸, ele se caracteriza como um grande veículo capaz de levar adiante ideologias, pois trás em suas páginas possíveis sistemas de valores presentes em variadas culturas.

O Livro didático de certa forma contribui para formar um pensamento acerca do que reproduz em suas páginas, contribuindo para perpetuar uma certa visão sobre a história, os fatos, os documentos. Portanto, é preciso ter muito cuidado ao ser trabalhado, pois ainda é comum encontrar em suas páginas textos e ilustrações que têm capacidade de desprezar grupos sociais, culturas e etnias dentro do processo histórico.

Atualmente, os livros didáticos são componentes do saber no ensino escolar e desde muito tempo estão presentes na vida escolar. A tese de Circe Maria Bittencourt de 1993³⁹ já marcava de uma maneira muito significativa o estudo do livro didático, onde analisava o papel do livro didático entre os anos 1810 e 1910, discorrendo sobre as mudanças que ocorriam em sua formatação além da relação com os professores e alunos.

A síntese realizada por Bittencourt, além de contemplar a história dos livros didáticos durante o período de cem anos, denuncia as ideologias neles presentes, que de diversas formas demonstravam interesses de um determinado grupo social. Para ela, é preciso analisar o livro de forma ampla, preocupando-se com as particularidades de cada aluno que o receberá, pois o livro carrega consigo definições, conceitos e visões que podem gerar estereótipos e preconceitos.

É uma certeza, entre os historiadores que os sujeitos sempre se posicionam a partir de um lugar social e que os olhares que assumem são permanentemente contingenciados por circunstâncias que emergem em função de tais lugares⁴⁰. Assim, além de ferramentas pedagógicas, os livros didáticos carregam consigo valores culturais na medida que os autores se posicionam ao apresentar os conteúdos, partindo de um determinado olhar. Em alguns

³⁸ Doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

³⁹ BITTENCOURT, Circe M. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. USP. 1993.

⁴⁰ MIRANDA, Sonia Regina e LUCA, Tania Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. In: *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2004, vol.24, n.48, pp.123-144. ISSN 0102-0188. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200006 acesso em 04 de Junho de 2018.

casos, há destaque para a história econômica, ou política, sendo comum destacar os feitos dos homens brancos e ocidentais. Geralmente a história européia se mantém como eixo condutor.

É importante ressaltar que as finalidades do Livro Didático transcendem aos aspectos didático-pedagógico; isto é, ele atende também a outros interesses de ordem político-ideológica, econômica e cultural. Por isso, (...) *os Livros Didáticos, ao sistematizarem áreas de conhecimento, seqüenciando a transmissão de conteúdos e organizando o pensamento, não o fazem de uma forma neutra, pois privilegiam valores e verdades que se pretende transmitir.*⁴¹

2.1-Visibilidade/invisibilidade do negro nos materiais didáticos

A participação dos negros nos livros didáticos foi se modificando no decorrer dos anos, especialmente após a promulgação da Lei 10.639/03. Porém, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas sobre a sua cultura e história. Apesar de ser um enorme passo em direção a uma sociedade mais democrática e justa, a partir de análise feita neste trabalho e também através de leituras de produções acadêmicas que tratam sobre essa questão, é possível perceber que a Lei ainda não garantiu uma mudança expressiva na forma como os livros didáticos tratam o negro, já que ainda é possível encontrar dentro de suas páginas formas de discriminação e com estereótipos negativos.

Segundo Alaor Gregório Oliveira⁴², o livro didático contribui para a exclusão social dos negros pois o silêncio nega a presença, a participação e a contribuição deste segmento na sociedade brasileira. A distorção, a folclorização e a estigmatização em torno dos negros e veiculados através dos textos e ilustrações dos livros didáticos, além de criar nos alunos negros situações de constrangimento, colabora também para criar-lhes sentimentos de não pertencimento na sociedade brasileira.

A ausência de referenciais positivos voltados aos negros nos livros didáticos pode causar conseqüências bastante negativas aos alunos em geral: aos alunos negros, danos que abalam sua auto-estima, a exemplo da inculcação do sentimento de inferioridade, o que pode levá-los ao insucesso escolar ao ponto de abandonar a escola; aos alunos brancos, a não

⁴¹ OLIVEIRA, Lucinéia Terezinha. A Visão do Livro Didático no Discurso dos Professores. Pós-Graduação. FAED -Faculdade de Educação/UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1998. p. 10 Apud CARVALHO, Andréa A. M. C. Dissertação de mestrado. As imagens dos negros em livros didáticos de história. Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

⁴² OLIVEIRA, Alaor Gregório. Silenciamento do livro didático sobre a questão étnicocultural na primeira etapa do Ensino Fundamental. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 40 – Set, Mensal. Ano IV, 2004.

possibilidade de re(criar) outras imagens, referenciais e valores que propicie o devido re(conhecimento) e respeito aos negros.⁴³

Esta situação se agrava quando as crianças negras, ainda em séries iniciais, não se identificam dentro dessa história onde o elemento negro aparece sempre representado como inferior, subjugado, passivo e identificado com a miséria e a ignorância, fazendo com que elas se sintam inferiores e não representadas. Tem-se aqui um grande exemplo da importância da Lei ser posta em prática.

A marginalização da cultura afro-brasileira está entrelaçada ao poder de enraizamento das verdades criadas pelos cânones da cultura europeizada, e como o pensamento identitário brasileiro utilizou-se desses conteúdos para buscar explicar a nação, silenciando vozes e determinando quais os discursos convenientes para a possível coesão do país e o silenciamento das vozes que se manifestaram e se manifestam com uma agenda anti-hegemonia.⁴⁴

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de 2004, foi formulada para que *"todos os cidadãos brasileiros possam gozar de uma educação que contemple as variadas formas de se conceber o surgimento da nação no que concernem aos aportes culturais existentes nos povos fundadores da nação"*.⁴⁵

Assim, os elementos culturais criados pelos africanos e seus descendentes precisam ser revistos e melhor trabalhados, *"desvelando um caráter racista na forma de como esses conteúdos foram dados ao longo dos tempos nos bancos escolares em todos os níveis de ensino, perdurando até os dias de hoje"*.⁴⁶

Os livros didáticos carregam consigo uma grande responsabilidade, pois trazem em seus conteúdos muitas imagens e histórias que podem gerar ou reafirmar formas de preconceito e racismo. Pensar como esses livros estão representando o negro, após a promulgação da lei, é essencial para combater tais discriminações.

Essa perspectiva se encontra também nos estudos referentes ao continente africano. Segundo Anderson Ribeiro Oliva⁴⁷, a história desse continente não era encontrada nos livros

⁴³ CARVALHO, Andréa A. de Moraes C. As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História. Dissertação de Mestrado apresentada para Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. p.84.

⁴⁴ JESUS, Fernando Santos de. O negro no livro didático de História e a Lei 10.639/03. *História & Ensino*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012, p.148.

⁴⁵ Idem, p.151.

⁴⁶ Idem Ibidem, 152.

⁴⁷ OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990 - 2005). 2007. 415 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2007

didáticos até a década de 1990 e até o final dessa década ela estava associada somente às grandes navegações do século XV e XVI. Em contrapartida, dentro dos espaços acadêmicos, a historiografia voltada a história da África vem ganhando espaço.

2.2 Apresentando as Coleções Didáticas e a metodologia de trabalho

A avaliação dos conteúdos sobre o negro e a forma como são trabalhados deve levar em conta algumas premissas importantes, como por exemplo a de que devam ser livres de abordagens carregadas de preconceitos, além de um olhar que os mostre como sujeitos históricos. . Como os negros e negras estão sendo apresentados pelos livros didáticos? A partir de qual abordagem suas histórias são contadas? Qual o papel destinado à eles? E como está sendo feita a abordagem da história da África?

Para responder a essas questões seria necessária uma ampla pesquisa com todas as publicações didáticas e paradidáticas aprovadas no PNLD. Obviamente esse não é nosso objetivo neste trabalho, que pretende ter uma pequena amostra, por meio da análise de duas coleções de livros didáticos de História editadas em 2015 e aprovadas no PNLD de 2014. A ideia central é apontar nos livros, de um lado, como os negros estão sendo representados, na tentativa de mapear se há preconceito, racismo e estereótipo e por outro, entender qual o seu lugar dentro da história construída pelos autores. Como metodologia de trabalho, criamos tabelas, onde é possível visualizar os capítulos nos quais o elemento negro aparece, as temáticas às quais eles estão relacionados, a localização dentro da coleção assim como os adjetivos usados para enunciá-los. As tabelas encontram-se divididas por coleção, ano escolar (6o. ao 9o. ano) e por capítulos. A quinta coluna foi utilizada para recuperar os documentos, objetos de nossas análises. As colunas que compõem as tabelas foram pensadas a fim de dar, ao mesmo tempo, uma visão de conjunto e particular, tanto no que se refere a abordagem cronológica quanto à temática. As tabelas carregam consigo duas possibilidades de interpretações: a primeira é quantitativa, onde ao discriminar as atividades e as abordagens referentes ao negro e ao continente africano, em cada capítulo em que aparecem, podemos comparar o quanto isso representa em relação aos capítulos que compõem a coleção.

Nesse sentido, temos que a primeira coleção *Estudar história. Das origens do homem à era digital* de Patrícia Ramos Braick, do 6o ao 9o ano (fundamental II), possui um total de 948 páginas (entre livro do aluno e do professor), e dessas, apenas 108 páginas contemplam os negros. A segunda coleção, *História para nosso tempo* de Flávio Berutti, do 6o ao 9o ano, possui 1.140 páginas no total (entre livro do aluno e do professor), e em apenas 108 páginas os negros aparecem.

O segundo tipo de interpretação que as tabelas proporcionam se dá a partir de uma análise qualitativa, já que a partir das atividades ali referenciadas, cria-se um *corpus* documental que auxilia na compreensão de quais contextos temáticos os negros participam, de que forma são referenciados e adjetivados e sob qual(is) perspectiva(s) ideológica(s) são representados ao longo da coleção.

A primeira coleção avaliada é a 2a. edição de *Estudar história. Das origens do homem à era digital* do 6o ao 9o ano (fundamental II) de Patrícia Ramos Braick⁴⁸ da Editora Moderna. A coleção trabalha com a história integrada - história do Brasil integrada ao contexto global - de forma cronológica. O Manual do Professor traz indicações de artigos, *sites* e filmes para maior aprofundamento dos temas. A partir de uma narrativa linear, apresenta o ofício do historiador e o trabalho com as fontes históricas quando oportuno. No suplemento de apoio ao professor presente no final de cada volume, na primeira parte, chamada “Pressupostos teóricos e metodológicos” discute sobre a função do ensino de história iniciando com as famosas perguntas: “por que preciso aprender isso?”; “Por que ensinar história?”. Aqui, a ideia de memorização é deixada para trás buscando construir alunos conscientes e críticos.

Alguns conceitos são apresentados no material de apoio, sendo o primeiro deles o de consciência histórica, que segundo a autor cria as condições necessárias para os indivíduos buscarem coerência entre a experiência e seus próximos projetos. Jöorn Rüsen desenvolve a noção de consciência histórica, que acredita que uma das funções da história era realizar a crítica à sociedade. Segundo Rüsen a consciência histórica é pragmática pois trabalha o passado a partir das experiência do presente, para poder agir tanto no presente quanto no futuro próximo. Para ele, desenvolver a consciência histórica⁴⁹ seria a única forma de ação crítica do homem no mundo, com o intuito de transformá-lo, sendo a a narrativa a grande produtora do significado das coisas e da história.

A autora da coleção didática em questão trabalha também com a ideia de Rüsen de "cultura histórica" e sua formação, que se daria também além dos muros da escola, em casa, com leituras diversas, participação de festividades tradicionais, observações de fotografias antigas entre outros, a fim de sintetizar informações das experiências vividas que comporiam a consciência histórica, a partir da qual o indivíduo poderia analisar o presente e promover novas ações carregadas de senso crítico.

⁴⁸ Mestre em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁴⁹ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

O próximo item desenvolvido no material de apoio refere-se à história e à cidadania, que para ser praticada, segundo a autora, deve andar lado a lado com a consciência histórica e a autonomia, que se consegue com o ensino de história, pois ele pode ser responsável por despertar no aluno a construção de um conhecimento para além do senso comum, dando-lhe a consciência histórica.

No segundo item do Manual do Professor, “A história como área do conhecimento” apresenta as diferentes correntes historiográficas, como a história social inglesa, a escola dos Annales e a história cultural, destacando também o uso das fontes, história e memória, verdade e representação.

O terceiro item “A história na sala de aula” inicia com a discussão da produção acadêmica e o ensino de história, como questões sobre a formação da consciência histórica desenvolvida pelos alunos, porém para ela, seria dever do professor encontrar maneiras para que o aluno entenda que o conhecimento está sujeito a alterações e que os fatos podem ser interpretados a partir de diferentes visões que estão relacionadas à interpretações feitas por historiadores de épocas diferentes. O projeto do livro também estimula a relação do cinema na sala de aula e interações com as tecnologias em geral.

Sobre a História e a cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros o livro diz se encarregar de distribuir a história da África ao longo da coleção, apresentando os reinos e abordando a presença dos africanos no Brasil.

A seguir, encontram-se tabelas preenchidas com os conteúdos presentes nos livros do sexto ano da coleção.

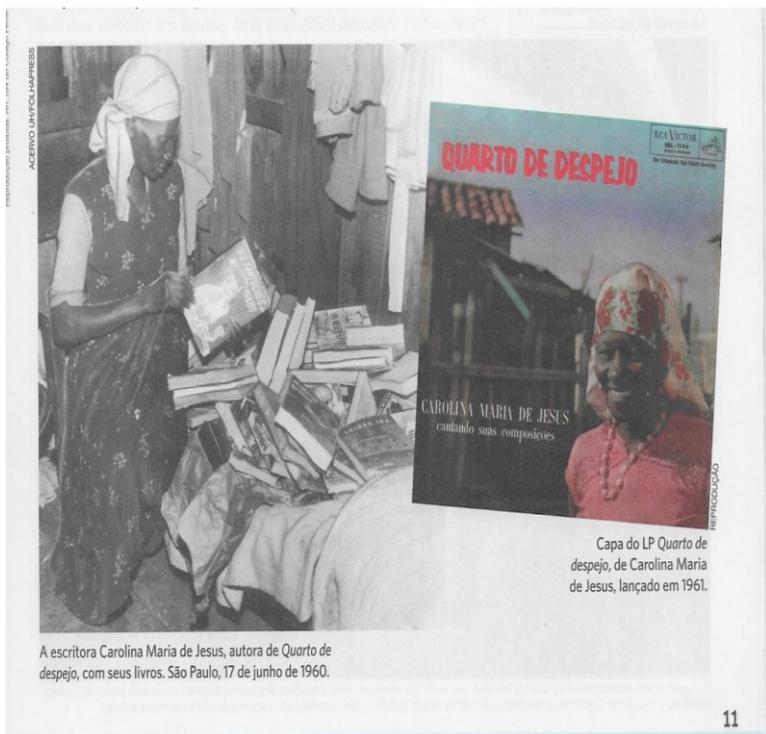
Sexto ano

Estudar história. Das origens do homem à era digital de Patrícia Ramos Braick.

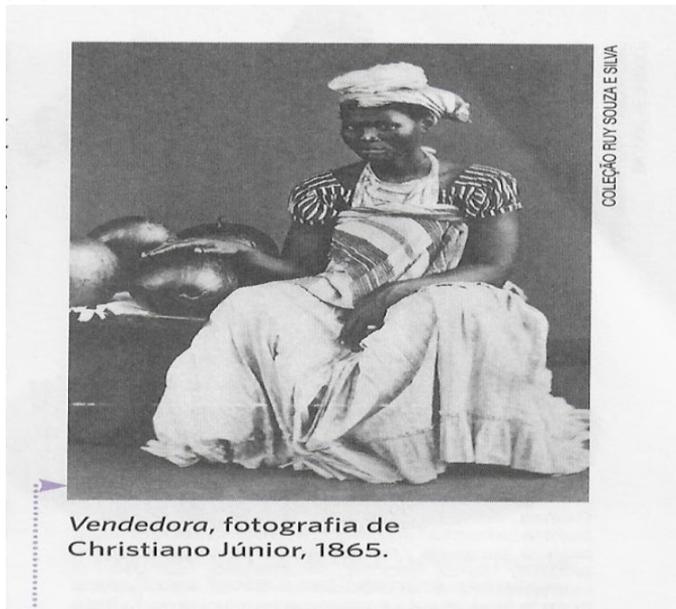
CAPÍTULO/ TÍTULO	ANO/ ÉPOCA	LOCALI ZAÇÃO	ADJETI VOS	DOCUMENTOS/ TRECHOS BIBLIOGRÁFICOS/ IMAGENS

1-O que é história?

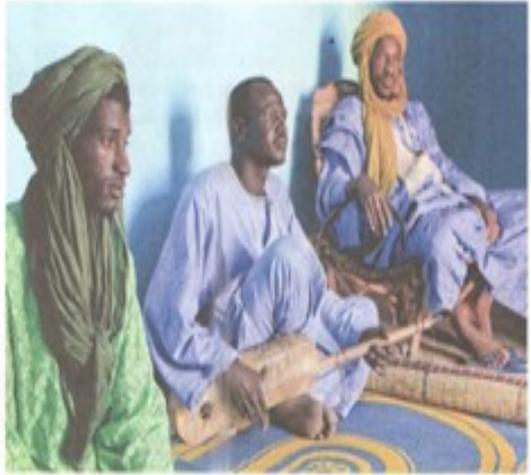
Página 11, 13, 16. Escritora Vendedora



página 11



página 13

			 <p>Grupo de griots na casa de uma família em Burkina Fasso, 2010. Os griots são contadores de histórias, figuras tradicionais em muitos povos africanos. Eles transmitem às novas gerações mitos, lendas e grandes aventuras vividas pelos antepassados.</p> <p>página 16</p>
--	--	--	--

<p>2-A história e o tempo.</p>		<p>Página 21</p>	 <p>OCID CIDA IDAD DADE</p> <p>LADRI, DADO, CAMPOIL e manifestos, 1950-1960.</p> <p>era, verá que a «experiência ápido?» mpo passar de mancinas</p> <p>cebe que as coisas mudam em 1957, quando Ronaldo culo. Mas nem sempre foi não conheciam o relógio sperder como diferentes «tempo. Você vai descobrir ntes ritmos temporais das</p> <p>Menino engraxate-caminhu à procura de clientes. São Paulo, 2007.</p> <p>21</p> <p>página 21</p>
--------------------------------	--	------------------	---

3- O ser humano em busca de suas origens.	4 milhões de anos atrás.	página 40		<div data-bbox="762 210 1501 846" style="border: 1px solid #ccc; padding: 10px;"> <h3 style="margin: 0;">■ O ser humano: principal ator da história</h3> <p>Foi na África, há cerca de 4,4 milhões de anos, que surgiram os primeiros hominídeos, grupo de animais que já apresentavam algumas características semelhantes às dos seres humanos atuais, como postura mais ereta. Os fósseis de hominídeos mais antigos encontrados até o momento pertenciam ao gênero <i>Australopithecus</i>. Eles viviam em savanas e alimentavam-se de sementes e raízes. As várias espécies de <i>Australopithecus</i> conseguiam manejar instrumentos de pedra, mas é improvável que soubessem produzi-los.</p> <p>Acredita-se que mudanças ambientais tornaram a vegetação de savana mais escassa. Com isso, os <i>Australopithecus</i> ficaram mais expostos aos predadores e muitas espécies deles se extinguiram. Os hominídeos que conseguiram se adaptar ao meio e sobreviver tinham um cérebro maior que o dos <i>Australopithecus</i> e mais habilidade com as mãos. Eram capazes de andar totalmente eretos e de fabricar instrumentos. Por isso, tiveram mais sucesso para afugentar os predadores, atingir a idade reprodutiva e deixar descendentes. Os cientistas deram o nome Homo a esse novo gênero de hominídeos.</p> <p>Os hominídeos do gênero <i>Homo</i>, da mesma forma que os <i>Australopithecus</i>, foram classificados pelos cientistas em diferentes espécies. A última, a do <i>Homo sapiens</i>, foi a única que conseguiu sobreviver. Observe na ilustração a seguir as principais características de algumas espécies do gênero <i>Homo</i>.</p> </div> <p>Página 40</p>
4- Da aldeia à cidade.	8000 a.C.			
5- Os primeiros habitantes da América.	Pré-história americana.			
6- Mesopotâmia e China	4.000 a.C 7.000 a.C			

7- Egito e Núbia.	3.200 a.C 7000 a.C (Núbia)	Páginas 107, 108		
8- Hebreus e Fenícios.	1.800 a.C hebreus 2.000 a.C fenícios			
9- A civilização Grega	VII a.C Grécia antiga			



A imagem mostra que os núbios pagavam tributos ao Egito. Ao interpretar essa fonte histórica, pode-se concluir que a Núbia, na ocasião, estava submetida à dominação política egípcia.

Pinela encontrada em tumba egípcia representando comitiva de núbios entregando tributos a faraó egípcio, c. 1346-1337 a.C. O que essa imagem nos revela a respeito das relações entre egípcios e núbios?

107

página 107



Mural na tumba de Huy, vice-rei da Núbia durante o governo de Tutancâmon (século XIV a.C.), que representa núbios carregando oferendas. Biblioteca Nacional da França.

108

página 108

10- Cultura e cotidiano na Grécia antiga.	VII a.C			
11- A civilização romana.	XII a.C fundação			
12- Expansão e crise do Império Romano.	I d.C			

No livro de 6º ano, no capítulo 1 chamado “O que é história?” são apresentadas duas imagens que aparecem na página 11 da escritora Carolina Maria de Jesus, autora do livro “Quadro de despejo”, exaltando a memória e o ato de preservá-la em diários, como algo pertencente à história. As imagens estão conectadas ao texto e à ideia que exalta a importância da memória, além de dar destaque à história de uma mulher negra.

Ainda neste capítulo é apresentada na página 13 uma fotografia feita por Christiano Júnior, de 1865, sobre uma vendedora negra, convidando o professor a explorar o interesse do historiador sobre aquela fotografia, a fim de despertar nos alunos uma reflexão ao conectar o passado e o presente, buscando explicar alguns problemas enfrentados ainda hoje.

Ao falar sobre fontes orais, na página 16 foi utilizada uma imagem dos *griots*, um grupo negro de contadores de histórias, que vivem na África, destacando a importância dessa prática oral para preservar a cultura.

O capítulo 2, “A história e o tempo” inicia com um texto sobre o tempo e o seu significado como algo individual, logo em seguida foram utilizadas duas imagens na página 21 para comparar a experiência do tempo na vida de uma criança negra que trabalha com engraxate e outras crianças que vivem em uma aldeia indígena. nota-se que as crianças indígenas estão aproveitando a infância, carregando sorrisos e alegrias, já o menino negro não vive essa fase de uma maneira saudável, nota-se que sua vida é muito diferente das outras

crianças, pois ele já trabalha como engraxate. O que leva a pensar em como uma imagem, carrega consigo muitos significados que podem gerar nos alunos, mesmo que no inconsciente, uma imagem negativa dos negros, ainda mais porque o texto apresentado pelo capítulo não se encaixa em uma análise mais profunda da experiência do tempo para cada situação.

Neste caso, o livro trouxe a criança negra representada exercendo um trabalho que muitas vezes é considerado inferior na sociedade. Isto pode trazer influências negativas na vida das crianças negras, muitas podem deixar de se respeitar e se sentirem envergonhadas pela cor da pele não assumindo as suas origens e a riqueza da identidade negra, além disso, muitas perdem o interesse em estudar e frequentar a escola, fator negativo e presente nas pesquisas escolares ainda nos tempos atuais. Segundo Ana Célia da Silva⁵⁰, em “A discriminação do negro no Livro Didático”:

Isso tem um impacto sobre a construção da identidade dos educandos de ascendência africana, indígena e mestiça, que não encontram referências positivas a sua origem, a sua cultura e a sua história, omitida ou mostrada de maneira caricatural, estereotipada e folclorizada na escola.⁵¹

O livro didático muitas vezes é o único meio de conhecimento formal que chega aos alunos, o único livro a que têm acesso, daí a importância dele ser construído de maneira a quebrar paradigmas, indo além de uma abordagem eurocêntrica e branca para lutar contra o racismo e o preconceito. É necessário, para além do livro didático, que o professor e a escola tenha momentos que tragam a ancestralidade africana e sua contribuição para a construção da identidade, seja por meio de datas comemorativas, eventos, e outras formas culturais.

No capítulo 3, “O ser humano em busca de suas origens”, realiza questionamentos em torno da origem do ser humano, destacando a explicação criacionista e a teoria da evolução e seleção natural. A página 40 traz um texto que se refere à ancestralidade africana da humanidade, destacando que foi na África que surgiram os primeiros homínídeos há cerca de 4,4 milhões de anos, porém o texto não vai além, apenas cita que foi naquele lugar que tudo iniciou.

No capítulo 7, “Egito e Núbia” há várias imagens representando os povos da Núbia e os egípcios com a cor da pele escura, porém em momento algum o livro os traz como negros, até mesmo as suas localizações, no interior do continente africano, são pouco tratadas. Sobre

⁵⁰ Atuou no movimento negro na Bahia. Membro Titular do Conselho Estadual de Cultura da Bahia.

⁵¹ SILVA, Ana Célia. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO – Centro de Estudos Afro – Orientais, 1995, p 135

esse tema, Raisia Sagredo⁵² em seu texto “Egípcios negros ou brancos? Uma pesquisa sobre a memória do Egito Antigo” apresenta as discussões evidentes sobre a cor da pele dos egípcios destacando a existência de uma revisão crítica sobre a História do Egito acreditando que isso quer dizer muito mais do que pode se pensar, pois histórias envolvendo a antiguidade estão se mesclando com questões atuais de raça. Segundo ela, existe um forte discurso dos pan-africanistas defendendo a ideia de um Egito Negro.

Seguindo seu texto, são apresentados os estudos de Du Bois⁵³, datado em 1915, sobre aspectos físicos dos ancestrais, citando Heródoto que os classificou como “pretos e cabelos crespos”. Há também destaque aos estudos de Diop⁵⁴, historiador, filósofo e antropólogo, que através das pinturas e fontes escritas acredita em um Egito Negro, segundo ele, nas fontes antigas é possível encontrar autodenominação que os egípcios faziam de si, com o termo KMT, que significa “os negros”.

A questão é: como uma história tão contemplada pode ser legitimada por negros, visto que na lógica eurocêntrica, uma civilização tão cheia de significados não poderia vir de um “continente selvagem”. Por que então, os livros nem citam essa possibilidade? Dificilmente um aluno, ao perguntar a localidade do Egito, dirá que ele se encontra no continente africano, ou seja, a importância da civilização é fato, mas muitos omitem sua africanidade.

Os cinco capítulos finais, do 8 ao 12, não trazem o negro ou o continente africano em nenhum momento. Ao contrário, destacam as culturas que, segundo uma abordagem eurocêntrica, seriam o "berço da civilização ocidental", Grécia e Roma.

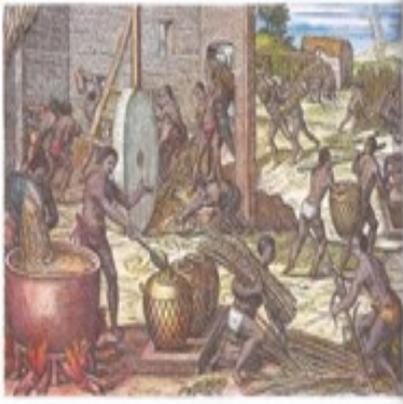
⁵² Possui licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. “Egípcios negros ou brancos? Uma pesquisa sobre a memória do Egito Antigo” XXVIII Simpósio nacional de história. Florianópolis 2015.

⁵³ Foi sociólogo, historiador e ativista. O primeiro afro-americano a obter um doutorado. O racismo foi sempre o alvo principal das suas críticas.

⁵⁴ Estudou as origens da raça humana, e a cultura africana pré-colonial. Ainda hoje ele é considerado como um dos maiores historiadores africanos do século XX.

Sétimo ano

Estudar história. Das origens do homem à era digital Patrícia Ramos Braick

CAPÍTULO/TÍTULO	ANO/ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	ADJETIVOS	DOCUMENTOS/ TRECHO BIBLIOGRÁFICO/ IMAGEM
1-Alta Idade Média e formação do feudalismo.	século V século VI			
2-Nascimento e expansão do Islã.	século VI	página 41		
3-África antes dos europeus.	século VI	páginas 46 a 61		anexo 1
4-A Baixa Idade Média.	século XI			
5-Renascimento e as reformas religiosas.	século XIV			
6- As Grandes Navegações.	século XV e XVI			
7-A América pré-colombiana	século XVI			
8-O Império Português na África e Ásia.	século XV e XVI	página 148 a 156	escravos (p.154)	anexo 2
9-A colonização espanhola na América.	século XV	página 176		<p>sempre as grutas em suas no interior para criar gado.</p> <p>Trabalho e tributo</p> <p>A colonização espanhola na América foi marcada pelo trabalho forçado. No Caribe e no norte da América do Sul (atuais Colômbia e Venezuela), a mão de obra de escravos africanos foi predominante, principalmente na agricultura. Isso porque as populações nativas que lá viviam foram praticamente dizimadas pelos primeiros colonizadores. Na maior parte da América espanhola, porém, predominou o trabalho dos indígenas. A escravidão indígena foi rara, mas houve outras formas de trabalho servil, como o repartimiento e a encomienda.</p>  <p>Gravura colorizada de Theodore de Bry (1596) que representa o trabalho de africanos escravizados em um engenho de açúcar da ilha de São Domingos, onde hoje estão o Haiti e a República Dominicana.</p> <p>página 176.</p>
10-Conquista e	século			

colonização da américa portuguesa.	XVI			
11-O nordeste açucareiro.	século XVI	páginas 198 a 214		anexo 3
12-Ingleses e franceses na América.	século XVII			

O livro do 7o. ano é composto por 12 capítulos e somente 4 deles faz menção aos negros e/ou ao continente africano. No capítulo 2, intitulado “Nascimento e expansão do Islã” a na página 41 há uma imagem representando uma mulher muçulmana e negra na Etiópia. Dificilmente quando se fala nesta religião se faz ligação com a África, até mesmo no capítulo foi mencionado apenas uma vez que seus seguidores estão espalhados pelo norte do continente. O capítulo 3, chamado “África antes dos europeus”, possui 17 páginas e entre elas são discutidas os seguintes temas : o preconceito e a ignorância sobre a África, as fontes para o estudo da África, África: território e demografia, a chegada do islã à África, os grandes reinos do Sahel, a religiosidade dos árabes e africanos e os povos da África no Brasil.

O capítulo tem início na página 46 com os seguintes dizeres: “Conhecer um pouco a história da África é muito importante para compreender a história brasileira, pois nossas origens estão enraizadas nesse continente multicultural”. Percebe-se que o autor tem a consciência da importância da África para a formação da sociedade brasileira até o momento. Ao destacar o preconceito na página 48 fala sobre os argumentos científicos usados para justificar toda dominação e desqualificar os povos africanos, porém não há maiores aprofundamentos no tema.

Ao citar os grandes reinos do Sahel, iniciando na página 54, destaca o Reino de Gana informando sobre seu início, formas de comércio, agricultura e religião. O próximo reino é do Mali, na página 56, novamente falando do seu surgimento e da cultura islâmica presente, seguido do Império Songhai com suas principais cidades, a organização do governo dividido em cargos burocráticos e sua destruição. Em um pequeno espaço na página 57, no item “Saiba mais” é citado sobre a cultura islâmica na África, dizendo que investem os seus lucros em construções de bibliotecas, escolas e universidades, sem maiores informações.

Convém lembrar que conta de muitos séculos o contato entre árabes e africanos através das relações comerciais, porém, é aproximadamente a partir de 639 que inicia o processo de islamização de algumas regiões africanas, por exemplo, o Egito. Segundo Lopes (2005), a disseminação da doutrina islâmica na África sofreu resistências, o que ocasionou na simbiose entre a religião tradicional africana (fundamentada na crença de um deus supremo, no culto das forças da natureza e também no culto dos espíritos dos

antepassados) e a religião islâmica (cujo único deus é Alá e Maomé o seu único profeta).⁵⁵

O que falta na abordagem do capítulo em questão é dizer que os africanos islamizados não abandonaram totalmente sua crença na ancestralidade, a exemplo dos iorubas, responsáveis pelos fundamentos que norteiam a religião dos Orixás no Brasil.

Percebe-se que há pouco destaque para a vida africana antes da chegada dos europeus, pois por mais que exista um capítulo que trate do tema, é bem supérfluo, os reinos são tratados de maneira muito breve, sem destacar as suas complexidades e estruturas, mesmo que em alguns casos como o Malí, esteja exemplificado a economia do ouro, pouco se sabe sobre a sociedade, a política e os papéis de cada membro da família deste reino que foi tratado em apenas três parágrafos. Além disso, sobre o reino de Gana é destacado somente a parte da islamização.

A historiografia da África vem aos poucos ganhando novos olhares e contornos. Um dos principais desafios que hoje os pesquisadores enfrentam é a tentativa de desconstruir uma visão preconceituosa e pejorativa sobre o continente africano.

Esta visão tendenciosa e racista formada com o movimento colonial realizado pela Europa tornou-se uma espécie de paradigma a ser destruído pelos historiadores e cientistas. Percebe-se hoje, um movimento revisionista debatendo a “história oficial”. Muitos desses intelectuais são de origem africana e buscam retirar de seu continente uma visão imperialista, européia e branca.

Na perspectiva da história oficial, é tendencioso classificar o continente africano como sinônimo de fome, miséria, doença e guerra, isto se deve ao fato da história ter sido construída sobre parâmetros europeus. A visão do outro foi muito significativa para a colonização e dominação, ou seja, acreditar que “o branco” era sinônimo de inteligência e poder, automaticamente diminuía “o negro” o caracterizando como inferior, e por isso deveriam ser dominados.

Ainda hoje, o continente africano é visto como não civilizado, tendo moradores selvagens, imaturos, infantis, imorais, até mesmo esse olhar enfrenta o problema de unificação, transformando a África em um único modelo, generalizando suas características e povos. Portanto é válido repensar o papel das etnias, identidades e sociedades africanas, para assim, evitar a comparação com as estruturas europeias de organização social, política, cultural e econômica.

⁵⁵ CARVALHO, Andréa. Op. cit. p.121

Segundo Analucia Danilevicz Pereira⁵⁶ é preciso que a história daquele continente seja vista de dentro, evitando qualquer tipo de comparação. O desafio seria pensar na história da África antes da chegada dos europeus, e estar livres de parâmetros eurocêntricos. A história da África, certamente não começa com a chegada dos europeus, ainda na dimensão pré-colonial são formadas as grandes estruturas vividas em sociedade⁵⁷.

Diferentemente do que se propagou, a África antes da chegada dos colonizadores contava com estruturas internas de notável comando e organização. Ali imperavam grandes reinos e impérios e que segundo Pereira, iam se formando através de um intenso movimento de migração e interação com novas sociedades surgindo novas culturas e entidades.

Grande exemplo de organização já existente no período pré-colonial foi o Reino do Congo, que mesmo sendo um espaço difícil de ser controlado, pois segundo M'Bokolo em sua obra "África Negra: história e civilizações"⁵⁸ ainda existiam conflitos com as fronteiras, contou com forte economia, organização de poder e sociedade. Sobre a economia era bem diversificada, com predomínio na agricultura, trabalho realizado pelas mulheres, tinham repartições de terras e um sistema para vigiar a produção. A mão-de-obra era servil, considerada muitas vezes em escravista.

Segundo Pereira a África pré-colonial contava com a organização dos reinos em forma de federação, com a figura da unidade representada pelo rei. O poder era relacionado ao controle de pessoas e locais, existia um sistema de taxas e extração sobre os recursos.

Os grandes reinos se organizavam a partir de um chefe e suas redes de parentesco. A família também se constituía como um núcleo de organização. Esses grupos eram tão importantes que um fato curioso é pensar que uma das estratégias utilizadas pelos portugueses no Brasil no período da escravidão era justamente separá-los, a fim de evitar a união e a rebelião. Ainda sobre esse pensamento ao se organizarem em quilombos, muitos procuravam viver como se estivessem em seus grupos, ainda na África.

Essas informações dificilmente seriam encontradas nos livros didáticos, e ao mesmo tempo em que essa nova historiografia vem ganhando espaço, seria de extrema importância que ela se expandisse ao ponto de chegar até os livros, dentro das salas de aula.

⁵⁶ É doutora em História pela UFRGS com Especialização em Processos de Integração na Ásia, Europa e América Latina pela Universiteit Leiden - Holanda. Coordenadora do Centro Brasileiro de Estudos Africanos - CEBRAFICA/UFRGS e Pesquisadora do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais - NERINT/UFRGS.

⁵⁷ VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. História da África e dos Africanos. Editora Vozes Limitada, 2012.

⁵⁸ M'Bokolo, Elikia. África Negra: História e Civilizações – Tomo 1 (até o século XVIII). São Paulo, Salvador: Casa das Áfricas, Edufba, 2009.

Ainda no capítulo 3, na página 59 no subitem “Povos da África no Brasil”, é levantado sobre alguns costumes e tradições que foram incorporados na sociedade brasileira vindos da África, há destaque para a língua.

O capítulo 8 do sétimo ano trata sobre o império português na África, iniciando com o comércio marítimo e as conquistas portuguesas a partir do século XV. No subitem “África: comércio e exploração” na página 151, diz que os portugueses exploravam as costas africanas em busca de ouro e africanos para serem escravizados em Portugal, e quando não conseguiam acordos com os chefes ou reis, chegavam a usar suas forças para demarcar sua presença.

Sobre a escravidão na África, na página 154 é lembrado que é uma prática que ocorreu desde a Antiguidade e antes da chegada dos europeus. Os escravizados geralmente eram prisioneiros de guerra, condenados por crimes e por dívidas, sendo uma questão mais ligada à guerras do que à questão racial.

No capítulo 9, o subitem “Trabalho e tributo” na página 176, destaca-se a mão de obra africana na agricultura e para ilustrar utiliza-se de uma gravura do trabalho no engenho de açúcar.

O capítulo 11 é intitulado “O Nordeste açucareiro”, e por ele estão dispersas diversas imagens de negros que viviam na condição de escravos. O capítulo é introduzido por um texto que trata sobre a escravidão na sociedade do açúcar, afirmando que a escravidão escreveu parte da história do Brasil, juntamente com três retratos de africanos escravizados, a legenda se atenta para o peso da escravidão. Ao falar sobre a economia, tem uma tendência de tratar o escravo como mercadoria.

Assim como diz Anderson Ribeiro Oliva, em sua tese, a transformação dos africanos em mercadorias completava um processo de desumanização, já iniciado na África, com os navios negreiros, com acordos entre países, trocando por diversas vezes sua identidade, suas particularidades para serem despejados em uma única voz. Voz esta que muitas vezes foi silenciada.

No subitem da página 204 chamado “O trabalho no engenho” apresenta os trabalhos realizados pelos escravizados, entre eles: o trabalho nos canaviais, colheitas, plantação, transporte, moenda e fornalhas. E em um simples parágrafo traz informações sobre a moradia, dizendo que eram muito precárias. E só.

Para a resistência escrava, o livro separa um subitem, na página 207 que segue afirmando que os africanos escravizados resistiram ao cativo e os métodos mais comuns para isso eram agressões contra os senhores e feitores, furtos, fugas e suicídios. Há destaque para as fugas e a construção do Quilombo dos Palmares, além disso, apresenta uma fotografia

de 2014 das comunidades quilombolas existentes até hoje com um pequeno trecho no item “Saiba mais” da página 208.

Muito pouco foi contemplado, pois o livro aborda a questão do negro e da escravização de uma maneira “tradicional”, ou seja, entendo o negro como uma engrenagem e como mercadoria no cenário econômico, sem destacá-los como sujeitos históricos, atores sociais. Anderson Oliva cita em sua tese⁵⁹ que a escravidão, por muito tempo foi vista como uma forma de salvação as almas africanas, que conseguiram ser beneficiados através dela a civilização e evangelização. E acrescenta que a dominação foi justificada pela inferioridade biológica, mental e cultural dos africanos.

É difícil pensar em período colonial e não remeter à ideia de negro como escravo, passivo, sem voz, tendo um único destino. E é essa imagem que o livro deveria derrubar, trazendo os negros como sujeitos históricos, que resistiam a sua condição, porém essa representação ainda é escassa. Geralmente o que mais é lembrado são os Quilombos, mas esta não é a única forma de resistência. Além disso, o livro 7o. ano não aprofunda na organização peculiar dos quilombos, com as diversas cooperações existentes.

Continuando nessa ideia, a maioria das imagens utilizada nos livros no período colonial apresentaram-no em situações inferiores, sendo castigados, amarrados, chicoteados, trabalhando nos engenhos em condições precárias. Essas imagens ajudam os alunos a memorizar um determinado assunto, e por isso cabe aos professores desenvolverem métodos para analisá-las e fazer a leitura crítica. As obras que mais são contempladas são de pintores europeus que viveram o século XIX como Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, que de certa forma, reforçam a trajetória sofrida enfrentada pelos negros escravizados.

A segunda coleção escolhida para a análise é *História para nosso tempo* de Flávio Berutti editada em 2015 pela editora Positivo. A coleção está dividida em unidades e capítulos, apresentados de forma cronológica. No Caderno de Apoio Pedagógico, presente ao final de todos os volumes da coleção, contribui para o professor entender um pouco mais a divisão da coleção e como os livros vão se construindo e como trabalham a história.

Segundo o autor, ele se utilizou das tendências teóricas da escola metódica, as escolas marxistas, a escola de Frankfurt, a escola social inglesa, a escola dos Annales, a história nova e a história cultural.

⁵⁹ OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990 - 2005). Tese – História, Universidade de Brasília, 2007.

No item “História e Cultura Afro-brasileira” presente no Caderno de apoio, é destacado que a renovação temática do ensino ainda não foi satisfatoriamente contemplada em pesquisas acadêmicas, livros didáticos e práticas pedagógicas, onde os preconceitos vedaram uma visão paralela à eurocêntrica, encarando a tradição oral muito presente nas tribos africanas como mítica e lendária.

Esse cenário começa a alterar com a promulgação da Lei nº10.639 de 2003, e no caso da coleção, o autor afirma que os temas relacionados à História da África poderão ser contemplados, além de uma sequência de capítulos no livro do sétimo ano, dedicada à eles.

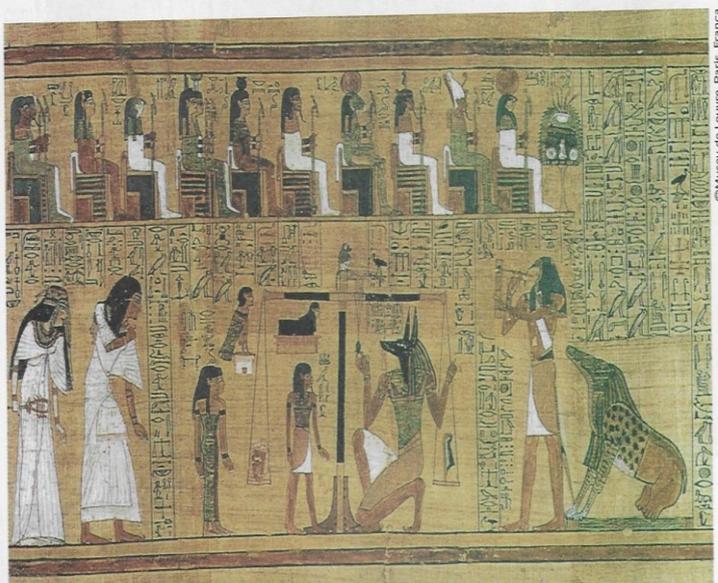
Nas próximas tabelas, serão apresentados os livros didáticos do sexto e sétimo ano da coleção *História para nosso tempo*, de Flávio Berutti.

Sexto ano - *História para nosso tempo*

Flávio Berutti

CAPÍTULO/ TÍTULO	ANO/ ÉPOCA	LOCALI ZAÇÃO	ADJETI VOS	DOCUMENTOS/ TRECHOS BIBLIOGRÁFICOS/ IMAGEM.
1-Por que estudar história?		página 17	negros	 <p data-bbox="1453 1368 1474 1794" style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">©Coleção Banco Itaú, São Paulo, SP/Dimensões: 24,6 cm x 33,4 cm</p> <p data-bbox="815 1861 1453 1921"><i>Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros.</i> c. 1830. Johann Moritz Rugendas. Litografia colorida à mão.</p> <p data-bbox="767 1944 890 1973">página 17</p>

<p>2-As evidências históricas e o ofício do historiador.</p>		<p>página 29</p>	<p>Quilombolas</p>	 <p>Quilombolas em frente de igreja durante a festa de São Sebastião, no Quilombo do Barra, em Rio de Cortes (BA). Foto de 2014. As comunidades quilombolas correspondem aos grupos de pessoas que se reconhecem como descendentes dos habitantes dos antigos quilombos, locais de refúgio dos africanos escravizados, ou que compartilham as tradições e práticas culturais existentes nas áreas dos quilombos do passado. Para essas comunidades, conhecer a própria História é importante para entender a origem da terra onde vivem e protegê-la.</p> <p>As evidências históricas e o ofício do historiador - Capítulo 2 29</p>
<p>3-Diferentes tempos e espaços.</p>		<p>página 49</p>		 <p>Quanto mais fundo estiver o fóssil, mais antigo ele é.</p> <p>Diferentes tempos e espaços - Capítulo 3 49</p>
<p>4-Qual a origem dos seres humanos?</p>				
<p>5-Os primeiros seres humanos e o povoamento de terras.</p>	<p>3,2 milhões de anos.</p>			

<p>6-A relação ser humano-natureza.</p>		<p>página 106</p>		 <p>Reconstrução facial de Luzia, feita a partir dos estudos da crânio. O arqueólogo Walter Neves aparece ao fundo. Foto de 2005. Luzia não tinha olhos amendoados como os indígenas das Américas, mas apresentava feições e formato do crânio semelhantes aos dos aborígenes australianos e africanos. Os vestígios fósseis encontrados não forneceram subsídios suficientes para que os pesquisadores confirmassem (ou não) se Luzia era negra. Luzia não era idêntica aos negros de hoje, mas pertencia a uma população ancestral, que depois se diferenciou.</p> <p>página 106</p>
<p>7-A relação ser humano-natureza na antiguidade oriental.</p>	<p>1200 a.C.</p>			
<p>8-Cultura, política e sociedade: Mesopotâmia e Antigo Regime.</p>	<p>4000 a.C.</p>	<p>página 151 página 152 página 154</p>		 <p>Anúbis, juiz do reino dos mortos, foi representado observando a pesagem. Em um dos pratos da balança está o coração da pessoa falecida; no outro prato é colocada a pena da verdade de Maat, deusa da justiça e da verdade. Nesse momento, o espírito da pessoa deveria declarar que não cometera más ações em vida. Se o coração fosse mais leve que a pena, o espírito seria considerado inocente, vivendo eternamente. Já as pessoas que tivessem cometido más ações deixariam de existir, perdendo seu espírito. Imagem datada de 1307 a.C. a 1196 a.C.</p> <p>página 151</p>

Evidência histórica



Essa pintura foi encontrada no túmulo de um escriba do campo, que viveu no século XV a.C. Nela estão representadas todas as etapas da produção de trigo no Egito Antigo.

página 152

O período de desagregação

Diversos fatores produziram o desmembramento do império e o início do período de desagregação (1080 a.C. a 525 a.C.). De acordo com historiadores, entre os principais fatores desse processo estão:

- invasões estrangeiras (líbios, núbios, assírios e outros; saiba mais sobre os núbios no item a seguir);
- lutas internas (disputas militares envolvendo dinastias rivais do Alto e do Baixo Egito);
- revoltas de camponeses e escravos (superexplorados em função da redução do afluxo de riquezas provenientes das províncias dominadas).

Em 525 a.C., o faraó Psamético III foi derrotado e aprisionado por Cambises, rei dos persas. Após o domínio persa, o Egito foi conquistado, sucessivamente, por gregos e romanos.

página 154

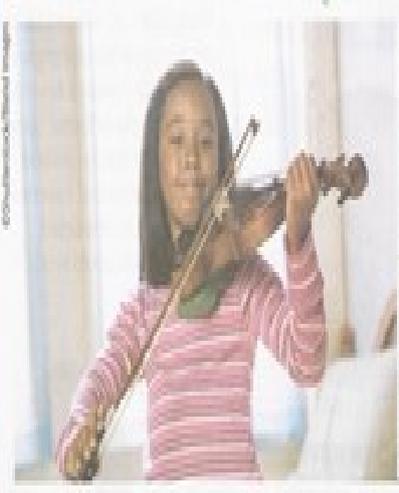
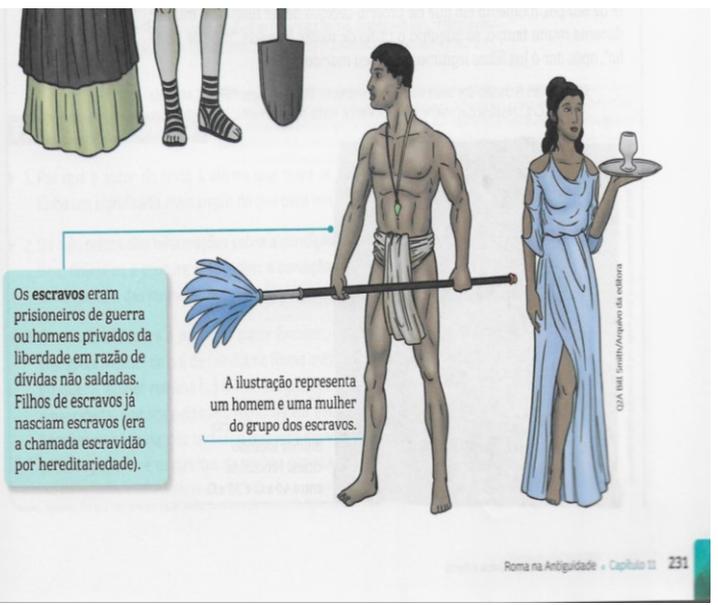
9-Cultura, política e sociedade: persas, fenícios e hebreus.

2000 a.C

página 181



página 181

<p>10-A Grécia Antiga.</p>	<p>4000 a.C.</p>	<p>página 190</p>	 <p>A palavra música também tem origem grega. Para os gregos da Antiguidade, a música era a arte das musas, principalmente a arte que tem o som como elemento básico. Na imagem, criança tocando violino nos Estados Unidos. Foto sem data.</p> <p>página 190</p>
<p>11-A Roma na antiguidade.</p>	<p>10 a.C.</p>	<p>página 231 página 238 página 239</p>	 <p>Os escravos eram prisioneiros de guerra ou homens privados da liberdade em razão de dívidas não saldadas. Filhos de escravos já nasciam escravos (era a chamada escravidão por hereditariedade).</p> <p>A ilustração representa um homem e uma mulher do grupo dos escravos.</p> <p>Roma na Antiguidade • Capítulo II 231</p> <p>página 231</p>

Um pouco mais sobre a escravidão na Roma antiga

No início deste capítulo, chamamos a sua atenção para a questão da escravidão em Roma. No texto da página 218, dissemos o seguinte: "Mas é preciso que você saiba, antes de tudo, que os romanos da Antiguidade empreenderam uma enorme expansão de seu território. E quanto à escravidão? Será que ela estava bastante presente no mundo romano?".

Assim como na Grécia antiga, a base da economia romana era o trabalho escravo. Essa característica foi particularmente forte e visível durante os períodos republicano e imperial. Vale lembrar que, em Roma, assim como na Grécia, havia também trabalho livre. Mas as pessoas escravizadas trabalhavam em parte significativa de toda a produção e dos serviços realizados nessas civilizações.

Você já sabe que, no mundo romano, a escravidão se originava, basicamente, da guerra. Aqueles que eram feitos prisioneiros durante as guerras de conquista tornavam-se escravos e eram submetidos aos mais variados tipos de trabalho.

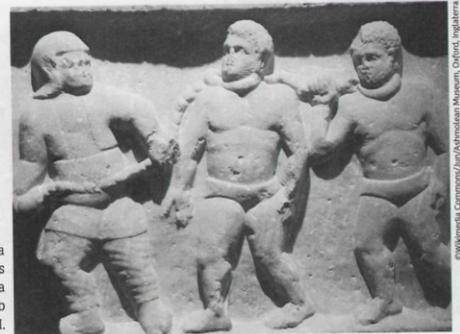
A escravidão, também, podia originar-se de condenações e do nascimento (os filhos de escravos já nasciam condenados à escravidão).

As guerras de conquista eram vitais para a sobrevivência da sociedade escravista romana. Com elas, era obtida a maior parte da mão de obra escrava. Muitas riquezas, como joias, metais preciosos e objetos de arte, também eram obtidas com o saque praticado pelas tropas que ocupavam as cidades conquistadas em combate.

Em uma sociedade escravista, a terra, as oficinas, os instrumentos de trabalho e as matérias-primas são propriedade do senhor. Na Roma antiga, não era diferente. O escravo era considerado um "instrumento" nas mãos do senhor. Entre um escravo e um senhor, a relação era de "domínio", de posse.

No mundo romano, os escravos podiam pertencer tanto a particulares (os senhores) quanto ao Estado. De modo geral, trabalhavam nas grandes obras públicas, como pontes, aquedutos, monumentos e estradas. Exerciam atividades na agricultura, na extração mineral e no artesanato. Trabalhavam, também, como criados domésticos. Os mais especializados tornavam-se secretários, músicos, professores, tecelões, etc.

Havia também os gladiadores, escravos utilizados em espetáculos, que lutavam nos anfiteatros, entre si ou contra animais.



Alto-relevo em mármore com a representação de três indivíduos escravizados. Localizado na atual Turquia. Produzido aproximadamente no século II.

238 Unidade 4 • O Escravismo Antigo: Grécia e Roma

página 238

Os romanos desprezavam os escravos e, muitas vezes, tratavam-nos com castigos físicos. A lei não os protegia, e os proprietários não eram punidos quando os castigavam fisicamente, ou mesmo quando os matavam.

página 239

Logo no primeiro capítulo “Por que estudar história?”, na página 17, há uma imagem referenciando o negro juntamente com a Festa de Nossa Senhora do Rosário e um grupo de congada, porém no texto em que elas estão inseridas, não faz em nenhum momento menção sobre as festas retratadas nas imagens, a imagem foi usada apenas como mera ilustração. No capítulo 2, “As evidências históricas e o ofício do historiador”, na página 29 aparece uma

imagem ilustrando a vida nos quilombos no ano de 2014, a imagem foi inserida a partir da ideia de relação entre o passado e o presente, sem mais explicações. O capítulo 3, “Diferentes tempos e espaços”, traz a ilustração de uma pesquisadora negra, ou seja, um negro ocupando um lugar de destaque, e isso, antes era impossível de se encontrar, geralmente ele eram retratados em cargos onde a mão de obra pesada era o principal.

O capítulo 6, “A relação ser humano-natureza” retrata um pouco mais sobre os estudos arqueológicos relacionados a origem do povoamento nas Américas e o negro está sendo representado através da ancestralidade africana da humanidade, como exemplo, na página 106 a foto de Luzia apresentando feições semelhantes aos aborígenes australianos e africanos, porém os vestígios encontrados não conseguem afirmar se Luzia era realmente negra.

No capítulo 8, “Cultura, política e sociedade: Mesopotâmia e Egito Antigo” na página 151 é apresentada uma imagem referente a religiosidade no antigo Egito onde os egípcios são representados com a cor da pele mais escura, assim como na pintura da página 152. Na página 154, ao mostrar a região que pertencia a Núbia na antiguidade, é utilizado um mapa destacando a sua localidade na África. Há destaque também para o Reino de Kush, uma ótima oportunidade para complementar a ideia de destacar as civilizações negras e seu poder de conquistas e dominações, visando superar a visão estereotipada de uma África sem história, primitiva, escuridão, selvagem, associada a escravidão.

Sobre a questão da pele, em nenhum momento o texto trouxe informações se aquele povo era negro ou não. Há um movimento de branqueamento dos egípcios, deixando para trás traços africanos.

O livro busca representar a inclusão na sala de aula, através da ilustração de alunos negros, asiáticos e cadeirante em volta de livros e aparelhos digitais, na página 181. No capítulo 10, “A Grécia Antiga” no item “Diálogo interdisciplinares” da página 190, ao falar sobre a música e sua origem grega, a ilustração da editora novamente traz uma foto de uma menina negra tocando violino, um instrumento de origem clássica, tentando se desfazer um estereótipo - a de que o negro é selvagem e sua cultura é bárbara - utilizando-se de outro - a de que para civilizar-lo, é necessário que ele tome como referência cultural instrumento da música clássica ocidental, o violino. Não se valoriza e nem se positiva instrumentos ligados aos ritmos africanos ou afro-descendentes. No capítulo 11, “Roma na antiguidade” há uma ilustração de como era a sociedade romana nas páginas 230 e 231, onde os escravos foram caracterizados com a pele negra, porém em todo o capítulo nada é encontrado sobre os negros naquela sociedade, e o ilustrador do livro os trouxe como escravos, por estar no seu

imaginário essa associação. As ilustrações, como dito, não são da época, foram feitas, e os escravos naquela sociedade não estavam ligados a cor da pele, como presente no texto da página 238, a escravidão podia se originar de condenações, do nascimento, eram prisioneiros de guerra, ou seja, qualquer etnia podia representá-los, até mesmo por que na mesma imagem os plebeus, foram caracterizados como brancos, há uma contradição.

Sétimo ano - *História para nosso tempo*

Flávio Berutti

CAPÍTULO/ TÍTULO	ANO/ ÉPOCA	LOCALI ZAÇÃO	ADJE TIVOS	DOCUMENTOS/ TRECHOS BIBLIOGRÁFICOS/ IMAGEM
1- A formação dos reinos romano-germânicos.	século III			
2- Bizantinos, árabes e francos.	século IV			
3- A Sociedade Feudal.	século V			
4- Europa Moderna.	1453-1789			
5-Expansão Marítimo europeia.	século XV e XVI			
6- Povos americanos e o encontro de culturas.	século XV			

7- A colonização na América Portuguesa.

século XV

página 137
página 138
página 139
página 140
página 141

Em larga escala

Como nas ilhas do Atlântico, a produção açucareira foi estruturada na colônia portuguesa da América em extensas propriedades, todas movidas pela força de trabalho escravizada. Essa forma de produção é conhecida por *plantation*.

Os primeiros trabalhadores feitos cativos foram os indígenas. Mas à medida que a colonização tornou-se complexa, com aumento do número de engenhos, a relação com os nativos agravou-se significativamente.

Os ameríndios realizavam suas atividades produtivas para consumo próprio sem qualquer preocupação em produzir excedentes, menos ainda de obter lucros. O trabalho não era sistemático, de sol a sol, e a resistência às imposições dos colonizadores se tornou cada vez mais intensa.

A escravização dos indígenas, com isso, revelou-se pouco eficaz, inclusive com a fuga de aldeias inteiras das áreas litorâneas para locais de difícil acesso no interior do continente, dificultando o apresamento dos nativos. A alternativa encontrada para a situação foi o uso da força de trabalho **africana**, também como cativos.

Nesse contexto começava o **tráfico atlântico de escravos**, um dos negócios mais lucrativos de todos os tempos e em condições de abastecer (em grande quantidade) de trabalhadores os latifúndios do açúcar.

Começava também desse jeito uma das maiores diásporas da história da humanidade, com cerca de 12 milhões de africanos, segundo estimativas, sendo transferidos compulsoriamente para a América – 5 milhões deles para as terras do atual Brasil.

O tráfico de escravos pelo Atlântico se encaixava perfeitamente nas políticas econômicas dos reinos europeus, fundamentadas, em grande parte, nas práticas mercantilistas, no comércio. Os africanos, é certo, resistiram à escravização com inúmeras práticas, como revoltas, fugas e montagens de quilombos. Mas o tráfico se manteve por ser uma das mais rentáveis operações comerciais da época, com a garantia de enorme acúmulo de capitais. Assim, os interesses comerciais determinaram a existência da escravidão dos africanos pelo Atlântico, e não o contrário.



Neste mapa de 1754, produzido por Luís Teixeira, é possível ver a América portuguesa dividida em capitanias hereditárias. Perceba também que a linha de Tordesilhas está deslocada mais para oeste, uma forma de o cartógrafo português ampliar as áreas pertencentes a Portugal.



Para saber mais

A escravidão na África antes dos europeus

Será que a escravidão já existia no continente africano ou foi criação dos europeus?

Não se pode afirmar que a escravização de africanos tenha sido invenção portuguesa. Afinal, antes mesmo de eles aportarem no continente africano, tal instituição já fazia parte da cultura de vários povos que lá viviam. Mas de um jeito bem diferente, muito distante de ter a mesma proporção que assumiu ao longo do tempo; e sem as características de um grande negócio.

A escravidão praticada na África, em resumo, não tinha o mesmo sentido que foi dado pelos europeus. Os autores Carlos Serrano e Maurício Waldman, no livro *Memória d'África*, mencionam como ocorria essa escravização na África. Leia o que eles escreveram:

Escravidão como consequência de batalhas realizadas entre povos vizinhos; escravidão proveniente do nascimento de uma criança filha de mulheres escravas; escravidão por meio de comércio de longa distância (com objetivos diferentes daqueles que seriam realizados por portugueses e espanhóis); escravidão mediante algum delito realizado na comunidade e julgado por ela mesma; escravidão por dívida (podendo ser esta individual ou mesmo toda uma linhagem); e a escravidão como princípio de subsistência, esta ocorrendo, principalmente, em épocas de grande fome, quando muitos se ofereciam como escravos unicamente para que pudessem sobreviver.

WALDMAN, Maurício; SERRANO, Carlos. *Memória d'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 169-170.

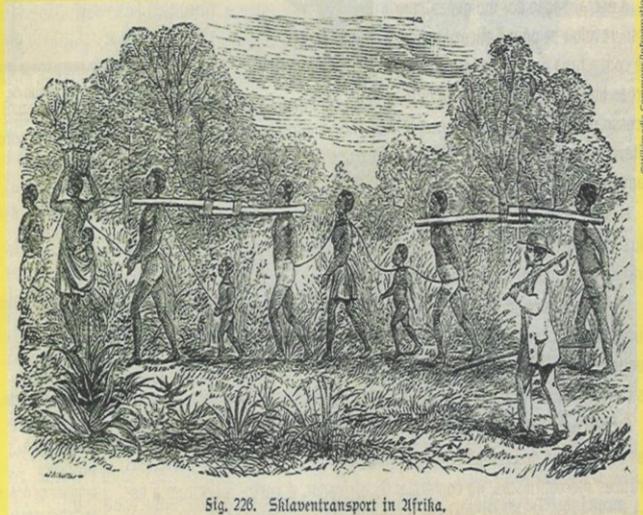


Fig. 226. Sklaventransport in Afrika.

Observe com atenção a gravura acima. Ela foi publicada no ano de 1890 por William Rednbacher e representa indivíduos (mulheres, homens e crianças) sendo capturados e escravizados no continente africano.

Trabalhadores do açúcar: os africanos escravizados

Os africanos trazidos para o atual território do Brasil como escravos apresentavam grande diversidade étnica e cultural. Grande parte veio de onde hoje se localiza Angola, Moçambique e Guiné. Na América, foram inseridos em um regime de trabalho compulsório e desgastante, cujos benefícios eram revertidos somente para os senhores, nunca para os cativos.

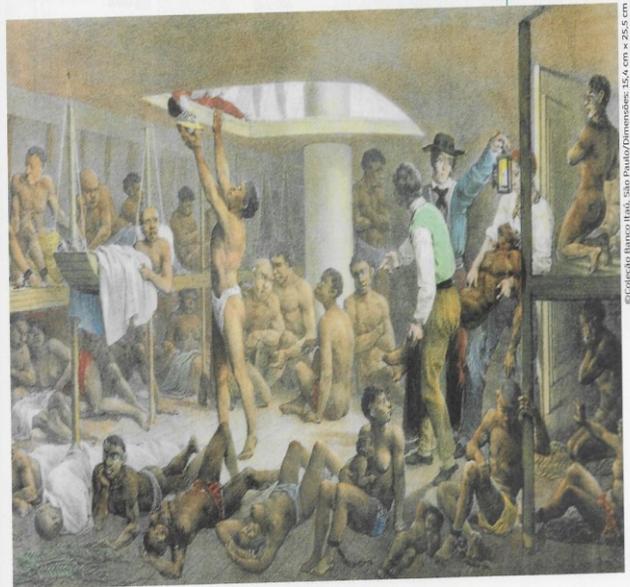
As incertezas (e os sofrimentos) estavam presentes desde a travessia do Atlântico. Boa parte das viagens durava entre 35 e 50 dias, mas podia chegar a até seis meses, no caso de as condições de navegação serem desfavoráveis. Os historiadores Douglas Cole Libby e Eduardo França Paiva assim descreveram essa travessia:

A travessia do Atlântico só pode ser descrita como um horror. Os cativos passavam a maior parte do tempo acorrentados e confinados num espaço mínimo. As condições de higiene eram rudimentares e, em consequência, o ambiente fechado do navio negreiro tornava-se cada vez mais pestilento no decorrer da viagem.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. *A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos*. São Paulo: Moderna, 2000. p. 16.

Os navios utilizados no tráfico eram denominados **tumbeiros** ou **negreiros** e transportavam, em média, entre 400 e 600 pessoas, na maioria homens, mas também mulheres e crianças. Muitos deles morriam na travessia, com as chances de sobrevivência relacionando-se a vários aspectos, como suprimento de água, comida e condições climáticas.

Negros no fundo do porão (O navio negreiro). 1835. Johann Moritz Rugendas. Litogravura. Essa imagem de Rugendas mostra o porão de um navio negreiro e suas condições precárias.



© Coleção Barron Hub, São Paulo/Dominadas: 15,4 cm x 25,8 cm

O tráfico e a chegada à América

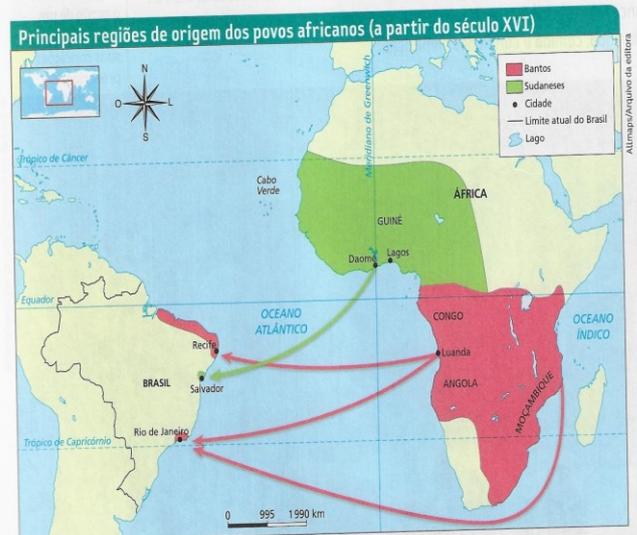
Sobre o conhecimento histórico: Os ladinos contavam também com maior confiança do senhor e executavam as tarefas mais leves, como as domésticas, as artesanais e as de supervisão. Os recém-chegados, ao contrário, ficavam com o trabalho mais árduo.

Entre os historiadores, não há consenso sobre as perdas humanas nessas viagens. Alguns afirmam que no século XVI, entre quatro africanos, um morria na travessia do Atlântico. Cálculos indicam que, nos quase quatro séculos de permanência do tráfico, aproximadamente 400 mil africanos morreram ao serem trazidos para o Brasil. Observe o mapa abaixo.

Na África, os traficantes obtinham os cativos por meio do escambo, oferecendo em troca mercadorias como cavalos, aguardente, tabaco e armas.

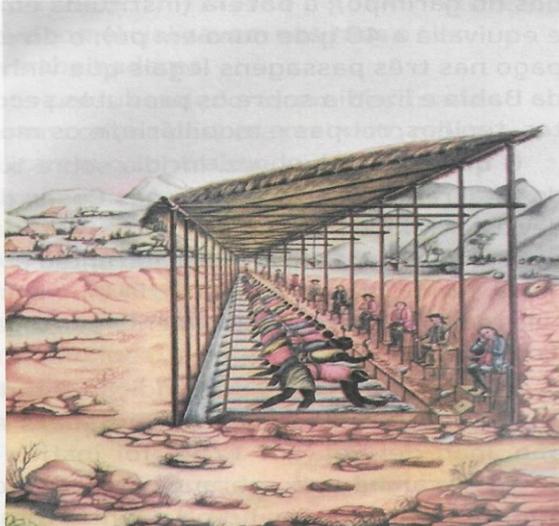
A grande produção de açúcar na colônia foi determinante para a consolidação do tráfico de escravos pelo Atlântico. Os cativos africanos eram os principais responsáveis pela maior parte dos trabalhos realizados, como colher e moer a cana, acondicionar e transportar o açúcar até os navios. Entre os cativos existia certa hierarquia, com destaque para aqueles que estavam na América havia mais tempo. Chamados de **ladinos**, eles conheciam melhor o idioma, as tarefas executadas, os hábitos e os costumes da sociedade local. Eram, por isso, os principais responsáveis por receber e acolher os recém-chegados, os **boçais**.

Para um e outro, a vida na América não era nada fácil, estavam submetidos a uma dura rotina de trabalho, castigos físicos e condições precárias de vida. Apenas alguns cativos, como os casados, recebiam do senhor pequenos espaços para o plantio de alimentos e a criação de pequenos animais. Segundo as historiadoras Liana Reis e Ângela Botelho, isso garantia a eles melhor alimentação, além de reduzir os custos do senhor. O cultivo dessas terras devia ser feito aos domingos e em momentos de folga.



O mapa mostra os principais pontos de partida e de chegada dos cativos africanos. Uma vez nos portos da América, aguardava-se determinado tempo para o cativo se recuperar da longa viagem.

Fonte: Elaborado com base em: HAYWOOD, John. *Atlas histórico do mundo*. Colônia: Könemann, 2001. p. 162-163.

			<div data-bbox="798 208 1520 1064"> <p>Para saber mais</p> <p>O engenho</p> <p>Johann Moritz Rugendas (1802-1858) nasceu na atual Alemanha e esteve no Brasil na década de 1820, onde produziu mais de uma centena de imagens, registrando a paisagem, o cotidiano e as várias atividades econômicas aqui realizadas.</p> <p>Na obra ao lado, de sua autoria, observam-se alguns detalhes de um engenho de açúcar no século XIX, em especial a moenda, onde ocorria uma das primeiras fases da produção.</p> <p>Note que as pessoas escravizadas estão representadas descarregando um carro de boi, repleto de cana-de-açúcar preparada para a moagem.</p> <p>Nessa etapa da produção, era extraído o caldo da cana, que depois era levado para a casa das caldeiras ou fornalhas.</p> <p>No início, a denominação engenho era empregada para designar apenas as instalações onde ocorria a fabricação do açúcar. Com o tempo, a palavra ganhou um significado mais abrangente, passando a englobar todo o complexo açucareiro, desde as plantações até o lugar de moradia do senhor (a casa-grande) e das pessoas escravizadas (senzala).</p> <p>Moinho de açúcar. c. 1835. Johann Moritz Rugendas. Litogravura.</p> <p>A colonização na América portuguesa - Capítulo 7 141</p> </div> <p>página 141</p>
<p>8- A América Portuguesa em expansão.</p>	<p>século XV</p>	<p>página 155 página 157</p>	<div data-bbox="798 1160 1520 1859">  <p>Extração de diamantes. 1776. Carlos Julião. Aquarela colorida.</p> <p>© Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/Dimensões: 37,1 cm x 26,6 cm</p> <p>A América portuguesa em expansão - Capítulo 8 155</p> </div> <p>página 155</p>

				<p>A sociedade das minas</p> <p>Com a atividade mineradora, o centro da economia colonial deslocou-se de Salvador, área açucareira, para o Rio de Janeiro. Na região das minas, formou-se uma sociedade de feições urbanas, na qual praticamente inexistiam possibilidades de ascensão social, em especial para aqueles chamados pelos especialistas de "desclassificados do ouro", como as pessoas cativas ou livres pobres. Nessa sociedade, constituiu-se uma elite formada por donos de lavras e escravos, autoridades religiosas e militares, grandes comerciantes e altos funcionários do Estado. Havia também um expressivo grupo intermediário formado, entre outros, por pequenos proprietários de terra, pequenos comerciantes, artesãos, artistas e profissionais liberais.</p> <p>A maior parte da população era de pessoas escravizadas, que executava todo tipo de serviço. Nem todos os cativos trabalhavam na extração de ouro e diamantes, alguns exerciam tarefas como construção de igrejas, residências, chafarizes, pontes e prédios públicos. Vários trabalhavam no comércio ambulante, controlando boa parte da venda de alimentos.</p> <p>Muitos dos vendedores ambulantes eram mulheres, livres ou escravizadas, que tinham jornada de trabalho bastante árdua. Eram, por exemplo, doceiras e quituteiras, que comercializavam nas ruas e também nas lavras, onde ficava concentrado grande número de trabalhadores.</p> <p>Caso fossem escravizadas, boa parte dos recursos ganhos pelas vendedoras era destinada ao senhor. O trabalho dessas negras de tabuleiro (como eram conhecidas) era mal visto pelas autoridades, por transitarem nas áreas de mineração e facilitarem o contrabando do ouro.</p>
				 <p>Apesar da enorme pobreza na região das minas, muitas igrejas católicas eram suntuosas, demonstrando a grande fé das pessoas naquele tempo. Na imagem, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Ouro Preto (MG). Foto de 2008.</p>
				página 157
9-Os povos indígenas no início da colonização.	século XV			
10- As lutas e as conquistas dos povos indígenas.	século XVI			
11-Reinos Africanos.	século I			anexo 4
12-Os africanos e a diáspora.	século XVI			anexo 5
13-Lutas e conquistas de africanos e afrodescendentes.	Atualidade.			anexo 6

No livro do 7o. ano, no capítulo 7, “A colonização na América portuguesa” contempla, na página 137, o início do tráfico de escravos da África para a América, trazendo

informações sobre ser essa uma atividade altamente lucrativa, considerando que cerca de 12 milhões de africanos desembarcaram em solo americano. Ainda diz que o tráfico se encaixava nas práticas mercantilistas européias e em apenas duas linhas cita que os africanos resistiram a escravização com revoltas, fugas e com a formação de quilombos, destacando muito mais as questões econômicas da época, do que a vida dos escravizados.

No item Para Saber Mais na página 138, é mencionado um pouco mais sobre a escravidão na África antes mesmo da chegada dos europeus ao continente, afirmando que essa prática já existia dentro da cultura africana, mas com outros sentidos. Para exemplificar, apresenta o trabalho dos autores Carlos Serrano e Maurício Waldman, no livro Memória d'África, afirmando a escravidão na África estava ligada às guerras, ao comércio e a prática da subsistência. Na página 139, é visto sobre os africanos escravizados que foram trazidos para o Brasil, afirmando que grande parte vieram da Angola, Moçambique e Guiné. É apresentada a gravura de Johann Moritz Rugendas, chamada Negros no fundo do porão, de 1835, acompanhada do texto que discorre sobre as dificuldades da travessia.

Um mapa é utilizado na página 140, para apresentar as principais regiões de origem dos povos africanos que vieram para o Brasil na condição de escravizados, dividindo-os em Bantos e Sudaneses, mas sem informações acrescentadas sobre esses grupos.

No item “Para saber mais” da página 141, é apresentada uma imagem de Rugendas chamada Moinho de açúcar, de 1835, seguida de informações da vida do pintor e as funções desempenhadas dentro do engenho pelos escravizados. Um ponto positivo, é que os negros foram chamados pelo termo “escravizados” e não pelo termo “escravo”, lembrando que eles viviam sobre essa primeira condição, a para muito além de serem escravizados, eram pessoas que carregam histórias, sonhos, vitórias e famílias.

Dentre as imagens que aparecem ao longo do capítulo é mais expressiva a representação dos escravizados realizando seus trabalhos do que as formas de como viviam nas poucas horas que não estavam trabalhando.

Assim, corrobora-se a imagem dos negros no período colonial sempre como escravo, desconsiderando outras experiências dos negros no Brasil, a exemplo das formas utilizadas por eles a fim de alcançar sua alforria (a compra de sua própria liberdade; a formação e organização das irmandades que angariavam dinheiro para comprar a liberdade de outros escravos, enfim, as várias

maneiras que os escravos e ex-escravos criavam para libertar a si próprio e também os outros).⁶⁰

No capítulo 8, “A América Portuguesa em expansão” no subitem que trata sobre a mineração, é apresentada uma imagem de Carlos Julião, de 1776, chamada Extração de diamantes, onde negros estão representados na condição de escravos sendo vigiados por brancos na página 155. Sobre a sociedade das minas, os escravos representavam a maior parte da população realizando serviços também fora das minas, como na construção de igrejas, de prédios públicos, e as mulheres se dedicavam mais ao comércio ambulante, conhecidas por negras de tabuleiro, elas faziam doces e quitutes para a venda.

O capítulo 11 é dedicado a falar sobre os Reinos africanos. Ele se inicia na página 208 já falando sobre os feitos dos portugueses nas grandes navegações e a conquista do território africano, com três páginas inteiras sobre a presença dos europeus. Seguido de um subitem chamado “Por que estudar a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana?”, destacando a lei nº10.639 e sua aplicação no cotidiano escolar, bem como a dívida histórica e a luta contra o racismo.

Na página 212, inicia o conteúdo de África, apresentando as características gerais e perspectivas históricas. O autor traz informações de sua extensão, de sua população, de recursos ambientais, contemplando com um mapa político atual da África. O conteúdo sobre os reinos e as civilizações se inicia na página 214, com instruções para o professor trabalhar com a desconstrução da ideia de uma África homogênea, e incentivando a problematização de visões já estereotipadas daquele continente.

A partir disso, são divididas nas próximas páginas as apresentações de reinos africanos, o primeiro é o Reino de Axum, que se localizava no ‘Chifre da África’, sendo considerado com um potência naval e comercial excelente, o reino era dividido em rei e nobreza, sacerdotes e comerciantes e os agricultores e artesãos. Foi um reino muito rico e o primeiro a se tornar cristão.

O próximo reino é o de Zimbábue, grande centro comercial e político da época, se localizava próximo a Moçambique e segundo pesquisas atuais possuía um grande nível de sofisticação quanto a sua administração, antes da chegada dos europeus.

O reino de Gana é apresentado logo em seguida, na página 219, destacando o poder do ouro em suas terras, bem como as rotas transaarianas feitas pela sua população. Há destaque

⁶⁰ CARVALHO, Andréa Aparecida C. Idem, p.85.

para o seu exército, e o seu declínio se deu com a crise do ouro. Gana foi dominada por outro reino, o de Mali.

O Reino de Mali se dedicava ao comércio, a agricultura e a criação de gado e pesca. Também possuía um poderoso exército e seu território era muito extenso. O reino estava dividido em províncias, cidades e vilas, que tinham suas regras e governadores. Seu declínio veio com o enfraquecimento da coroa e o afastamento de aliados.

O capítulo 12, “Os africanos e a diáspora” vem tratar sobre a diversidade religiosa, e apresenta os povos bantos, como um povo que falavam uma língua semelhante e povoavam diferentes regiões do continente, mas pouco é explorado sobre a vida em sociedade, bem como a escravização dos mesmos.

No subitem “A escravidão no Brasil” é destacada que o desembarque dos africanos em terras brasileiras como escravizados teve início por volta de 1550, aonde chegavam em navios que não ofereciam nenhuma segurança ou condições de higiene, muitas vezes sem ventilação, o que levava muitos a morte. Quando aqui chegavam eram vendidos a senhores de terra e de Minas, vivendo uma vida difícil e submetidos a trabalhos forçados com penalidades severas. Esse subitem é acompanhado de imagens que ilustram o dia a dia dos escravos, suas condições de trabalho.

No próximo subitem, chamado “Dominação, resistência e formação de quilombos” da página 237, é afirmado que os africanos resistiram à escravidão de diversas maneiras, com fugas, suicídios, abortos, mutilações, revoltas e a formação de quilombos. Estes quilombos tiveram grandes significados para os fugitivos, pois segundo o autor, serviam como um lugar de recuperação de identidades e culturas africanas, já que se organizavam de sua maneira e praticavam rituais e crenças referentes à África. Na página 238 há destaque para o quilombo dos Palmares, Buraco do Tatu e Ambrósio.

No subitem “Os escravos negociam”, na página 240, continua a tratar sobre as resistências quanto a condição de escravidão que eram submetidos, destacando uma nova historiografia que busca identificar as formas de luta e negociação feitas pelos escravizados. A religiosidade também é tratada como uma forma de resistência, pois os africanos quando aqui chegavam não deixavam de lado suas tradições e rituais, por mais que os praticavam escondidos ou de forma camuflada.

No capítulo 13, “Lutas e conquistas de africanos e afrodescendentes” que se inicia na página 248 trás dados do IBGE referentes a diferença de salários entre brancos e negros, a diferença de cargos e o número de universitários negros, convidando os alunos a refletir sobre lutas e conquistas relacionadas aos africanos e afro-brasileiros ao longo da história. Ainda

neste primeiro momento, são expostas imagens de personalidades negras para ilustrar a reflexão, como a foto do antropólogo Kabengele Munanga e do geógrafo Milton Santos.

No primeiro subitem do capítulo, chamado “Refletindo sobre a cidadania” o autor sugere ao professor abordar as questões de identidades de forma a problematizar paradigmas. Para isso, inicia com o conceito de cidadania que deveria se estender a todos os indivíduos, e destaca que a história dos afrodescendentes foi contada de uma forma estereotipada muitas vezes deixando de lado os feitos e contribuições dos negros na formação do Brasil, ou seja, a cultura africana de certa forma não é reconhecida, carregando consigo preconceitos e ignorâncias.

No subitem da página 251 chamado “Africanos e afro-brasileiros” relembra o trabalho escravo realizado em grande escala nas plantações de açúcar e na mineração, destacando o cotidiano dos escravizados com o uso de castigos físicos e psicológicos. Mas, os escravizados não aceitaram passivamente a esta condição, e o livro cita algumas formas de resistência, como as fugas, suicídio, saques, incêndios e a formação de quilombos.

Estendendo um pouco mais sobre o assunto, no subitem “Africanos e afro-brasileiros: luta e resistência no período imperial” na página 254, são destacadas as leis abolicionistas do período, como a Lei Eusébio de Queirós, Nabuco de Araújo, Lei do Ventre Livre, dos Sexagenários e a Lei Áurea. O movimento abolicionista se inicia na página 256 com os participantes e os feitos dos grupos abolicionistas que lutavam contra a escravidão, destacando os movimentos literários como o romance “A escrava Isaura”, e a formação de clubes e sociedades abolicionistas que reivindicavam uma nova distribuição de terras e a expansão do ensino. Porém, conclui que com o fim da escravidão, os libertos não saíram livres de discriminações, e sem o acesso a terra, ainda eram forçados a trabalhar.

Na página 261, no subitem “Lutas e resistência” é tratado sobre as dificuldades enfrentadas pelos negros, que eram vistos como inferiores durante o período colonial e que mesmo assim, buscaram resistir participando de revoltas e motins em busca de melhores condições de vida. Ponto importante do livro, pois demonstram aos alunos que os negros não aceitaram de forma passiva à condição de escravizados, eles, ao contrário, se organizavam e lutavam pela liberdade. Grande exemplo, foi a revolta dos Malês, ocorrida em 1835, em Salvador, que pode ser vista na página 262, explicando que foi uma revolta que visava a liberdade e envolveram centenas de homens e mulheres.

São destacadas também mais duas revoltas, a de Manuel Congo e a Balaiada, onde a primeira aconteceu no Rio de Janeiro e a segunda no Maranhão contando com a participação de três mil escravizados.

O subitem “A luta por direitos nos séculos XX e XXI” na página 265 acrescenta os problemas enfrentados pelos libertos quanto a moradia e a falta de emprego. E ainda, apresenta como luta a Revolta da Chibata, que ocorreu em 1910 no Rio de Janeiro contra os castigos físicos aplicados pela Marinha do Brasil. O líder João Cândido liderou mais de dois mil marinheiros, que enviaram uma carta ao governo reivindicando melhores condições de trabalho, cedendo às pressões, o governo atendeu suas demandas, abolindo os castigos físicos e garantindo a anistia dos revoltosos.

No subitem “Comunidades quilombolas: espaços de resistência no século XXI” da página 270, inicia com a importância dos quilombos na luta contra a escravidão, afirmando que eles representavam melhores condições de vida e de proteção. E ainda hoje, é possível encontrar comunidades vivendo em quilombos, para ilustrar o livro conta com imagens de casas quilombolas no estado da Bahia e do Amapá. As comunidades quilombolas possuem titulação de suas terras e dentro delas possuem escolas que abordam questões culturais de seus povos, realizando um trabalho de valorização cultural e preservação de suas tradições.

CAPÍTULO 3- A IMAGEM DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE OITAVO E NONO ANO.

Seguindo com o trabalho de análise das coleções didáticas, neste capítulo serão analisados os livros do 8o.e 9o. ano das duas coleções já apresentadas. A coleção *Estudar história. Das origens do homem à era digital*, de Patrícia Ramos Braick inicia o livro do 8o. ano, no eixo da História do Brasil com a América Portuguesa nos séculos XVI e XVII, passando pelo período das minas, da Independência, 1o. e 2o reinados, Regência e Abolição. No eixo História Geral, inicia com o século XVIII, Revolução Industrial, Iluminismo, Revolução Francesa, Império Napoleônico, Independência das colônias espanholas e colônias e independência dos EUA.

No livro do 9o. ano da mesma coleção, tem início no eixo da História do Brasil com o populismo na América Latina, passando pelos governos militares no Brasil terminando com a volta de democracia com a apresentação dos governos de José Sarney ao de Dilma Rousseff. No eixo História Geral, inicia com o Imperialismo na África e Ásia, passando pelas duas guerras mundiais até o mundo contemporâneo, abrangendo a globalização e os conflitos no Oriente Médio.

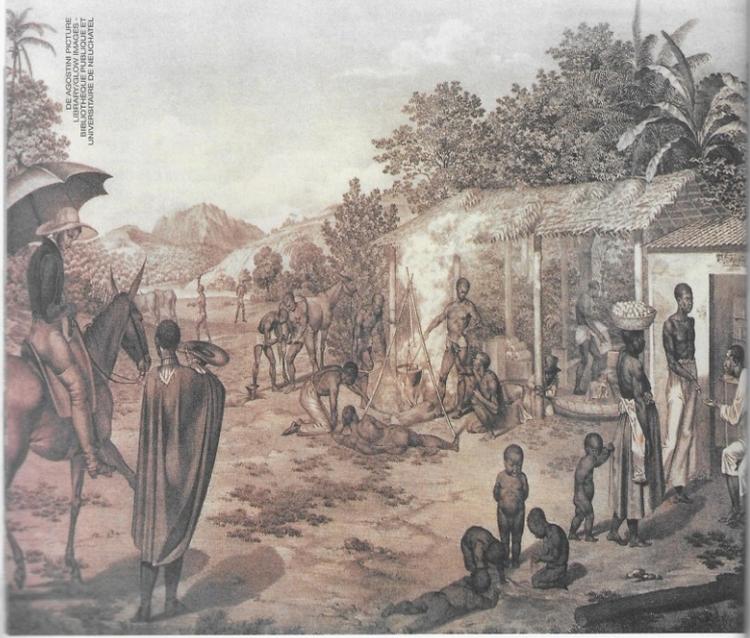
A coleção *História para nosso tempo*, de Flávio Berutti, inicia o livro de 8o. ano, no eixo da História do Brasil com a Independência do Brasil e o Primeiro e Segundo Reinado. No eixo de História Geral, inicia com a Inglaterra revolucionária no século XVII, A Revolução Industrial Inglesa, as ideias iluministas até o Liberalismo econômico e os movimentos operários ocorridos no século XIX.

O último livro, o de 9o ano, da mesma coleção inicia no eixo de História do Brasil com a proclamação da República, juntamente com as transformações sociais e trabalhistas ocorridas no século XX, o período de ditaduras até a redemocratização do país. No eixo de História Geral inicia com o Imperialismo na Ásia e África até as Guerras Mundiais.

Oitavo ano. *Estudar história. Das origens do homem à era digital.*

Patrícia Ramos Braick.

CAPÍTULO/ TÍTULO	ANO/ ÉPOCA	LOCALI ZAÇÃO	ADJETI VOS	DOCUMENTOS/ TRECHOS BIBLIOGRÁFICOS/ IMAGEM.
---------------------	---------------	-----------------	---------------	---

1-A expansão da América portuguesa.	século XVI e XVII.			
2-A mineração no Brasil.	século XVI	página 32 página 36 página 39	escravos (página 32)	<p data-bbox="831 394 1026 439">Na época colonial, a região que hoje denominamos Nordeste açucareiro compreendia as capitâneas do Norte.</p> <p data-bbox="1043 394 1390 421">O povoamento da região das minas</p> <p data-bbox="1043 439 1489 600">No final do século XVII, o território que se transformaria nas Minas Gerais era habitado principalmente por povos indígenas. A descoberta de ouro, no entanto, provocou uma verdadeira corrida de colonos em direção à região. Em 1711, aproximadamente 30 mil pessoas já viviam naquela área, em povoados que foram se formando ao longo do curso dos rios e nas encostas das montanhas, sem contarem com planejamento urbano elaborado.</p> <p data-bbox="1043 607 1489 745">Pessoas de origens muito diferentes chegaram à região em busca do ouro: bandeirantes paulistas e alguns poucos baianos, funcionários da Coroa, comerciantes, padres, trabalhadores livres, libertos e escravos, cristãos-novos (judeus ou descendentes de judeus convertidos ao cristianismo) e pequenos proprietários de terra, vindos principalmente do Nordeste, que sofriam com a crise do mercado açucareiro.</p> <p data-bbox="1043 752 1489 918">Além de moradores da colônia, milhares de pessoas deixaram Portugal para tentar a sorte nas minas. Estima-se que, entre 1700 e 1760, mais de 600 mil portugueses tenham migrado para o Brasil. Essa repentina aglomeração de pessoas na região das minas e o alto lucro que se obtinha com a exploração do minério provocaram o deslocamento do centro econômico da colônia das áreas açucareiras do Nordeste para o Centro-Sul da América portuguesa.</p> <p data-bbox="831 752 1026 918"><i>Rancho na Serra do Caraça, gravura de Martius e Spix, c. 1820. Biblioteca Pública e Universitária de Neuchâtel, Suíça. O movimento de pessoas próximo às minas era grande. Muitos ranchos que serviam de abrigo ou de local para refeições eram formados devido à frequência de viajantes à procura de ouro.</i></p>  <p data-bbox="831 958 879 1088">DE AGOSTIN FANTUCCI LIBRERIA UNIVERSITARIA UNIVERSITARIA DI NEUCHÂTEL</p> <p data-bbox="804 1608 826 1630">32</p> <p data-bbox="767 1664 898 1697">página 32</p>



ROMULO FALDINI - MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, OURO PRETO

Nossa Senhora do Rosário, peça do século XVIII, exemplo de "santa do pau oco". Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

■ O trabalho de mineração

A maior parte do ouro explorado nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso estava depositada próximo da superfície e no leito dos rios. Era o chamado **ouro de aluvião**, resultado de um longo processo de desgaste das rochas causado principalmente pela ação do vento e da chuva. A exploração do ouro nessas condições ocorria por meio da separação do metal de outros materiais, quase sempre utilizando água.

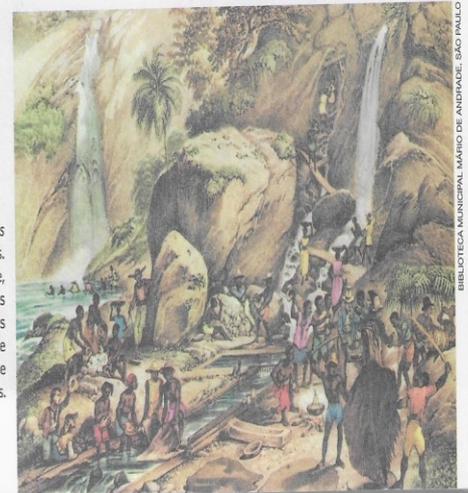
Nas grandes áreas da mineração, chamadas lavras, a lavagem do terreno exigia grande quantidade de escravos, tanto para separar o ouro quanto para carregar água e terra. Com o uso da bateia, uma peça de fundo cônico, os trabalhadores separavam o ouro do cascalho e da areia que o acompanhavam.

O auge da mineração ocorreu entre 1700 e 1760. Calcula-se que cerca de 560 toneladas de ouro brasileiro foram desembarcadas em Lisboa nesse período! Por volta de 1770, a queda da produção aurífera foi brusca, mas a faiscação de pequenas pepitas e de ouro em pó continuou envolvendo muitas pessoas. Entre os faiscadores existiam homens livres, libertos e escravos. Muitos cativos eram escravos de ganho, que desfrutavam de alguma autonomia, inclusive financeira, e tinham de entregar ao fim do dia ou de uma jornada mais longa certa quantidade de ouro aos seus senhores.

▼ A prática do contrabando

A principal preocupação da Coroa nas regiões de mineração era impedir o contrabando. A preocupação tinha fundamento, pois, mesmo com a intensa fiscalização e os altos impostos, muito ouro circulou na ilegalidade. Além disso, com o esgotamento das lavras, a quantidade de ouro contrabandeado aumentou.

Mineradores, comerciantes e mesmo clérigos escondiam o ouro para evitar a taxa da Coroa. Uma das formas mais engenhosas foi a criação de casas de fundição ilegais, que falsificavam as barras de ouro imprimindo o selo real. Outras formas eram a adição de outros metais às moedas portuguesas, como o estanho, e a prática de esconder ouro ou diamantes dentro de imagens religiosas ocas, os chamados "santos de pau oco".

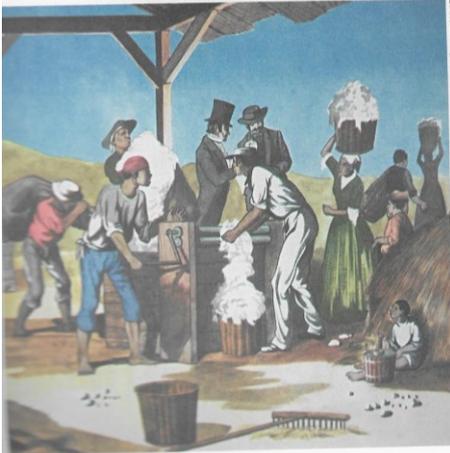


Lavagem de ouro em Itacolomi, Minas Gerais, 1827, de Johann Moritz Rugendas. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo. Explorando ouro no leito dos rios, metade do corpo dos trabalhadores ficava exposta ao Sol, enquanto a parte inferior suportava o frio das águas, o que causava graves doenças.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

BIBLIOTECA MUNICIPAL MÁRIO DE ANDRADE, SAO PAULO

				<div data-bbox="820 264 1102 302"> <h3>A sociedade mineira</h3> </div> <div data-bbox="820 315 1276 421"> <p>Os povoados surgiram e cresceram em uma velocidade espantosa nas áreas de mineração. A sociedade que se formou desse crescimento acelerado era muito diferente das que existiam antes no Brasil e mesmo em Portugal.</p> </div> <div data-bbox="820 423 1276 580"> <p>Nos núcleos urbanos, havia grande número de artesãos, profissionais liberais e funcionários da Coroa, escravos e ex-escravos, o que os tornava socialmente mais diversificados que os do Nordeste açucareiro. Alguns historiadores destacam, porém, os grandes contrastes sociais nas vilas e arraiais mineiros, onde surgiu um grande número de pessoas desocupadas, de prostitutas e de ladrões que atacavam caravanas de tropeiros.</p> </div> <div data-bbox="820 582 1276 687"> <p>Esses núcleos concentravam residências, negócios, atividades literárias e celebrações. A vida social era agitada e foi nesse ambiente que surgiram as manifestações culturais do barroco mineiro e os primeiros movimentos de ruptura com a metrópole.</p> </div> <div data-bbox="820 716 1018 750"> <h3>A elite mineradora</h3> </div> <div data-bbox="820 763 1276 869"> <p>Os proprietários de grandes lavras constituíam um grupo social privilegiado na região. Esse pequeno grupo possuía grande poder econômico, influência política e muitos escravos, que eram contados na hora de arrematar as lavras.</p> </div> <div data-bbox="820 871 1276 1028"> <p>Os altos funcionários da Coroa também participavam dessa elite. Eles eram, em geral, portugueses enviados para ocupar cargos importantes, como o de superintendente e o de governador. Muitas vezes, os portugueses também vinham ao Brasil como contratadores, homens de negócio que obtinham da Coroa, por meio de leilão, o direito de cobrar as taxas reais.</p> </div> <div data-bbox="820 1030 1276 1111"> <p>Os grandes comerciantes, por sua vez, beneficiavam-se do monopólio comercial de alguns artigos nas regiões mineradoras. Em muitos casos, o comércio era muito mais rentável que a exploração mineral.</p> </div> <div data-bbox="820 1137 973 1182"> <h4>A SOCIEDADE MINEIRA (SÉCULO XVIII)</h4> </div> <div data-bbox="820 1187 1045 1556"> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Grupo</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Proprietários de grandes lavras e grandes comerciantes</td> <td>4%</td> </tr> <tr> <td>Profissionais liberais e pequenos comerciantes</td> <td>17%</td> </tr> <tr> <td>Homens livres pobres</td> <td>29%</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>50%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: SOUZA, Laura de Mello e. <i>Opulência e miséria das Minas Gerais</i>. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 44-74. (Coleção Tudo é história)</p> </div> <div data-bbox="1161 1137 1305 1182"> <h4>HABITANTES DE MINAS GERAIS (1776)</h4> </div> <div data-bbox="1161 1187 1386 1556"> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Cor</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Branco</td> <td>22%</td> </tr> <tr> <td>Pardo</td> <td>26%</td> </tr> <tr> <td>Negro</td> <td>52%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: PAIVA, Eduardo França. <i>Escravidão e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos</i>. São Paulo: Annablume, 1995. p. 67.</p> </div> <div data-bbox="767 1632 898 1671"> <p>página 39</p> </div>	Grupo	Porcentagem	Proprietários de grandes lavras e grandes comerciantes	4%	Profissionais liberais e pequenos comerciantes	17%	Homens livres pobres	29%	Outros	50%	Cor	Porcentagem	Branco	22%	Pardo	26%	Negro	52%
Grupo	Porcentagem																					
Proprietários de grandes lavras e grandes comerciantes	4%																					
Profissionais liberais e pequenos comerciantes	17%																					
Homens livres pobres	29%																					
Outros	50%																					
Cor	Porcentagem																					
Branco	22%																					
Pardo	26%																					
Negro	52%																					
3- A Revolução industrial.	Século XVIII	Pág. 54	Africanos escravizados (página 54)																			

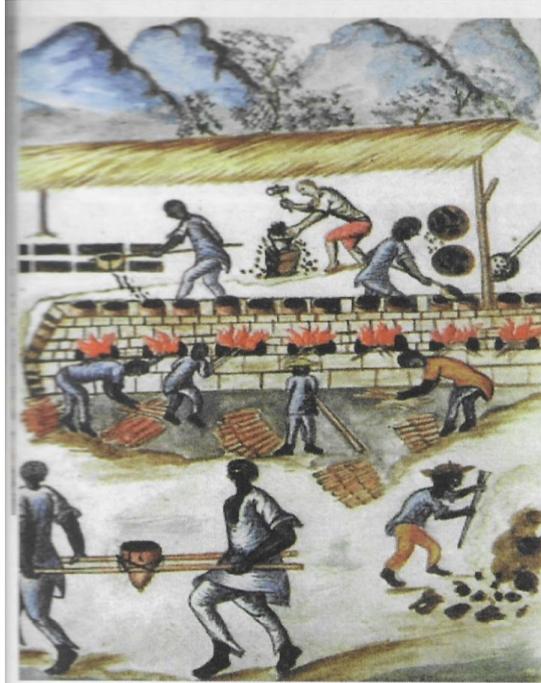
				<p>Do campo para a cidade</p> <p>A industrialização inglesa só foi possível também pela oferta de mão de obra, originária principalmente do meio rural, para o trabalho nas fábricas. A oferta de trabalhadores nas cidades estava relacionada ao processo de modernização da agricultura inglesa, que vinha ocorrendo desde o século XVI. As leis de cercamentos autorizavam os proprietários rurais a cercar suas terras e a expulsar os camponeses das terras comunais, onde viviam desde a Idade Média. Nessas propriedades adotou-se um modelo de produção em larga escala, voltada para o mercado.</p> <p>Um dos efeitos dos cercamentos e do êxodo rural foi a concentração de trabalhadores no meio urbano, inchando as cidades e gerando uma força de trabalho farta, disponível e barata para as nascentes fábricas.</p>  <p>Gravura do século XVIII representando escravos descaroçando algodão com máquina inventada por Eli Whitney, em 1793. Muitos africanos escravizados trabalharam nas plantações de algodão na América do Norte, que garantiam matéria-prima para as indústrias inglesas.</p> <p>página 54</p>
--	--	--	--	--

<p>4-O iluminismo e a independência dos Estados Unidos.</p>	<p>século XVIII</p>	<p>página 87</p>	<p>Africanos escravizados (página 87)</p>	<p>Depois da independência</p> <p>A Constituição norte-americana foi elaborada com o propósito de afirmar e proteger os direitos do povo, ou seja, dos cidadãos norte-americanos. No entanto, a noção de povo no século XVIII era bastante diferente da que temos hoje. A palavra "povo" referia-se aos homens livres, brancos e que atuavam politicamente na sociedade. Alguns estados, como Massachusetts, exigiam ainda um mínimo de renda ou de propriedades para participar da vida política.</p> <p>A união entre as ex-colônias mostrou-se temporária. Os estados do norte e do sul tinham interesses diferentes e muitas vezes conflitantes, resultado das condições particulares da colonização das duas regiões. A guerra contra a Inglaterra havia promovido a união das antigas colônias, mas não tinha sido suficiente para criar um sentimento de identidade nacional entre elas. As tensões se tornaram crescentes, e o debate político parecia incapaz de superar as divisões.</p> <p>As tensões políticas somaram-se os problemas econômicos. As batalhas pela independência deixaram o país devastado, com inflação e dívidas enormes. Os norte-americanos que lutaram pela independência saíram da guerra sem nenhuma recompensa, a não ser títulos de propriedade de terras indígenas no oeste do país.</p> <p>A independência dos Estados Unidos não garantiu o fim da escravidão nem incluiu os indígenas como cidadãos no novo Estado. No entanto, do ponto de vista político, ela foi revolucionária. Com a independência, nasceu a democracia moderna, fundada nos ideais do iluminismo. A experiência norte-americana serviria de exemplo da vitória da soberania popular sobre o jugo metropolitano, especialmente para o restante das colônias na América.</p> <p>Saiba mais</p> <p>Os indígenas após a independência</p> <p>Para os povos nativos, a independência política dos Estados Unidos significou o aumento das invasões de suas terras. O governo norte-americano autorizou campanhas contra os povos indígenas que lutaram ao lado dos ingleses. E mesmo aqueles que haviam ajudado na luta pela independência do país sofreram com as investidas expansionistas dos homens brancos em seus territórios.</p> <p>Em muitas cidades dos Estados Unidos, principalmente no sul e no meio oeste, séculos de escravidão e discriminação hoje se manifestam no índice maior de pobreza da população afro-americana e em fortes tensões sociais. O exemplo mais recente desse quadro foi a onda de protestos que se espalhou pelo país após um jovem negro de 18 anos ter sido morto por um policial na cidade de Ferguson, no Missouri, em agosto de 2014. Atualmente, a taxa de pobreza no país entre os negros é de 28,1%, enquanto entre os brancos chega a 12%. A taxa de desemprego é de 11,4% para os negros e de 5,3% para os brancos. A taxa de abandono escolar entre os negros é de 5,2% e entre os brancos menos da metade disso. Os Estados Unidos emitem para as prisões hoje mais negros do que a África do Sul no período mais opressor da apartheid. Na cidade de Washington, por exemplo, estudos mostram que três em cada quatro jovens negros passam parte da sua vida na prisão.</p>  <p>Gravura de Alfred R. Waud representando africanos escravizados trabalhando em plantação de algodão no sul dos Estados Unidos, c. 1860.</p> <p>87</p>
---	---------------------	------------------	---	---

				página 87
5- A Revolução Francesa.	século XVIII			
6-O Império Napoleônico e o Congresso de Viena.	século XVIII	página 124 página 125		<div data-bbox="767 398 1544 1787" data-label="Complex-Block"> <p>ENQUANTO ISSO...</p> <p>A independência do Haiti</p> <p>A Espanha estabeleceu seu primeiro núcleo colonial na América em 1492, na Ilha Hispaniola, atualmente dividida entre Haiti e República Dominicana.</p> <p>No fim do século XVI, franceses se estabeleceram na parte oeste da ilha. Em 1697, a Espanha cedeu, por meio de um tratado, a parte ocidental de Hispaniola para a França, que ali fundou a colônia de São Domingos.</p> <p>Na ilha, os franceses implantaram os cultivos de café, de cana-de-açúcar e de algodão. A principal mão de obra nas lavouras de São Domingos era a de escravos de origem africana, que constituíam cerca de 80% da população da ilha. As longas jornadas de trabalho e as difíceis condições de vida dos escravos geravam constantes tensões entre esse grupo e a elite branca.</p> <p>Em 1791 François-Dominique Toussaint Louverture, filho de um chefe tribal africano levado como escravo para São Domingos, liderou uma rebelião que aboliu a escravidão na ilha, executou proprietários brancos e confiscou suas terras para distribuí-las entre os negros.</p> <p>Os conflitos prosseguiram e, em 1801, Napoleão Bonaparte enviou a São Domingos uma expedição para restabelecer o controle francês sobre a ilha. Louverture foi preso e deportado para a França.</p> <p>Um dos momentos mais dramáticos das batalhas entre os escravos e as tropas de Bonaparte ficou marcado pela entoação de uma música: o hino nacional francês, mais conhecido como <i>A marsehesa</i>. A canção, composta durante a Revolução na França, foi entoada pelos próprios negros insurretos, prestes a serem atacados pelos franceses, que, perplexos, acabaram recuando. Leia ao lado alguns versos do hino para compreender por que ele desestabilizou as tropas de Napoleão.</p>  <p><small>BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS</small></p> <p><small>Toussaint Louverture, líder dos insurretos de São Domingos, obra do século XIX. Biblioteca Nacional da França.</small></p>  <p><small>Revolta de escravos em São Domingos, gravura do século XIX.</small></p> <p><small>124</small></p> </div>
				página 124

				<p><i>A marsehesa</i></p> <p>“Vamos, filhos da pátria O dia da glória chegou. Contra nós, da tirania O estandarte ensanguentado Se ergue. Ouvis Nos campos rugirem esses Ferozes soldados? Eles vêm até Os nossos braços degolar nossos Filhos, nossas esposas.</p> <p>Às armas, cidadãos! Formai vossos batalhões! Marchemos, marchemos Que um sangue impuro Mancha nossos campos [...].</p> <p>Amor sagrado pela Pátria Conduz, sustém nossos braços Vingadores! Liberdade, liberdade Querida, combate com os teus Defensores! Sob as nossas Bandeiras, que a vitória chegue Logo às tuas vozes viris! Que teus Inimigos agonizantes vejam teu Triunfo, e nossa glória!”</p> <p>LISLE, Claude J. R. de. <i>A marsehesa</i> [1792]. In: SQUEFF, Ênio. <i>A música na Revolução Francesa</i>. Porto Alegre: L&PM, 1989. p. 131-136.</p> <p>Fonte: DUBY, Georges. <i>Atlas historique mondial</i>. Paris: Larousse, 1987. p. 281.</p> <p>A ILHA HISPANIOLA</p>  <p>Questões Responda em seu caderno</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O movimento que resultou na independência do Haiti do domínio colonial francês foi inspirado nos ideais iluministas. Explique essa afirmativa. 2. Identifique no hino os termos utilizados para designar os franceses e seus inimigos. Em seguida, diferencie quem seriam os tiranos para os franceses do período revolucionário e para os negros escravos do Haiti no processo de sua independência. 3. Por que as tropas francesas recuaram ao escutar <i>A marsehesa</i>? <p>125</p> <p>página 125</p>
7-As independências das colônias espanholas.	século XVIII	página 130 página 139	africano s escravizados (página	

130)



BIBLIOTECA DO PALAÇO REAL, MADRI

Africanos escravizados trabalham em fundição no Vice-Reino do Peru, ilustração do final do século XVIII. Biblioteca do Palácio Real, Espanha.

“In da Am desfru

página 130

■ O sentido da liberdade

No tempo das lutas pela independência na América espanhola, a palavra “liberdade” tinha diferentes significados. Para as elites *criollas* que liam os textos iluministas, liberdade tinha, principalmente, uma dimensão política e econômica. Esse grupo desejava autonomia para ampliar seus negócios e atuar no comércio internacional sem a intervenção da metrópole.

Para os escravos, liberdade significava o fim da condição de cativo. Já, para os índios, a palavra estava associada à supressão dos tributos coloniais e ao fim do trabalho compulsório, que havia dissolvido as comunidades originais ou alterado drasticamente seu funcionamento.

As lutas pela emancipação na América espanhola não conseguiram conciliar as diferentes visões de liberdade. Os movimentos de independência contaram com a participação de índios e de negros, mas foram liderados pelos *criollos* (brancos e mestiços), que já exerciam funções na administração colonial ou atuavam no comércio interno ou externo. Por isso, os novos Estados nacionais foram organizados para defender os interesses desses grupos dominantes.

▼ Independência e abolição

As independências não significaram o fim do trabalho escravo na América hispânica. Muitos defensores da independência política das colônias espanholas eram senhores de escravos, o que explica a lentidão em abolir a escravidão em grande parte do território. A maioria dos novos países adotou políticas gradativas para extinguir o trabalho escravo antes de abolir definitivamente a escravidão.

A Venezuela proibiu a escravidão em 1816, e a Colômbia, em 1818. Contudo, nesses países, os ex-escravos do sexo masculino, com idade entre 14 e 60 anos, foram obrigados a prestar serviço militar. Aqueles que recusassem ficavam sujeitos à servidão. A abolição definitiva nos dois países só ocorreu na década de 1850, assim como no Equador, na Argentina e no Peru (veja a cronologia ao lado).

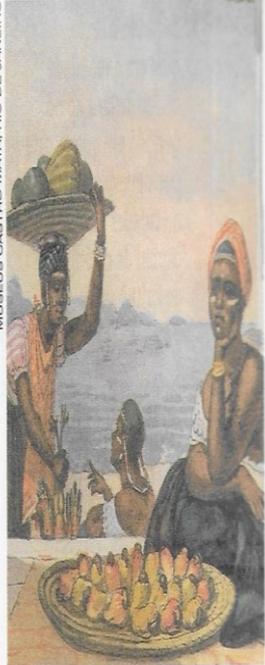
ABOLIÇÃO DEFINITIVA DA ESCRAVIDÃO NA AMÉRICA ESPANHOLA*



*Não inclui as Províncias Unidas da América Central.



Corte de cana, pintura de Victor Patricio Landaluce, 1874, Museu Nacional de Belas Artes, Cuba. A mão de obra escrava africana foi a principal força de trabalho utilizada em Cuba e no Haiti.

				página 139
8- O processo de independência do Brasil.	século XVIII	Página 155 página 156 página 161	escravos (página 155)	<p>Mudanças no Rio de Janeiro</p> <p>Com a chegada da corte, o Rio de Janeiro tornou-se sede do governo português. A partir disso, mudanças foram feitas na cidade para aproximá-la dos padrões europeus. D. João criou a Imprensa Régia e permitiu a livre impressão de jornais e livros no Brasil. Surgiu, assim, a <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>, primeiro jornal editado em terras brasileiras. Com livros trazidos de Portugal, o príncipe regente criou a Real Biblioteca, atual Biblioteca Nacional, e fundou escolas para os filhos das famílias mais abastadas e da classe média urbana.</p> <p>As mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro ajudaram a divulgar hábitos e padrões de consumo até então desconhecidos pela elite local. Para atender aos requisitos da corte e de uma população urbana em rápida expansão, foram inauguradas casas comerciais especializadas na venda de artigos de luxo europeus, como roupas e acessórios, móveis e artefatos de uso doméstico.</p> <p>D. João também foi grande incentivador da cultura e das artes e financiou diversos espetáculos de ópera e de balé no Brasil. Teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, além da inauguração do Jardim Botânico, incrementaram o cotidiano dos moradores do Rio de Janeiro. Muitos artistas estrangeiros, como Jean-Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay, vieram para o Brasil nas chamadas <i>missões artísticas</i> e registraram os costumes e a vida cotidiana da colônia.</p> <p>Em 1815, com o objetivo de permanecer na colônia, D. João elevou o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Em 1818, dois anos após a morte de sua mãe, Dona Maria I, o príncipe regente foi coroado rei de Portugal e do Brasil, sendo nomeado D. João VI.</p>  <p>MUSEUS CASTRO MAYA, RIO DE JANEIRO</p> <p>Negra tatuada vendendo caju (detalhe), pintura de Jean-Baptiste Debret, 1827. Museus Castro Maya, Rio de Janeiro.</p>
				página 155

Explore

1. Segundo o texto, qual era a realidade do Rio de Janeiro no período em que a corte portuguesa se instalou na cidade? Como a capital da colônia foi descrita?
2. Qual foi a principal mudança demográfica ocorrida no Rio de Janeiro com o crescimento da cidade?

Professor, se houver possibilidade, chamar a atenção dos alunos para os aspectos que Rugendas destacou nesta representação de uma rua do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX: um ambiente movimentado, desorganizado e carregado de vendedores ambulantes. É possível observar os meios de transporte, como os cavalos e as mulas, misturados com mercadorias encaixotadas no chão. Na cena predominam homens, principalmente escravos carregadores e brancos comerciantes. Rugendas apresenta esta rua do Rio de Janeiro como centro comercial.

Rua Direita, no Rio de Janeiro, gravura colorizada de Johann Moritz Rugendas, c. 1835. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo.

O outro lado da vida na corte

A presença da família real portuguesa no Rio de Janeiro, porém, não foi marcada somente pelo luxo e pela adoção de costumes europeus. A cidade da corte também sofreu com muitos problemas, como a falta de água, alimentos e moradia. Leia, no trecho a seguir, um panorama das condições de vida das camadas mais pobres da população do Rio de Janeiro desse período.

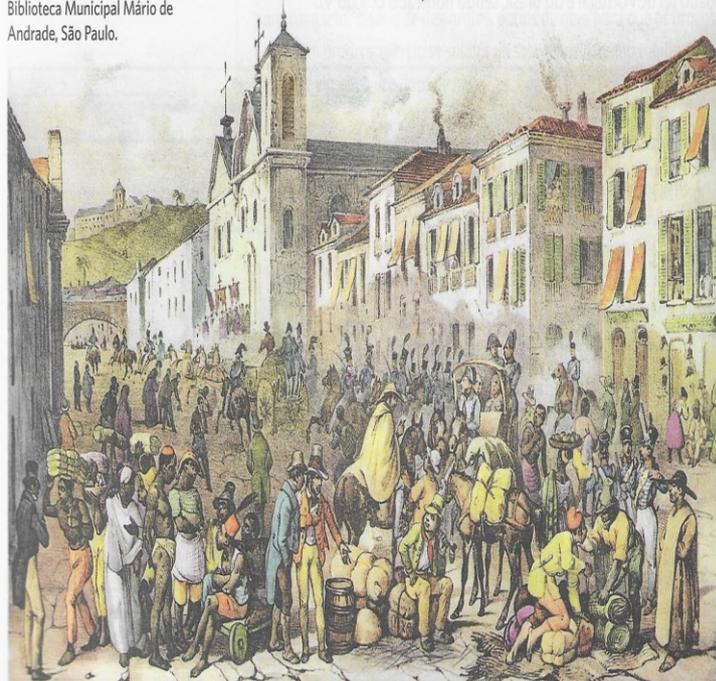
“O imaginário popular ilustra o período joanino com palácios, carruagens, banquetes, vestidos volumosos e leques. Mas a realidade, relegada até pela própria história, era bem diferente.

Em contraste à riqueza que aportou no Rio de Janeiro em 1808, as condições urbanas da cidade e de vida da sua população eram extremamente precárias, e com o aumento repentino das demandas, as carências ficaram mais evidentes: faltava água, comida e moradia. [...]

‘Não havia sistema de esgotos. Os restos da casa, do banheiro à cozinha, eram jogados na praia para que as marés lavassem, e tudo era transportado em tonéis em ombros escravos. As ruas eram escuras e perigosas. A água potável era escassa e o abastecimento de alimentos era deficitário, principalmente o de carnes, cujo consumo era um luxo só presente em poucas ocasiões festivas no ano! [...]’

A vinda da corte e o crescimento da cidade levaram a um aumento rápido da população de escravos. Em apenas três anos, o número de cativos passou de 9.602 para 18.677, o que fez com que as ruas cariocas ficassem repletas de negros, escravos ou livres. Os negros eram cerca de três quartos da população.”

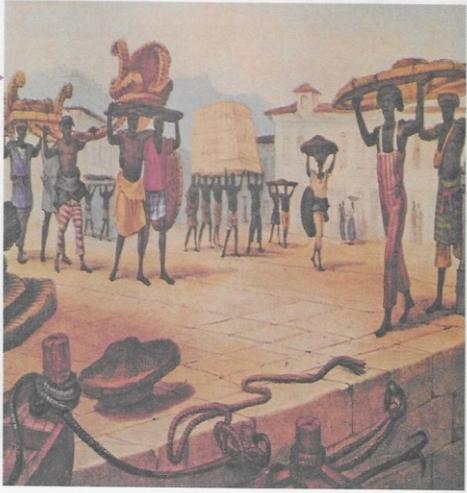
COSTA, Guilherme Martins; LEMLE, Marina. O outro lado de 1808. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 14 fev. 2008. Disponível em www.revistadehistoria.com.br. Acesso em 6 mar. 2015.



156

página 156

				<div data-bbox="794 219 1043 264" data-label="Section-Header"> <h2>ENQUANTO ISSO...</h2> </div> <div data-bbox="901 302 1364 347" data-label="Section-Header"> <h3>Foices e facões na Batalha do Jenipapo</h3> </div> <div data-bbox="794 392 1252 448" data-label="Text"> <p>Na memória dos piauienses, a Batalha do Jenipapo é o mais notável episódio das lutas travadas no Piauí pela independência do Brasil.</p> </div> <div data-bbox="794 459 1252 616" data-label="Text"> <p>Em um único dia, 13 de março de 1823, às margens do Rio Jenipapo, onde hoje se situa o município de Campo Maior, a população sertaneja piauiense, armada com instrumentos de trabalho no campo, enfrentou as forças portuguesas, organizadas pelo major João José da Cunha Fidié, para garantir a independência e a manutenção da unidade política brasileira.</p> </div> <div data-bbox="813 638 1252 817" data-label="Text"> <p>“Às margens do Jenipapo, o embate foi terrível e brutal, das nove da manhã às duas da tarde sem nenhuma interrupção, e foi marcado por cenas de extrema violência de ambos os lados. Houve combatentes degolados, luta corporal, pisoteamento pelos cavalos das tropas de Fidié, feridos se contorcendo de dor, mortos espalhados pelo campo de batalha, sem serem enterrados. [...]”</p> </div> <div data-bbox="813 828 1252 974" data-label="Text"> <p>Devido ao seu poderoso exército, o major ganhou a batalha, mas perdeu a guerra da independência graças às táticas de guerrilha dos sertanejos: após o combate do Jenipapo, num assalto de surpresa ao acampamento militar, eles se apoderaram dos armamentos e da munição, de dinheiro e de bagagem do comandante português [...].</p> </div> <div data-bbox="813 985 1252 1086" data-label="Text"> <p>Diante dessa situação e enfrentando deserções constantes, que reduziram consideravelmente suas tropas, o major Fidié se viu forçado a se retirar do Piauí.”</p> </div> <div data-bbox="965 1086 1252 1131" data-label="Text"> <p>DIAS, Claudete Maria Miranda. Entre foices e facões. Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 69, jul. 2011. p. 24-25.</p> </div> <div data-bbox="1268 392 1476 414" data-label="Section-Header"> <h4>BATALHA DO JENIPAPO</h4> </div> <div data-bbox="1268 414 1476 772" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="1292 784 1476 873" data-label="Text"> <p>Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 6 mar. 2015.</p> </div> <div data-bbox="1268 884 1476 952" data-label="Text"> <p>O Rio Jenipapo é um afluente do Rio Longá (ver mapa), no município de Campo Maior, onde existe um monumento em homenagem à Batalha do Jenipapo.</p> </div> <div data-bbox="798 1164 1252 1568" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="805 1579 1252 1635" data-label="Caption"> <p>Batalha do Jenipapo (detalhe), pintura de Artes Paz, 2003. Prefeitura Municipal de Campo Maior, Piauí.</p> </div> <div data-bbox="1276 1220 1476 1265" data-label="Section-Header"> <h4>Questões</h4> </div> <div data-bbox="1356 1220 1476 1265" data-label="Text"> <p>Responda em seu caderno</p> </div> <div data-bbox="1284 1276 1476 1556" data-label="List-Group"> <ol style="list-style-type: none"> 1. Em que contexto histórico ocorreu a Batalha do Jenipapo? Onde ela ocorreu? Por qual razão? 2. As forças que se enfrentaram tinham o mesmo poder de combate? A superioridade militar foi o fator decisivo para o desfecho da batalha? Justifique. </div> <div data-bbox="1476 1646 1516 1680" data-label="Page-Footer"> <p>161</p> </div>
<p>9-As revoluções e as novas teorias políticas do século XIX..</p>	<p>Século XIX.</p>			<p>página 161</p>

<p>10-Brasil: o Primeiro Reinado e as regências.</p>	<p>século XIX.</p>	<p>página 188 página 190 página 191 página 200</p>	<p>escravos, negros (página 188) escravos africanos (página 200)</p>	<p>A Constituição de 1824 determinou que todos os portugueses residentes no Brasil que decidiram permanecer no país após a proclamação da independência seriam considerados brasileiros.</p> <p>A sociedade imperial brasileira, que tinha a Constituição de 1824 como base, apresentava um caráter contraditório: o império se alinhava aos princípios liberais que se espalhavam pela Europa, no entanto, mantinha a escravidão, justificada com a predominância do direito à propriedade privada que garantia aos senhores escravistas o direito de propriedade sobre os escravos.</p> <h3>Restrições à cidadania</h3> <p>O Império Brasileiro foi formado com base em uma Constituição que buscava estabelecer direitos e critérios de cidadania. Mas, afinal, o que é ser cidadão? Ser cidadão é ter direito à liberdade, a condições dignas de vida, à igualdade perante a lei. Ser cidadão é participar da vida política do seu país, poder escolher os governantes e avaliar criticamente a atuação deles. A garantia de liberdades políticas e de justiça social faz parte de uma sociedade democrática.</p> <p>Porém, segundo o documento anônimo <i>Memória estatística do Império do Brasil</i>, em 1823, dos 3.960.000 habitantes do território, 1.148.000 eram escravos. Se somarmos aos escravos a população de mulheres e homens livres pobres, percebemos que a primeira Constituição brasileira negou o direito de cidadania plena à maioria da população do país.</p> <p>A Constituição era omissa em relação aos índios e às mulheres. No caso das mulheres, prevalecia o costume. Não havia impedimento legal ao voto feminino; mas as mulheres eram vistas como intelectualmente inferiores aos homens e estavam impedidas de votar e de se candidatar a cargos políticos. Os índios não eram considerados cidadãos nem brasileiros.</p> <h3>Discriminação política e social</h3> <p>Mesmo compondo grande parcela da população brasileira no século XIX, os negros foram praticamente excluídos da vida política brasileira. Considerados propriedades de seus senhores, os escravos não possuíam nenhum direito. Os libertos que tivessem a renda mínima exigida pela lei (100 mil-réis anuais) podiam votar nas eleições primárias, que definiam o colégio que elegeria os deputados. Porém, não podiam ser candidatos a nenhum cargo político.</p> <p>Apesar de excluídos dos meios oficiais de participação política, os negros, escravos ou libertos, tiveram um papel importante em rebeliões e movimentos contrários à escravidão. Embora marginalizados, conseguiram resistir culturalmente, mantendo muitas de suas manifestações culturais e religiosas, ainda que para isso tivessem que se esconder ou enfrentar a repressão.</p> <div data-bbox="810 875 1013 1281" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>Explore</p> <ul style="list-style-type: none"> Que grupo social do Brasil do século XIX foi representado por Debret nessa gravura? Que tipo de trabalho essas pessoas parecem estar fazendo? Que direitos a Constituição de 1824 assegurava a elas? O cenário mostrado na gravura tem mais características rurais ou urbanas? Justifique. </div>  <p>Carruagem e móveis prontos para embarque, gravura de Jean-Baptiste Debret, 1835. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. O texto constitucional não fazia referência expressa à escravidão. No entanto, ele mencionava os libertos, o que significa que o trabalho escravo era admitido pela lei.</p> <p>188</p> <p>página 188</p>
--	--------------------	--	--	---

AMPLIE SEU CONHECIMENTO

A capoeira

Conversa com Educação Física

De uma técnica de combate praticada por africanos libertos ou escravizados, cujos primeiros registros datam do início do século XIX, nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, a capoeira, após várias adaptações e apropriações culturais, se transformou numa das expressões mais conhecidas da cultura afro-brasileira.

História da capoeira

A capoeira e o Estado

Até ser reconhecida pelo Estado brasileiro em 1930 e integrar programas de educação física, a capoeira foi perseguida e criminalizada. Entre 1810 e 1821, 9% das prisões feitas no Rio de Janeiro ocorreram sob acusação de "capoeiragem". Os "capoeiras", termo pejorativo dado aos capoeiristas, eram associados à vadiagem e à violência urbana.



Negros lutando, pintura de Augustus Earle, 1822. Biblioteca Nacional da Austrália.

A capoeira no Primeiro Reinado

No governo de D. Pedro I, práticas associadas à população negra, como a capoeira, eram reprimidas pelas autoridades. O Código Criminal de 1830, no artigo 295 do capítulo IV, não fazia menção direta à capoeira, mas previa punições aos "vadios e mendigos", categoria ampla que incluía os praticantes de capoeira, pessoas sem ocupação definida.

A capoeira moderna

Diferentemente da técnica de combate praticada nas cidades brasileiras do século XIX e que envolvia até armas brancas, a capoeira atual é praticada numa roda ao som de instrumentos musicais, misturando luta, dança e jogo.

A roda de capoeira

Ladainhas e cânticos

As tradições da capoeira, assim como os ensinamentos do mestre, têm sido repassados oralmente de geração para geração. Abaixo, veja um exemplo de cântico.

"O São Bento de Angola
São Bento pequeno
cavalaria, lundá
A mandinga do jogo
O melejo da esquiva
É pra não cecilhar
Ela é brasileira
Ela é de mata"

Trecho de Capoeira Iginista,
cântico do mestre Suassuna.



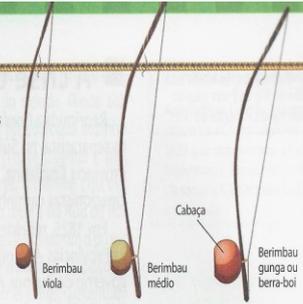
Estilos de capoeira

A capoeira regional foi criada na Bahia na década de 1920 pelo mestre Bimba, que transferiu a capoeira da rua para a academia, formalizando seu ensino. A capoeira de angola surgiu nos anos 1940, com o trabalho do mestre Pastinha, que deu mais espaço para elementos como as ladainhas e os movimentos de chão.

O berimbau

A capoeira é uma das poucas artes marciais acompanhadas por música. Mais do que isso, a música dá o ritmo da luta e do gingado dos jogadores. O principal instrumento é o berimbau, cujo som não pode ser suplantado pela percussão.

Em uma roda de capoeira de Angola, como a representada aqui, existem três berimbaus, que produzem sons diferentes. Quanto maior a cabaça, mais grave é o som.



O mestre

A figura principal da roda é a do mestre de capoeira, geralmente o mais velho ou o mais experiente. Além de ensinar a música e os movimentos da capoeira, o mestre transmite valores e outros saberes populares, utilizando ladainhas e conversas.

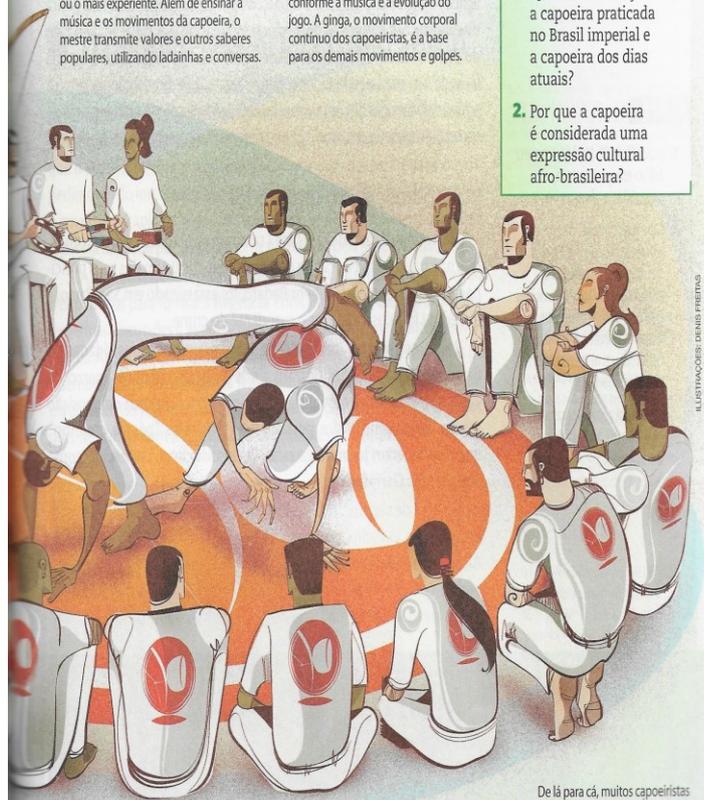
Capoeira-dança

Os capoeiristas estão sempre harmonizando os movimentos, conforme a música e a evolução do jogo. A ginga, o movimento corporal contínuo dos capoeiristas, é a base para os demais movimentos e golpes.

Questões

Responda em seu caderno

1. Qual é a diferença entre a capoeira praticada no Brasil imperial e a capoeira dos dias atuais?
2. Por que a capoeira é considerada uma expressão cultural afro-brasileira?



ILUSTRAÇÕES: DENNIS FREITAS

Na capoeira regional, a roda tem apenas um berimbau e dois pandeiros. Na capoeira de Angola, além dos três berimbaus indicados acima, são utilizados dois pandeiros, atabaque, agogô e reco-reco.

Esporte, jogo, luta ou dança?

Todos esses aspectos estão presentes hoje na capoeira. Mas, desde 1972, a capoeira passou a ser reconhecida como modalidade esportiva de artes marciais.

De lá para cá, muitos capoeiristas deixaram o país para se apresentar e ensinar capoeira. Hoje, existem torneios e cursos regulares em vários países que transformaram a capoeira em um símbolo da cultura brasileira. Atualmente, a capoeira faz parte da lista de patrimônios imateriais do país.

Fontes: Capoeira. Revista Testes do Brasil. Ministério das Relações Exteriores, n. 14, dez. 2008. Disponível em www.dl.me.gov.br. Acesso em 16 mar. 2015. VERA, Luiz Renato. ASSUNÇÃO, Matheus Roberto. Mito, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. Estudos Afro-Asiáticos, n. 34, dez. 1986.

Saiba mais

Baquaqua: escravidão e superação

O africano Baquaqua (c. 1824-1857) era filho de um comerciante muçulmano da região do Benin. Lá frequentou uma escola islâmica, onde estudou o *Corão*, matemática e literatura. Em 1845, Baquaqua foi capturado e enviado para Pernambuco como escravo. Após dois anos como cativo entre Recife e Rio de Janeiro, Baquaqua fugiu para Nova York (EUA), passou um tempo no Haiti, voltou para os Estados Unidos e mudou-se para o Canadá. Em 1854, ele escreveu e publicou, em inglês, sua autobiografia, na qual relata sua sofrida experiência como escravo na América e sua incrível capacidade de superação.

BIBLIOTECA DO CONGRESSO WASHINGTON



Imagem de Baquaqua publicada em sua autobiografia, 1854. Biblioteca do Congresso, Estados Unidos.

No documentário *Baquaqua: comum e extraordinário*, professores da rede estadual de ensino de Pernambuco e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) apresentam informações sobre a vida de Baquaqua e comentam o contexto econômico, político e social do período em que ele viveu. Disponível em www.youtube.com/watch?v=19FZF94UHQ. Acesso em 17 mar. 2015.

Gravura de René Claude Geoffroy de Villeneuve, de 1780, representando um sacerdote muçulmano do Senegal usando amuletos islâmicos, publicada na obra *África ou história, usos, costumes e tradições dos africanos*, 1814. Biblioteca Nacional da França.

A Revolta dos Malês (1835)

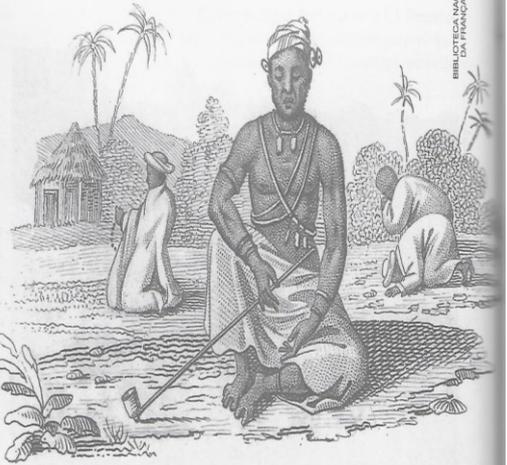
Quem visitasse a cidade de Salvador por volta de 1830 não deixaria de notar a presença expressiva de escravos africanos e libertos trabalhando nas mais diversas tarefas. Remunerados pelo sistema de ganho, escravos trabalhavam como pedreiros, vendedores ambulantes, ferreiros, sapateiros, mensageiros, alfaiates, entre muitas outras funções. Ligados pelo trabalho e pelo contato no ambiente urbano, escravos e libertos construíram uma relação de solidariedade que possibilitou uma luta conjunta contra a escravidão.

O século XIX, em Salvador, foi marcado por uma série de rebeliões de escravos africanos e seus aliados forros. A mais importante delas foi a **Revolta dos Malês**, em 1835, protagonizada por africanos das etnias nagô (ou iorubá) e haussá e considerada a maior rebelião de escravos urbanos de toda a América. Existem diferentes interpretações sobre a origem da expressão "malê"; o mais provável é que o nome denominasse, na língua iorubá, o africano muçulmano, ou seja, que havia se convertido ao islã.

Os malês eram monoteístas e usavam amuletos com versículos do *Corão*, o livro sagrado dos muçulmanos, escrito em árabe. Muitos malês sabiam ler e escrever, pois o aprendizado do árabe, necessário para a leitura do *Corão*, era incentivado nas escolas islâmicas.

Os rebeldes malês lutavam contra a escravidão e contra a conversão forçada ao catolicismo. A intenção dos rebeldes de acabar com todos os católicos, fossem eles negros, mestiços ou brancos, divulgada pelas autoridades, não foi confirmada por outros registros.

A revolta devia eclodir no dia 25 de janeiro de 1835. No entanto, alguns libertos, conhecendo os planos dos rebeldes, os delataram a seus antigos senhores. As autoridades e a Guarda Nacional foram avisadas e reforçaram a vigilância da sede do governo. O movimento foi sufocado: os líderes foram mortos e os demais punidos com prisão, açoites ou degredo para a África.



BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, PARIS

<p>11- O Segundo Reinado.</p>	<p>século XIX.</p>	<p>página 206 página 207 página 210 página 211 página 215 página 216</p>	<div data-bbox="770 203 1554 1525"> <p>CAPÍTULO</p> <h1>11</h1> <h2>O Segundo Reinado</h2> <p>Respostas e comentários estão no Suplemento de apoio ao professor.</p> <h3>A superação do passado escravocrata</h3> <p>A escravidão foi abolida no Brasil no dia 13 de maio de 1888, quando a princesa Isabel, interinamente no governo imperial, assinou a Lei Áurea. Com essa decisão, foram libertados cerca de 700 mil escravos, 5% da população total do Brasil, em torno de 14 milhões de pessoas na época. Segundo o escritor Machado de Assis, a abolição foi festejada nas ruas do Rio de Janeiro com uma alegria que ele nunca tinha visto antes.</p> <p>A Lei Áurea, porém, era incapaz de reparar os danos trazidos por quase quatro séculos de escravidão no Brasil. Fora a violência do desterro, das viagens nos navios negreiros e da condição degradante de cativo na América, essa prática deixou uma herança de longa duração que ainda hoje se manifesta no país: o preconceito racial. Basta analisar os indicadores sociais relativos à população negra no Brasil para encontrá-lo: renda, escolaridade, moradia, população prisional, vítimas da violência policial...</p> <p><small>Alunos da primeira turma da Unipalmarens em cerimônia de formatura em São Paulo, 2008. A universidade, que é privada, reserva metade de suas vagas para afrodescendentes.</small></p>  <p>206</p> </div> <p>página 206</p>
-------------------------------	--------------------	---	---

O preconceito, mesmo sendo mais duradouro que a escravidão (pelo menos o modelo de escravidão estabelecido no Brasil pelos colonizadores), felizmente começa a ser demolido; não espontaneamente, mas pela ação do movimento negro e de outros setores da sociedade civil e de políticas públicas reparatórias e afirmativas.

Graças a essas lutas e à adoção de medidas afirmativas, hoje podemos encontrar cada vez mais mulheres e homens negros respeitados como célebres professores em escolas e universidades, em cargos do Poder Legislativo, em posições de prestígio na magistratura ou em papéis de destaque em filmes, peças de teatro e novelas brasileiras, entre outras funções.

- Você reconhece a existência de preconceito racial no Brasil? Em quais situações? Há quem defenda que, no nosso país, o preconceito social é mais forte que o racial. O que você pensa sobre isso? Discuta essas questões com os colegas.
- As políticas públicas afirmativas adotadas no Brasil nos últimos dez ou quinze anos têm dado os primeiros resultados. Que políticas são essas? Quais delas você conhece? Qual é sua posição sobre o assunto?



Kabengele Munanga, antropólogo e professor da Universidade de São Paulo, 2006.



Mulheres de todas as partes do Brasil e de outros países da América Latina se encontram para palestras e debates no Festival da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha (Festival Latindades), que ocorre anualmente desde 2008, em Brasília. Na edição de 2014, o tema *Grãos de diáspora* negro norteou o evento. Brasília, julho de 2014.

207

■ O império do café

O café é uma planta nativa da Etiópia, localizada na África oriental. As primeiras mudas, vindas da Guiana Francesa, foram trazidas para o Brasil no início do século XVIII.

Nos primeiros anos, o café foi cultivado em residências, nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, apenas para o consumo familiar. Com o passar do tempo, o cultivo foi ampliado, motivado principalmente pelo aumento do consumo do produto em outros países.

As primeiras plantações em grande escala, voltadas à exportação, ocorreram na região da Baixada Fluminense, expandindo-se posteriormente para a Zona da Mata mineira, para o Vale do Paraíba fluminense e paulista. A proximidade da região produtora com a capital imperial facilitava a obtenção de créditos e o escoamento da produção para o exterior pelo porto do Rio de Janeiro. Algumas condições naturais, como a regularidade das chuvas e o solo fértil, também contribuíram para a expansão do café na região.

Embora o consumo de café tenha aumentado de maneira significativa no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, o crescimento da produção foi impulsionado pelo aumento do consumo na Europa e nos Estados Unidos. Aos poucos, a bebida caiu no gosto das classes médias europeias e norte-americanas, principalmente por suas propriedades estimulantes. Os Estados Unidos e alguns países da Europa, como a Alemanha, se tornaram os maiores compradores do café brasileiro.

Escravos em terreiro de uma fazenda de café na região do Vale do Paraíba, fotografia de Marc Ferrez, 1882. Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro. O fotógrafo Marc Ferrez transformou a dura labuta dos escravos nas plantações de café em um espetáculo estético, organizado e disciplinado.



210

página 210

▸ O Vale do Paraíba

No início da década de 1830, o café se tornou o principal produto de exportação do Brasil, superando o açúcar. Até por volta de 1870, a região do Vale do Paraíba foi a maior produtora nacional de café. Nessa região, a produção cafeeira foi organizada no mesmo modelo que predominou na agricultura canavieira do Nordeste: cultivo em grandes propriedades monocultoras, trabalho escravo e produção destinada ao mercado externo. A partir daquela década, porém, a produção cafeeira do Vale do Paraíba entrou em declínio e perdeu, a cada ano, sua predominância política.

As limitações geográficas da região, localizada entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, dificultavam a expansão das plantações por novas áreas. Mas, segundo os estudiosos, o fator decisivo foi o esgotamento do solo. Os fazendeiros empregavam o sistema tradicional de derrubada e queima da mata para o plantio. Quando vinham as chuvas, a ausência de vegetação facilitava a ação da água, que escoava levando nutrientes e partículas do solo. O processo de erosão e esgotamento do solo era agravado pelos longos períodos de plantio sem descanso. O resultado foi a queda progressiva da produção de café.

A utilização da mão de obra escrava também representou um problema para a produção cafeeira no Vale do Paraíba. Após a proibição do tráfico negro, em 1850, o preço da mão de obra escrava subiu muito, diminuindo os lucros e prejudicando os negócios dos cafeicultores. Com a interrupção da entrada de escravos africanos no Brasil, muitos fazendeiros recorreram ao tráfico interno, mas os preços elevados encareciam o custo da produção.



211

página 211

■ O fim do tráfico negroiro

No início do século XIX, a Inglaterra, grande potência industrial, iniciou forte campanha pelo fim da escravidão. Em 1807, os ingleses proibiram o tráfico de escravos para suas colônias e, em 1833, aboliram a escravidão em todos os seus domínios. Essas medidas afetaram diretamente a produção de açúcar nas Antilhas britânicas e tornaram o produto mais caro que o açúcar brasileiro. Para reverter essa desvantagem, os ingleses começaram a pressionar o governo português e, posteriormente, o império brasileiro para abolir o tráfico negroiro.

Outros motivos, ainda, impulsionavam a nova política inglesa. A Inglaterra dominava as rotas marítimas e o mercado latino-americano. O tráfico de escravos, dominado por comerciantes brasileiros, era uma ameaça potencial a esse domínio e drenava recursos humanos do interior da África, que começava a ser objeto de interesses britânicos. Outra razão que muitos historiadores hoje destacam para explicar a nova política inglesa era a crescente campanha de intelectuais e de grupos humanitários ingleses pelo fim da escravidão no mundo.

Por diversas vezes, o governo brasileiro aprovou leis que previam o fim gradual do tráfico de escravos, mas essas leis não foram cumpridas. O quadro começou a ser alterado em agosto de 1845, quando o Parlamento britânico aprovou o **Bill Aberdeen**, lei que autorizava os ingleses a aprisionar qualquer navio suspeito de transportar escravos no Oceano Atlântico. Muitos navios brasileiros, para escapar do cerco britânico, atiravam os escravos ao mar com pedras amarradas ao corpo, para que eles afundassem e não se tornassem provas contra a tripulação.

As pressões inglesas ameaçavam criar uma crise diplomática entre os dois países, situação que levou o Parlamento brasileiro a aprovar, em setembro de 1850, a **Lei Eusébio de Queiroz**, que extinguiu o tráfico de escravos para o Brasil.

O fato de eles estarem descalços, símbolo geralmente exigido dos escravos, não significa, porém, que todo escravo andasse descalço e todo livre usasse calçados. Há relatos de negros fugidos que andavam calçados, mas não chamam a atenção das autoridades. Os proprietários que insistem para que seus escravos calçassem sapatos e de libertos que andavam descalços por terem se habituado a isso no por não terem condições de comprar calçados.



Escravo fazendo a barba, fotografia de José Christiano de Freitas Henrique Jr., 1865. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Qual indício presente nessa foto nos leva a crer que esses dois homens eram escravos?

Arrendatário: aquele que obtém o direito de explorar economicamente uma propriedade, rural ou urbana, em troca de pagamento ao proprietário.

Ao fundo, vemos o projeto de uma sociedade moderna e liberal, que caminha para o progresso. Essa sociedade está simbolizada nos vagões do trem abolicionista e nos homens livres que ele transporta. Mesmo com os vagões lotados, escravos que fogem do cativo ou libertados por seus donos tentam embarcar nas composições. Em primeiro plano, o artista representou o projeto de um Brasil aristocrático, escravista e atrasado. Os símbolos utilizados para representar esse Brasil do atraso são a mula, o meio de transporte por excelência do Brasil colonial, montada por dois homens, o liberal José Antônio Saraiva e o conservador barão de Cotegipe. Atrás deles, puxada pela mula, aparece uma escrava, envergonhada e humilhada. Ao construir essa cena, o artista opôs o governo monárquico, montado sobre o tradicionalismo, ao projeto republicano, identificado com o progresso e a liberdade. A imagem é característica das ideias positivistas que se disseminaram nos meios republicanos no Brasil daquela época.

A *Lei Saraiva-Cotegipe* e o trem abolicionista, charge de Angelo Agostini publicada na *Revista Ilustrada*, 1887. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Nessa charge, o cartunista faz uma crítica à escravidão e ao governo imperial representando dois projetos distintos de sociedade para o Brasil. Quais projetos seriam esses? Quais figuras ele escolheu para simbolizar esses dois modelos opostos de sociedade?

A abolição da escravidão

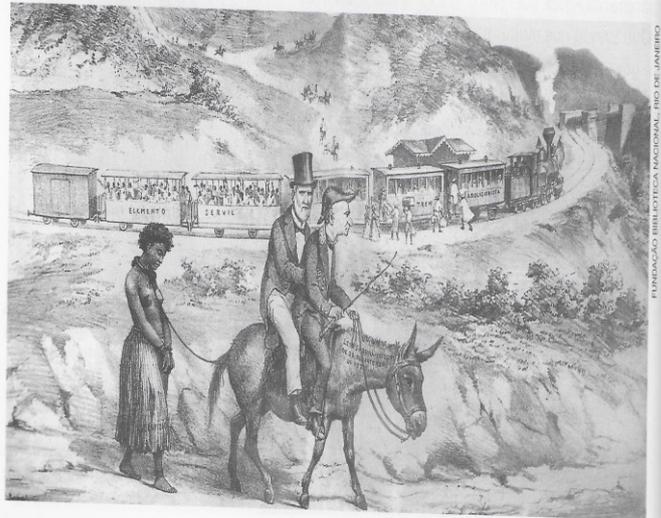
Em 1865, após os Estados Unidos abolirem a escravidão, Brasil e Cuba eram os dois únicos locais onde essa prática ainda sobrevivia. Diante desse cenário, muitos proprietários brasileiros e o próprio governo sabiam que o fim da escravidão era inevitável; assim, era melhor que a abolição fosse feita de maneira gradual e controlada, sem riscos de um levante social.

Seguindo essa orientação, o governo aprovou, em 1871, a Lei Rio Branco, ou *Lei do Ventre Livre*. A lei declarava livres os filhos de escravas nascidos a partir daquela data, os quais deveriam permanecer com as mães até os 8 anos de idade. Depois disso, os senhores poderiam escolher entre receber uma indenização ou utilizar os serviços do menor até que ele completasse 21 anos.

A partir da década de 1880, quando o movimento abolicionista se fortaleceu, as ações de resistência dos escravos tornaram-se decisivas. Fugas em massa, invasão de propriedades para libertar outros escravos, formação de quilombos, atos contínuos de rebeldia contra ordens recebidas e a recusa em trabalhar foram alguns dos meios utilizados pelos negros escravos que contribuíram para destruir o regime escravista no Brasil.

A *Lei Saraiva-Cotegipe*, ou *Lei dos Sexagenários*, aprovada em 1885, tornou livres os escravos com mais de 60 anos. Essa lei teve pouco efeito, pois poucos escravos alcançavam essa idade, e os que conseguiam atingi-la já não tinham valor comercial nem resistência para o trabalho.

A assinatura da *Lei Áurea*, em 13 de maio de 1888, aboliu a escravidão no Brasil, mas não garantiu a integração do negro à sociedade. Na área rural, grande parte dos ex-escravos, sem condições de garantir seu sustento, continuou dependendo de seus ex-senhores. Em algumas regiões, os libertos estabeleceram parcerias com seus antigos donos e passaram a trabalhar para eles como arrendatários. Nas áreas urbanas, os ex-escravos, muitos sem qualificação profissional, tiveram de se submeter a atividades pesadas e mal remuneradas. Muitos que não conseguiam trabalho iam viver nas ruas em condições miseráveis.



216

<p>12- Os Estados Unidos no século XIX.</p>	<p>século XIX.</p>	<p>página 234 página 236 página 239 página 240</p>	<p>negros escravos (página 234)</p>	<div data-bbox="810 271 1007 577" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="810 593 1007 743" data-label="Caption"> <p><i>Escalas do Congresso, um verdadeiro equilíbrio, charge de N. Currier, Estados Unidos. A charge mostra o então presidente dos Estados Unidos, Zachary Taylor, tentando equilibrar os interesses dos sulistas e dos nortistas em 1850.</i></p> </div> <div data-bbox="810 763 1007 1039" data-label="Text"> <p>Na gravura, há mulheres e homens escravizados trabalhando no cultivo do algodão. Esta era a atividade predominante no sul dos Estados Unidos: monocultura exportadora com mão de obra escrava. É possível perceber que o trabalho é feito manualmente por escravos, sob a fiscalização da homens. Representação de negros escravos trabalhando em plantação de algodão na Geórgia, Estados Unidos, século XIX. Identifique alguns elementos da gravura abaixo e da imagem da página seguinte que representam o tipo de economia predominante nos estados do norte e do sul dos Estados Unidos no século XIX.</p> </div> <div data-bbox="1034 271 1501 302" data-label="Section-Header"> <h3>As diferenças entre o norte e o sul</h3> </div> <div data-bbox="1034 315 1501 432" data-label="Text"> <p>O crescimento econômico dos Estados Unidos no século XIX ocorreu tanto no setor industrial quanto no setor agrícola. A produção de tecidos na Inglaterra, que passava pela Revolução Industrial, estimulou o aumento da produção de algodão no sul dos Estados Unidos. Em 1850, os Estados Unidos eram os maiores fornecedores de algodão do mundo.</p> </div> <div data-bbox="1034 439 1501 533" data-label="Text"> <p>O crescimento acelerado da economia norte-americana não ocultava, porém, os contrastes regionais. A divisão entre o norte e o sul do país, que tinha origem na formação das treze colônias inglesas, continuou no século XIX.</p> </div> <div data-bbox="1034 539 1501 703" data-label="Text"> <p>No sul, o predomínio da agricultura e a grande procura por seus produtos no mercado internacional, em especial o algodão, contribuíram para a manutenção da estrutura escravista colonial. Grandes fazendeiros controlavam as terras férteis e a maior parte dos escravos, estimados, em 1860, em quase 4 milhões de pessoas. As pequenas propriedades não eram importantes na economia local e as cidades eram pequenas, pois o poder econômico e financeiro se concentrava no campo.</p> </div> <div data-bbox="1034 710 1501 873" data-label="Text"> <p>Os estados industrializados do norte, já nas primeiras décadas do século XIX, ultrapassaram o sul na produção de riqueza. A maior parte dos estados já tinha abolido a escravidão e adotado o modelo capitalista de relações de trabalho, baseado na mão de obra assalariada. No campo, as pequenas propriedades rurais permitiram a formação de uma classe média forte e numerosa. Nas cidades, a elite financeira atuava no comércio internacional e nas atividades industriais e bancárias.</p> </div> <div data-bbox="1034 880 1501 1021" data-label="Text"> <p>O crescimento populacional dos estados do norte e do oeste foi impulsionado pela imigração, principalmente de europeus. Calcula-se que, entre 1800 e 1930, quase 35 milhões de pessoas tenham deixado seus países para tentar a sorte nos Estados Unidos. Um dos principais objetivos desses imigrantes era conseguir trabalho nas indústrias do norte ou nas atividades agrícolas, pastoris e extrativistas nas terras do oeste.</p> </div> <div data-bbox="810 1048 1501 1451" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="810 1458 1501 1496" data-label="Caption"> <p>brancos, que estão representados no centro da imagem. Na fotografia da página seguinte, podemos observar uma cena urbana, na qual mulheres e homens atravessam uma grande avenida formada por prédios residenciais e comerciais, quiosques, postes, antenas e meios de transporte coletivo. Todos esses elementos são característicos da sociedade e da economia do norte dos Estados Unidos, que procurava valorizar a industrialização e o progresso tecnológico.</p> </div> <div data-bbox="767 1485 810 1507" data-label="Text"> <p>234</p> </div> <div data-bbox="767 1541 906 1574" data-label="Text"> <p>página 234</p> </div>
---	--------------------	---	-------------------------------------	--

Saiba mais

Um pioneiro da luta contra a escravidão

Um dos primeiros movimentos abolicionistas na sociedade americana foi iniciado por David Walker, em 1829. Walker era um negro livre de Massachusetts que conclamou os escravos a se rebelarem contra seus senhores, mesmo que isso lhes custasse a vida. A ação de Walker recebeu o apoio de um jornal da cidade, *O Libertador*, dirigido por outro abolicionista, William Lloyd Garrison.

► **União:** estado soberano formado por unidades autônomas; unidade política central; governo federal.

A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos é proporcional, isto é, o número de representantes varia conforme a estimativa populacional de cada um dos estados. O Senado possui um número fixo de representantes de cada estado, independentemente da estimativa populacional. Por causa disso, os estados do norte, à medida que a população crescia, conseguiam mais membros na Câmara dos Representantes. Interessava aos estados sulistas aumentar o número de estados escravistas para poder controlar o Congresso.

A questão escravista

O principal motivo de discórdia entre o norte e o sul era a escravidão nos novos estados admitidos na União. A partir de 1820, um acordo determinava que, para cada estado escravista admitido na União, um não escravista também seria incorporado. O objetivo desse acordo era manter um equilíbrio entre parlamentares do sul e do norte em Washington.

Uma grande negociação, em 1850, permitiu o ingresso da Califórnia na União como estado não escravista, sem que houvesse a entrada simultânea de um estado escravista. Os fazendeiros do sul, por sua vez, conseguiram aprovar uma lei bastante rigorosa contra as fugas de escravos: os foragidos podiam ser capturados em qualquer estado e enviados ao local de origem. Além disso, quem ajudasse um fugitivo receberia uma multa alta e poderia ser preso.

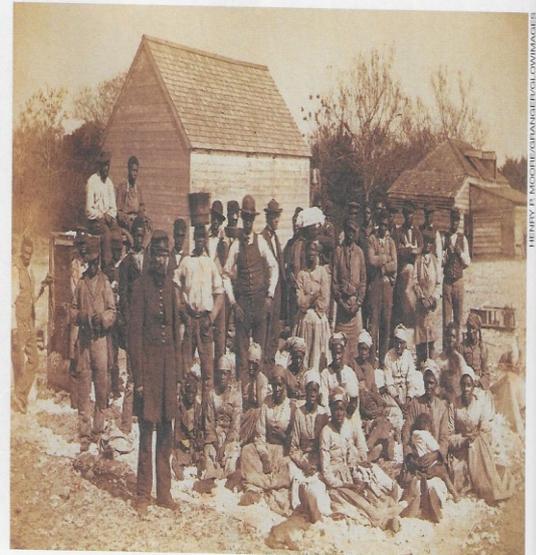
Em 1854, uma nova lei (Lei Kansas-Nebraska) autorizava os estados a ingressarem na União, independentemente de sua opção abolicionista ou escravista, rompendo, assim, o acordo de 1820. A decisão levou nortistas e sulistas a buscarem apoio dos novos estados do oeste para conseguir a hegemonia no Congresso. A disputa política entre os dois grupos logo se transformou em conflito armado.

O discurso feito por Abraham Lincoln, em 1858, mostra a desarmonia reinante entre os membros do norte e do sul. Veja a seguir.

“[...] a agitação [escravista] não só não cessou, como ainda aumentou constantemente. Em minha opinião, não cessará enquanto não se tiver alcançado e transposto uma crise. ‘Uma casa dividida contra si mesma não subsistirá.’ Acredito que esse governo, meio escravocrata e meio livre, não poderá durar para sempre. Não espero que a União se dissolva; não espero que a casa caia; mas espero que ela deixe de ser dividida.”

Abraham Lincoln [16 jun. 1858]. In: SYRETT, Harold C. (Org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1988. p. 200.

Soldado da União com negros escravos em fazenda de um general confederado (sulista). Carolina do Sul, 1862.



A segregação racial nos Estados Unidos

Durante a guerra civil, em 1863, o presidente Abraham Lincoln decretou o fim da escravidão em todos os estados do país. Porém, a proibição do trabalho escravo só foi formalizada na Constituição três meses antes da rendição dos confederados, em 1865, por meio da 13ª emenda. Com essa medida, cerca de 4 milhões de escravos foram libertados nos Estados Unidos.

Entretanto, a abolição da escravidão e a vitória do norte antiescravista na guerra não garantiram aos negros a conquista da cidadania. Os ex-escravos continuaram sofrendo todo tipo de discriminação. Era vetado aos negros norte-americanos o exercício de cargos públicos, o porte de armas, o direito ao voto e até o acesso a postos de trabalho ocupados por brancos.

As teorias racistas, baseadas na ideologia da supremacia branca, foram usadas para justificar a violência da segregação racial no país. O aval do Estado à política de segregação racial permitiu a formação de sociedades racistas secretas, como a Ku Klux Klan (KKK), que perseguiram, torturavam e assassinavam afrodescendentes. Estima-se que a KKK, criada em 1865, tenha feito mais de 20 mil vítimas entre 1867 e 1871, ano que a organização foi colocada na ilegalidade.

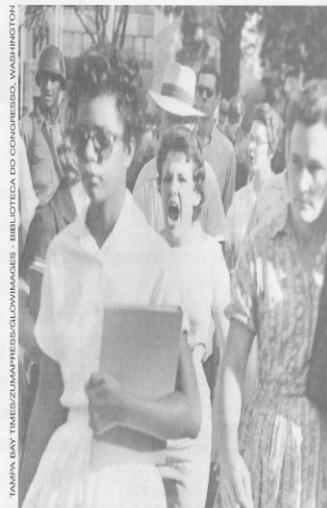
Em alguns estados do sul do país foram criadas escolas e outras instituições públicas com instalações físicas separadas para negros e brancos. A mesma segregação existia no acesso aos ônibus, parques, salas de aula, bibliotecas, bebedouros, calçadas, restaurantes, entre outros locais.

Durante toda a primeira metade do século XX ocorreram manifestações para que essas normas e leis fossem revogadas, mas somente a partir dos anos 1950 e 1960 eclodiram movimentos de massa contra a segregação e o preconceito racial no país.

Vale a pena ler

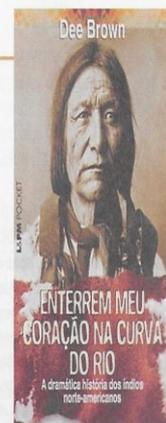
► **Enterrem meu coração na curva do rio**
Dee Brown. São Paulo: L&PM, 2003.

Nesta obra, o historiador norte-americano Dee Brown relata a destruição sistemática das sociedades indígenas e a perda de suas terras durante a expansão dos Estados Unidos para o oeste. Por meio de registros oficiais, depoimentos e trechos autobiográficos, é possível compreender o ponto de vista de grandes chefes e guerreiros indígenas dos povos Sioux, Apache e Cheyenne, entre outros, sobre as batalhas contra os brancos, os massacres e o rompimento de acordos estabelecidos com o governo dos Estados Unidos durante o processo expansionista.



TAMPA BAY TIMES/SHUTTERSTOCK/GETTY IMAGES - BIBLIOTECA DO CONGRESSO, WASHINGTON

Registro fotográfico de segregação racial em Little Rock, Arkansas, em 1957. Biblioteca do Congresso, Estados Unidos. A jovem Elizabeth Eckford, a estudante de óculos, foi ameaçada ao tentar entrar em uma escola exclusiva para brancos. A cena que o fotógrafo registrou tornou-se símbolo da intolerância racial que ainda existia nos Estados Unidos na década de 1950.



REPRODUÇÃO

AMPLIE SEU CONHECIMENTO

 Conversa com Arte

O blues

No final do século XIX, surgiu no sul dos Estados Unidos uma das maiores riquezas musicais do país: o *blues*. Esse gênero musical já tinha, em 1900, chegado à sua típica estrofe de três versos, com estilo vocal derivado dos cânticos, gritos e canções de trabalho dos escravos sulistas do Alabama, do Mississippi, da Louisiana e da Geórgia.

A palavra *blues*, em inglês, significa, além de azul, tristeza ou melancolia. Ela descreve tanto um estado de espírito melancólico quanto a harmonia típica da improvisação desse gênero musical. Sua estrutura se fundamenta no uso de notas repetitivas que podem ser tocadas ou cantadas.

O ritmo e as canções que dariam origem ao *blues* foram utilizados pelos escravos como forma de atenuar seu sofrimento diante da escravidão e das pesadas jornadas de trabalho, principalmente nas plantações de algodão.

Nas fazendas sulistas, os escravos negros eram proibidos de usar instrumentos musicais, uma vez que os proprietários receavam que seu uso pudesse fomentar rebeliões. Assim, a voz se apresentou como o principal instrumento musical e meio de expressão das tradições afro-americanas.

O único ambiente de convivência coletiva era o local de trabalho, e era nele que a música se produzia diariamente. Enquanto uma voz entoava um verso, o coro era feito por outros trabalhadores. A princípio, as músicas eram cantadas em línguas africanas; posteriormente, à medida que aumentava o contato com os brancos, palavras do inglês eram incorporadas às canções.

As letras das canções, muitas vezes, incluíam protestos contra a escravidão ou formas de resistir a ela. Mais tarde, o *blues* serviria como resposta à segregação racial nos Estados Unidos. Mais que um estilo musical, o *blues* se construiu como uma representação e ferramenta cultural de afirmação do negro na sociedade norte-americana.

Questões Responda em seu caderno

1. O *blues* é considerado uma manifestação de resistência do negro à escravidão nos Estados Unidos. Explique essa afirmativa.
2. Pesquise e ouça na internet canções de Charley Patton, W. C. Handy ou Bessie Smith para conhecer alguns dos mais reconhecidos artistas desse gênero musical. Compare as canções ouvidas com as informações do texto e converse com os colegas sobre as impressões que teve.

Uma noite em Nova Orleans, pintura de Earl Klatzel (1957-). A partir do século XX, os compositores urbanos de *blues* passaram a usar diversos instrumentos de corda, sopro e percussão. Em seus versos, discorriam sobre a pobreza, a discriminação racial, a solidão e as decepções amorosas.



240

página 240

No livro de 8o. ano da coleção *Estudar história. Das origens do homem à era digital*, de Patrícia Ramos Braick, da editora Moderna, o capítulo 2 intitulado “A mineração no Brasil” traz uma imagem na página 32 onde aparecem negros vivendo em ranchos próximos às minas de ouro, mas não deixa clara a participação dos mesmos no povoamento da região, o subitem no qual a gravura se encontra. O trabalho da mineração é visto em outro subitem na página 36 sobre a participação dos escravizados e escravos de ganho, lembrando que por

diversas vezes o livro utiliza o termo “escravo”, ao invés de utilizar o termo correto escravizado. Para ilustrar o árduo trabalho, encontra-se uma imagem de Rugendas de 1827 chamada Lavagem de ouro em Itacolomi.

Sobre a época da mineração, pouco é retratado sobre a vida dos escravizados e os riscos que corriam, como exemplo de soterramento, a exposição ao sol e insalubridade resultando na morte prematura.

Na página 40, dentro do subitem “A sociedade mineira”, encontra-se a informação que os escravizados compunham a maior parte de pessoas em Minas Gerais naquele período, e eram submetidos ao trabalho duro sobre penalidades e castigos. Ainda diz que alguns tentavam a fuga e formaram alguns quilombos e lembra que ainda hoje é possível encontrar essas comunidades no território mineiro e novamente uma imagem ilustra o trabalho. É utilizado também um trecho do texto de Laura de Mello e Souza para apresentar a sociedade, que se encontra abaixo:

Assim a formação social das Minas apresentava uma camada pequena de homens ricos e poderosos; uma camada média de artistas, artesãos, pequenos comerciantes e pequenos mineradores que viviam com dificuldade [...]; uma extensa camada de homens livres pobres, quase sempre desocupados ou entregues a atividades intermitentes; uma camada numerosa, a maior de todas, de escravos, que, ante sua mísera condição de vida, recorriam com frequência à fuga, ao roubo, à violência. (página 41)

No mesmo capítulo, no subitem “Irmandades e ordens terceiras” na página 42, há destaque para a formação das irmandades em Minas Gerais, desenhando sua história desde 1705 com a proibição das ordens religiosas entrarem em Minas Gerais pois as metrópoles acusavam de gerar tumultos. A saída encontrada foi arrecadar fundos para a criação das irmandades, nelas as pessoas se reuniam para cultuar santos e construir capelas e igrejas. Os negros participaram de ordens separadas dos brancos, pois não eram aceitos.

No capítulo 3, “A Revolução Industrial”, na página 54 encontra-se uma gravura representando os escravos, e na legenda encontra-se a única informação do seu trabalho (não contemplados em textos no capítulo) que eles eram responsáveis pelas plantações de algodão na América do Norte, garantindo a matéria prima. No capítulo 4, “O iluminismo e a independência dos Estados Unidos”, no subitem “Depois da independência”, na página 87, no último parágrafo se refere à escravidão, em apenas duas linhas afirmando que a independência não significou seu fim. Seguido de uma gravura de Alfred R. Waud representando africanos escravizados trabalhando na plantação de algodão nos Estados Unidos.

No capítulo 6, “O Império Napoleônico e o Congresso de Viena”, nas páginas 124 e 125 apresentam a Independência do Haiti, destacando a revolta dos escravos com um texto explicativo e duas gravuras dos escravizados combatentes. No capítulo 7, “A independência das colônias espanholas”, os negros estão presentes somente na figura de escravizados, em imagens e poucos textos, onde a importância do seu trabalho é destacada. Na página 139, há um texto sobre os processos de abolição na América Espanhola, onde os países gradativamente foram extinguindo o trabalho escravo após os processos de independência, mas os negros ainda prestavam serviços militares e próximos a condição de escravidão, encerrado esse subitem nada mais é discutido sobre esse grupo na América espanhola.

No capítulo 8, “O processo de independência do Brasil”, o negro é trabalhado somente com gravuras, onde aparecem na condição de escravizados, carregando mercadorias, em batalhas e vendendo frutas.

No capítulo 10, “Brasil: Primeiro Reinado e as regências”, na página 188 com o subitem “a organização do estado brasileiro”, são reservados discussões quanto à Constituição de 1824, onde o livro afirma que os negros, mesmo em numerosas quantidades foram excluídos da vida política brasileira, por não obterem direito algum. E em um parágrafo anuncia que eles tiveram destaque nas rebeliões e movimentos contrários à escravidão, sem maiores informações, perdendo a oportunidade de desmistificar o papel passivo dos negros no período estudado. O texto é seguido de uma gravura de Debret, chamada “Carruagem e móveis prontos para o embarque” informando que a constituição contemplava apenas os libertos, tratando a escravidão como algo aceito pela lei.

Nas páginas 190 e 191, no item “Amplie seu conhecimento” foi ilustrado uma roda de capoeira e contada sua história como algo pertencente a cultura afro-brasileira como símbolo cultural, sem destacar que a capoeira é trazida para o Brasil e apropriada como uma forma de resistência à condição de escravo em que os negros viviam.

Na página 200, do mesmo capítulo é apresentada a Revolta dos Malês, o texto diz que os escravos eram presença marcante em Salvador por volta de 1830 e que os mesmos protagonizaram a revolta recorrendo contra a escravidão e a imposição do catolicismo, já que os mesmos eram convertidos ao Islã, podendo ser trabalhada como uma forma de resistência.

Sobre a Revolta dos Malês, João José Reis⁶¹, em sua obra “A Batalha pela Bahia” descreve minuciosamente o levante ocorrido em 1835, segundo ele, os Malês eram negros

⁶¹ Tem experiência na área de História do Brasil Império e de História Atlântica, pesquisando, entre outros, os seguintes temas: história social e cultural da África, da escravidão e do tráfico; resistência escrava; movimentos

muçulmanos que lutavam contra a escravidão e a imposição da fé católica, organizando uma grande movimento que mesmo fracassado entrou para a história como uma grande revolta escrava, onde as autoridades locais deveriam considerar sua força.

Ainda na página 200, no item “Saiba mais” é destacada a história do africano chamado Baquaqua, filho de muçulmano que viveu como escravo na América, sua vida é contada em um documentário onde o acesso está endereçado pelo livro.

No capítulo 11, “O Segundo Reinado”, é iniciado com o subitem “A superação do passado escravocrata”, na página 206, onde é abordada a Lei Áurea e sua incapacidade de reparar os danos trazidos pela escravidão deixando para os dias atuais a manifestação de preconceitos. Porém, o livro traz a ideia que o mesmo está sendo “demolido” pelas políticas públicas afirmativas e pelo movimento negro, e para afirmar diz que os negros estão ganhando espaços em universidades, filmes, peças de teatros e novelas.

Nas páginas 210 e 211, no subitem “O império do café”, é destacado o trabalho escravo nas plantações na região do Vale do Paraíba, ao mesmo tempo ocorria a proibição do tráfico negreiro, intensificando o tráfico interno e elevando os custos da produção.

No subitem “O fim do tráfico negreiro” são apontadas algumas “causas” para que essa prática chegasse ao fim, como a pressão feita pela Inglaterra e de grupos humanitários, levando o Parlamento Brasileiro a aprovar a lei Eusébio de Queiroz, em 1850. No subitem “A abolição da escravidão” na página 216, são destacadas a lei do Ventre livre e dos Sexagenários, e por fim, em um parágrafo é discutida a Lei Áurea, porém o livro reforça a ideia de que a lei não chegou a garantir a interação dos negros à sociedade, dizendo que na área rural muitos ex-escravos dependiam de seus ex-senhores para os seus sustentos e que nas cidades exerciam atividades mal remuneradas, além de viverem em péssimas condições.

Sobre o fim da escravidão é preciso destacar que não foi sinônimo de concessão de direitos aos negros, nem sequer o mínimo para a sua sobrevivência foi respeitado, eles continuaram sofrendo e à margem da sociedade o que resultou em uma ampla marginalização.

Os negros, agora livres, não tinham onde morar, não tinham salários adequados e muitos viviam as sombras de seus ex-patrões, porém até mesmo para trabalhar nas lavouras eles eram rejeitados, pois estava no início de um grande movimento imigracionista para o país, que desdobrou de uma política do branqueamento. Ou seja, os fazendeiros apoiavam a vinda dos imigrantes para trabalharem nas lavouras, ao invés de empregarem seus ex-escravizados visando o embranquecimento da nação.

sociais; atitudes diante da morte. Texto “A batalha pela Bahia” in REIS João José, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

No capítulo 12, “Os Estados Unidos do século XIX”, pode-se destacar o trabalho escravo sendo concentrado mais ao sul do país com o total de quase 4 milhões de pessoas, para ilustrar possui, na página 234, uma imagem de negros escravizados homens e mulheres trabalhando na plantação de algodão. A questão escravista é trabalhada na página 236 sendo responsável pelas discórdias entre o norte e sul do território que entraram em um conflito armado para pôr fim a questão. Neste subitem nada é falado sobre a resistência dos escravos e sobre as suas crenças e formas de vida, ele é visto como um produto, um objeto.

Nono ano- *Estudar história. Das origens do homem à era digital.*

Flávio Berutti

CAPÍTULO/TÍTULO	ANO/ÉPOCA	LOCALIZAÇÃO	ADJETIVOS	DOCUMENTOS/ TRECHOS BIBLIOGRÁFICOS/ IMAGEM.
1-O imperialismo na Ásia e na África.	século XIX	página 17 página 18 página 21 página 22	Povos da África	<p>► O “fardo do homem branco”</p> <p>Apenas fatores econômicos, porém, não explicam a dominação da África e da Ásia pelas potências industrializadas. Apelos políticos, emocionais e ideológicos também foram utilizados para justificar a expansão territorial dessas nações.</p> <p>Vários escritores, religiosos e políticos consideravam o colonialismo benéfico para os povos da África e da Ásia, vistos como atrasados do ponto de vista tecnológico e cultural. Aos olhos dos europeus, por exemplo, as instituições políticas e econômicas e o desenvolvimento industrial da Europa eram evidências da superioridade do homem branco. Assim, os europeus acreditavam que cabia a eles libertar os povos africanos e asiáticos da suposta “barbárie” em que viviam e ingressá-los na chamada “civilização”.</p> <p>Em 1899, o poeta britânico Rudyard Kipling compôs um poema em que justificava a política expansionista dizendo que os países “desenvolvidos” tinham, por missão, levar os valores da civilização para os povos “atrasados”, nem que para isso fosse necessário o uso da força.</p> <p>Porque serão levados ou fardo, Os povos silenciosos e tristes Devem pesar sobre seus deuses e você.</p> <p>Tomai o fardo do homem branco! Acabaram-se seus dias de criança O louro levemente oferecido O louvar fácil e glorioso Venham, agora, buscar sua humanidade Através de todos os anos ingratos, Frios, afiados com a estimada sabedoria adquirida O julgamento de seus pares.”</p> <p>“Tomai o fardo do homem branco Envia os melhores de tua linhagem Vão, condenem seus filhos ao exílio Para servirem aos seus cativos; Para esperar, com pesados arreios Pela gente agitada e selvagem Seus cativos, servos tristes, Metade demônio, metade criança. [...]”</p> <p>Tomai o fardo do homem branco Vós, não vos atreveis a impedir Nem clamem tão alto pela Liberdade Para encobrir sua fadiga Porque tudo que desejem ou sussurtem,</p> <p>Submissão não é nada... espere até ver a missão... caricatura publicada na revista francesa Monde, em 1933, satirizando a aliança entre o imperialismo francês no Marrocos e o trabalho missionário da Igreja para oprimir os povos nativos. Biblioteca Nacional da França.</p> <p>Saiba mais</p> <p>O Congo Belga</p> <p>O Congo, atual República Democrática do Congo, foi colonizado pela Associação Internacional do Congo, empresa fundada pelo rei da Bélgica, Leopoldo II.</p> <p>Apesar da fachada humanitária, a associação era um grande empreendimento econômico, que tinha por objetivo explorar mercadorias de alto valor comercial encontradas na região.</p> <p>A mão de obra local era recrutada à custa do terror e da mutilação física, que tornaram a história da colonização do Congo uma das mais violentas de que já se teve notícia.</p> <p>Por pressão da opinião pública, em 1908 o Congo se tornou colônia do Reino da Bélgica, adotando a denominação de Congo Belga.</p> <p>Coletores de borracha do Congo, que tiveram suas mãos cortadas por não cumprirem as cotas exigidas pelos colonizadores, em foto de 1907.</p>
				<p>página 17</p> <p>página 18</p>

Saiba mais

Protetorados, domínios e colônias

O Império Britânico constituía um conjunto de territórios subordinados à Coroa britânica que podiam ter a condição de domínios, colônias ou protetorados.

Protetorado é um Estado subordinado a uma potência, o qual, mesmo nessa condição, pode manter algumas instituições e a nacionalidade de seus habitantes. A potência dominadora assume a gestão da diplomacia, do comércio exterior e, eventualmente, do exército.

Domínio se refere a um território que mantém relativa autonomia política, mas que responde ao

centro do império em questões de política externa e comércio internacional. Por exemplo, foram domínios britânicos, em diferentes momentos: Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Terra Nova (parte do atual Canadá), União Sul-Africana e Estado Livre da Irlanda.

Colônia é um território administrado por um Estado que se localiza em uma região distante geograficamente, mas que mantém um domínio estável sobre esse território no aspecto econômico, político e cultural.

África: movimentos de resistência

Entre 1880 e 1914, diversos movimentos de contestação à dominação colonial europeia eclodiram na África. O fim da soberania de muitos Estados africanos, a repressão às manifestações culturais e religiosas tradicionais, o confisco de terras e a exploração econômica foram algumas das razões que motivaram revoltas locais, às vezes violentas, contra colonizadores de diversas nacionalidades.

Rebelião Ashanti (1890-1900)

Na Costa do Ouro (atual Gana), os colonizadores britânicos enfrentaram, entre 1890 e 1900, forte resistência do povo ashanti. Os britânicos depuseram os chefes tradicionais ashantis e designaram outros, que não foram reconhecidos pelos nativos. Esses novos líderes provocaram a indignação dos ashantis ao se sentarem em seu símbolo sagrado, o "tamborete de ouro", que legitimava o poder dos soberanos. Além disso, os britânicos cobraram pesadas indenizações por revoltas ocorridas anteriormente.

Homens e mulheres ashantis enfrentaram os colonizadores em violentas batalhas para defender sua liberdade, soberania e cultura.

As rebeliões chegaram ao fim após a violenta repressão britânica e a prisão, em 1900, de Nana Yaa Asantewaa, rainha de Edweso, líder do movimento. A reação britânica às rebeliões ashantis tornou-se um símbolo da brutalidade que os colonizadores eram capazes de praticar para garantir a exploração das riquezas africanas.

Boassine, rei nativo ashanti, sentado entre seu povo, c. 1909. Um dos grupos étnicos de Gana, o povo ashanti era conhecido por sua tradição guerreira e disciplinada.



▶ Revolta Maji-Maji (1905-1907)

Até 1914, a região de Tanganica, onde é hoje a Tanzânia, foi palco do maior desafio ao colonialismo europeu na África oriental. O povo maji-maji organizou um movimento que uniu vinte diferentes grupos étnicos contra a exploração colonial alemã. O levante se ampliou por uma vasta região e atingiu 26 mil quilômetros quadrados.

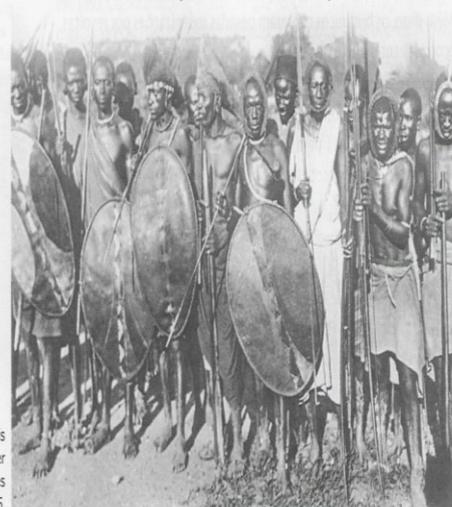
O trabalho forçado na cultura do algodão, a expulsão de suas terras e lares, a cobrança de altos impostos e os maus-tratos foram as causas imediatas da revolta. Os maji-majis protestavam contra todo tipo de cultura que ameaçasse sua economia doméstica, já que eram obrigados a deixar suas próprias áreas de cultivo para trabalhar nas empresas agrícolas estrangeiras.

“Durante os primeiros 20 anos da história colonial alemã [...] os autóctones foram tratados com muita crueldade e injustamente explorados [...]. Desapossados de suas terras, de seus lares, de sua liberdade e de sua vontade, desapossados brutalmente da vida por aventureiros, funcionários coloniais ou companhias de comércio, suas corajosas e incessantes revoltas não foram senão o testemunho trágico de sua impotência e de seu infortúnio.”

TOWNSEND, Mary Evelyn. *The rise and fall of Germany's colonial empire, 1884-1918*. New York: Wacmillan Co., 1930. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. São Paulo: Cortez, Brasília: Unesco, 2011. p. 187.

A rebelião estourou em julho de 1905. Uma das primeiras vítimas foi o líder do movimento, Kinjikitile Ngwale, que foi enforcado. O pai de Ngwale assumiu a liderança da revolta, que foi violentamente reprimida pelas autoridades alemãs.

O movimento dos maji-majis contra a exploração colonial foi vencido, mas o regime alemão foi obrigado a abandonar a cultura algodoeira e a promover algumas reformas na estrutura colonial, sem contudo renunciar à natureza violenta e predatória de sua colonização.



Soldados maji-majis preparados para defender seu território de invasores estrangeiros, c. 1915.

2-O Brasil da Primeira República.

século XIX

página 42
página 43

almirante negro (página 43)



Pragas de Phanaó, capa da Revista da Semana de 16 de outubro de 1904. Zê Povo, representado ao lado de um bacharel, de um sanitarista e de mosquitos, pergunta: "Que mais querem eles de mim?". Qual é o sentido dessa charge e da pergunta de Zê Povo?

A charge mostra o sanitarista e o bacharel em posição de poder sobre o povo, segurando seus braços com as mãos. Eles aparecem como a solução para o problema dos mosquitos e das doenças do povo. Diante dessas autoridades, Zê Povo parece não querer reagir, cansado das arbitrariedades do poder público.

Sanificar: ato ou efeito de limpar, sanear, tornar salubre.

Radiograma: mensagem telegráfica transmitida pelo rádio.

▶ A Revolta da Vacina

Empenhado na campanha de modernização e sanificação da cidade do Rio de Janeiro, em 1904, Oswaldo Cruz convenceu o Congresso a aprovar uma lei que determinava a vacinação obrigatória contra a varíola. Essa medida era aparentemente sensata, dado o volume de mortes causadas pela doença. No entanto, as brigadas sanitárias tinham autorização para recorrer à força na aplicação da vacina. Denúncias de violência circularam pela cidade e instauraram o pânico entre a população, que desconhecia e temia os efeitos da vacina.

No dia 9 de novembro de 1904, a **Revolta da Vacina**, como ficou conhecida, estourou no centro do Rio: bondes incendiados, trilhos arrancados, conflitos civis, choques com a polícia. Alguns políticos e militares, críticos e opositoristas do governo, tentaram assumir a liderança do levante, mas não foram seguidos pelos rebeldes. O governo desencadeou uma violenta repressão e conteve os insurgentes.

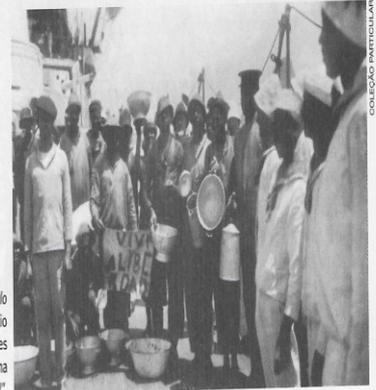
■ A Revolta da Chibata

Em novembro de 1910, marinheiros de dois encouraçados atracados no Rio de Janeiro se rebelaram. Sob a liderança do marinheiro João Cândido, eles assumiram o controle dos navios e enviaram um **radiograma** exigindo o fim dos castigos corporais na marinha. Caso não fossem atendidos, iriam bombardear a capital federal. Eclodia, assim, a **Revolta da Chibata**.

As punições físicas eram antigas na marinha e, poucos dias antes da revolta, o marinheiro Marcelino Menezes havia recebido centenas de chibatadas diante do restante da tripulação. Além disso, outras questões vieram à tona, como os baixos soldos, a má alimentação e o trabalho excessivo.

Temendo o bombardeio da capital e sem condições de reprimir o movimento no mar, o governo do marechal Hermes da Fonseca aceitou negociar. Os castigos corporais foram proibidos e os rebeldes anistiados. Assim, os marinheiros se desmobilizaram e deixaram os navios.

O marechal, no entanto, não cumpriu sua parte no acordo. Dois dias após o fim da revolta, os líderes foram presos, fuzilados ou deportados para o Acre, forçados a trabalhar na extração do látex.



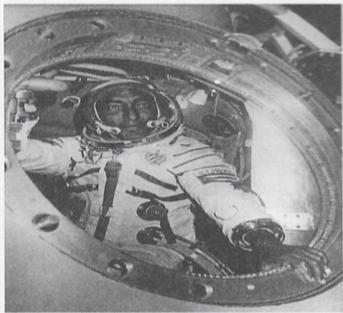
Marinheiros a bordo do navio São Paulo durante a Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro, em 1910. Na fotografia, eles seguram utensílios de cozinha e uma bandeira em que se lê "Viva a liberdade!".

42

página 42

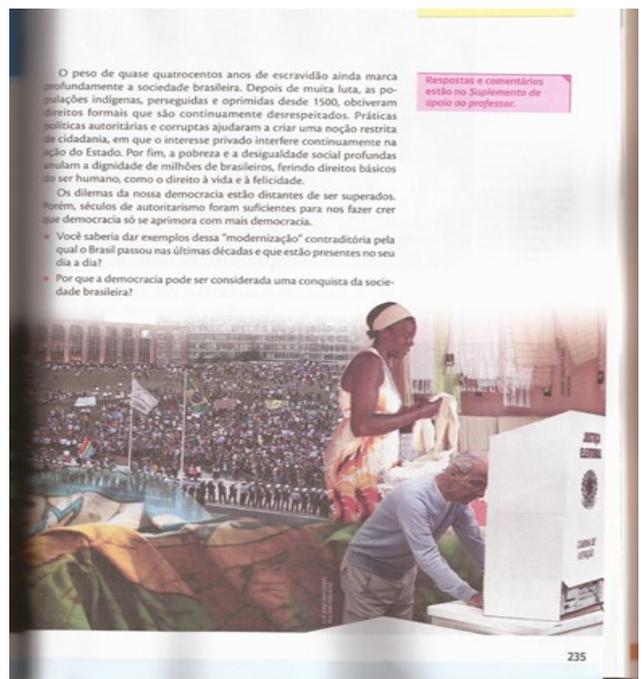
				<div data-bbox="847 203 1489 1615"> <p>AMPLIE SEU CONHECIMENTO</p> <h3>O marinheiro que parou o Brasil</h3> <p><i>Em 1968, João Cândido, o Almirante Negro, líder da Revolta da Chibata, concedeu uma longa entrevista ao Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro. Leia a seguir alguns trechos dessa entrevista.</i></p> <p>“Participação</p> <p>JC: Eu tive o poder na organização da conspiração e estive determinado pelos comitês para assumir a direção da revolução com todos os poderes [...].</p> <p>MIS: Mas essa ideia de congregar marinheiros nesses comitês nasceu de onde? E por quê? Pelo processo da chibata?</p> <p>JC: Nasceu dos próprios marinheiros para combater os maus-tratos e a má alimentação da marinha e acabar definitivamente com a chibata na marinha. E o caso era este. Nós, que vínhamos da Europa, em contato com outras marinhas, não podíamos admitir que na marinha do Brasil ainda o homem tirasse a camisa para ser chibateado por outro homem.</p> <p>MIS: E nesses comitês, como o senhor assumiu a liderança?</p> <p>JC: Assumi a liderança já indicado pelos demais comitês. Houve a formação dos grupos, cada grupo tinha sua função. [...] Nós tínhamos nossos próprios especialistas, que estudaram [...] o movimento dos novos navios a fundo [...].</p> <p>Prisão e julgamento</p> <p>MIS: Quando saiu da prisão, você foi dado como louco, foi mandado para o hospício.</p> <p>JC: Não, aquilo foi um arranjo deles para não depor nos inquéritos que certamente estavam em andamento. [...] para que eu não depusesse me mandaram para o hospício.</p> <p>MIS: [...] Do hospício você passou para onde?</p> <p>JC: Do hospício voltei para a ilha, para vir responder ao conselho de guerra. [...] Fomos todos absolvidos. Absolvidos e excluídos da marinha. [...]</p> <p>Perseguição</p> <p>MIS: Nos arquivos da marinha não consta absolutamente o nome de João Cândido, como se ele não tivesse existido.</p> <div data-bbox="1161 546 1334 846"> </div> <p>O marinheiro João Cândido (lendo o folheto), líder da Revolta da Chibata, em fotografia de 1910.</p> <p>JC: Foi sonogado, foi sonogado mesmo.</p> <p>MIS: Mas pelo fato da sua exclusão ou por um outro fato?</p> <p>JC: Pelo fato de haver tomado a posição que tomara na revolta, pelo ódio. Muitos oficiais da marinha não conseguiram comandar o <i>Minas Geraes</i>, e eu tive o sobejo poder de dominá-lo, fazer o que ele jamais faria na baía do Rio de Janeiro.”</p> <p><small>Entrevista de João Cândido concedida ao Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro, 1968. Revista de História da Biblioteca Nacional, 17 set. 2009. Disponível em www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/eu-parei-o-brasil. Acesso em 12 jun. 2015.</small></p> <div data-bbox="1177 1205 1442 1532"> <p>Questões Responda em seu caderno</p> <ol style="list-style-type: none"> Além das razões internas para a revolta, João Cândido esclarece que um fator externo também contribuiu para a eclosão do movimento. Qual foi esse fator? Ao ler o depoimento de João Cândido, concluímos que a revolta não eclodiu subitamente, de forma espontânea e desordenada. Explique. Por que, na sua opinião, o nome de João Cândido foi apagado da marinha brasileira? Você concorda com essa atitude tomada pelas autoridades? </div> <p style="text-align: right;">43</p> </div>
3-A Primeira Guerra Mundial.	século XX.			
4- A Revolução Russa.	século XX.			

5- Entre duas Guerras.	século XX.	página 99	negros (página 99)	<div data-bbox="847 203 1490 1339"> <p>▶ O nascimento e a expansão do Partido Nazista</p> <p>A crise econômica e social na Alemanha do pós-guerra foi um terreno fértil para a radicalização política. Nesse período, surgiram diversos movimentos nacionalistas e de extrema-direita que defendiam medidas radicais para tirar o país da crise. Dentre esses grupos, o principal era o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, o Partido Nazista.</p> <p>Os nazistas pregavam a rejeição ao Tratado de Versalhes e à República de Weimar, a quem responsabilizavam pela difícil situação econômica em que a Alemanha se encontrava. Eles também defendiam a construção de um Estado forte e centralizado em torno de um líder, a militarização da sociedade e a conquista de um espaço vital para o povo alemão.</p> <p>Fortemente influenciada pela teoria do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, a doutrina nazista defendia a ideia da supremacia alemã. Segundo essa doutrina, a população germânica formava uma raça superior, a "raça ariana", que deveria ser unida em um só império. Comandado pelo <i>Führer</i>, o grande líder, o povo alemão precisava expandir seu território e garantir o espaço vital para seu desenvolvimento e sua reprodução. Nele, os povos considerados inferiores deveriam ser eliminados, para que não "contaminassem" a tal "raça ariana". Assim, ciganos, negros, eslavos, homossexuais, testemunhas de Jeová e principalmente judeus passaram a ser perseguidos por membros do partido.</p> <p>O trecho a seguir faz parte de um discurso de Adolf Hitler, líder do Partido Nazista. Proferido em 1920, resume as principais ideias do partido.</p> <p>“Exigimos [...] a reunião de todos os alemães numa grande Alemanha. [...] Exigimos territórios para a alimentação do nosso povo e o estabelecimento do excedente de sua população. Não pode ser cidadão sendo aquele que faz parte do povo. Não pode fazer parte do povo sendo quem for de sangue alemão [...]. O partido [...] combate o espírito judeu-materialista e está convencido de que [...] o interesse geral prima o interesse particular [...].”</p> <p><small>Adolf Hitler. O nacional-socialismo alemão [1920]. In: FREITAS, Gustavo de. 900 textos e documentos de história. 2. ed. v. 3. Lisboa: Plátano, 1977. p. 286-287.</small></p> <p>Cartaz do Partido Nazista promovendo a candidatura de Adolf Hitler à presidência da república nas eleições de 1932, quando ele foi o segundo mais votado. A propaganda afirmava que Hitler asseguraria o futuro das famílias alemãs que estavam desempregadas.</p> <p>Nazista: refere-se a nazi, abreviatura em alemão do <i>Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei</i> (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães), mais conhecido como Partido Nazista.</p> <p>Vale a pena assistir</p> <p>▶ A onda País: Alemanha Direção: Dennis Gansel Ano: 2008 Duração: 101 min</p> <p>Leia, no Suplemento de apoio ao professor, orientações para o trabalho em sala com este filme.</p> <p>Na Alemanha, o professor Reiner fica encarregado de desenvolver com os alunos um projeto sobre o tema autocracia. Na tentativa de estimular seus alunos a participarem das aulas e compreenderem o significado real de um governo totalitário, Reiner propõe que a turma crie um grupo coeso, uniforme e intolerante, sob sua liderança. Assim, os alunos formam uma comunidade de fanáticos, que começa a praticar atos de violência e de vandalismo. Percebendo que o projeto havia saído de seu controle, o professor Reiner decide finalizá-lo; porém, já era tarde.</p> <p>Cena do filme A onda, de 2008.</p> <p>99</p> </div>
6-A Segunda Guerra Mundial.	século XX.			página 99
7- A Era Vargas.	1930	página 126		página 126

<p>8-O mundo dividido pela Guerra Fria.</p>	<p>século XX.</p>	<p>página 149 página 161</p>	<p>primeiro negro (página 149)</p>	<div data-bbox="879 219 1222 253" data-label="Page-Header"> <p> Conversa com Ciências</p> </div> <div data-bbox="879 264 1222 577" data-label="Image">  </div> <div data-bbox="879 584 1222 689" data-label="Caption"> <p>O cosmonauta cubano Arnaldo Tamayo Méndez em um simulador espacial, em 1980, na União Soviética. Tamayo Méndez foi o primeiro negro e o primeiro latino-americano a ir para o espaço.</p> </div> <p data-bbox="847 696 991 734">página 149</p>
---	-------------------	----------------------------------	------------------------------------	---

				<p>ENQUANTO ISSO...</p> <p>Os negros nos Estados Unidos 50 anos após a conquista dos direitos civis</p> <p>Os ventos de rebelões e protestos da Guerra Fria chegaram aos Estados Unidos, onde as lutas tiveram como protagonista o movimento negro pelos direitos civis. O texto a seguir analisa a situação atual dos afro-americanos no país, 50 anos após o fim da discriminação legal.</p> <p>“Em 9 de agosto, um policial branco, Darren Wilson, cruzou em uma rua estreita e sinuosa de Ferguson (Missouri) com Michael Brown, um negro de 18 anos. [...] O relato preciso do que aconteceu naqueles minutos é motivo de controvérsia. Mas o encontro acabou com o rapaz morto por disparos do policial. E com uma explosão de indignação coletiva na comunidade afro-americana. [...] justamente quando se cumprem 50 anos da assinatura [...] da lei que tornava ilegal a segregação racial nos antigos estados escravocratas do sul [...].</p> <p>A luta dos movimentos civis, capitaneado pelo reverendo batista Martin Luther King Jr., conseguiu acabar com a discriminação legal [...]. Minimizar os avanços ocorridos desde então seria esquecer que há pouco mais de meio século os negros - o único grupo de imigrantes que chegou aos Estados Unidos à força - eram proibidos de ter acesso a lugares públicos em boa parte do país, não podiam ir às mesmas escolas que os brancos, tinham o seu direito de votar restringido e, em muitos casos, anulado, e se vissem no estado errado - basicamente, os estados do sul - eram proibidos de se casar com uma pessoa de outra raça [...].</p> <p>Fredrick Harris, professor da Universidade Columbia [...] diz que a [...] história da luta política negra sempre deu dois passos à frente e um para trás' [...]. Agora o 'passo atrás' foi a grande recessão, que se estendeu entre 2007 e 2009 e que prejudicou com especial gravidade os minorias. A taxa de pobreza entre os negros é de 28,1%, enquanto entre os brancos ela chega a 12%. A taxa de desemprego é de 11,4% para os negros e de 5,3% para os brancos. A taxa de abandono escolar entre os negros é de 5,2% e entre os brancos, menos da metade disso. [...]</p>  <p>Martin Luther King Jr. discursa para a multidão reunida em Washington, Estados Unidos, em 28 de agosto de 1963.</p> <p>Mas a discriminação não desapareceu: manifesta-se por outros canais. [...] Clarissa Hayward, cientista política na Universidade Washington, cita o advogado Michelle Alexander e seu livro <i>The New Jim Crow</i> (O Novo Jim Crow, sem edição no Brasil), a denúncia mais documentada de como o maior sistema prisional do mundo - nenhum país supera os Estados Unidos em número de prisões - discrimina os negros a ponto de criar uma nova forma de segregação racial. Os Estados Unidos mandam para a prisão uma maior porcentagem de sua população negra do que a África do Sul mandava no momento mais crítico do apartheid, escreve Alexander. 'Em Washington [...], estima-se que três em cada quatro jovens negros possivelmente passarão algum tempo da vida na cadeia. [...]</p> <p>Uma subclasse castigada por um sistema policial e judicial tendencioso, por uma pobreza e uma falta de oportunidades endêmicas, por bairros sem serviços públicos nem escolas de qualidade sofre agora as consequências da grande recessão. [...]"</p> <p><small>BASSETTS, Marc. Os Estados Unidos, depois do Missouri (El País), 23 ago. 2014. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/22/internacional/1408227936_224918.html. Acesso em 3 jun. 2015.</small></p> <p>Questões <small>Responda em seu caderno</small></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qual foi a importância do movimento pela conquista dos direitos civis para a população afrodescendente nos Estados Unidos? 2. Segundo o texto, a discriminação contra os negros não desapareceu nos Estados Unidos, ela apenas se manifesta por outros canais. Explique. <p>161</p>
9-As independências na África e na Índia.	século XX.		africanos	anexo 7

<p>10- O Brasil entre duas ditaduras.</p>	<p>século XX.</p>	<p>página 181</p>		 <p>página 181</p>
<p>11- Os governos militares no Brasil.</p>	<p>1964</p>			
<p>12-Crises e desagregação no Bloco soviético.</p>	<p>século XX.</p>			
<p>13- A volta da democracia ao Brasil.</p>	<p>século XX.</p>	<p>página 234 página 235 página 238 página 249 página 250</p>		 <p>página 234</p>



página 235

■ A Constituição de 1988

Os deputados federais e os senadores eleitos em novembro de 1986 formaram uma **Assembleia Nacional Constituinte**, que tinha a tarefa de elaborar uma nova Constituição para o Brasil. Com um novo conjunto de leis esperava-se completar a transição democrática no país.

Os brasileiros foram incentivados a participar da elaboração da nova Constituição por meio de propostas, que deveriam ser assinadas por, no mínimo, 30 mil pessoas e apresentadas por alguma entidade (sindicatos, partidos, entidades religiosas etc.)

▶ Avanços da nova Constituição

A nova Constituição, a sétima depois da independência do Brasil, foi promulgada em 1988. Em relação aos documentos anteriores, a Constituição de 1988 estabeleceu grandes avanços no estabelecimento de garantias e direitos individuais. Entre as conquistas mais importantes estão a liberdade de expressão, de religião e de manifestação política; a criminalização da tortura e do racismo; o direito de voto para os analfabetos; o voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos e para os maiores de 70 anos.

As questões sociais também tiveram avanços importantes. Vários direitos dos trabalhadores rurais e urbanos passaram a ser aplicados também aos empregados domésticos. Foram estabelecidos o direito de greve, a liberdade de organização sindical, a diminuição da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, as licenças maternidade e paternidade, o abono de férias, o seguro-desemprego, o décimo terceiro salário para os aposentados e a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas, conhecida como PLR.

Abono de férias: adicional de um terço, pago nas férias, sobre o salário normal do empregado.

Solenidade de promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo Congresso Nacional, em Brasília, em 5 de outubro de 1988. A elaboração do documento contou com a participação de amplos setores da sociedade brasileira e, por isso, ficou conhecida como "Constituição cidadã".

página 238

As diferenças entre negros e brancos no Brasil

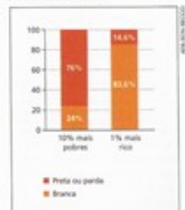
A Constituição de 1988 declarou o racismo crime inafiançável no Brasil. No entanto, a lei esbarra em uma mentalidade formada em séculos de escravidão, que nos deixou uma herança perversa e visível no dia a dia. As desigualdades raciais no Brasil podem ser constatadas nos indicadores relacionados ao ensino, ao mundo do trabalho, à população prisional, à saúde e à violência urbana.

Segundo dados da Síntese dos Indicadores Sociais de 2014, que reuniu informações colhidas pelo IBGE em 2013, a taxa de analfabetismo da população brasileira com 15 anos de idade ou mais era de 5,2% para brancos e 11,5% para pretos e pardos. O mesmo relatório revelou que a média de anos de estudo dos brancos com 25 anos ou mais de idade era de 8,6 anos, enquanto a dos pretos e pardos era de 6,8 anos.

Os índices relacionados à renda confirmam o mesmo quadro de desigualdade. Segundo dados preliminares do Censo 2010, o total de brasileiros vivendo na miséria (com renda per capita mensal de até setenta reais) soma 16,2 milhões, o equivalente a 8,5% da população. Desse, 70,8% são pardos ou pretos. Os dados sobre a renda revelam ainda que pretos e pardos somam apenas 16% da camada mais rica do Brasil, o que representa apenas 1% da população.

De maneira geral, os dados relativos à população preta ou parda no Brasil melhoraram em relação ao Censo 2000, mas ainda estamos longe de uma democracia racial no país.

DISTRIBUIÇÃO POR COR OU RAÇA ENTRE OS 10% MAIS POBRES E O 1% MAIS RICO NO BRASIL — 2013



Fonte: Ipea (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) IBGE. Disponível em http://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf. Acesso em 20 maio 2015.



- Explore**
1. Os dados do IBGE, fornecidos nesta página, ajudariam a responder à questão levantada nesta charge?
 2. Embora o cartunista conheça a elucidação do "mistério", ele preferiu deixar a questão em aberto. Ao fazer isso, que efeito a charge provoca no leitor?

Charge do cartunista Laerte, 2011.

página 249

Os negros e as políticas afirmativas

Indicadores tão evidentes de um "muro racial" no Brasil obrigaram os governos a criar programas de ações afirmativas para promover a inclusão socioeconômica da população negra, combater a discriminação (étnica, sexual, etária etc.) e reparar os efeitos de práticas discriminatórias construídas historicamente.

A demarcação de terras indígenas e a criação de cotas para as mulheres nas candidaturas partidárias e para deficientes em empresas do setor privado e nos concursos públicos são exemplos de ações afirmativas. Outra ação que vem sendo experimentada no país é o programa de cotas para negros, indígenas e estudantes de baixa renda nas universidades públicas.

O sistema de cotas divide a sociedade e há argumentos fortes a favor e contra ele, como mostram os textos a seguir.

"Políticas dirigidas a grupos 'raciais' estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até mesmo produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância. [...] O principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos."¹

Todos têm direitos iguais na república democrática, 30 maio 2006. Carta pública ao Congresso Nacional. Disponível em www.observa.ica.ufrj.br/carta/index.htm. Acesso em 21 maio 2015.

"A desigualdade racial vigente hoje no Brasil é um processo sistêmico e ininterrupto iniciado logo após a abolição da escravidão. A Constituição de 1891 facilitou a reprodução do racismo ao decretar uma igualdade formal entre todos os cidadãos justamente quando a população negra acabava de ser colocada em uma situação de completo desamparo [...] para competir com os brancos diante de uma nova realidade de mercado de trabalho de tipo modernizante que se instalava no país [...]."

Foi a constatação da extrema exclusão dos jovens negros e indígenas das universidades que impulsionou a atual luta nacional pelas cotas [...].²

Manifesto em favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, jul. 2006. Disponível em www.observa.ica.ufrj.br/manifesto/index.htm. Acesso em 21 maio 2015.

- Explore**
1. Identifique os argumentos contra e a favor do sistema de cotas apresentados nos dois textos.
 2. Em sua opinião, a seleção realizada pelas universidades por meio do vestibular é justa no contexto da desigualdade social brasileira? Justifique.

Navegue neste site

A **Cor da Cultura** é um site educativo que promove ações para valorizar a cultura afro-brasileira. O site conta com o apoio de diversas instituições, incluindo o Ministério da Educação e a Fundação Cultural Palmares.



1. Acesse o site www.acordacultura.org.br e navegue pelo menu "Programas".
2. Identifique quais são as ações promovidas e como elas devem ser implementadas.
3. Discuta com seus colegas por que razão essas ações podem ser consideradas afirmativas e opinem a respeito do alcance e da eficácia desse tipo de ação.

página 250

<p>14- O Mundo Contemporâneo.</p>	<p>século XXI</p>	<p>página 262</p>		<div data-bbox="874 241 1043 542"> </div> <div data-bbox="884 546 1043 622"> <p>Fonte: Informe Temático da Oxfam, jan. 2015. Disponível em https://odiameritornoticias3.amazonaws.com/sites/default/files/documentos/files/riquezaTenerloTodoQueremosMas190115.pdf. Acesso em 20 maio 2015.</p> </div> <div data-bbox="1059 241 1264 264"> <p>Concentração de renda</p> </div> <div data-bbox="1059 273 1452 416"> <p>A dinâmica da globalização recente também gerou fortes impactos sociais. De 1990 para 2013, o volume mundial das exportações de mercadorias e serviços saltou de 3,5 para 23,4 trilhões de dólares. No entanto, mais da metade dessa riqueza ficou concentrada no grupo dos países desenvolvidos. Esse dado demonstra que o processo de globalização econômica, especialmente na década de 1990, promoveu o aumento das disparidades sociais no mundo, verificadas tanto no distanciamento entre países ricos e pobres como no interior dos países ricos.</p> </div> <div data-bbox="1059 416 1452 542"> <p>A maior desigualdade associada ao processo de globalização se verificou na divisão da riqueza global entre ricos e pobres e no aumento da concentração de riqueza em escala chocante. Segundo relatório da instituição financeira Credit Suisse, em 2014 o 1% mais rico da população do planeta (cerca de 70 milhões de pessoas) concentrava em suas mãos 48% da riqueza mundial, enquanto a metade mais pobre ficava com menos de 1% da riqueza global.</p> </div> <div data-bbox="1059 560 1340 582"> <p>Pobreza, migrações e xenofobia</p> </div> <div data-bbox="1059 591 1452 734"> <p>Além da concentração de riqueza, outra tendência que se acentuou com o processo de globalização foi o aumento expressivo do fluxo migratório em direção aos países desenvolvidos ou mesmo para os países do Brics. As migrações são impulsionadas sobretudo pelas dificuldades econômicas dos países em desenvolvimento, por conflitos armados e pelo fechamento de postos de trabalho em todo o mundo. Na mesma proporção do aumento da imigração cresce também, em muitos casos, a intolerância da população e dos governos nacionais contra os que vêm de fora.</p> </div> <div data-bbox="1059 734 1452 806"> <p>Na Europa ocidental, manifestações e ataques a imigrantes vêm se tornando cada vez mais frequentes. Atletas de origem africana, árabe e latino-americana, brasileiros inclusive, têm sido alvo de manifestações racistas em competições realizadas em vários países europeus.</p> </div> <div data-bbox="1059 806 1452 896"> <p>Nos últimos anos, o aumento das restrições à entrada de imigrantes, os crescentes casos de xenofobia e a ascensão de novos mercados vem provocando mudanças na dinâmica das migrações. Atualmente, mercados emergentes passaram a receber quantidades consideráveis de imigrantes, como o Brasil, que passou a ser o destino de muitos bolivianos, africanos e haitianos.</p> </div> <div data-bbox="884 819 1053 945"> <p>Resposta pessoal. Infelizmente, casos como esse têm se tornado frequentes no meio esportivo. Como exemplo, podemos citar o do brasileiro Daniel Alves, do Barcelona, que teve bananas atiradas em sua direção durante partida de seu time. Outro caso ocorreu no Brasil e que teve grande repercussão na mídia aconteceu durante uma partida entre Grêmio e Santos, em 2014, quando o goleiro santista Aranha foi xingado pela torcida grêmista. Por conta disso, o Grêmio foi eliminado da Copa do Brasil.</p> </div> <div data-bbox="884 949 1053 1115"> <p>O jogador Yaya Touré do Manchester City, conversa com o juiz durante partida válida pela Uefa Champions League contra o CSKA, em Moscou, em 23 de outubro de 2013. Após manifestações racistas vindas da torcida do time russo, o marfinense ameaçou liderar um boicote de jogadores negros à Copa do Mundo de 2018, que será realizada na Rússia. Você conhece outros casos de racismo relacionados ao esporte?</p> </div> <div data-bbox="1066 913 1458 1120"> </div>
-----------------------------------	-------------------	-------------------	--	--

No livro do 9o. ano, o primeiro capítulo chamado “O imperialismo na Ásia e na África” traz o subitem, da página 17, “O fardo do homem branco” onde contém informações que vários autores consideravam o colonialismo como uma forma de salvação para os povos africanos, já que os mesmos eram considerados atrasados e caberia aos homens brancos apresentarem para eles a civilização, os libertando da condição de bárbaros.

No subitem “Explorando o interior da África” na página 18, é tratado sobre as estratégias de explorações dentro do território africano, a busca por riquezas era a grande, porém muitas vezes os viajantes se deparam com grupos nativos, que pelo uso da força eram muitas vezes derrotados, e além disso eram impostos a eles a fé cristã.

No capítulo, foi separado um subitem para tratar sobre a resistência, chamado “África: movimentos de resistência” apresentando duas rebeliões. A primeira, na página 21, é a Ashanti ocorrida entre 1890 e 1900, na Costa do Ouro, porém a repressão britânica foi mais

forte garantindo a forte exploração. A segunda, na página 22, é a Maji-Maji que ocorreu entre os anos 1905 e 1907, na região de Tanganica onde o povo rebelou-se contra a exploração alemã, porém o movimento foi reprimido. Apresentar as formas de resistência é de ampla importância, pois demonstram que os africanos não aceitavam essas formas de dominação, cada vez mais violentas em seu território, de forma passiva, muito pelo contrário, por diversas vezes eles lutavam bravamente por seus direitos, e por mais que essas duas rebeliões não atingiram seu principal objetivo, é uma forma de mostrar aos alunos que eles se organizavam, batalhavam e sonhavam com a liberdade para viver em suas terras e comunidades, porém a dominação foi devastadora em muitos casos.

No capítulo 2, “O Brasil da Primeira República” trás na página 42, um subitem sobre a Revolta da Chibata, que ocorreu sobre a liderança de João Cândido para exigir o fim de castigos na Marinha. Os marujos conseguiram um acordo, porém foram traídos pelo marechal Hermes da Fonseca, tendo os líderes presos e mortos. Cabe acrescentar que o líder do movimento era negro, podendo este ser considerado mais uma forma ativa de lutar contra a imposição do sistema repressor em que viviam. Como pode ser visto na página seguinte, no item “Amplie seu conhecimento” trazendo a fotografia do marinheiro João Cândido, apresentado como um Almirante negro em uma entrevista dada ao Museu da Imagem e do Som, dando voz a sua participação na Revolta, sobre o seu julgamento e perseguição.

Quanto ao capítulo 5, “Entre duas guerras”, ao falar sobre o nascimento do partido nazista, é lembrado na página 99, que os negros foram perseguidos pelos seus membros, sem mais informações de como o negros viviam, onde trabalhavam.

No capítulo 7, “A era Vargas”, logo na primeira página ao falar sobre os direitos trabalhistas é ilustrado uma fotografia de uma empregada doméstica negra. Novamente os alunos deparam com o negro em um trabalho que não é tão valorizado pelos padrões da sociedade. E após o conteúdo da abolição é a primeira vez que o negro volta a cena na história brasileira, porém ele é apenas representado como uma força de trabalho, não se sabe aonde viviam, se participavam de organizações, comandos de luta por igualdades, entre outros.

No capítulo 8, “O mundo dividido pela Guerra Fria”, na página 149 há uma imagem do cosmonauta cubano Arnaldo Tamayo Méndez, primeiro negro a ir para o espaço, ainda neste capítulo no Item “Enquanto isso...” da página 161, é tratado sobre os negros nos Estados Unidos após os 50 anos da conquista dos direitos civis, o texto é de Marc Bassets e fala sobre um episódio entre um policial branco e um jovem negro que foi morto pelo policial às margens da comemoração dos 50 anos de fim da discriminação, segue falando das taxas de

pobreza e desemprego dos negros em relação aos brancos, indicando uma diferença grande e a manifestação do preconceito de outras formas.

No capítulo 9, “As independências na África e a da Índia”, são discutidos nos subitens temas como: “a África na Primeira Guerra Mundial”, dizendo que muitas batalhas ocorreram em território africano garantindo experiências bélicas a grupos africanos, fato que os ajudou a lutar contra o colonialismo; “Movimentos de identidade africana”, trazendo a fundação da Associação africana no século XIX, a Primeira Conferência Pan-Africana para lutar contra o racismo, o Primeiro Congresso Pan-africano que defendia a emancipação das colônias e ampliação dos direitos civis dos negros norte-americanos e o retorno dos africanos a sua terra, o movimento Negritude defendendo uma identidade comum aos negros valorizando as raízes culturais africanas.

Percebe-se que neste subitem foram levadas em consideração algumas lutas, reivindicações do povo negro, demonstrando ao aluno que eles lutavam pelos seus ideais, bem diferente daquela imagem passiva que ainda assombra o ensino, de forma a acreditar que eles aceitavam sua condição de escravizados, pode-se perceber a força desse povo, a busca por igualdade racial e de oportunidades, e ainda a valorização de sua cultura, cheia de criatividade e intensidade.

O subitem, da página 170, “1960: o Ano da África” trás a independência de Gana como um grande marco para as emancipações na África e em 1958 ocorre a primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes para pensar estratégias para novas independências. O caso da Argélia é destacado por apresentar muitos colonos franceses em seu território e difícil negociação com as autoridades francesas, com a fundação da Frente de Libertação Nacional o cenário começa a mudar e os argelinos vão somando conquistas, até que a França assina o Acordo de Evian, concedendo o desejo de o país ser independente.

É dedicado um subitem na página 175 para falar sobre o *apartheid* na África do Sul, destacando o início das leis segregacionistas, como a determinação que os negros ocupariam apenas 10% das áreas sul-africanas, lembrando que era terras muito ricas e portanto existia alto interesse nas mesmas. O *apartheid* definia uma ampla segregação racial em espaços públicos, atingindo até mesmo a educação e os casamentos, sem dizer é claro, da vida política. Continua dizendo, na página 176 que esse movimento foi reprimido com muita violência e até mesmo seus líderes, como Nelson Mandela, foram presos. A luta se estendia e com a ajuda de questões externas, como a guerra fria, os partidos de oposição conseguiram a legalização e em 1991, as leis segregacionistas foram extintas e em 1994, Nelson Mandela se torna presidente.

No capítulo 10, “O Brasil entre duas ditaduras” apresenta a três fotografias de pessoas assistindo TV, sendo a primeira fotografia retratando um Bar na década de 1950, a segunda os bastidores de um programa, com mulheres brancas e bem vestidas em 1959, e a terceira fotografia de 2014, já colorida, trás uma família negra também com o acesso a esse produto. Aqui o livro teve o cuidado de contemplar a família negra com um artigo que para muitos é de luxo.

No capítulo 13, “A volta da democracia ao Brasil”, inicia falando que a garantia dos direitos é uma grande conquista para o país, mas ela não desabrochou de maneira igualitária, muito pelo contrário, as desigualdades sociais estão presentes no território, as oportunidades são escassas para determinados grupos sociais. Na página 234, encontra-se uma fotografia de jovens estudantes da cidade de São Paulo, e entre eles encontra-se uma negra. Na página seguinte, há a fotografia de uma mulher negra vendendo artesanato, talvez por escolha, mas ainda hoje as oportunidades de trabalho são dificultadas para eles.

No subitem da página 238, “A Constituição de 1988”, relembra a conquista de direitos a partir de sua promulgação podendo destacar a criminalização do racismo, a liberdade de expressão, diminuição da jornada de trabalho, seguro-desemprego e mais direitos a trabalhadores domésticos.

No subitem da página 249, “As diferenças entre negros e brancos no Brasil”, se inicia com a importância da Constituição em tratar o racismo como um crime, porém segue dizendo que esta lei esbarra em uma herança da escravidão e que as desigualdades podem ser vistas no dia a dia, seja nos níveis relacionados ao ensino, a saúde, violência e trabalho, afirmando que a democracia racial está longe de ser atingida.

O livro contempla também as políticas afirmativas na página 250, falando da criação feita pelo governo visando combater a discriminação, destacando o sistema de cotas das universidades públicas brasileiras para negros, indígenas e estudantes de baixa renda.

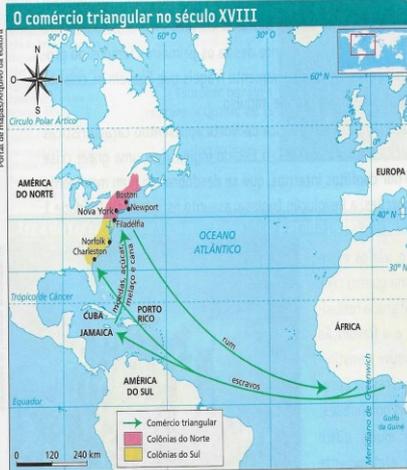
O capítulo 14, “O mundo contemporâneo”, representa o último capítulo dessa coleção, e na página 262, dentro do subitem “Crises da economia globalizada” é discutido sobre a pobreza e a xenofobia, apresentando a fotografia do jogador Yaya Touré, que sofreu manifestações racistas durante a partida de futebol na Europa.

De modo geral, a visão de história nesta coleção de livros didáticos está ligada a cidadania, as formas de economia e política da experiência humana ao longo do tempo. Outras questões como a religiosidade, costumes, educação também podem ser encontrados, mas de uma maneira mais amena.

-Oitavo ano. *Coleção História para nosso tempo*
Flávio Berutti

CAPÍTULO/ TÍTULO	ANO/ ÉPOCA	LOCA LIZA ÇÃO	ADJE TIVO	DOCUMENTOS/ TRECHOS BIBLIOGRÁFICOS/ IMAGEM.
1-A Inglaterra revolucionária.	século XVII			
2-Revolução Industrial e transformações na produção.	século XVIII			
3-A França Revolucionária.	século XVIII			
4-Ideias iluministas e ordem burguesa.	século XVIII			
5-Liberalismo econômico e revoluções de 1820, 1830 e 1848.	século XIX			
6-A crítica à ordem burguesa.	século XIX			

<p>7-A Revolução Americana.</p>	<p>Século XVIII</p>	<p>página 148 página 149</p>	<p>africanos escravizados. (página 148)</p>	<p>As colônias do Centro</p> <p>As colônias do Centro se desenvolveram a partir da pequena e da média propriedade rural. Nelas, duas atividades se destacaram: a agricultura comercial (trigo, centeio, aveia, cevada) e o comércio de peles. Assim como nas colônias do Norte, nas colônias centrais houve o desenvolvimento das atividades manufatureiras.</p> <p>Nas colônias do Centro também estava concentrada a maior parte de colonos provenientes de outras regiões da Europa (Holanda, Suécia e Escócia, entre outras).</p> <p>As colônias do Sul</p> <p>As colônias do Sul se desenvolveram com base nas grandes propriedades de terra. Possuíam grande articulação com o mercado externo. As extensas planícies de terras férteis e a predominância de condições geoclimáticas similares às das áreas tropicais favoreceram o desenvolvimento do cultivo de produtos com boa aceitação no mercado europeu, como o fumo (tabaco), o algodão, o arroz e a cana-de-açúcar. Em torno do cultivo desses produtos, organizou-se o sistema de <i>plantation</i>, com base no trabalho de africanos escravizados.</p> <p>O sistema de <i>plantation</i></p> <p>E quais eram as características do sistema de <i>plantation</i>? De acordo com a historiadora Nancy Naro, a <i>plantation</i> é uma propriedade agrícola extensiva (ou seja, que realiza a produção em larga escala) que utiliza o trabalho escravo.</p> <p>É dirigida por proprietários que negociam a produção para o mercado externo. Esse sistema tem como principal objetivo o de abastecer mercados externos, em larga escala.</p> <p>A produção é orientada no sentido de permitir a acumulação de capitais em função da comercialização da produção.</p> <p>NARO, Nancy Priscilla S. <i>A formação dos Estados Unidos</i>. São Paulo: Atual, 1985. p. 15.</p> <p>Comércio triangular</p> <p>A articulação da economia das colônias do Norte com as Antilhas, com pontos estratégicos do litoral africano e mesmo com a Europa, tornou-se cada vez mais intensa em função dos "triângulos comerciais" ou do chamado comércio triangular.</p> <p>De forma didática e simplificada, o historiador Leandro Karnal nos fornece uma explicação a respeito do comércio triangular. Leia o texto a seguir e observe o mapa na próxima página.</p> <p>Desenho do século XVIII ilustrando alguns aspectos da plantação de tabaco em colônias do sul dos Estados Unidos. Note a presença do trabalho de africanos escravizados e a extensa área plantada.</p>  <p>148 Unidade 3 • Américas independentes</p> <p>página 148</p>
---------------------------------	---------------------	----------------------------------	---	---

				<p>O comércio triangular pode ser descrito, simplificado, como a compra de cana e melado das Antilhas, que seriam transformados em rum. A bebida obtinha fáceis mercados na África, para onde era levada por navios da Nova Inglaterra e trocada, usualmente, por escravos. Esses escravos eram levados para serem vendidos nas fazendas das Antilhas ou nas colônias do sul. Após a venda, os navios voltavam para a Nova Inglaterra com mais melado e cana para a produção de rum. Era uma atividade altamente lucrativa, entre outros motivos, por garantir que o navio sempre estivesse carregado de produtos para vender em outro lugar.</p> <p>O comércio triangular também poderia envolver a Europa, para onde os navios levavam açúcar das Antilhas, voltando com os porões repletos de produtos manufaturados. Estabeleciam-se, assim, sólidas relações comerciais embasadas na próspera indústria naval das colônias da Nova Inglaterra.</p> <p>KARNAL, Leandro et al. <i>História dos Estados Unidos: dos origens ao século XXI</i>. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 56-57.</p>  <p>O comércio triangular no século XVIII</p> <p>Sobre o conhecimento histórico: De acordo com o historiador Leandro Karnal, "O comércio triangular é muito diferente da maioria dos procedimentos comerciais do resto da América. Apesar de as leis estabelecerem limites, os comerciantes das colônias agiam com grande liberdade [...]". KARNAL, Leandro et al. <i>História dos Estados Unidos: dos origens ao século XXI</i>. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 56-57.</p> <p>O mapa mostra um esquema simplificado do comércio triangular no século XVIII.</p> <p>Fonte: Elaborado com base em: PAOLUCCI, Silvio; SIGNORINI, Giuseppina. <i>Il corso della storia 2</i>. Bologna: Zanichelli, 1997. p. 153.</p> <p>Essa articulação entre três regiões principais impulsionou o aparecimento e o crescimento de várias cidades na costa atlântica da América do Norte. Impulsionou também o surgimento de uma expressiva burguesia colonial formada por manufatureiros, armadores e comerciantes, cujos interesses econômicos entraram, em meados do século XVIII, em rápida contradição com os interesses da burguesia mercantil da Inglaterra.</p> <p>Nas origens do movimento de independência, essa questão foi muito significativa.</p> <p>Nas colônias do Sul, nas quais predominava o trabalho de africanos escravizados, o latifúndio, a monocultura e a dependência em relação ao mercado externo, a aristocracia sulista, formada pelos grandes proprietários de terras e de escravizados, adotou uma posição mais moderada em relação ao processo de independência, temendo que uma ruptura com a Inglaterra colocasse em risco seus interesses econômicos.</p> <p>A Revolução Americana - Capítulo 7 149</p>
8-Movimentos de independência na América Espanhola.	século XIX			<p>página 149</p>
9-A América Portuguesa em tempos de independência.	século XIX			

<p>10-A construção do Império e os conflitos durante o Período Regencial.</p>	<p>século XIX</p>	<p>Página 239</p>	<div data-bbox="810 215 1497 1167"> <p>Balaiaada, Malês, Cabanagem</p> <p>Os principais líderes da Balaiaada, movimento que ocorreu entre 1838 e 1841, foram Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, Raimundo Gomes e Negro Cosme. A população pobre da província do Maranhão, formada por vaqueiros, sertanejos e escravos, enfrentava uma grave crise agrária. Além disso, a insatisfação entre os profissionais urbanos era grande. Mais uma vez, o governo central enviou tropas para combater os revoltosos e o movimento chegou ao fim.</p> <p>A Revolta dos Malês, um grande movimento organizado por africanos na condição de escravos, aconteceu em 1835, na cidade de Salvador. Malê era o nome dado aos africanos de formação ou origem muçulmana.</p> <p>Os malês pretendiam obter a liberdade. Estudiosos e historiadores calculam que a revolta envolveu centena de homens e mulheres escravizados, o que a configura como uma das mais importantes rebeliões do século XIX. As forças do governo reprimiram o movimento. Cerca de 200 integrantes foram presos e julgados, sendo que alguns foram condenados à pena de morte, outros a trabalhos forçados ou ao degredo (ida para a África).</p> <p>Em relação à Cabanagem, ocorrida na Província do Grão-Pará (Pará e Amazonas), entre 1835 e 1840, estudiosos consideram que o motivo para as constantes sublevações eram as precárias condições de vida e de trabalho decorrentes de uma economia baseada na exploração das drogas do sertão e na pesca. A força de trabalho era composta por homens e mulheres escravizados, mestiços e, principalmente, indígenas, destribalizados e submetidos a um regime de semiescravidão, que viviam em "cabanas" às margens dos rios.</p> <p>O saldo da destruição entre os "cabanos", provocada pela repressão das tropas do governo central, apoiadas por forças da Guarda Nacional, demonstrou a violência dos confrontos: do total de 100 mil habitantes do Grão-Pará, aproximadamente 30 mil perderam a vida nas batalhas e nos incêndios. A respeito da Cabanagem, o historiador Caio Prado Júnior destacou seu caráter popular.</p> <p>É ela um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, fico-lhe contudo a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder.</p> <p><small>PRADO JÚNIOR, Caio. <i>Evolução política do Brasil e outros estudos</i>. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975, p. 69.</small></p>  <p>O memorial da Cabanagem é a única obra desenhada por Oscar Niemeyer na região Norte. Inaugurado em Belém do Pará, em 1985, em comemoração aos 150 anos da revolta popular ocorrida no período das Regências, o monumento foi feito também para abrigar os restos mortais de cinco líderes cabanos. Foto de 2014.</p> <p><small>Para desenvolver e aprofundar: A Farrapoquia será estudada, em detalhes, na seção Para construir o conhecimento, no final deste capítulo.</small></p> <p><small>A construção do Império e os conflitos durante o período regencial. • Capítulo 10 239</small></p> </div> <p>página 239</p>
<p>11-O Segundo Reinado: transformações econômicas e conflitos sociais.</p>	<p>século XIX</p>	<p>Página 254 Página 256 Página 262 Página 263</p>	<div data-bbox="810 1234 1313 1742">  <p>Vendedor de flores e de fatias de coco. 1829. Jean-Baptiste Debret. Aquarela sobre papel.</p> <p><small>Brasil</small></p> </div> <p>página 254</p>

◆ O fim do tráfico de escravos e a transição para o trabalho livre e assalariado

Em 1831, o governo da Regência Trina Permanente aprovou uma lei antitráfico. Essa lei, no entanto, não foi cumprida, principalmente pela importância do trabalho de escravizados para a cafeicultura.

As pressões internacionais contra o tráfico se intensificaram no final da primeira metade do século XIX e, em 1845, o Parlamento inglês aprovou o *Bill Aberdeen*, que concedia direitos à marinha britânica para reprimir o tráfico de escravos no Atlântico Sul.

Em 1850, o governo brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queirós, extinguindo o tráfico de escravos. Em 1854, a Lei Nabuco de Araújo, que punia as autoridades portuárias que facilitassem o tráfico, o inviabilizou em definitivo.

Observe com atenção os dados da tabela a seguir. Eles comprovam a redução do número de africanos desembarcados no Brasil a partir de 1850.



Barbeiros ambulantes. 1826. Jean-Baptiste Debret. Aquarela sobre papel.

Estimativa do número de africanos desembarcados por região (em milhares de indivíduos) - 1501-1870						
Período	América espanhola	Brasil	Antilhas britânicas	Antilhas francesas	Antilhas holandesas	América britânica e Estados Unidos
1501-1550	12,5	-	-	-	-	-
1551-1600	62,5	50,0	-	-	-	-
1601-1650	127,5	200,0	20,7	2,5	-	-
1651-1700	165,0	360,0	243,0	153,3	40,0	-
1701-1740	180,8	605,0	358,8	357,2	200,0	70,2
1741-1800	331,9	1 095,2	897,2	1 074,0	197,6	321,0
1801-1830	367,0	1 000,4	105,8	93,7	0,1	168,3
1831-1850	261,6	712,7	10,2	0,6	0	0
1851-1870	153,6	6,4	0	18,4	0	0,3
Total geral	1 662,4	4 029,8	1 635,7	1 699,7	437,7	559,8

Fonte: ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

página 256



Foto produzida por Marc Ferrez retratando trabalhadores escravizados em colheita de café no Rio de Janeiro. Imagem de 1882.

agricultura tradicional praticada na produção de açúcar, tabaco e de exportações, passava por séria concorrência do açúcar produzido na Europa.

Pressões inglesas contra o tráfico de

página 262

				<p>Para que se tenha ideia da gravidade da crise na agricultura tradicional praticada no Brasil, é importante saber que entre 1822 e 1860 a balança comercial brasileira apresentou saldos positivos - superávits, ou seja, exportações maiores que as importações - em apenas nove anos.</p> <p>Porém, posteriormente, a partir da década de 1830, a economia brasileira, pelo menos no que diz respeito ao modelo agrário-exportador, reintegrou-se à economia capitalista mundial com a emergência da cultura do café.</p> <p>A produção cafeeira no Brasil, pelo menos em sua primeira fase (1830-1860/70), foi baseada no trabalho escravo. Isso deu outra dimensão ao tráfico negreiro e ao tráfico inter-provincial de escravos, ou seja, ao tráfico entre províncias. Nesse período foram deslocados, em massa, escravizados de áreas como o Nordeste e as antigas áreas de mineração - em retração, do ponto de vista econômico - para as novas áreas cafeeiras.</p> <p>Entre as características da primeira fase da economia cafeeira, destacaram-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a concentração da produção no Vale do Paraíba e na Zona da Mata Mineira, principalmente em cidades como Vassouras, Resende, Valença, Taubaté, Aréias, Mar de Espanha, Juiz de Fora, Cataguazes; • o capital inicial proveniente de fontes internas (atividades comerciais e mineração); • o predomínio do porto do Rio de Janeiro para o escoamento da produção; • a constituição de uma aristocracia baseada na produção cafeeira: os "barões do café". <p>página 263</p>
--	--	--	--	---

No livro do 8o. ano no capítulo 7 “A Revolução Americana” os negros aparecem apenas no sistema de *plantation* realizado pelos Americanos com a força do trabalho escravo e do Comércio Triangular onde eles serviam como produto de troca entre os países envolvidos, sem aprofundar em como era a vida daqueles negros, e se eles resistiam a condição.

No capítulo 10 “A construção do império e os conflitos durante o período regencial” apresenta, na página 239, alguns movimentos sociais que ocorreram durante o período regencial no Brasil, os movimentos que contaram com a participação de escravizados foram: a Balaiada que ocorreu entre 1838 e 1841 apresentada em apenas um parágrafo, e a Revolta do Malês em 1835 classificando como uma das maiores rebeliões feitas pelos escravizados.

No capítulo 11, “O segundo reinado: transformações econômicas e os conflitos sociais” contém na página 254 uma imagem de Jean-Baptiste Debret de 1829, chamada “Vendedor de flores e de fatias de coco” que é representado por um negro, porém o texto de duas linhas que a acompanha somente cita que a exclusão fazia parte da política brasileira no período colonial seguido de um longo texto para explicar o poder do imperador e dos partidos políticos.

No subitem “O fim do tráfico de escravos e a transição para o trabalho livre e assalariado” da página 256, apresenta novamente uma imagem de Debret, de 1826, chamada “Barbeiros ambulantes” onde negros realizam o ofício de barbeiros de uma forma muito simples em outros negros e para acompanhar segue o texto do livro que cita as leis que puniam o tráfico de escravizados juntamente com uma tabela com a estimativa do número de

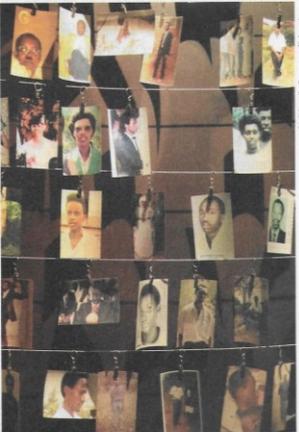
africanos que vieram para o Brasil desembarcados por região durante mais de 300 anos. A imagem não ilustra os conteúdos do texto, ela serviria melhor para iniciar uma crítica da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, onde as oportunidades eram desiguais.

No subitem “A produção cafeeira no século XIX” que se inicia na página 262, destaca a importância da mão de obra escrava durante esse período da produção de café para a economia brasileira, porém é discutido apenas questões econômicas que envolviam essa prática, deixando de lado as condições de trabalho e vida daquelas pessoas.

Nono ano *Coleção História para nosso tempo*

Flávio Berutti

CAPÍTULO/ TÍTULO	ANO/ ÉPOCA	LOCALI ZAÇÃO	ADJE TIVO	DOCUMENTOS/ TRECHOS BIBLIOGRÁFICOS/ IMAGEM.
1-O Imperialismo e a ocupação do espaço mundial.	século XIX	página 34		<p>O domínio da África</p> <p>Desde o século XVI, o antigo domínio português no continente africano esteve restrito às áreas litorâneas de Congo, Angola, Moçambique e Guiné, pois o interior do território era controlado por soberanos locais. Os governos francês e inglês também ocupavam portos no litoral da África ocidental.</p> <p>Porém, as pressões inglesas pelo fim do tráfico escravo desorganizaram a antiga colonização africana, que assumiu nova forma sob o imperialismo. No final do século XIX, as nações imperialistas passaram a ocupar terras no interior da África. Além da necessidade de expansão de mercados do capitalismo monopolista, alguns fatores que aceleraram a "corrida colonial africana" foram os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a presença de colonizadores holandeses no sul da África; • a criação do Estado do Congo pelo rei belga Leopoldo II; • a invasão do Congo Francês por Pierre de Brazza.  <p>No imagem, rei Alberto I, do Bélgica, e a rainha Elizabeth, sua esposa, visitando um campo militar no antigo Congo Belga. Foto de 1928. Alberto I sucedeu seu tio paterno, Leopoldo II, no trono da Bélgica.</p> <p>Franceses e ingleses</p> <p>No sul, os ingleses venceram os bóeres, descendentes de holandeses que dominavam aquela região. Na luta contra os bóeres, os ingleses conquistaram também Transvaal e Orange, derrotando os povos zulus. Além da África do Sul, outras regiões anexadas pelos ingleses no continente africano foram o Sudão, a Nigéria, a Costa do Ouro, a Rodésia, o Quênia e a Somália.</p> <p>Os franceses construíram um império na África, dominando a Argélia, o Marrocos, a Tunísia, Madagascar, a Somália Francesa, a África Equatorial Francesa e a África Ocidental Francesa. Houve muitos choques com os ingleses, os italianos e os alemães, que também ambicionavam essas áreas.</p> <p>34 Unidade 1 - A sociedade liberal: do imperialismo à bipolarização mundial</p>
2-A Primeira Guerra Mundial.	século XX 1914-1918			
3-A Crise de 1929.	século XX 1929			
4- Os Fascismos.	século XX			
5-A Segunda Guerra Mundial.	século XX 1939-1945			
6-A Guerra Fria.	século XX			
7-A Revolução Bolchevique.	século XX			
8-A Revolução	século XX			

Chinesa.				
9-A Revolução Cubana.	século XX 1953-1959			
10-A Descolonização afro-asiática.	século XX	página 179 página 180 página 181		<p>A descolonização africana: aspectos gerais</p> <p>O Egito foi a primeira nação do continente africano a conseguir a independência, efetivada no intervalo entre as duas guerras mundiais. No entanto, embora a independência formal tenha sido conseguida em 1922, as condições impostas pelos ingleses, que até então dominavam o país, mantiveram um quadro de dependência. Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o país obteve sua efetiva autonomia.</p> <p>Na década de 1950, mais de vinte novos Estados surgiram na África. Contudo, foi na década seguinte que a maioria das independências se confirmou, com exceção de alguns países, como as colônias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e as colônias inglesas da Namíbia (ligada à África do Sul) e da possessão inglesa da Rodésia (Zimbábue).</p> <p>Assim como havia ocorrido na Ásia, algumas colônias obtiveram a independência por meio de concessões negociadas com as metrópoles, enquanto outras a obtiveram em guerras de independência.</p> <p>No contexto da descolonização africana, algumas heranças da dominação europeia podem ser apontadas como razões da instabilidade política e social do continente na atualidade. Possivelmente, um dos problemas mais graves – os conflitos étnicos e as guerras civis – tem suas origens na formação arbitrária dos vários domínios coloniais quando eles se configuraram no contexto do imperialismo. Os europeus não levaram em conta as seculares rivalidades étnico-tribais ao definirem as fronteiras, quase sempre artificiais, baseadas em paralelos, meridianos ou acidentes geográficos, ignorando as especificidades culturais, linguísticas e religiosas dos povos africanos.</p> <p>Essa foi a razão fundamental para a formação de Estados artificiais no período de descolonização, que não raramente agrupavam, no interior de seus territórios, populações com enormes rivalidades entre si. O resultado desse quadro foi o aparecimento de inúmeras guerras civis que têm contribuído para a instabilidade política de vários países africanos. Como consequência, são muitos os casos na história recente da África de perpetuação da pobreza, massacres de populações civis, drama dos refugiados e até mesmo conflitos étnicos.</p> <p>Na imagem, retratos de vítimas do genocídio em Ruanda. Os retratos estão expostos no Memorial do Genocídio, localizado em Kigali, Ruanda. Foto de 2012. O genocídio em Ruanda, antiga colônia belga, ocorreu em 1994, durante o qual cerca de 800 mil pessoas morreram, resultou de rivalidades étnicas estimuladas pela política dos colonizadores, em especial o ressentimento da etnia hütus contra a etnia tútsi, que foi escolhida para ser a elite governante desde os tempos coloniais.</p>  <p>© Wikimedia Commons/Adam Jones</p> <p>A descolonização afro-asiática • Capítulo 10 179</p>

página 179

Estudo de caso: Angola

Localizada no sudoeste da África, a República de Angola foi arrasada por uma guerra civil que se estendeu por vários anos. Durante a vigência da ditadura fascista portuguesa (1926-1974), o movimento pela independência de Angola foi violentamente reprimido. Apesar da repressão imposta pela metrópole, vários conflitos armados, envolvendo milícias nacionalistas e o exército português, irromperam no território angolano no início da década de 1960.

Na década de 1970, o movimento emancipacionista angolano estava dividido. Três grupos, que representavam diferentes etnias e ideologias, reivindicavam a liderança do movimento:

- Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA): frente multirracial e marxista, apoiada pela União Soviética por intermédio de Cuba, que chegou inclusive a enviar milhares de soldados que participaram da guerra civil.
 - Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA): frente de oposição à ideologia marxista.
 - União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita): grupo inicialmente maoísta e, posteriormente, anticomunista.
- A FNLA e a Unita eram apoiadas pelos Estados Unidos, por intermédio da África do Sul. Em 1974, a Revolução dos Cravos, responsável pela derrubada da ditadura em Portugal, propiciou o processo de emancipação de Angola.

O Tratado de Alvor, assinado em janeiro de 1975 entre o novo governo português e os três grupos pró-independência de Angola, previa a instalação de um governo provisório em Luanda, que ficaria encarregado de conduzir o processo de emancipação do país. Mas as divergências políticas e ideológicas entre as três frentes não permitiram que o governo provisório fosse instalado. O resultado foi o início de uma violenta guerra civil.

O norte do país foi ocupado pelos guerrilheiros da FNLA, enquanto o sul foi dominado pela Unita.

Em uma época de predomínio da ordem bipolar, tanto o governo dos Estados Unidos como o da União Soviética passaram a apoiar as frentes com as quais tinham alinhamento ideológico.

O MPLA conseguiu dominar a capital (Luanda), assumindo o poder. Em novembro de 1975, o governo português renunciou ao controle de Angola, mas não reconheceu nenhum dos três grupos como "legítimo representante dos interesses do povo angolano".

A FNLA, enfraquecida militarmente, acabou sendo dissolvida no final da década de 1970. A Unita, apoiada pelos Estados Unidos, prosseguiu com os combates contra o governo do MPLA.



Selo com o retrato de Agostinho Neto (1922-1979). Depois de ter sido um dos líderes do MPLA, foi o primeiro presidente de Angola (entre 1975 e 1979).



Foto de Jonas Savimbi (1934-2002), líder da Unita. Imagem de 1989. O partido também é conhecido como Galo Negro por trazer a figura de um galo em sua bandeira. Negritude, socialismo, democracia e não alinhamento eram suas principais ideias.

Uma longa guerra civil

Os anos de guerra civil que se seguiram foram responsáveis pela destruição da infraestrutura econômica, pelo deslocamento de milhares de pessoas e pelo surgimento de campos de refugiados em condições precárias de higiene.

Angola, um dos países mais ricos da África em recursos minerais (diamantes e petróleo), passou a conviver, de forma ainda mais contundente, com a fome e a disseminação de moléstias.

Em 1994, o MPLA e a Unita assinaram, em Lusaca, capital de Zâmbia, um acordo de paz. Um dos pontos principais do acordo era o desarmamento dos guerrilheiros rebeldes e a integração dos chefes militares da Unita às forças armadas angolanas. Entretanto, o não cumprimento do acordo por parte da Unita, que continuou a combater, levou ao reinício da guerra civil.

A guerra civil - que pode ser classificada como de guerrilha - se estendeu até 2002, com a vitória do MPLA. Esse confronto, que resultou na morte de centenas de milhares de angolanos e na destruição de aldeias, cidades e obras de infraestrutura, como estradas e pontes, forçou cerca de 1,5 milhão de pessoas a deixarem suas casas.

Do ponto de vista político, o MPLA exerce forte predominio, após ter abandonado a doutrina marxista-leninista no final da década de 1990. Vigorando atualmente uma democracia pluripartidária e uma economia de mercado, o país passou a conhecer grandes índices de crescimento nas primeiras décadas do século XXI.

Estudo de caso: Argélia

Os franceses radicados na Argélia (aproximadamente 1 milhão) defendiam a continuidade da colonização, mesmo após a Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, na própria França, alguns setores mais progressistas da sociedade apoiavam a independência da Argélia.

Após 1945, como a metrópole decidiu manter a dominação, foi criada na Argélia a Frente de Libertação Nacional (FLN), constituída por grupos contrários à colonização.

A guerra de independência da Argélia teve início em 1954. As divergências entre os dois grupos franceses - os que eram a favor e os que eram contra a independência -, com tentativas de golpes, foi acirrada até o final do conflito. Contudo, em 1959, Charles de Gaulle (1890-1970, líder da Resistência na Segunda Guerra Mundial) foi eleito presidente da França. Ele tinha intenções de conceder uma autonomia limitada, o que gerou novas tentativas de golpe por parte dos franceses residentes na Argélia. Apenas em 1962, após um referendo em que cerca de 90% dos franceses aprovaram a concessão da independência, a questão foi resolvida.

Em julho desse mesmo ano, Ben-Bella (1916-2012), membro da Frente de Libertação Nacional, foi escolhido o primeiro presidente da Argélia independente e a FLN se autoproclamou partido único da República Democrática Popular da Argélia, de orientação socialista.

Em 1965, Ben-Bella foi deposto por um golpe militar. Os anos que se seguiram ao golpe foram marcados pelo autoritarismo e pela violência. Em 1989, uma nova Constituição foi promulgada e foram criados partidos de oposição.

11-A Crise do modelo socialista e a Nova Ordem Mundial.	século XX			
12-Neoliberalismo, globalização e organismos multilaterais nos séculos XX e XXI.	século XX			

<p>13- A economia agroexportadora brasileira nas primeiras décadas do século XX.</p>	<p>século XX</p>	<p>página 236</p>		<p>Coronelismo</p> <p>A Constituição de 1891 – com seu amplo federalismo – criou condições para a ação política das oligarquias rurais e seu domínio sobre as populações locais, tradicionalmente submetidas ao clientelismo, isto é, ao controle dos votos em troca de benefícios, favores e presentes. Todo esse quadro era facilitado pelo fato de que, aproximadamente, 80% da população brasileira vivia no meio rural.</p> <p>Na base do sistema oligárquico encontrava-se o coronelismo, fenômeno político-social característico da República Velha. O grande latifundiário, o coronel, era um chefe político local (em alguns casos, sua influência era regional ou até mesmo estadual). Possuindo um autêntico “curral eleitoral” e controlando rigidamente o voto dos eleitores, o coronel tinha maior ou menor influência em função do número de votos que garantia para os candidatos que representavam as oligarquias rurais.</p> <p>Em troca dos votos, os coronéis garantiam o apoio dos governadores estaduais. Esse apoio traduzia-se em obras públicas, indicação de funcionários públicos, controle sobre a polícia e sobre o Judiciário em suas respectivas regiões.</p> <p>O fenômeno do coronelismo foi facilitado pela existência de relações pessoais de mando entre o coronel (que, muitas vezes, possuía grupos armados a seu serviço formados por capangas e jagunços) e a massa de trabalhadores rurais e dependentes. Logicamente, a impunidade, garantida pelas próprias autoridades governamentais, fortalecia ainda mais a ação dos coronéis.</p> <p>As elites não conseguem conviver com as diferenças</p> <p>O elitismo, que excluía pobres, analfabetos, e mulheres da participação política, tinha suas bases na antiga estrutura familiar dos tempos coloniais. A mentalidade típica da sociedade brasileira era racista e machista. Apesar das ideias de progresso e modernização, o peso da tradição colonial nas relações sociais permanecia. A presença de imigrantes (cerca de 5 milhões de pessoas, nas primeiras décadas do século, quase todos europeus ou asiáticos) pouco mudou essa situação.</p> <p>glossário Oligarquias: grupos sociais constituídos por aqueles que detêm o controle da política e da economia de um país, com o objetivo de atender seus próprios interesses, em detrimento das necessidades da maioria da população.</p>  <p>Dois chefes políticos da cidade de Juazeiro, Ceará: o coronel Floro Bartolomeu e o padre Cícero Romão Batista (depois excomungado pelo papa). As rivalidades eram explosivas, cada qual dispoñendo de um pequeno exército de jagunços à sua disposição. Foto sem data.</p>  <p>Fabricante de cestos. Foto de Marc Ferrez, 1899.</p> <p>236 Unidade 4 • A América Latina e o Brasil nos séculos XX e XXI</p> <p>página 236</p>
<p>14-A industrialização latino-americana e brasileira, a urbanização e as transformações sociais e trabalhistas.</p>	<p>século XX</p>			
<p>15-Ditadura e redemocratização no Brasil e na América Latina.</p>	<p>século XX</p>			

No livro do 9o. ano, o primeiro capítulo “O imperialismo e a ocupação do espaço mundial” apresenta em apenas dois parágrafos da página 34, o domínio da África, sem dar destaque em como a população da África viu todo o movimento e como se organizavam diante esta dominação. E para acompanhar foi colocada uma foto de 1928 de uma visita realizada pelo rei da Bélgica Alberto I e sua esposa, a rainha Elizabeth na África, a imagem

que o livro trás estimula a ideia de uma divisão, pois os europeus representados pela realeza estão vestidos bem diferentes do que as pessoas dos Congo que os observam atentamente.

No capítulo 10, “A descolonização afro-asiática” expõe no subitem “A descolonização africana: aspectos gerais” na página 179 as independências conquistadas por alguns países ao longo do século XX, destacando a herança das dominações europeias e suas consequências para questões atuais. São apresentados também dois estudos de caso, o da Angola que sofreu com uma forte guerra civil e o da Argélia, que sofria com as interferências francesas.

No capítulo 13, “A economia agroexportadora brasileira nas primeiras décadas do século XX”, ao destacar o coronelismo e o elitismo, segue dizendo que os pobres estavam longe de participar da política no Brasil colonial, que contava apenas com a típica sociedade brasileira da época. E para acompanhar o texto presente na página 236 sobre o assunto, uma imagem de uma foto de um fabricante de cestos pode ser vista pelos alunos. Fazendo uma ligação com o texto, a camada pobre da sociedade foi representada pela foto por um negro, reforçando estereótipos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões colocadas pela da Lei 10.639/03 exigiu diversas revisões nos conteúdos presentes nos livros didáticos. As coleções escolhidas para a análise, aprovadas pelo PNLD, possuem avanços significativos quanto às questões ao incorporar na coleção imagens que integram o negro na sociedade, como pode ser visto no livro do nono ano da coleção “Estudar História. Das origens do homem à era digital.”, de Patrícia Ramos Braick, na página 181, uma família negra sendo apresentada frente a um televisor, ou estudantes negros realizando uma pesquisa com o auxílio de aparelhos digitais, e até mesmo com a imagem de uma arqueóloga negra participando de escavações no livro do sexto ano da coleção história para nosso tempo, de Flávio Berutti, na página 49.

Destaque também a obra de Maria Carolina de Jesus, no livro do sexto ano da coleção “Estudar história. Das origens do homem à era digital” de Patrícia Ramos Braick, com quarto de despejo. O termo escravizado por vezes também foi utilizado, deixando de lado o uso do termo equivocado “escravo”, pois ninguém é escravo, é uma condição que foram dadas aquelas pessoas.

Porém, em muitos momentos dentro dos livros didáticos o negro ainda é estereotipado, inferiorizado e infantilizado, e as questões étnico-raciais são trabalhadas de forma abrangente e superficial, como pode ser visto logo nos livros do sexto ano de ambas coleções a ideia de embranquecimento do Egito, que é apresentado juntamente com civilizações asiáticas, apesar de sua localização ser no continente africano, além siddo não é discutido nos textos sobre a cor de sua pele. Além disso, no sexto ano, a África é tratada de modo superficial, com número de páginas reduzidas, vista de fora para dentro, com o olhar carregado de comparações do continente europeu e a forma de vida européia em geral.

Ainda sobre a África, em ambos, ao destacar os Reinos africanos utilizam-se de padrões europeus para classificá-los, como as formas de sociedade, de trabalho, e pouco é discutido sobre a religião, exemplo é a religião Islã, onde muitos países africanos são adeptos, mas os livros não apresentam tal informação.

Sobre a escravidão, os escravizados são associados imediatamente aos negros e estão sempre colocados em posições degradantes, vistos como força de trabalho durante séculos. Aliado a imagens os livros os apresentam na maioria das vezes como passivos, pois são representados sofrendo castigos e repreensões, ou seja, a maior quantidade das imagens que foram dedicadas ao negro refere-se a momentos de tortura e sofrimento, juntamente com a

representação de sua força de trabalho nas lavouras de cana de açúcar, nos moinhos, cafezais e nas minas de ouro.

Quanto a resistência à escravidão, no livro do sétimo ano da coleção “Estudar história. Das origens do homem à era digital” de Patrícia Ramos Braick, o livro separa um subitem, na página 207 que segue afirmando que os africanos escravizados resistiram ao cativo e os métodos mais comuns para isso eram agressões contra os senhores e feitores, furtos, fugas e suicídios. Há destaque para as fugas e a construção do Quilombo dos Palmares, porém o assunto é finalizado, sem contudo falar sobre outras formas de resistências, de seu cotidiano, de sua religiosidade e outros aspectos de sua cultura, sem possibilitar outros olhares sobre a história dos negros que supere a visão única da experiência da escravidão. Assim, percebe-se que por mais que os livros introduzem a ideia aos alunos sobre a resistência, o fazem de forma também estereotipada e simplista. Exemplo disso, é como lidam com a religião praticada pelos negros africanos aqui no Brasil, não classificando-a como uma forma de resistência, pois ao serem proibidos de cultuar seus deuses, através do sincretismo religioso os negros iniciavam novas forma de devoção e prática, para resistir à forte opressão dos senhores de engenho. Havia também uma articulação por parte dos africanos e seus descendentes e a aristocracia branca, abrindo espaços de negociação e ressignificações de certos valores culturais. *"Nesse caso, o cotidiano dos escravos foi permeado não só por resistências, mas também por negociações junto aos brancos, o que também de certa forma contribuiu para a preservação de elementos culturais africanos no Brasil".*⁶²

Podemos pensar as religiões de matriz africana não só como um resultado do sincretismo, mas também como uma forma de resistência e sobrevivência dos africanos e seus descendentes, isto é, a religião africana foi uma das áreas em torno da qual eles construíram novos laços de solidariedade, novas identidades e novas comunidades. Um bom exemplo desse sincretismo são as festas, folguedos e celebrações de cunho popular, entre elas, a Folia de Reis, as Congadas e as Cavalhadas.⁶³

Não há nos livros analisados informações sobre o sincretismo e a religião é pouco explorada como uma forma de resistência. Ainda hoje, as religiões de matriz africana sofrem com o preconceito, pois a falta de conhecimento gerou tabus e demonização dessas religiões,

⁶² CARVALHO, Andréa Op.cit. p.116.

⁶³ CARVALHO, Andréa Op.cit, p.116.

os livros compactuam com esta condição silenciando a sua importância na formação cultural do Brasil.

Ao apresentarem os quilombos como única forma de resistência, sendo o mais famoso deles, Palmares, e seu Líder Zumbi falham ao associá-los somente à fuga dos escravizados como algo ruim, clandestino e errado, sem associar a uma forma de resistência, que além de abrigar os negros fugitivos, também passavam por ali brancos pobres, índios, escravos liberto e onde eram desenvolvidas formas de cooperação, administração e práticas culturais de outra ordem, diferentes daquela que caracterizava a sociedade escravista. A Revolta dos Malês que ocorreu na Bahia também é pouco destacada pelos livros e seria um ótimo exemplo de resistência, porém os negros aparecem apenas como parte dos integrantes do movimento, e a história é contada em no máximo dois parágrafos.

Sobre a abolição, no livro do oitavo ano *Estudar história. Das origens do homem à era digital* a lei aurea é trabalhada em um parágrafo, e o livro não reforça a ideia que a sua conquista foi resultado de grandes lutas e sofrimentos protagonizados pelos escravizados, ao contrário, o livro passa a ideia um tanto romantizada que a liberdade foi um presente dado pela Princesa Isabel após a promulgação da Lei Áurea.

Livres, porém obrigados a permanecer no mesmo lugar, ou viverem à margem da sociedade, era a nova realidade dos negros, com a política do embranquecimento em alta, os imigrantes tomam seus lugares como trabalhadores, e os libertos vivem em plena miséria, sem nenhuma política que os amparasse. Por mais que o livro traz essa realidade, reforçando a ideia de que a lei não chegou a garantir a interação dos negros à sociedade, dizendo que na área rural muitos ex-escravos dependiam de seus ex-senhores para os seus sustentos e que nas cidades exerciam atividades mal remuneradas, além de viverem em péssimas condições, a questão ainda é pouco problematizada, sem contar que os negros desaparecem dos próximos capítulos, e quando aparecem são apenas representados como uma força de trabalho, não se sabe aonde viviam, se participavam de organizações, comandos de luta por igualdades, entre outros.

A partir da análise das duas coleções de livros didáticos, chega-se a uma primeira conclusão, a de que o negro foi representado levando em conta somente sua força de trabalho e valorizado enquanto mercadoria e peça da engrenagem econômica do Brasil Colonial. Ele não foi representado como sujeito histórico, capaz de contribuir na formação de sociedades culturalmente e politicamente. Por mais que as coleções apresentam capítulos que contemplem a sua história, o fazem de forma incompleta, estereotipada, que falam de submissão, humilhação, tronco, choro. Ainda faltam conteúdos e imagens mais positivas dos

negros e seus descendentes, pois ao silenciar acerca de suas contribuições perpetua-se uma imagem de inferioridade.

Acredita-se que por mais que os livros didáticos sejam pensados e escritos após a Lei 10.639/03, os conteúdos ainda precisam ser revistos e melhor trabalhados. Somado a isso, é importante rever a formação dos professores já que em muitos casos a História da África é uma disciplina pouco vista, ou inexistente nas universidades.

Nesse contexto, as coleções ainda precisam caminhar para um melhor domínio dos conteúdos, pois os livros didáticos desempenham certa influência ideológica, ou seja, eles não são um recurso didático neutro e podem estimar visões deturpadas dos negros. E ao moldar as formas de representatividade espera-se que grandes paradigmas sejam quebrados dentro da temática.

Porém, as representações dos negros e negras e seus descendentes assumidas pelas coleções ainda deixam a desejar. Se atualmente o negro no livro didático ainda é sinônimo de inferioridade e é por esse e outros motivos, que os movimentos negros através da Lei buscaram revisões ao longo da história, a fim de tratar o negro como um sujeito histórico. A Lei 10.639 é vista como um marco para a mudança, mas muitos caminhos ainda precisam ser percorridos.

FONTES

BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar história: das origens do homem à era digital.*- 2.ed- São Paulo: Moderna, 2015.

BERUTTI, Flávio. *História para nosso tempo.*- 1. ed- Curitiba: Positivo, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.
- ALVES, Marcia de Albuquerque. **O afrodescendente na historiografia didática de história da Paraíba para o ensino médio: de 2001 a 2011 sob a luz da lei 10.639/2003**. Monografia- História, Universidade Federal da Paraíba, 2012.
- APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p.81 Apud MEDEIROS, Daniel Hortêncio. Manuais didáticos e formação da consciência histórica. *Educar*, Curitiba, Especial, Editora UFPR. p. 73-92, 2006.
- BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **História nas atuais propostas curriculares**. In: Didática e prática de ensino de História. 4 edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília : MEC / SEF, 1998.
- CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido de. **As imagens dos negros em livros didáticos de História**. Dissertação- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. 2006.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary Del Priori. 2a edição. Editora UNB: Brasília, 1999, p.20 Apud CARVALHO, ANDRÉA A. M. . As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História. Dissertação apresentada no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, out, 2016. p.89.
- FILHO, Joao Bernardo da Silva. **Os discursos verbais e iconográficos sobre os negros em livros didáticos de história**. Dissertação- História, UFMG, 2005.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. São Paulo: Papirus, Editora, 1993.
- _____. **Didática e prática de ensino de História**. São Paulo: Papirus Editora, 2003.
- FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 51a. edição. São Paulo: Editora Global, 2006.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. **A Produção de Um Saber Escolar: A História e o Livro Didático**. III Encontro – *Perspectivas do Ensino de História – Aos Quatro Ventos*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999 Apud CARVALHO, ANDRÉA A. M. C As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História. Dissertação apresentada no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, out, 2016. p. 69
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.
- GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997, p.28 Apud MEDEIROS, Daniel Hortêncio. Manuais didáticos e formação da consciência histórica. *Educar*, Curitiba, Especial, Editora UFPR. p. 73-92, 2006.
- Guia de livros didáticos : **PNLD 2014 : história : ensino fundamental : anos finais**. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. PUC-Rio: *Apicuri*, 2016.
- JESUS, Fernando Santos de. O negro no livro didático de História e a Lei 10.639/03. **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012, p.148.
- KERN, Gustavo da Silva. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: o debate em torno da democracia racial no Brasil. **Revista Historiador**. Número 06. Ano 06. Janeiro de 2014.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estud.** – CEBRAP São Paulo, n.87, pp 77-95. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>> Acesso em: 24 Junho de 2018.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações.** Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Tradução de Manuel Resende, revisada academicamente por Daniela Moreau, Valdemir Zamparoni e Bruno Pessoti. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

_____. **África Negra: História e Civilizações – Tomo 1 (até o século XVIII).** São Paulo, Salvador: Casa das Áfricas, Edufba, 2009.

MIRANDA, Sonia Regina e LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2004, vol.24, n.48, pp.123-144. ISSN 0102-0188. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000200006> Acesso em: 24 Junho de 2018.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo soc.** [online]. 2007, vol.19, n.1, pp.287-308. ISSN 0103-2070 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702007000100015&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 25 de Junho 2018.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990 - 2005).** Tese –História, Universidade de Brasília, 2007.

_____. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, nº 3, 2003, pp. 421-46.

_____. Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental. **Em Tempo de Histórias** - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB, n.9, Brasília, 2005.

Pereira, Amilcar Araújo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história." **História hoje. Revista de História e ensino.** v. 1, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, Lucinéia Terezinha. **A Visão do Livro Didático no Discurso dos Professores.** Pós-Graduação. FAED -Faculdade de Educação/UEDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1998. p. 10 Apud CARVALHO, Andréa A. M. C. Dissertação de mestrado. As imagens dos negros em livros didáticos de história. Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

OLIVEIRA, Alaor Gregório. Silenciamento do livro didático sobre a questão étnicocultural na primeira etapa do Ensino Fundamental. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 40 – Set, Mensal. Ano IV, 2004.

PEREIRA CARVALHO, Diana dos Reis; FILHO, Francisco de Assis Veloso. PNLD e o processo de avaliação: guias do livro didático de geografia. (2013-2015). **Caminhos de Geografia**, v. 16, n. 55, out. 2015. ISSN 1678-6343. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/29926>>. Acesso em: 23 Junho 2018

Quijano, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales 2005.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAGREDO, Raisa. **Egípcios negros ou brancos? Uma pesquisa sobre a memória do Egito Antigo.** XXVIII Simpósio nacional de história. Florianópolis, 2015.

SANTI, Heloise Chierentin, SANTI, Vilso Junior Chierentinn. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Revista Anagrama**. Ano 2- ed.1- Setembro/Novembro 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático : o que mudou ? por que mudou?** Salvador : EDUFBA, 2011. 182 p.

_____. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO – Centro de Estudos Afro – Orientais. UFBA, 1995.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. 3º ed. Editora Vozes Limitada, 2017.

ZUBARAN, Maria Angélica; WORTMANN, Maria Lúcia; KIRCHOF, Edgar Roberto. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: Cultura, representações e identidades. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 56, out. 2016. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25714>>. Acesso em: 21 de Junho 2018.

ANEXO

Anexo 1

Sétimo ano, coleção *Estudar história. Das origens do homem à era digital* Patrícia Ramos

Braick. CAPÍTULO 3. A África antes dos europeus.

CAPÍTULO 3

A África antes dos europeus

Estudar a história da África

Conhecer um pouco a história da África é muito importante para compreender a história brasileira, pois nossas origens estão enraizadas nesse continente multicultural. Talvez você não saiba, mas, fora do continente africano, o Brasil é o país que reúne o maior número de afrodescendentes no mundo.

A sociedade brasileira, com seus valores, seus conhecimentos, seus costumes, suas crenças religiosas e seus hábitos alimentares, apropriou-se de diversas tradições africanas, que foram trazidas para a América durante



o longo período de existência do tráfico negro intercontinental, e que se misturaram, no continente, a expressões culturais de outros povos. Entretanto, não devemos falar da África no singular, pois o continente é constituído de centenas de povos, que apresentam diferentes formas de governo, economia, costumes, expressões artísticas, religiões e línguas.

- O que você sabe sobre a África? Que países situados nesse continente você saberia citar?
- Há países africanos onde o islamismo é a religião predominante? Cite alguns exemplos.
- De que regiões da África vieram as pessoas trazidas para trabalhar como escravas no Brasil?
- No nosso país existem várias expressões culturais afro-brasileiras. Essas expressões surgiram do encontro entre as tradições trazidas da África e as de povos que habitavam o Brasil ou passaram a viver aqui. Quais expressões da nossa cultura podem ser chamadas de afro-brasileiras? Você identifica alguma dessas expressões no estado onde você mora? Qual?

1. Crianças em Soweto, na África do Sul, 2013.
2. Crianças usam celulares em Soweto, na África do Sul, 2013.
3. Crianças usam celulares em Soweto, na África do Sul, 2013.
4. Crianças usam celulares em Soweto, na África do Sul, 2013.
5. Crianças usam celulares em Soweto, na África do Sul, 2013.
6. Crianças usam celulares em Soweto, na África do Sul, 2013.
7. Crianças usam celulares em Soweto, na África do Sul, 2013.



46

47

O preconceito e a ignorância sobre a África

A África tem sido objeto de interesse de viajantes, estudiosos e comerciantes desde a Antiguidade. Com narrativas e desenhos, eles descreviam, imaginavam, o continente e toda sua diversidade, provocando tanto admiração quanto escrutinamento.

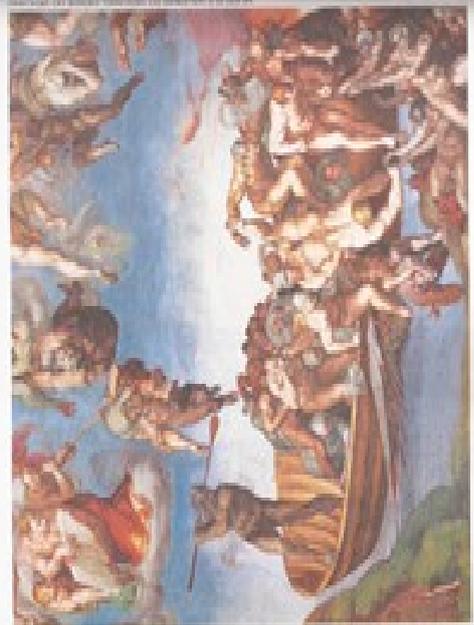
O historiador e viajante grego Heródoto de Halicarnasso (século V a.C.), considerado o "pai da história", afirmou que "os homens das partes próximas a estes negros por causa do calor" e que, se comparados a outros povos, como os gregos, os etíopes seriam "inferiores, bárbaros, sem civilização".

O estranhamento dos europeus em relação aos africanos prevaleceu por todo o período medieval. No ano mil, as referências sobre os africanos já estavam completamente marcadas pelo cristianismo. Imagens distorcidas eram representadas sempre como figuras negras, e a cor da pele era associada às condições climáticas do continente.

...a má distribuição de clima ocorreu a anomalia, e deformação (e deformidade), e perversão: estas implicam a feiúra [...]. De clima em que vivem os etíopes terrestres depende a sua conformação; de sua conformação física depende sua conformação moral [...].¹⁴

HERÓDOTO, *Clássico. Moréstias, diásporas e acontecimentos no Juro do século quinto*. São Paulo: Iluminata Editora, 1994, p. 10.

Tudo esse imaginário preconceituoso sobreviveu nos períodos históricos seguintes, quando argumentos considerados "científicos" foram utilizados para desqualificar os negros. Hoje, com a ampliação do conhecimento sobre os povos africanos e o avanço da ciência, essa visão preconceituosa foi rejeitada pela comunidade científica. Apesar disso, ainda encontramos ideias distorcidas que procuram desqualificar o povo e a cultura africanos.



Detalhe de *O Juízo Final*, afresco de Michelangelo Buonarroti (1429-1504), pintado na parede do altar da Capela Sistina, na Cidade do Vaticano. Muitos africanos, nessa pintura, representam a tradição medieval de representar povos distantes, com a pele negra, contribuindo para criar uma visão preconceituosa e respeitosa dos africanos.

Etíope: nome genérico que os antigos europeus usavam para se referir aos africanos de pele negra. Hoje, a palavra designa a pessoa nascida na Etiópia, país do nordeste da África.

Embora não se saiba se o estranhamento em relação aos africanos se originou na Antiguidade, sabe-se que os indígenas da América também estranharam a estrutura da pele dos conquistadores, como se via, impressionado, um amarelado no resultado de uma mudança temporária por causa do sol.

Conversa com os índios e respeito aos hábitos entre os portugueses e os africanos, e a admiração e respeito pelos hábitos dos africanos, assim como os indígenas da América, também estranharam a estrutura da pele dos conquistadores, como se via, impressionado, um amarelado no resultado de uma mudança temporária por causa do sol.

As fontes para o estudo da África

Como é possível conhecer a história de um lugar? No caso da história do continente africano, os pesquisadores utilizam diversas fontes de informação, entre as quais se destacam registros escritos, vestígios, objetos arqueológicos e relatos da tradição oral.

Uma fonte escrita importante para o estudo da história africana são os relatos de viajantes árabes, como os de Ibn Battuta e Ibn Khaldun, que viveram no século XIV. Depois deles, vieram outros, principalmente europeus interessados no comércio entre a Europa, as colônias da América e as sociedades africanas.

Como muitas sociedades africanas anteriores à chegada dos europeus não conheciam a escrita, as fontes orais são valiosas para conhecer costumes, formas de governo, crenças e outras características dessas sociedades. A principal fonte oral para o estudo dos povos da África são as narrativas dos griôs.

O papel dos griôs

Os griôs são homens e mulheres contadores de histórias, trovadores ou animadores públicos, que têm o compromisso de preservar a memória dos acontecimentos históricos de seus povos. Eles utilizam a música e a dança para contar histórias antigas ou relembrar os grandes feitos de personagens africanos.

No passado, os griôs também serviam como conselheiros de nobres e reis, revelando a eles os exemplos que deviam ser seguidos ou, ao contrário, rejeitados. Devido à sua grande importância social, os griôs eram poupados até pelos inimigos nas guerras, pois todos sabiam que eles guardavam importantes conhecimentos.

Ainda hoje, vários povos africanos têm os griôs como guardiões de sua história. Quando um griô assume essa função, torna cuidado ao se expressar em público, usando em sua fala vários provérbios.



Apresentação de griôs durante cerimônia de casamento na Mauritânia, 2012.

Ibn Battuta: explorador e viajante marroquino que viveu no século XIV. Ele percorreu regiões que hoje correspondem a cerca de 44 países da atualidade, passando pela África, Oriente Médio e Ásia central.

Ibn Khaldun: intelectual muçulmano nascido em Tínis, em 1332, que estudou diversas áreas do conhecimento, como história, sociologia, astronomia e economia. Entre seus escritos mais conhecidos está o *Al-Muqaddimá*, também chamado de *Prolegômenos*.

AMPLIE SEU CONHECIMENTO

Os três gravetos

Narrativa da literatura oral nigeriana. Os três gravetos foi transmitida por grãos ao longo de gerações. O conto demonstra aspectos da sabedoria hauçá, um povo que vive no norte da Nigéria e que recebeu influência do islamismo ao longo de sua história.

— Certa manhã, o monarca de um poderoso reino hauçá, no interior da Nigéria, acordou seus súditos aos gritos:

— Trouxam o adivinho da corte imediatamente à minha presença — ordenou.

Não tardou muito para que um homemzinho de barrete colorido e camisinha branca aparecesse.

— O que aconteceu? — perguntou [...].

— O anel cravejado de pedras preciosas que dei à minha filha como presente de casamento sumiu do quarto dela ontem à noite.

— Os guardas não viram nenhum movimento? [...]

— Não. Mandei prender os três sentinelas que passaram a noite em frente ao aposento, em turnos separados. Mas eles juram que não sabem nada.

O adivinho, sem perder a calma, disse:

— Não vai ser difícil encontrar o culpado.



Questões

Responda em seu caderno

1. Em sua opinião, que função têm os grãos na vida cotidiana das sociedades africanas tradicionais?
2. Nas culturas africanas tradicionais, as pessoas costumam dizer que "quando na África morre um ancião é uma biblioteca que desaparece". Como você interpreta essa frase? Você concorda com ela?
3. Qual foi o truque utilizado pelo adivinho para pegar o ladrão?
4. Que ensinamentos e valores são transmitidos por esse conto africano?

Conversa com Língua Portuguesa

— Como? — perguntou o rei [...].
O adivinho lentamente retirou três gravetos do mesmo tamanho de uma bolsa de couro de crocodilo que trazia ao ombro e entregou-os ao rei.

— Ao anoitecer, cada prisioneiro deve receber um desses — avisou. — Diga que o ladrão será aquele cujo graveto tiver crescido, até o contar do galo, dois dedos de comprimento.

E assim foi feito.

Na manhã seguinte, dois dos gravetos estavam do mesmo tamanho. Menos um, que havia diminuído exatamente dois dedos.

— Foi ele — disse o adivinho apontando para o tremulo guarda que segurava o menor pedaço. — Pode procurar entre suas coisas que achará o anel.

A joia realmente foi encontrada do costurado no forro da roupa do acusado. [...]]

BAMBUSO, Rogério Andrade. Três contos africanos de adivinhada. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 4-8.

África: território e demografia

A África é o terceiro continente em extensão, depois da Ásia e da América. Seu território é constituído de 54 países, nos quais vivem aproximadamente 1 bilhão de habitantes, quase 14% da população mundial.

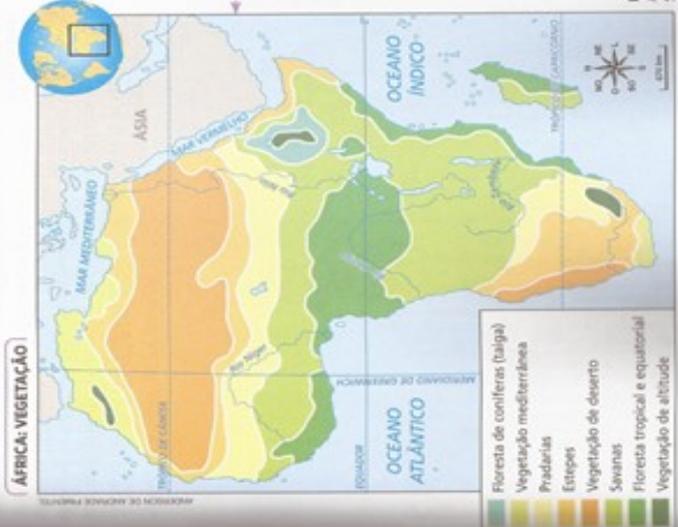
No norte do continente, destaca-se o Deserto do Saara. Maior deserto do mundo, o Saara ocupa uma área de 9 milhões de quilômetros quadrados. Ao sul, há outro grande deserto, o Kalahari. Nas demais áreas encontramos florestas tropicais, savanas, estepes e pequenos trechos de vegetação mediterrânea.

Os rios são meios de comunicação importantes no continente e foram significativos na história das sociedades africanas. Entre eles se destacam o Rio Níger, que esteve ligado ao desenvolvimento de grandes reinos na parte ocidental do continente; o Rio Nilo, em cujas margens se desenvolveram as civilizações egípcia e cusita; e, finalmente, os rios Congo e Zambéze, na região central da África, relacionados ao florescimento dos reinos do Congo e do Monomotapa, entre os séculos XV e XVI.

Na África são falados mais de 2 mil dialetos e idiomas. Como os mulçumanos somam cerca de 30% da população do continente, o árabe, a língua do Corão, é um dos idiomas mais usados, na fala e na escrita. As crianças aprendem essa língua desde a infância lendo o Corão.

Savanas: formação vegetal característica de regiões tropicais com uma estação seca bem definida. É composta de arbustos, plantas rasteiras e poucas árvores. Ocorre, principalmente, na África, na América do Sul e na Austrália.

Conversa com Geografia



- Explore**
1. Quais tipos de vegetação existem ao longo dos principais rios africanos?
 2. Qual desses rios atravessa uma área de deserto?
 3. Onde você acredita que chove menos? Onde deve chover mais?

Fonte: FERREIRA, Graça Maria Lemos. *Moderno atlas geográfico*, 5. ed. São Paulo: Moderna, 2011, p. 77.

O islã chega à África

A partir do século VII, os árabes muçulmanos construíram um enorme império, que se estendia pelo Oriente Médio, passava por todo o norte da África, chegando até a Península Ibérica, no sul da Europa. Na África, o início da expansão do islã ocorreu principalmente por meio da conquista militar. A primeira área islamizada foi a região do Magreb, que em árabe significa "o local onde o Sol se põe" (atualmente essa região corresponde aos territórios de Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia). Em pouco tempo, tanto os povos situados ao norte do Deserto do Saara quanto os do sul da Europa tornaram-se uma sólida parte do mundo islâmico.

Os árabes que penetraram na África a partir do século VII eram **beduínos**, isto é, homens do Deserto da Arábia. Vivendo basicamente da criação de animais, muitos garantiam a subsistência assaltando as caravanas de comerciantes que cruzavam o deserto ou servindo como mercenários nos exércitos islâmicos.

Necessidades econômicas e a promessa de um rico espólio levaram esses grupos a se alistarem nas tropas sob a bandeira dos califas. Nesse processo de expansão dos árabes em direção ao Mediterrâneo (norte da África e Península Ibérica), razões econômicas se misturaram à motivação religiosa de expandir o islã pelo mundo e ampliar a comunidade muçulmana.

A partir de suas bases no Egito, os árabes conquistaram as tribos **berberes** do deserto. Povos predominantemente nômades, os berberes eram profundos conhecedores das rotas do comércio transaariano. Aos poucos, eles se converteram ao islã e, no século XII, já estavam completamente islamizados.

Espólio: produto de um roubo, de uma pilhagem; conjunto de bens deixados por uma pessoa ao morrer.

Califas: sucessor do profeta Maomé, na qualidade de guia ou líder temporal e espiritual da comunidade islâmica.

Transaariano: que cruza o Deserto do Saara.

Mulheres muçulmanas nas ruínas da antiga cidade de Dangelá, em 2013.



BRUNO BARRETO/ALAMY/REUTERS

O comércio transaariano

O domínio árabe no norte da África modificou as relações estabelecidas entre os povos ao norte e ao sul do Deserto do Saara. Os muçulmanos desenvolveram ali um importante comércio que atravessava o deserto, movimentando as rotas já conhecidas tanto pelos berberes quanto pelos povos africanos que viviam ao sul do Saara.

Os produtos mais valiosos nesse comércio eram ouro, sal, **noz-de-cola**, cobre e escravos, que eram vendidos no norte do continente. Graças à experiência comercial, ao conhecimento matemático e ao uso do camelo, mais propriamente do **dromedário**, como meio de transporte, os árabes, associados aos povos africanos, criaram redes de contato entre diversas sociedades. A expansão do comércio impulsionou o desenvolvimento de vários reinos na África subsaariana, cuja economia se baseava no controle das rotas comerciais transaarianas.

A islamização da região do Sahel

O Deserto do Saara servia de zona de passagem no comércio de caravanas que ligava a região do Sahel, no sul, às cidades do norte e aos portos do Mediterrâneo. As cidades desenvolvidas nessa vasta região, como Tânis, ao norte, e Cao e Timbuctu, ao sul, atuavam como mercados onde se concentravam as cargas que seguiam para a Arábia, para a Península Ibérica e para o Mar Vermelho, por terra e por mar.

Os comerciantes ligavam a região do Sahel ao norte islamizado da África. Eles foram os principais difusores do islã por toda essa região, que corresponde aos atuais Mali, Níger, Sudão, Chade, Burkina Fasso, Mauritânia, além do Saara Ocidental. Foi aí que se formaram os antigos impérios de Gana, Mali e Songhai.

Como muitos outros não foram diferenciados entre si e o dromedário, segundo o significado do espectro de luz visível da África Aberto da Costa e do Sul, optamos pelo uso do primeiro termo, mais comumente encontrado na literatura produzida sobre a história africana.

Noz-de-cola: semente de planta do gênero Cola, utilizada como estimulante e revigorante.

Dromedário: animal da família do camelo. Tem apenas uma corcova, enquanto o camelo possui duas corcovas.

África subsaariana: região da África situada ao sul do Deserto do Saara.

Sahel: extensa faixa de terra ao sul do Deserto do Saara, habitada por povos pastores e comerciantes.

Os camelos eram usados para o transporte de cargas, mas também para a criação de carneiros, ovelhas, cabras e vacas. Os camelos também eram usados para a criação de carneiros, ovelhas, cabras e vacas. Os camelos também eram usados para a criação de carneiros, ovelhas, cabras e vacas.

Caravana atravessando o Sahel, atualmente localizada no território da Mauritânia, 2014. Os camelos, introduzidos na região do Sahel por volta do século III, facilitavam as longas travessias pelo deserto. Você sabe por que o camelo é um animal muito utilizado no deserto?



BRUNO BARRETO/ALAMY/REUTERS

A islamização do Reino de Gana

A partir do século IX, os governantes ganenses permitiram que mercadores, intelectuais e líderes religiosos islâmicos, chamados **marabutos**, se instalassem na capital Koumbi-Saleh, onde surgiu uma vila muçulmana. Esse contato deu início à penetração do islã no Reino de Gana.

Muitos letrados, funcionários da corte e assessores do rei se converteram à nova religião. Para eles, o islã surgia como um meio de fortalecer o poder do reino em torno da crença em Alá, da língua árabe e dos ensinamentos do Corão. Entretanto, as camadas populares e o próprio rei (chamado de **gana**) permaneceram fiéis às crenças tradicionais.

A partir do século XI, várias batalhas contra berberes islamizados vindos do deserto enfraqueceram o Reino de Gana, que se fragmentou em pequenos grupos tribais e foi conquistado pelo Reino do Mali no século XIII.

O Império do Mali

O Reino do Mali desenvolveu-se entre os séculos XIII e XVI. Era habitado por vários grupos étnicos, predominando os **mandingas**. De acordo com a tradição oral, o fundador do reino foi Sundiata, guerreiro que conquistou fama comandando os mandingas nas guerras contra povos de outros reinos. Após a pacificação do território, Sundiata recebeu o título de **mansa**, líder mandinga.

No Mali, a conversão ao islã foi muito mais completa do que em Gana. Os próprios governantes adotaram a crença islâmica, interessados no comércio com os muçulmanos e em aumentar seu poder. Graças às alianças formadas com os comerciantes islâmicos, o governo do Mali formou um grande império muçulmano na região do Sahel.

A cultura islâmica passou a ser divulgada oficialmente nas escolas, formando homens cultos e preparados para a administração pública. A cidade de Timbuctu tornou-se um dos maiores centros culturais da África e do mundo árabe. Suas bibliotecas, escolas e a Universidade de Sankore atraiam intelectuais e artistas de todo o continente.

Outra cidade muçulmana importante do Império do Mali foi Djenné. A cidade era um grande entreposto comercial, onde se comercializavam artigos como ferro, cobre, grãos, mel, indigo e sal. Em Djenné também foram construídas muitas **madrasas**, instituições de ensino religioso criadas durante o governo de Mansa Musa, entre 1307 e 1332, e mesquitas. A mais conhecida delas é a Grande Mesquita de Djenné, que foi declarada Patrimônio Mundial da Unesco em 1988.

Escultura de um homem, produzida em terracota, entre os séculos XIII e XIV. Essa escultura foi encontrada em Djenné, no Mali. Galeria Entwistle, Inglaterra.

O Império Songhai

No início do século XV, formou-se no Sahel o Império Songhai, última grande civilização da África subsaariana anterior à chegada dos europeus. Songhai organizou-se como Estado islâmico, governado segundo as leis do Corão e fortemente centralizado na figura de seu dirigente, chamado **askia**.

Suas três principais cidades, Gao, Djenné e Timbuctu, que haviam pertencido ao Império do Mali, tornaram-se grandes centros comerciais e culturais do mundo islâmico. O imperador aboliu os antigos privilégios da nobreza africana e admitiu intelectuais do povo em cargos burocráticos. Descontente, a nobreza rebelou-se e procurou enfraquecer a unidade imperial.

O Império Songhai durou menos do que seus dois antecessores. No século XVI, a invasão de Timbuctu pelos marroquinos e as lutas internas entre os imperadores e a nobreza contribuíram para o fim do império.

O que havia de mais refinado na região foi demolido pelos invasores. Mesquitas, escolas e bibliotecas foram destruídas, os órgãos do Estado se desorganizaram e as crenças tradicionais voltaram a florescer. A economia urbana ficou arruinada, obrigando grande parte dos habitantes a retornar à atividade agropastoril. Tudo isso facilitou o estabelecimento dos portugueses na costa do Senegal e na região da Costa do Ouro, entre os séculos XVI e XVI.

Embora que esse edifício, tipo de arquitetura islâmica, se assemelhe às construções presentes no mundo árabe e à cultura local, nessa arte de construção, a arquitetura local foi construída em adobe, aproveitando a terra seca do local, que garante mais durabilidade à construção. É um material sustentável e adaptado ao clima desse região da África, seco e quente durante o dia, mas com noites frias, momento em que o adobe funciona como isolante térmico. Além disso, permitiram que o estilo arquitetônico a partir de suas mesquitas do Oriente Médio, tenha se estendido às tradições arquitetônicas locais.

Soiba mais

A cultura islâmica na África

Na África, os muçulmanos investiram parte dos lucros do comércio na criação de bibliotecas, escolas e universidades. Na cidade de Timbuctu, por exemplo, havia cerca de 120 escolas islâmicas, frequentadas por milhares de alunos africanos e asiáticos. Na Universidade de Sankore, que chegou ao auge durante o domínio songhai, aprendia-se árabe, direito, gramática, retórica, lógica, matemática, retórica, história e geografia.

Mesquita de Sankore, em Timbuctu, no Mali, 2012. Construída por volta do século XV, essa mesquita faz parte da Universidade de Sankore.

Compare essa mesquita africana com a que você viu na página 44, no capítulo anterior. O que se nota, ao fazer essa comparação, a respeito desse tipo de construção religiosa do islã?



A religiosidade dos árabes e dos africanos

As crenças das sociedades tradicionais africanas baseavam-se no culto aos ancestrais e aos elementos da natureza, como as árvores, os rios e os minerais. Essas sociedades viam o mundo natural como um poder supremo, que devia ser venerado e respeitado.

A religião islâmica diferenciava-se da religiosidade africana. Para os muçulmanos, havia apenas um Deus, imaterial e irrepresentável, criador de todas as coisas, incluindo a própria natureza. Portanto, ele próprio não fazia parte dela. Essa visão permitia que os rios, os animais, as florestas, enfim, todo o mundo natural se tornasse apenas um instrumento para o desenvolvimento das sociedades humanas.

A islamização das sociedades africanas teve graus distintos. Em algumas áreas, como no norte conquistado pelos árabes, o processo foi mais profundo. Na África subsaariana, onde a conversão ocorreu por meio do convívio, houve sincretismo. Nesse caso, o islã foi pouco a pouco adaptado às crenças tradicionais, ou houve coexistência entre as religiões africanas e o islamismo, como se pode ver no texto a seguir.

“Nos cidades hauçás do Bornu [...], Alá fundiu-se com o espírito criador. Empreendeu-se do novo [é a ideia de anjos e demônios. Adotou-se a ideia de uma figura profética capaz de revelar o saber divino aos homens. [...] Ibn Battuta viu, assim, o rei de Mali celebrar, de manhã, o Romôdã [jejum muçulmano], indo, à tarde, ouvir osfeiticeiros vestidos com máscaras de pássaros cantar louvores à dinastia reinante.”

VINÁNCIO, Renzo. *PIRORE, Mary Del (Org.). Ancestrais: uma introdução à história da África atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 29.

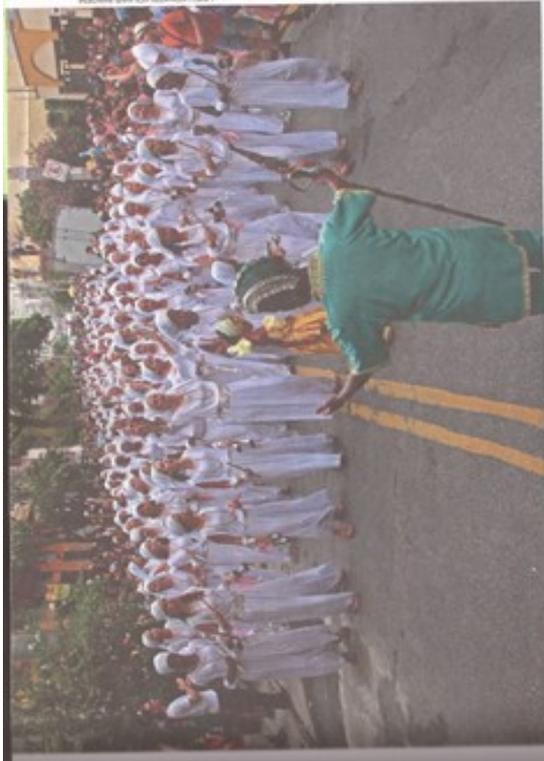
Sincretismo: fusão de diferentes cultos ou doutrinas religiosas que são adaptados para formar algo novo.

Se houver oportunidades, explicar aos alunos que o processo de islamização da região foi iniciado com a colonização da África, desencadeada uma ruptura na relação mais harmoniosa do ser humano com o ambiente, que se aproximou mais tanto com a chegada dos europeus. Por isso, muitos povos nativos da África e da América são considerados “guardiões da natureza”.

Explore

- Que elementos do texto indicam a coexistência entre o islamismo e as religiões africanas?

Pessoas do povo dogon participando do culto dos máscaras no Mali, 2013. Por meio do culto das máscaras, os dogon buscam estabelecer relações com seus ancestrais.



O bloco afro-brasileiro Ilú Obá de 2015 o centenário da escritora Carolina Maria de Jesus. O carnaval é a mais importante festa popular do Brasil. Mesmo tendo suas origens na Europa, foi no nosso país que ele incorporou o samba, os tambores e as danças da cultura afro-brasileira. O bloco do carnaval paulista Ilú Obá

De Min, um coletivo afro-brasileiro composto exclusivamente de mulheres, inspira-se nos cantos e nas danças afro-brasileiras para preparar as suas apresentações.

Povos da África no Brasil

Muitos costumes, tradições e conhecimentos das sociedades africanas encontram-se incorporados e arraigados na cultura brasileira. O primeiro caso é o da língua. Se compararmos o português falado no Brasil com o de Portugal, vamos encontrar vários vocabulários da nossa fala desconhecidos ou com um significado diferente em Portugal. Muitos deles têm origem africana: quindim, quitanda, senzala, mocotó, cochilar, entre outros. É por isso que muitos estudiosos hoje reconhecem que a nossa língua não é puramente portuguesa: ela é, sim, luso-bundo-guarani.

A presença africana na cultura brasileira é observada ainda nos hábitos de ninar e de contar histórias às crianças; nas devoções aos santos católicos mais populares, como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito; nos orixás do candomblé e nas entidades da umbanda; em algumas festas populares, como congos, moçambiques e jangos; em formas de organização social encontradas em comunidades remanescentes de quilombos, baseadas na ajuda entre parentes e em mutirões; na nossa culinária, a exemplo da canjica, do acarajé, do vatapá e de outros pratos.

Os costumes e conhecimentos da África subsaariana chegaram aqui trazidos por africanos retirados à força de sua terra para trabalhar na América na condição de escravos. Esses africanos escravizados desempenharam quase todos os ofícios na sociedade brasileira. Nas cidades, foram pedreiros, marceneiros, escultores, vendedores, alfaiates. Nos campos, foram lavradores, boiadeiros, tropeiros. No interior das casas, foram cozinheiras, amas-secas, engomadeiras. Essas pessoas pertenciam a muitos povos, como os angolas, os benguelas, os moçambiques, os sorubás, os mandingas e os fulas. No século XIX, essa variedade de povos foi classificada em dois grandes grupos linguísticos: **iorubás** e **bantos**.

▶ Iorubás ou nagôs

Os iorubás são um dos maiores grupos étnicos da África ocidental, reunindo atualmente mais de 30 milhões de pessoas na região. Representam 21% da população da Nigéria e são significativos no Benin, no Togo e em Serra Leoa. Em Cuba e no Brasil, há grandes comunidades de descendentes dos iorubás.

Estabelecidos ao sul da região do Saíel, entre as florestas tropicais e as savanas, os iorubás desenvolveram uma civilização urbana ligada ao comércio transaariano e à coleta de produtos primários, como noz-de-cola, algodão e óleo de palma, além da extração de madeiras, peles e de sal marinho.

Os iorubás produziam objetos de argila, cobre, bronze, madeira e marfim, além de tecidos de algodão. Eram particularmente habilidosos na técnica de fundição por cera perdida, desenvolvida para fabricar peças expondo o metal a altas temperaturas. Primeiro, os artesãos moldavam objetos, como lanças e machados, em cera de abelha. O molde era coberto de argila e levado ao fogo para endurecer. Em seguida, despejava-se o metal incandescente no interior do molde. Depois de frio, o molde era quebrado para a retirada da peça.

Cidades iorubás

A civilização iorubá desenvolveu-se a partir do século XI, época provável da fundação de Oyo, capital política situada atualmente na Nigéria. Oyo foi um grande centro urbano, no qual nobres, comerciantes, camponeses e artesãos viviam cercados por muralhas de pedra com grandes portas. Por sua urbanização, arquitetura e avançada metalurgia, as cidades iorubás despertaram a admiração dos europeus que lá chegaram nos séculos XVI e XVII. As cidades eram organizadas em torno de cultos a divindades relacionadas às forças da natureza e ao passado mítico das dinastias reais, como Ogum e Xangô.

Ifé, situada na região da atual Lagos, na Nigéria, foi a cidade de religião mais importante do povo iorubá. Isso porque, segundo a tradição, foi lá que o deus Oduduwa criou a humanidade. Conta a tradição que o deus Supremo fez o deus Oduduwa descer do céu até Ifé, levando nas mãos um galo, um pouco de terra e um grão. A terra caiu sobre a água, mas o galo recuperou e a transformou em um território. Do grão nasceu uma árvore com dezesseis pedaços, que representavam os dezesseis reinos iorubás. A partir dos séculos XVI e XVII, com o tráfico de escravos africanos, as crenças de Ifé se espalharam pelo mundo, principalmente nas colônias espanholas, portuguesas, francesas, holandesas e inglesas.

Escultura iorubá do século XVI, feita em latão. A escultura representa um Oni, governante de Ifé.



COLLEGE METROPOLITAN, FOTO DEB BARNETT

▶ Bantos ou congo-angolais

Fundado no século XIV, o Reino do Congo era formado por povos que falavam línguas aparentadas, posteriormente classificadas como do grupo banto. O reino ocupava o sudoeste da África central, território que hoje corresponde a partes de Angola, do Congo e da República Democrática do Congo.

Os bantos produziam tecidos de rafia, fabricavam objetos em marfim e cobre e coletavam zimbos. Os camponeses cultivavam cereais e usavam instrumentos de ferro em seu trabalho, como enxadões e machados. Também criavam aves e cabras. De suas cidades partiam muitos comerciantes para vender ferro, sal, objetos de marfim, cerâmica, tecidos e joias de cobre a outros povos da África.

O rei, chamado de **manicongo**, aumentou seus domínios por meio da conquista de terras, de alianças, de casamentos com outros grupos e enriqueceu com a cobrança de impostos em forma de produtos de todas as cidades e aldeias do reino. M'Banza Congo, a capital do reino, tinha 100 mil habitantes no início do século XVI. Protegida por uma cerca de estacas, contava com uma praça central, onde funcionavam os tribunais, ocorria a coroação dos reis e onde os comerciantes negociavam vários produtos.

No final do século XV, os portugueses estabeleceram relações diplomáticas com o Reino do Congo, impulsionando o comércio entre os dois povos. Em 1489, o rei do Congo converteu-se ao cristianismo.

A presença portuguesa no Reino do Congo permitiu que as regiões de Angola e do Congo se tornassem grandes fornecedoras de produtos e de escravos para o comércio atlântico. Até o século XIX, o Brasil recebeu milhões de africanos escravizados vindos dessa parte da África. Eram chamados de congo-angolais.

Rafia: fibra extraída de uma palmeira nativa da África tropical.

Zimbo: concha utilizada como moeda de troca.

Vote o peno assíêtr

Kiriú e o feiticeiro

País: FRA/BEL

Direção: Michel Ouellet

Ano: 1998

Duração: 74 min

Filme de animação baseado em uma lenda africana. Narra a história do pequeno Kiriú, que já falava no ventre da mãe, antes mesmo de ter nascido. Dotado de grande inteligência e vigor físico, o pequeno Kiriú enfrenta a feiticeira Karabá para acabar com os males que ela causava em sua aldeia, até descobrir... bem, assista ao filme e saiba o que aconteceu.

Cena do filme Kiriú e o feiticeiro, 1998.



Leia, no Suplemento de apoio ao professor, orientações para o trabalho em sala com este filme.

Feitorias e comércio

As feitorias construídas ao longo da costa foram fundamentais para o comércio luso com os povos africanos. Entretanto, os portugueses não conseguiram penetrar no interior do continente, onde ficavam as fontes de escravos, ouro, marfim e outros produtos. Para obtê-los, dependiam do fornecimento garantido por intermediários africanos. É provável que eles não tenham avançado para o interior em razão da resistência dos povos locais.

Até a segunda metade do século XVII, os portugueses tinham construído uma verdadeira rede de feitorias ao longo de toda a costa africana e no litoral de diversas regiões da Ásia. Na costa ocidental da África as principais foram a fortaleza de Arguim (1443), o castelo de São Jorge da Mina (1482), Gorée (1536), Luanda (1575), Benguelá (1617), Ajuda (1681) e Bissau (1696).

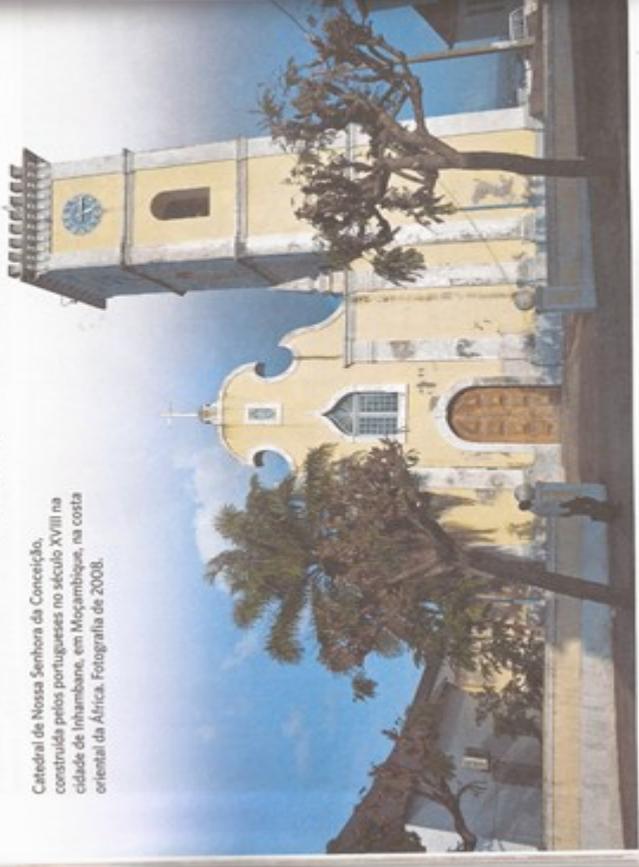
Na costa oriental africana, banhada pelo Oceano Índico, era forte a presença de árabes, indianos e chineses, com os quais as sociedades locais mantinham há séculos importantes relações comerciais, culturais e políticas. A convivência pacífica que marcou as relações entre os povos africanos e esses mercadores se transformou em violência com a chegada dos portugueses.

Em Mombaça, por exemplo, os portugueses saquearam navios mercantes árabes desarmados e foram hostilizados pela população. Em Melinde, a presença portuguesa no comércio local só foi garantida graças a uma aliança com o sultão.

Nessa região da África oriental, as principais feitorias construídas pelos portugueses foram as de Sofala (1505) e a de Moçambique (1507).



Representação do reino de Sôfala, onde os portugueses construíram um forte, na costa oriental da África, em gravura de André Thevet, 1575.



Catedral de Nossa Senhora da Conceição, construída pelos portugueses no século XVIII na cidade de Inhambane, em Moçambique, na costa oriental da África. Fotografia de 2008.

S. VICENTE—Cabo Verde



OSTERÉIJO PELA
CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Azulejos portugueses em uma parede na cidade de Mindelo, na ilha de São Vicente, em Cabo Verde. Fotografia de 2006. Paredes decoradas com azulejos azuis representam uma marca da colonização portuguesa na África e na América.

Guiné e Cabo Verde

À medida que avançavam as viagens pelo Atlântico africano, os portugueses iniciaram a conquista e a exploração da África ocidental. Eles alcançaram a Guiné em 1446 e, em 1460, chegaram às ilhas de Cabo Verde. A Coroa portuguesa, ao mesmo tempo que manteve as expedições em direção às Índias, tratou de obter lucros com a exploração da África atlântica.

Nas feitorias de Guiné e Cabo Verde, os portugueses adquiriam ouro, marfim, pimenta-malagueta, corantes e, principalmente, escravos. Em troca, os lusos ofereciam trigo, tecidos, armas, ferramentas, entre outros produtos.

Inicialmente, a Coroa não tinha recursos para ocupar esses territórios, que ficavam expostos a ataques estrangeiros. Por essa razão, o rei decidiu adotar nas ilhas de Cabo Verde o sistema de **capitanias hereditárias**, o mesmo modelo de administração que mais tarde seria implantado no Brasil.

Com esse sistema, a Coroa dividia o território em grandes lotes de terra, que eram distribuídos aos donatários. Eles assumiam os custos com a colonização e a proteção da colônia contra os invasores. Nas capitanias criadas na África atlântica, os donatários assumiam o exercício da justiça, encarregavam-se da cobrança de impostos e podiam doar sesmarias para estimular a fixação portuguesa no território. Nessas terras, os portugueses iniciaram o cultivo de cana-de-açúcar.

A escravidão na África

Explore

- Que diferenças podem ser notadas entre a escravidão que era praticada na Europa durante a Idade Média e a escravidão que existia na África até a chegada dos portugueses?

“O comércio de escravos já era muito antigo na Europa. Remontava à época romana e, mais para trás ainda, à Grécia antiga. [...] Continuou parte importante da vida quotidiana da Europa até o fim da Idade Média e mesmo posteriormente.

Tratava-se sobretudo do comércio de escravos europeus. Estes vi-nham, normalmente, dos países eslavos da Europa oriental, porque os povos eslavos converteram-se ao cristianismo mais tarde que os outros europeus; e os cristãos, como os muçulmanos, não viam nada de errado em escravizar os não crentes.”

DAVIDSON, Basil. *A descoberta do passado de África*. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 178.

A escravidão no continente africano, assim como em outras regiões do mundo, existiu desde a Antiguidade. Na África oriental, escravos negros eram levados à força através do Mar Vermelho para a Arábia, Pérsia e Índia desde pelo menos o século VI. Na região do Saara, o tráfico de escravos para o norte da África e para a Europa existia desde o século VIII.

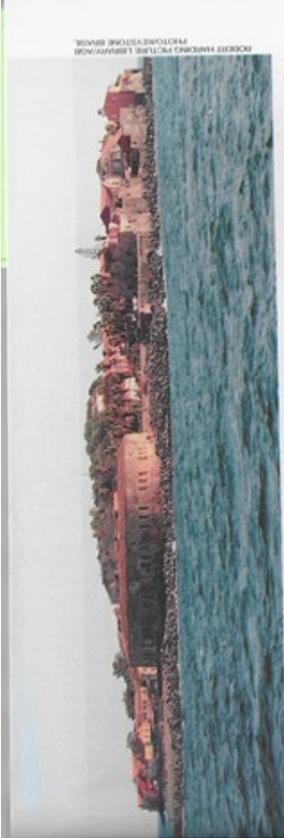
Antes da chegada dos portugueses, diversas situações podiam levar um indivíduo à condição de escravo na África. Em algumas regiões, os condenados por crimes como assassinato, furto, sacrilégio e adultério podiam ter como pena a escravidão. Também podiam ser escravizados pessoas que não pagavam suas dívidas. Havia ainda aqueles que, ao fazerem um empréstimo, davam-se a si próprios como garantia de pagamento. Nesse caso, quando a dívida era saldada, cessava a condição de cativo.

O que gerava o maior número de escravos de fato era a guerra entre vilarejos, chefes de linhagens e reinos. Em alguns lugares, quando escasseava a mão de obra, provocavam-se conflitos para escravizar os prisioneiros de guerra.

Placa do século XVII encontrada no Benin representando um rei africano e dois de seus guerreiros, todos fortemente armados. Museu Nacional da Nigéria. Considerando o texto e a imagem acima, cite um dos motivos pelos quais o rei e seus guerreiros estão fortemente armados.



Um dos motivos pelos quais os governantes e soldados da África procuravam se armar era promover guerra contra outros chefes ou reinos para capturar e escravizar os vencidos.



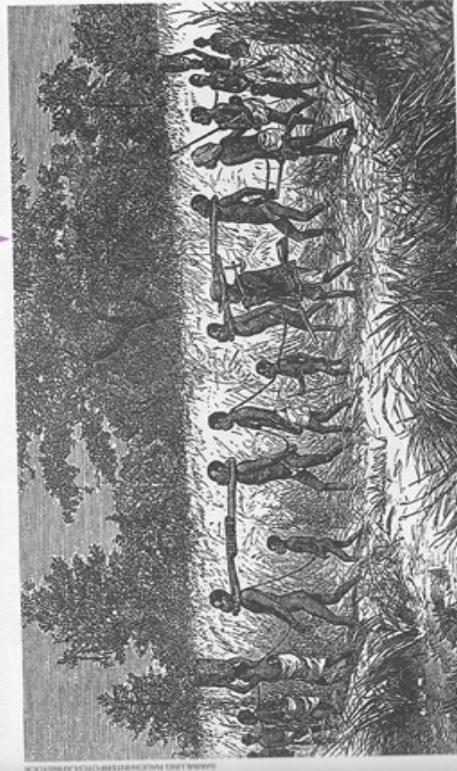
Ilha de Gorée, no atual Senegal, na costa ocidental da África, em foto de 2009. Ocupada inicialmente pelos portugueses, seguida pelos holandeses e, mais tarde, pelos franceses, a ilha foi o ponto de partida de muitos africanos escravizados para a América.

O tráfico negro

Nos reinos e Estados africanos onde havia um poder mais centralizado e relações sociais mais hierarquizadas, como nos reinos do Congo e do Benim, a escravidão era mais complexa e praticada em maior escala. Com a chegada dos portugueses e o estabelecimento do tráfico atlântico, as elites desses Estados e reinos passaram a capturar e a vender aos europeus quantidades cada vez maiores de cativos em troca de produtos como armas, pólvora e fumo. O tráfico de escravos tornou-se, a partir de então, uma atividade altamente rentável, uma vez que os mercadores europeus obtinham muitos lucros com a venda dos trabalhadores escravos nas colônias americanas.

Explore

- Em sua opinião, essa imagem revela algum tipo de “tração” de africanos contra outros africanos? Discuta com o professor.



A corrente e presos pelo pescoço, vários negros africanos são conduzidos por africanos armados para regiões costeiras da África para serem vendidos como escravos. Representação em gravura do século XIX.



Esculturas erguidas na ilha de Gorée, no Senegal, para comemorar a libertação dos africanos escravizados.

Quantidade de africanos escravizados embarcados e seus destinos (1501-1866)	
Europa	10.798
América inglesa	472.381
Índias Ocidentais dinamarquesas	129.867
Caribe britânico	2.763.411
Caribe francês	1.328.422
América holandesa	514.192
América espanhola	1.591.245
Brasil	5.532.118
Total de pessoas embarcadas	12.521.336

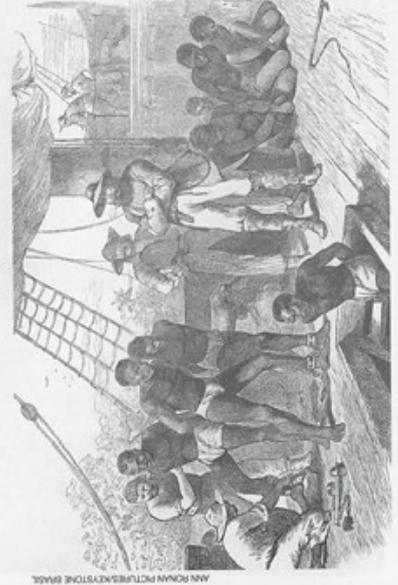
Fonte: Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 10, n. 108, set. 2014, p. 37.

► O impacto do tráfico negro na África

O primeiro efeito do tráfico transatlântico foi uma queda acentuada no crescimento demográfico no continente africano, o que resultou na queda da atividade econômica das áreas que mais perderam populações.

Outra consequência foi estimular os reinos e sociedades exportadoras de escravos a voltarem-se principalmente para o tráfico. Algumas regiões que antes só obtinham escravos por meio de conflitos retomaram antigas hostilidades, ou criaram novas, para obter prisioneiros de guerra e vendê-los aos europeus. As guerras foram ainda incrementadas pelas armas de fogo fornecidas pelos portugueses, transformando economias antes voltadas para a agricultura, o artesanato e o comércio em sociedades organizadas para a guerra e para a captura de escravos.

Nos reinos e regiões onde imperou o comércio de escravos com os europeus formou-se uma elite militar voltada para a guerra. Ao mesmo tempo, o modelo de escravidão levado pelos europeus, desenvolvido em grande escala e voltado para o lucro, impactou a escravidão tradicionalmente praticada na África, transformando também o escravo interno em um bem comercializável e com menores possibilidades de integração na sociedade. Tudo isso contribuiu para desorganizar a economia e a vida no continente africano ao longo dos séculos.



Embarque de escravos africanos em um navio negroeiro europeu na costa atlântica da África, representado em gravura do século XIX.

Anexo 3. Sétimo ano, coleção *Estudar história. Das origens do homem à era digital*
 Patrícia Ramos Braick. CAPÍTULO 11

CAPÍTULO 11

O Nordeste açucareiro

A escravidão na sociedade do açúcar

O açúcar já foi a riqueza mais importante da economia do Brasil colonial. Embora houvesse centros de produção açucareira dispersos por vários pontos da costa, foi principalmente nas capitânicas de Pernambuco e da Bahia que a atividade açucareira mais prosperou.

Mas o produto que trouxe riqueza para senhores de engenho, comerciantes, banqueiros e reis significou, para milhões de africanos, uma vida inteira ou quase inteira, ainda que curta, no cativeiro e no "exílio". Não é possível falar do Nordeste açucareiro sem falar da escravidão, da África e do tráfico negreiro, dos danos que causou e dos lucros que promoveu.

A escravidão moderna escreveu uma parte essencial da história dos países e dos continentes ligados pelas águas do Atlântico.

“[...] Na rua. Na praça. Na casa. Na cidade. No campo. O escravo ficou dentro de todos nós, qualquer que seja a nossa origem. Afinal, sem a escravidão o Brasil não existiria como hoje é, não teria sequer ocupado os imensos espaços que os portugueses lhe desenharam. Com ou sem remorsos, a escravidão é o processo mais longo e mais importante de nossa história.”

SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. *Estudos Avançados*, 1994, p. 40. Disponível em www.scielo.br/pdf/ea/v19n2/103.pdf. Acesso em 18 jun. 2015.

Respostas e comentários estão no Suplemento de apoio ao professor.




O diplomata e escritor Alberto da Costa e Silva considera a escravidão o processo mais importante da história brasileira. Por quê?

- Mais de três séculos de escravidão marcaram profundamente a nossa sociedade. Quais consequências do passado escravista do Brasil para a nossa sociedade atual você destacaria?
- De que forma você percebe a importância dos africanos na formação do Brasil? Como os afrodescendentes estão presentes na cultura, na economia e nas relações sociais do nosso país?
- Observe as imagens desta abertura. São retratos de escravos africanos que viveram no século XIX. Você acha que essas pessoas transmitem nos retratos as marcas da escravidão? Por quê? Que sentimentos eles parecem expressar?



Retratos de escravos africanos, dos fotógrafos Rodolpho Lindemann (1) e Alberto Henschel (2 e 3), c. 1870. Essas fotografias revelam ao observador atual o peso da escravidão sobre aqueles que mais sofreram com ela. Ao mesmo tempo, expressam a força e a aliviez com que eles a enfrentaram.

■ Açúcar: o melhor investimento

Flamengo: pessoa natural de Flandres, região da atual Bélgica e um dos principais centros mercantis europeus no século XVI.

Na década de 1520, Portugal passava por dificuldades econômicas. Os lucros do comércio de especiarias com o Oriente diminuíram consideravelmente devido à concorrência de outros países. Além disso, as terras na América que Portugal considerava suas eram constantemente ameaçadas por invasões estrangeiras.

O rei de Portugal precisava encontrar soluções para proteger o litoral da colônia e iniciar a exploração de um produto que garantisse lucros para a Coroa. Até aquele momento, os portugueses ainda não haviam localizado ouro ou pedras preciosas em terras americanas. Diante dessa situação, o governo de Portugal optou pelo cultivo de cana-de-açúcar.

Naquela época, o açúcar era um produto muito valorizado no comércio internacional, e os portugueses dominavam as técnicas de produção. Eles já produziam açúcar em suas colônias nos arquipélagos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde.

Na América portuguesa, as primeiras mudas de cana foram plantadas na capitania de São Vicente (no atual estado de São Paulo). Mas foi na zona litorânea do Nordeste que a produção açucareira teve grande desenvolvimento, principalmente nas capitanias de Pernambuco e da Bahia, que se tornaram as principais áreas produtoras da América portuguesa. A costa dessas duas capitanias apresentava clima quente e úmido e solo fértil, condições ideais para o cultivo de cana.

A Coroa portuguesa não teve dificuldade em encontrar investidores estrangeiros para financiar a construção de engenhos na América. Italianos e flamengos foram os que fizeram os maiores investimentos iniciais, sendo mais tarde superados pelos holandeses. Em alguns casos, os próprios colonos portugueses custearam as primeiras despesas com a montagem dos engenhos.



Acima, mulher preparando pães de açúcar e, à direita, homem purgando açúcar e provando o melado. Ilustrações do Tratado dos ervas, do farmacologista greco-romano Pedanius Dioscórides, c. 1440. Biblioteca Estense Universitaria, Itália.



► O sucesso da produção açucareira

Ao implantar na América o sistema de capitanias hereditárias, em 1534, o governo português autorizou os donatários a conceder terras (sesmarias) aos colonos dispostos a investir no cultivo de cana-de-açúcar. Após a criação do governo-geral, em 1548, a concessão de terras ficou a cargo do governador-geral.

A produção de açúcar tornou-se a principal atividade econômica da América portuguesa, que, ao final do século XVI, já era a maior fornecedora dessa especiaria para o Ocidente. A facilidade de crédito e os incentivos da Coroa foram essenciais para o sucesso do empreendimento. Leia o que Ambrósio Fernandes Brandão, proprietário de engenho no Brasil no século XVII, escreveu sobre a produção açucareira.

“O açúcar é a principal coisa com que todo este Brasil se enobrece e faz rico. Os capitães-mores, cada um na capitania de sua jurisdição, repartem as terras com os moradores, dando a cada um deles uma extensão segundo suas forças e possibilidades. As pessoas a quem se dão semelhantes terras, tendo cabedal para fabricarem engenhos de fazer açúcares, os fabricam. [...]

No Brasil, em três capitanias que são a de Pernambuco, a de Itamaracá e a de Paraíba [...], lavram e tiram os portugueses das entranhas delas, à custa de seu trabalho, tanto açúcar que basta para carregar, todos os anos, cento e trinta, cento e quarenta naus. Sua Majestade não gasta de sua Fazenda, para a fabricação e sustentação de tudo isto, um só vintém.”

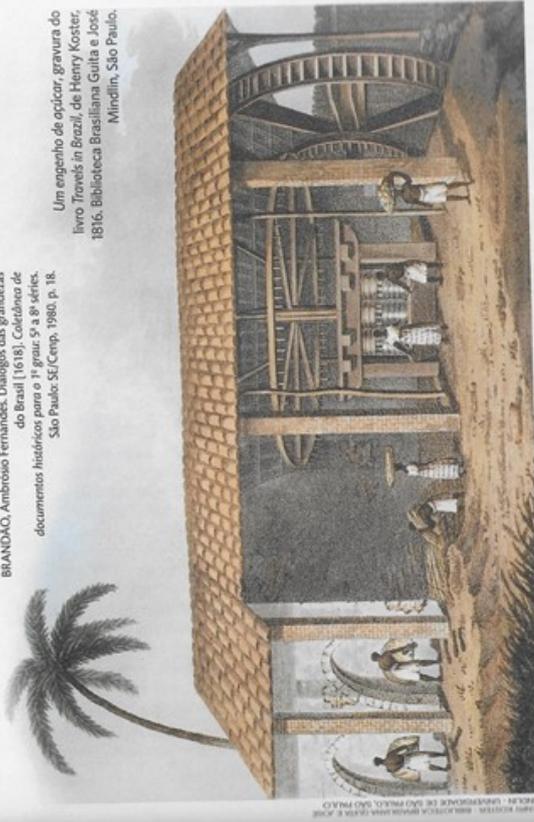
BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil* [1618]. *Colêção de documentos históricos para o 1º grau: 5ª a 8ª séries*. São Paulo: SE/Cemp, 1980, p. 18.

Explore

1. Identifique, no texto de Ambrósio Brandão, a frase que mostra a importância do açúcar como fator de ascensão social na colônia.
2. Segundo o autor, qual foi a forma encontrada pela Coroa portuguesa para incentivar o cultivo de cana-de-açúcar na América?
3. Por que, segundo o texto, o rei de Portugal não gostava nem o empreendimento açucareiro?

Fazenda: neste caso, tesouro do Estado português.

Um engenho de açúcar, gravura do livro *Trovels in Brazil*, de Henry Koster, 1816. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, São Paulo.



O engenho e a produção de açúcar

A palavra **engenho**, equipamento utilizado para moer cana, teve seu sentido ampliado no período colonial. Passou a designar a fazenda produtora de açúcar em seu conjunto, com seus canaviais, lavoura de subsistência, instalações para a produção de açúcar, casa-grande, senzala, e outras dependências (veja a imagem abaixo). O engenho tornou-se, assim, sinônimo da grande propriedade açucareira.

A **casa do engenho** reunia os equipamentos necessários à fabricação do açúcar. Na moenda se extraía o caldo da cana, que depois era levado às caldeiras para ser fervido. Os engenhos que tinham moendas movidas pela força de animais se chamavam **trapiches**. Aqueles em que as moendas eram movidas pela força da água eram chamados de **engenhos reais**.



O melão que saía das caldeiras era colocado em fôrmas na casa de purgar, onde permanecia por vários dias até cristalizar. O açúcar cristalizado era retirado das fôrmas e ficava ao sol por até vinte dias.

A parte final da produção acontecia na caixaria, onde o açúcar era pesado e embalado em caixas para o transporte. A maior parte do produto era levada então para o porto, de onde seguia em direção à Europa. As vendas do produto no exterior rendiam muitos lucros aos envolvidos no negócio, principalmente aos comerciantes.

Senhores do açúcar

A economia açucareira criou no Brasil uma sociedade desigual, violenta e autoritária. No ponto mais alto da hierarquia social, estava o senhor de engenho, proprietário de toda a unidade produtiva de açúcar e dos escravos que trabalhavam nela.

A residência do senhor de engenho e de sua família era a **casa-grande**. Ela podia ser térrea ou assobradada, funcionando também como fortaleza, hospedaria para visitantes e centro administrativo do engenho. Próximo à casa-grande ficava a **capela**, local reservado para orações e cerimônias religiosas, como batizados e casamentos. A parte desse complexo de construções destinada ao alojamento dos escravos era chamada **senzala**.

Os senhores de engenho não viviam isolados nas fazendas. Como o açúcar era produzido para atender ao mercado externo, eles estavam sempre em contato com o mundo urbano, negociando com financiadores e comerciantes de açúcar. Eles também participavam da vida política e administrativa das vilas e cidades, exercendo cargos nos órgãos locais.



▶ Lavradores de cana

Nem todo dono de canavial era senhor de engenho. Havia lavradores sem recursos para instalar os equipamentos do engenho que moiam a cana de suas terras em engenhos alheios, mediante pagamento em açúcar. Eram os chamados arrendatários.

Os arrendatários que só podiam moer a cana em determinado engenho eram chamados **lavradores de cana obrigada**. Os que tinham liberdade de escolher o engenho que oferecesse mais vantagens para o negócio eram chamados **lavradores de cana livre**.

O arrendamento das instalações do engenho para os lavradores de cana foi muito comum no período colonial. Foi uma forma que muitos senhores encontraram para aproveitar melhor a capacidade de produção de seus engenhos e evitar despesas com o cultivo de cana.

▶ **Arrendatário:** pessoa que planta em terra alheia mediante pagamento ao dono.

▶ O trabalho no engenho

O quadro de trabalhadores do engenho era bastante complexo. Apesar de o trabalho escravo ser predominante, havia uma diversidade de **trabalhadores livres** em funções administrativas, técnicas e artesanais. Havia também um contingente de **agregados**, moradores que prestavam serviços em troca de proteção e de auxílio econômico dos senhores de engenho.

O artesanato especializado do engenho era o **maestro de açúcar**. Responsável pela qualidade final do produto, ele controlava a moagem, o cozimento do caldo e a consistência do açúcar. Nos equipamentos do engenho também trabalhavam o caldeireiro, o purgador, o banqueiro e o levadeiro. Todos esses artesanatos eram livres e assalariados.

Igualmente livres eram os **feitores**. Um deles cuidava da moenda; o outro se encarregava da plantação. Ambos eram subordinados ao feitor-mor, uma espécie de administrador de todo o engenho, responsável pelos escravos e por garantir a execução de todas as tarefas.

Vale a pena ler

▶ **Histórias da Preta**

Heloisa Pires Lima. Ilustrações de Laurabeatriz. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1998.

O livro é narrado pela menina Preta, que, ao refletir sobre esse apelido dado por sua tia e sobre a cor de sua pele, dá início à busca por suas origens. Para compreender as condições dos negros na sociedade brasileira atual, ela "viaja" por várias histórias da África, à procura de suas raízes e de antigas tradições. Nesse diálogo com o passado de seus ancestrais, Preta resgata as viagens dos navios negreiros, a chegada na América portuguesa e reflete sobre a condição dos afrodescendentes no Brasil atual.

O trabalho dos escravos

A primeira mão de obra explorada nos engenhos de açúcar foi a do indígena escravizado. Na segunda metade do século XVI, o trabalho do indígena passou a ser substituído pelo do africano escravizado, por causa da grande lucratividade do tráfico negro e da escassez da mão de obra nativa, provocada pela mortandade e pelas constantes fugas dos indígenas.

A escravidão indígena foi substituída pela africana principalmente nas lavouras do Nordeste, onde os proprietários tinham mais recursos para comprar escravos africanos. Na capitania de São Vicente, incorporada à capitania de São Paulo em 1681, a mão de obra escrava indígena predominou até o século XVIII.

Os escravos exerciam a maior parte das atividades no engenho. O grupo mais numeroso trabalhava nos canaviais, sujeito a uma jornada exaustiva. Eles plantavam, colhiam e transportavam a cana até a moenda. Os equipamentos da colheita eram muito simples: os escravos tinham apenas facão e foice para o corte.

Na produção do açúcar trabalhava um número menor de cativos. Eles desempenhavam funções especializadas nas moendas, nas caldeiras e nos tachos, sob a supervisão do mestre de açúcar e do feitor. Expostos ao calor insuportável das fornalhas e caldeiras, eles corriam sérios riscos de queimaduras.

Os escravos habitavam as **senzalas**, moradias térreas e de formato retangular. Eram habitadas muito precárias, com paredes feitas de barro e cobertura de sapé. No interior, leitos rústicos cobertos de palha e alguns poucos baús e cadeiras velhos compunham a mobília.

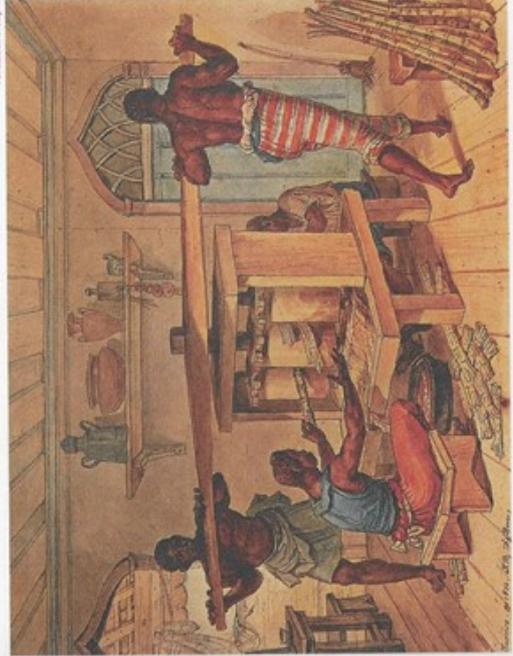


PHILO FREEMAN/CORBIS/GETTY IMAGES

Trabalhador no corte de cana-de-açúcar em usina de Catanduba, município do interior paulista, 2006. Em diversas regiões, o trabalhador utiliza chapéu, luvas, óculos escuros e roupas especiais para se proteger do calor do Sol, do pó liberado durante o corte e de golpes acidentais de facão.

Com base no que foi estudado, você acredita que os escravos africanos que trabalhavam nos canaviais tinham as condições de segurança e proteção exigidas para os trabalhadores de hoje? Não. O escravo trabalhava com o tempo nu, descalço e sem proteção para as mãos e para a cabeça, o que fazia do corte de cana um verdadeiro suplício para ele.

▶ **Sapé:** nome dado a algumas gramineas, cujo caule e folhas são usados como cobertura de casas.



ANDRÉ CARVALHO/ARTE BRASILEIRA

Engenho manual que faz caldo de cana, aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1822. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro. Os escravos africanos moviam a economia açucareira colonial.



Negociação para venda de escravos, detalhe da pintura de Joaquim Cândido Gullobel, 1812-1816. Museu Imperial, Petrópolis (RJ).
O que o homem representado à esquerda está fazendo com o escravo africano? Qual seria o seu objetivo?
O senhor de engenho verificava a idade e as condições de saúde do escravo antes de comprá-lo. Era comum analisarem os dentes do escravo para saber se este possuía boas condições de saúde.

Informe aos alunos que em alguns engenhos do Nordeste havia em média 60% mais homens escravizados do que mulheres.

O lucrativo comércio de escravos

No Brasil, os escravos africanos começaram a chegar na metade do século XVI. Na África, inicialmente, eles eram capturados pelos próprios comerciantes portugueses. Mais tarde, passaram a ser obtidos com chefes africanos em troca de armas, tecidos, tabaco, ferramentas, açúcar e outros produtos.

Homens, mulheres e crianças eram transportados para a América em péssimas condições de higiene e segurança. Eles viajavam amontoados, passando fome, calor e frio, e muitos doentes morriam durante a travessia do Atlântico. A viagem poderia durar entre 35 e 40 dias para os navios vindos de Angola, e entre 50 e 70 dias para os que partiam de Moçambique (veja o mapa abaixo).

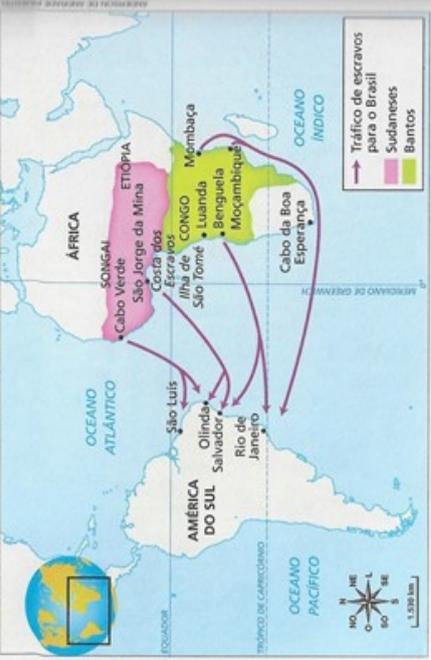
Chegando aos portos do Nordeste açucareiro, os africanos eram vendidos em leilões públicos ou em negociações privadas. Os preços dependiam do sexo, da idade e das condições de saúde dos cativos. Os adultos do sexo masculino eram os mais procurados.

Leia o que escreveu um importante historiador da escravidão brasileira do século XIX sobre as razões que explicam a baixa reprodução natural dos escravos no Brasil, o que fazia do tráfico negro uma atividade essencial para repor a mão de obra nas atividades econômicas desenvolvidas no território:

“1. porque, em geral, a importação era de homens, e mui poucas mulheres; 2. porque se queria principalmente eram braços para o trabalho, e não famílias; 3. porque não se promoviam casamentos; a família não existia para os escravos; 4. porque pouco ou nada se cuidava dos filhos; 5. porque as enfermidades, o mau-trato, o serviço e o trabalho excessivo inutilizavam, esgotavam e matavam dentro em pouco grande número.”

MALHEIRO, Perdigão. A escravidão, II, p. 65. In: CONRAD, Robert. *Edgar: Tumbalões: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 17.

O COMÉRCIO DE ESCRAVOS DA ÁFRICA PARA O BRASIL (SÉCULOS XVI-XIX)



Fonte: CAMPOS, Flávio de. DOLHNIKOFF, Misam. *Atlas: história do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1993, p. 9.

A resistência escrava

Os africanos escravizados resistiram ao cativo enquanto durou a escravidão. Mesmo durante a viagem rumo à América, eram comuns as tentativas de revolta. Embora tenham quase sempre fracassado, alguns motins chegaram a destruir navios e a causar a morte de tripulantes e escravos. Como precaução, os traficantes mantinham os africanos nos porões, geralmente acorrentados.

Em terra firme, submetidos à dura rotina do trabalho e aos maus-tratos, os escravos obedeciam aos senhores para evitar os castigos físicos, aplicados com diferentes instrumentos, como chicotes, gargalheiras, correntes e palmatórias, além de ferro em brasa. Muitos cativos, porém, lutaram contra a escravidão.

Houve várias formas de resistência à escravidão, desde reações individuais espontâneas até ações coletivas planejadas. Os métodos mais comuns eram agressões contra senhores e leitores, furtos e fugas. Alguns escravos sabotavam a produção do engenho, quebrando máquinas ou estragando o açúcar.

Muitos escravos entravam num estado de profunda depressão, conhecido como *banzo*, e deixavam de se alimentar, o que, às vezes, os levava à morte. O suicídio era outra forma comum de resistência, praticada em situações de desespero.

Muitas vezes a resistência era disfarçada numa aparente acomodação ao cativo. Era o que ocorria, por exemplo, quando os escravos realizavam rituais associando os orixás africanos aos santos católicos. Com essa mistura de culturas, os cativos evitavam a perseguição da igreja e preservavam, em parte, suas tradições.



Fetor castigando negros, gravura de Jean-Baptiste Debret, 1835. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Os maus-tratos e o trabalho exaustivo marcaram a escravidão no Brasil.

Explore

1. Em sua opinião, a capoeira representada na gravura de Rugendas tem mais características de luta ou de dança? Explique sua resposta.
2. Que instrumento musical, geralmente associado à capoeira, não aparece na cena representada?



Jogar capoeira ou Dança de guerra, gravura de Johann Moritz Rugendas, 1834. Universidade de Edimburgo, Escócia. A capoeira, mistura de dança e de luta, foi criada por escravos africanos no Brasil. De uma técnica de combate, a capoeira se transformou numa das expressões mais conhecidas da cultura afro-brasileira.

➤ Mocambos e quilombos

A fuga foi a forma de resistência dos escravos mais frequente e significativa. Muitos fugitivos formavam aldeias fortificadas, com habitações, hortas, fundições e oficinas para o fabrico de cerâmicas e redes. Algumas delas procuravam reproduzir o modo de vida que levavam na África. Conhecidas como mocambos ou quilombos, essas comunidades reuniam, além de escravos fugidos, brancos pobres ou perseguidos pela lei, índios e mestiços. Houve casos de quilombolas que organizavam grupos para assaltar fazendas e auxiliar a fuga de escravos.

O **Quilombo dos Palmares**, na capitania de Pernambuco, foi a mais conhecida comunidade de escravos fugidos do Brasil. Formado em fins do século XVI, ele cresceu rapidamente durante as guerras entre portugueses e holandeses no Nordeste. Aproveitando da desorganização militar estabelecida numa região rica em palmeiras, situada no atual estado de Alagoas. Estima-se que a população do quilombo tenha atingido cerca de 30 mil pessoas, organizadas em aldeias independentes, com chefes próprios, como Zumbi, o último e mais famoso líder de Palmares.

Nas décadas de 1670 e 1680, os habitantes de Palmares eram chamados pelas autoridades de "holandeses de outra cor", tamanha era a ameaça que representavam à ordem colonial portuguesa na América. O quilombo, depois de resistir por décadas a várias expedições enviadas contra ele, foi destruído em 1694 por forças comandadas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. Os invasores destruíram casas, ruas, plantações, capelas e estátuas. O líder Zumbi foi morto no ano seguinte. Sua cabeça foi decapada e exibida em praça pública no Recife para servir de exemplo aos escravos da região.

➤ Saiba mais

As comunidades quilombolas

As comunidades remanescentes de quilombos são chamadas de **quilombolas**. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

«Os comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais [...] com trajetória histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida [...] Essas comunidades possuem direito de propriedade de suas terras consagrado desde a Constituição Federal de 1988. [...] Um levantamento da Fundação Cultural Palmares (FCP) mapeou 3.524 comunidades quilombolas no Brasil.»

Comunidades quilombolas. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em www.mds.gov.br/segurancainformacional/povo/comunidadesraciais/comunidadesquilombolas. Acesso em 28 fev. 2015.



Adolescentes quilombolas da comunidade do Quilombo da Barra, situado no município de Rio de Contas, Bahia. Fotografia de 2014.

➤ A União Ibérica (1580-1640)

No final do século XVI, a produção e a comercialização do açúcar brasileiro foram afetadas por uma crise política em Portugal.

Em 1578, o rei português, D. Sebastião, morreu durante uma batalha no Marrocos. Como não deixou herdeiros diretos, a coroa foi entregue a seu tio, o cardeal D. Henrique, que faleceu dois anos depois. Assim, a sucessão dinástica portuguesa tornou-se um grave problema político.

Filipe II, soberano da Espanha e neto do rei português D. Manuel (1495-1521), aproveitou a oportunidade para invadir Portugal e assumir o trono. Desse modo, em 1580, Filipe tornou-se rei da Espanha e de Portugal, iniciando a União Ibérica, que durou até 1640.

➤ Holandeses em Salvador

O período da União Ibérica coincidiu com as guerras de independência da Holanda, que fazia parte dos Países Baixos. Região antigamente formada pelos atuais territórios da Holanda, Bélgica, Luxemburgo e parte do norte da França, os Países Baixos pertenciam à Espanha. Em 1579, as províncias protestantes do norte declararam sua independência. Uma delas era a Holanda, nome pelo qual ficaria conhecido o novo país.

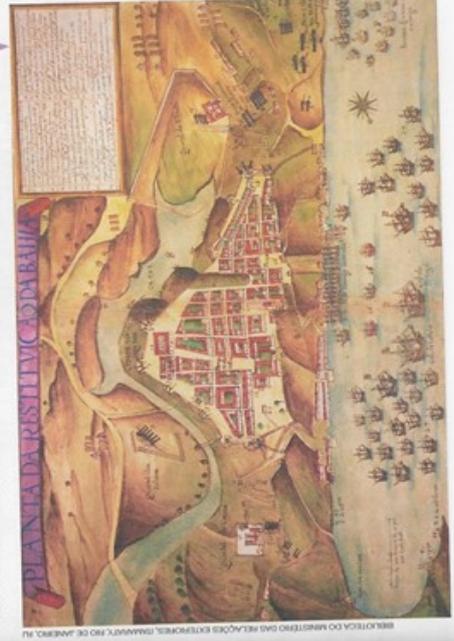
Fora do controle espanhol, os comerciantes holandeses foram proibidos de comercializar com os domínios da Espanha na América. Isso incluía o Brasil, que, desde o início da União Ibérica, fazia parte dos domínios espanhóis.

Os comerciantes holandeses, principais distribuidores do açúcar brasileiro na Europa, não queriam perder os lucros que obtinham nesse comércio. Assim, em 1624, mais de 3 mil soldados holandeses, organizados pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, ocuparam a cidade de Salvador. No ano seguinte, foram expulsos por forças luso-espanholas.

Remanescente: que resta, que sobra de algo; neste caso, é a população descendente de antigos escravos africanos moçambiques de quilombos, que mantêm laços étnico-culturais com seus ancestrais e com o território que tradicionalmente habita.

➤ Explore

- Observe a imagem e sua legenda. Por que razão a frota que expulsou os holandeses de Salvador era luso-espanhola e não apenas portuguesa?



Planta da restituição do Baía de João Teixeira Albermaz, o Velho, 1631. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro. Esse mapa representa a armada luso-espanhola em seu cerco a Salvador em 1625. O episódio levou à expulsão dos holandeses da Bahia.

Holandeses em Pernambuco

Dispostos a permanecer no negócio do açúcar em 1630 os holandeses organizaram uma nova expedição, muito mais poderosa que a anterior. Dessa vez, eles invadiram a capitania de Pernambuco, a mais próspera da colônia portuguesa. Durante as batalhas pela ocupação, os holandeses incendiaram Olinda, sede do governo da capitania, e ampliaram seus domínios para além de Pernambuco, ocupando importantes áreas do litoral do Brasil (veja o mapa ao lado).

Após a derrota dos portugueses, a administração holandesa em Pernambuco foi assumida pelo conde Maurício de Nassau, que governou entre 1637 e 1644. Nassau transferiu a sede do governo de Olinda para o Recife e assumiu a direção política, militar, financeira e judiciária da capitania.

Os colonos portugueses foram convidados a participar do governo de Nassau. Eles integraram o Conselho dos Escabinos, uma espécie de Câmara Municipal, e a Curadoria dos Orçãos, responsável por amparar os menores orçãos garantindo seus direitos às possíveis heranças. Diversos outros cargos da administração holandesa no Brasil também foram ocupados por portugueses.

A tolerância religiosa foi uma das características da administração de Nassau. Interessados no apoio dos colonos católicos e nos capitais dos judeus, os holandeses, que eram calvinistas, procuraram manter boas relações com adeptos de outras crenças. O governo de Nassau também favoreceu os senhores de engenho com empréstimos para a compra de escravos e de equipamentos. A produção e o comércio de açúcar cresceram durante todo o período em que os holandeses estiveram no Brasil.

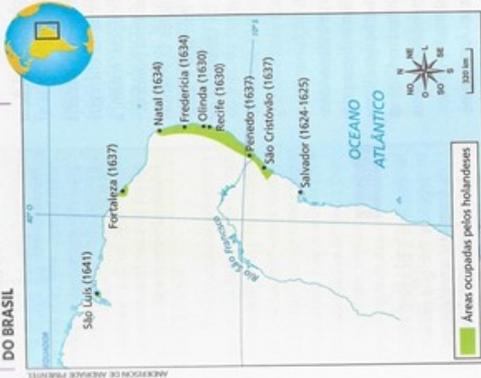
Saiba mais

A primeira sinagoga da América

Durante o domínio holandês no Nordeste brasileiro, muitos judeus emigraram para a região atraídos pela política de tolerância religiosa dos holandeses. Em 1636, judeus imigrantes e pernambucanos criaram no Recife a Kahal Zur Israel (Congregação Rochado de Israel), primeira sinagoga da América.

Com a expulsão dos holandeses em 1654, a sinagoga foi fechada. Durante anos, não se soube a localização exata do edifício. Apenas em 1997, iniciou-se uma pesquisa arqueológica destinada a reencontrar o templo judaico. Ele foi localizado na atual Rua do Bom Jesus, no centro histórico do Recife, restaurado e reaberto ao público em 2001.

DOMÍNIO HOLANDÊS NO NORDESTE DO BRASIL



Fonte: Atlas histórico escolar, 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991, p. 30.

Urbanismo, ciência e arte no Brasil holandês

Os holandeses promoveram grandes mudanças no Recife. Em poucos anos, o pequeno povoado, formado por 250 casas, tornou-se uma cidade com mais de 2 mil residências, ruas pavimentadas, pontes, canais, mercados e outras construções. Na Ilha de Antônio Vaz, Maurício de Nassau ordenou a construção da capital holandesa no Brasil. Em sua homenagem, a nova cidade, adormada com um jardim botânico e um museu, ficou conhecida como Cidade Maurícia, ou Mauriciópolis.

O governador holandês trouxe para o Recife uma comitiva formada de 46 especialistas, entre naturalistas, arquitetos, cronistas, cartógrafos e pintores. Membros dessa comitiva se encarregaram da construção do Palácio Friburgo, sede do governo e residência de Nassau e uma das principais edificações da Cidade Maurícia. Junto ao palácio, foi construído um jardim zoológico, com grande variedade de exemplares da fauna e da flora do Brasil. Os espécimes disponíveis foram estudados e catalogados pelos cientistas vindos da Europa.

Os profissionais trazidos por Nassau estudaram e representaram a natureza e a sociedade dos tropicais. Entre os pintores, merecem destaque Frans Post e Albert Eckhout. Suas obras expressam o olhar europeu sobre os tipos humanos e as paisagens do Nordeste açucareiro.

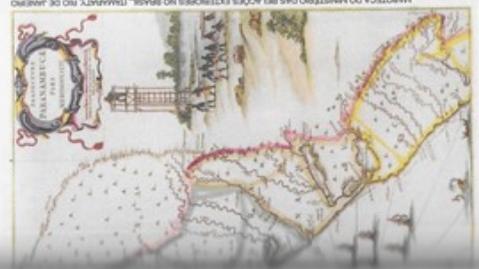
Um importante membro da missão científica do governo de Nassau foi o astrônomo, naturalista e cartógrafo Georg Marcgraf. Além de produzir excelentes mapas, ele classificou plantas e animais e estudou os astros visíveis do hemisfério sul. Marcgraf e o naturalista e médico Willem Piso identificaram e listaram diversos remédios da medicina indígena.

Explore

- Tapuia era o nome genérico dado pelos índios Tupi aos povos não Tupi. Em geral, esses povos resistiram muito à colonização portuguesa e à tentativa de cristianizá-los.

Observe a indígena Tapuia representada pelo artista Eckhout nessa pintura. Que visão o artista procurou transmitir sobre os Tapuia?

A esquerda, detalhe do mapa Pernambuco, de Georg Marcgraf, 1665. Mapa do Ministério das Relações Exteriores no Brasil, Rio de Janeiro. Ao centro, Mulher Tapuia, pintura de Albert Eckhout, 1641. Museu Nacional de Copenhagen, Dinamarca. A direita, página do livro *História naturalis Brasiliae*, de Georg Marcgraf e Willem Piso, 1648. Biblioteca do Jardim Botânico do Missouri, Estados Unidos. Todas essas obras procuravam representar detalhes sobre a natureza ou a sociedade do Brasil.



Conflitos entre holandeses e colonos

Em 1640, os portugueses se rebelaram contra a Espanha e conquistaram sua independência, episódio conhecido como **Restauração Portuguesa**. A falta de recursos, porém, impossibilitou que a Coroa portuguesa retomasse imediatamente o domínio dos territórios ocupados pelos holandeses.

A Restauração Portuguesa ocorreu num momento em que a economia açucareira do Nordeste brasileiro passava por dificuldades. Para contornar a crise, a Companhia das Índias Ocidentais exigiu que o governo de Nassau cobrasse os empréstimos concedidos aos senhores de engenho. Insatisfeito com a exigência, em 1644 Maurício de Nassau deixou o governo holandês no Nordeste e retornou à Holanda.

A situação econômica de muitos colonos do Nordeste açucareiro tornou-se crítica. A Companhia das Índias Ocidentais cobrava juros cada vez mais altos pelos valores emprestados, além de estabelecer novas taxas. Para angariar recursos, os holandeses instituíram até pedágios nas pontes do Recife. Nessas circunstâncias, proprietários de engenho e lavradores de cana se rebelaram contra o domínio holandês.

A rebelião contra os holandeses teve início em agosto de 1645. Camponeses, escravos africanos e indígenas foram chamados a participar do movimento, que ficou conhecido como **Insurreição Pernambucana**. Os principais embates ocorreram nos Montes Guararapes, entre 1648 e 1649. A rendição holandesa foi assinada em 1654.

Uma vez expulsos, os holandeses aproveitaram os conhecimentos adquiridos no Brasil para ampliar a produção açucareira em suas colônias no Caribe. O produto caribenho conquistou espaço no mercado internacional e provocou a queda nas vendas do açúcar brasileiro, agravando ainda mais a crise econômica do Império Português.



Retrato de João Fernandes Vieira, de autor desconhecido, século XVII. Museu do Estado de Pernambuco, Recife. Fernandes Vieira era senhor de engenho e foi um dos líderes da Insurreição Pernambucana.

Batalha dos Guararapes, pintura de Victor Meirelles, 1875-1879, Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.



O reforço do controle colonial

Em 1641, forças da Companhia Holandesa das Índias Orientais venceram tropas portuguesas na região da Malásia, na Ásia, e conquistaram Malaca. No ano seguinte, os holandeses conquistaram a Costa do Ouro, na África, território dominado antes pelos portugueses. Com essas perdas, o Brasil se tornou a mais importante fonte de renda de Portugal.

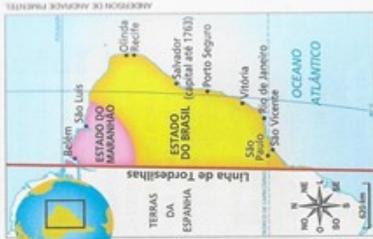
Para superar a crise, o governo português tomou medidas destinadas a controlar os negócios na colônia. A administração colonial passou a ser controlada pelo Conselho Ultramarino, criado em 1642, ao qual o governador-geral da colônia estava subordinado. Ao mesmo tempo, as câmaras municipais perderam parte de seu poder.

Em 1649, a Coroa portuguesa fundou a **Companhia Geral do Comércio do Brasil** e, em 1682, a **Companhia do Comércio do Estado do Maranhão**. Essas duas companhias decaíram o monopólio das importações e exportações de vários produtos da colônia.

No início do século XVIII, o reino português estava muito enfraquecido. Com o objetivo de proteger seu território contra ataques estrangeiros e preservar seus domínios ultramarinos, Portugal aproximou-se da Inglaterra, assinando com ela vários acordos comerciais. Esses acordos contribuíram para criar uma relação de dependência de Portugal em relação à Coroa inglesa.

O Tratado de Methuen, assinado pelos governos de Portugal e da Inglaterra em 1703, estabelecia taxas alfandegárias mais baixas para os tecidos ingleses importados por Portugal e para os vinhos portugueses vendidos à Inglaterra. Como o volume das compras de tecidos era maior do que o das vendas de vinhos, a balança comercial portuguesa ficava cada vez mais deficitária. Tratados como esse agravaram a crise econômica de Portugal e sua dependência em relação à Inglaterra.

A AMÉRICA PORTUGUESA NO FINAL DO SÉCULO XVII



Fonte: Atlas histórico escolar, 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991, p. 30.

Vista parcial da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, com o Palácio dos Leões (local do antigo Forte de São Luís e sede atual do governo do estado), em primeiro plano. Fotografia de 2013. Fundada em 1612 pelos franceses, São Luís era o destino das embarcações da Companhia do Comércio do Estado do Maranhão que traziam mercadorias da Europa e escravos africanos.



Explore

- Depois de ler o texto e observar o mapa abaixo, leia as afirmativas a seguir e descubra a que produto elas se referem.

- Inicialmente produzido para o mercado interno, passou a atender também, mais tarde, à demanda das indústrias inglesas de tecidos.
- Iniciada nas propriedades do litoral, espalhou-se gradualmente pelo interior do Nordeste.
- Primeira riqueza explorada no Brasil, era encontrada ao longo da costa.

O Brasil não era apenas um grande canavial

O açúcar foi o produto mais importante da economia do Brasil colonial até o século XVIII. Outros produtos importantes, contudo, coexistiam com ele. Alguns abasteciam principalmente a população da colônia; outros eram voltados para o exterior.

O cultivo de milho e de mandioca, nativos da América, era essencial para a alimentação dos habitantes da colônia. O rei de Portugal chegou a exigir o plantio de mandioca nos engenhos, obrigação que nem sempre era cumprida. Além desses produtos, cultivavam-se também arroz e frutas como banana e laranja, produtos que foram trazidos pelos colonizadores e aclimatados no Brasil. Nativo da América, o feijão também fazia parte da dieta alimentar da população colonial.

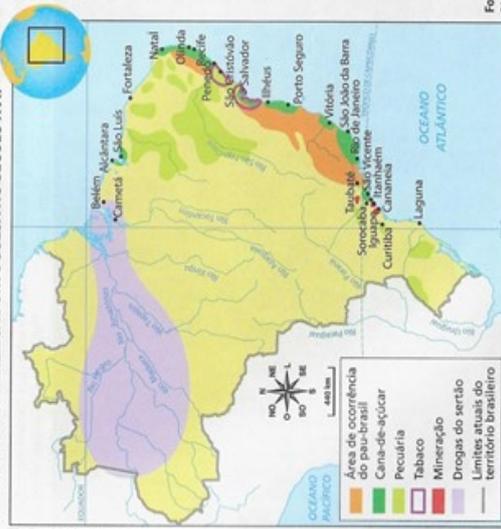
O **tabaco**, planta de origem americana, era produzido inicialmente na capitania da Bahia. Depois, espalhou-se por Sergipe e Alagoas. O produto tinha como destino o mercado europeu e principalmente a África, onde era trocado por escravos.

A produção de **algodão** atendia inicialmente ao mercado interno da colônia, onde era usado como matéria-prima na confecção de redes e de roupas rústicas, usadas por escravos e pela população mais pobre. A partir do século XVIII, com o crescimento da indústria têxtil na Inglaterra, o algodão começou a ser produzido para exportação.

A **pecuária** foi introduzida no Brasil pelos europeus. Os animais eram usados nos engenhos como meio de transporte e força motriz para as moendas, além de fornecer carne, leite e couro. Como o gado era criado solto, ocupava uma vasta área que poderia ser destinada ao cultivo de cana. Por isso, com o tempo, a pecuária avançou pouco a pouco em direção ao interior. A mão de obra livre, de índios, brancos e mestiços, predominava nessa atividade, mas também havia nela africanos escravizados.

Outra importante atividade colonial foi a exploração das **drogas do sertão**, especiarias da região amazônica: urucum, anil, cacau, pimenta, castanha-do-pará, cravo e baunilha. O trabalho de coletar as especiarias era realizado por índios escravizados ou semissalarizados, que já faziam uso dos produtos da floresta.

A ECONOMIA DA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVII



Ferreira, Adão. *Histórico escolar*. 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 28.

REINOS AFRICANOS

CAPÍTULO 11

Início de conversa

Antes mesmo de chegarem às terras que hoje compreendem o Brasil, os portugueses já se destacavam no cenário europeu do século XV pelas constantes viagens marítimas que empreendiam. A busca de riquezas (metais preciosos, produtos do Oriente, especiarias, etc.) e o desejo de difundir a fé cristã foram as principais razões que levaram navegadores, comerciantes e religiosos portugueses a cruzar os oceanos.

No processo de expansão marítimo-comercial, tema que você já estudou neste volume, os portugueses aportaram nas terras que mais tarde formariam o Brasil no dia 22 de abril de 1500, dando início a transformações nas maneiras de viver e de pensar dos povos que aqui viviam.

Antes da viagem de Cabral, porém, outros navegadores, ao longo do século XV, realizaram diversas viagens de exploração e de conquista do litoral do continente africano. Essas viagens provocaram significativas mudanças no cotidiano de muitos de seus habitantes.

Com as viagens ao litoral do continente africano, os portugueses estavam interessados em ter acesso direto às riquezas que, quando chegavam aos mercados europeus, alcançavam elevados preços e enriqueciam os comerciantes.

Eles também desejavam chegar à origem do ouro que as caravanas vindas através do deserto do Saara traziam para os portos do norte da África. Esses portos já eram conhecidos e frequentados pelos portugueses.

E o que você sabe sobre as caravanas que viajavam pelo deserto do Saara transportando riquezas, incentivando trocas culturais, políticas e econômicas entre os diversos reinos africanos do período? Quais são as características dos principais reinos e impérios africanos entre os séculos I e XV de nossa era? Vamos descobrir?



Mapa do Continente Africano produzido no final do século XVII e publicado na Holanda.

Um pouco mais sobre as navegações

A expansão ultramarina portuguesa teve início com a conquista de Ceuta, no norte da África, em 1415. As caravelas portuguesas então começaram a partir da península Ibérica com ordens de avançar o máximo possível junto ao litoral africano.

A ocupação das ilhas da Madeira (1418-1419) e dos Açores (1427-1428) garantiu aos portugueses terras férteis e postos estratégicos nas rotas dos ventos que conduziam à África.

O acesso ao ouro tão desejado foi finalmente alcançado quando os portugueses começaram a negociar diretamente com os Akan, por volta da metade do século XV. Os povos Akan correspondem a um grupo étnico da África Ocidental. Fazem parte desse grupo os Ashanti, os Baoulé, os Akuapem, os Fante, os povos de Gana e da Costa do Marfim, entre outros.

Para ter acesso ao ouro, os portugueses levavam escravizados, marfim, roupas árabes e artigos de cobre e latão – como colares, panelas e bacias de urinar – para comercializar com seus parceiros da região. E logo estavam construindo uma fortaleza – São Jorge da Mina (1482) – em substituição a uma antiga feitoria que já existia no atual território de Gana.

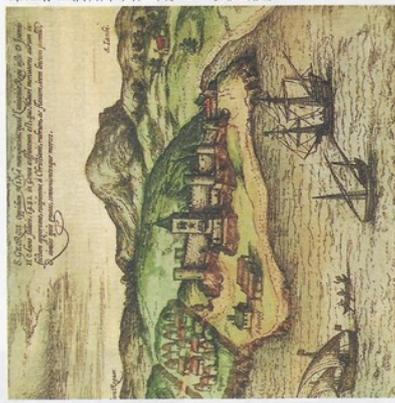
Por essa razão, os navios e comerciantes portugueses intensificaram sua presença em toda a costa atlântica da África, onde compravam indivíduos escravizados e marfim para negociar o ouro. Os portugueses continuaram a costear a África explorando o caminho aberto pelo navegador português Gil Eanes, que em 1434 havia dobrado o cabo Bojador, na extremidade ocidental daquele continente, antiga barreira para a exploração do oceano Atlântico. Ultrapassar esse cabo e conseguir fazer a viagem de regresso, dominando os ventos, as calmarias e as correntes marítimas era o grande desafio dos navegadores portugueses.

Em 1483, Diogo Cão descobriu a embocadura do rio Congo. Um ano depois, voltou a Portugal com alguns nativos, que foram evangelizados e batizados.

Em 1485, o navegador retornou ao local e explorou uma grande extensão do litoral, o que proporcionou um conjunto de informações importantes sobre a África para a viagem de Bartolomeu Dias.

A viagem de Dias teve início em 1487. Em 1488, o extremo sul do continente africano foi alcançado e o local acabou denominado cabo das Formosas, nome que o rei dom João II mudaria para cabo da Boa Esperança.

A partir de então, os portugueses aventuraram-se pelo Atlântico numa sequência de viagens que culminou com a chegada do navegador Vasco da Gama à cidade de Calicute, na Índia.



Vista da fortaleza de São Jorge da Mina, na atual Gana, localizada na obra Civitates Orbis Terrarum, publicada entre 1572 e 1617. Essa obra apresentava uma série de vistas panorâmicas e comentários textuais sobre diversas cidades e localidades do período.

Pelo litoral africano

Ao longo de quase todo o século XI, os portugueses foram gradativamente conquistando e explorando economicamente extensas regiões do litoral africano e as ilhas do Atlântico (Madeira, Açores e Cabo Verde).

Os lucros propiciados pelo comércio de escravizados, produtos agrícolas, marfim, algumas especiarias (como a pimenta), além de ouro, demonstraram a viabilidade da expansão ultramarina e da exploração de regiões e de populações africanas.

Com essas viagens, os portugueses deram início à exploração sistemática do litoral do continente africano e de suas populações nativas. No século XVI, com a colonização do Brasil, a vida de muitos povos africanos iria se modificar radicalmente. Vamos começar a entender melhor esse processo?



Diálogos interdisciplinares

Cabo Bojador

Fernando Pessoa (1888-1935), um dos mais representativos poetas portugueses do século XX, inspirou-se nas grandes navegações dos séculos XV e XVI para escrever vários poemas, dentre os quais "Mar Português".

Ó mar saígado, quanto do teu sal
são lágrimas de Portugal.

Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar

Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena

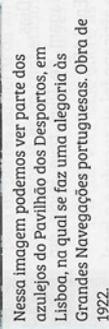
Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador

Tem que passar além da dor.

Deus ao mar o perigo e o abismo deu,

Mas nele é que espelhou o céu.



Nessa imagem podemos ver parte dos azulejos do Pavilhão dos Descobrimentos, em Lisboa, na qual se faz uma alegoria às Grandes Navegações portuguesas. Obra de 1972.

PESSOA, Fernando. *Mar português. Antologia poética*. São Paulo: Edíouro, 2002. p. 28.

Para fazer no caderno

1. Nessa obra, o poeta faz referência à chegada dos navegadores portugueses ao cabo Bojador. No contexto da expansão marítima, o que significava o cabo Bojador?
O cabo Bojador era considerado um grande e, aparentemente, intransponível desafio.
2. Será que ir "além do Bojador" implicava correr grandes riscos? O que poderia acontecer com quem o ultrapassasse?
Sim, implicava correr grandes riscos. Mas quem o ultrapassasse poderia obter, também, grandes recompensas.

Por que estudar a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana?

No dia 9 de janeiro de 2003 entrou em vigor a Lei nº 10.639, que instituiu na rede de ensino do Brasil – nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares – a obrigatoriedade do ensino de **História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Alguns anos depois, foi sancionada outra lei, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena.

Nos anos seguintes, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana passou a ser desenvolvido gradativamente no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de diversas disciplinas. O tema História e Cultura Afro-Brasileira e Africana abrange, obrigatoriamente, o estudo da História da África e dos africanos e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política do Brasil.

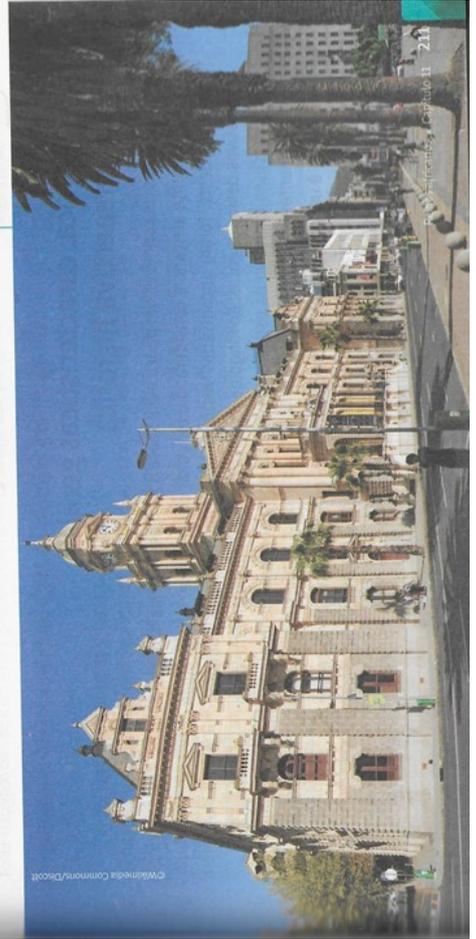
A aplicação dessa lei vem impulsionando o reconhecimento da pluralidade étnico-racial em nosso país. No entanto, é preciso ir além, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e à valorização da diversidade presente na sociedade brasileira. É necessário considerar as especificidades de populações que compõem a nossa sociedade, bem como aquelas que constituem as comunidades quilombolas.

É necessário também reconhecer a **dívida histórica** que o Estado e a sociedade brasileira – incluindo a comunidade escolar – têm em relação à parcela negra da nossa população, atitude que certamente contribuirá para promovermos ações explícitas contra o racismo e contra a discriminação e para a materialização de práticas afirmativas e atitudes cidadãs.

No imagem, membros de uma mesma família na cidade de Akure, na Nigéria. Foto de 2012.



Vista de praça e de prédio de escritórios do governo na Cidade do Cabo, na África do Sul. Foto de 2014.



Entre o passado e o presente

Dia Nacional da Consciência Negra

A Lei nº 10.639 também incluiu no calendário escolar o dia **20 de novembro** – dia da morte de Zumbi, um dos líderes do Quilombo de Palmares – como Dia Nacional da Consciência Negra.

Essa lei representou muito para a população afro-brasileira no que diz respeito à luta contra a discriminação étnico-racial, uma vez que valoriza e incentiva o conhecimento a respeito da história e da produção artística e cultural dos africanos e dos afrodescendentes.

Para fazer no caderno

1. Em seu município, o Dia da Consciência Negra é comemorado? Em caso positivo, que atividades são realizadas nessa data?
2. O bloco afro Ilú Obá de Min, que desde 2005 desfila pelas ruas da cidade de São Paulo no carnaval, é composto por mulheres. O bloco celebra a cultura afro-brasileira e destaca a história de algumas mulheres negras ao longo da história. Em seu município há algum movimento cultural que celebre a cultura afro-brasileira? Faça uma pequena pesquisa sobre o assunto e compartilhe as descobertas com seus colegas.



Manifestação do Movimento Negro em 20 de novembro de 2013, na cidade de São Paulo (SP).



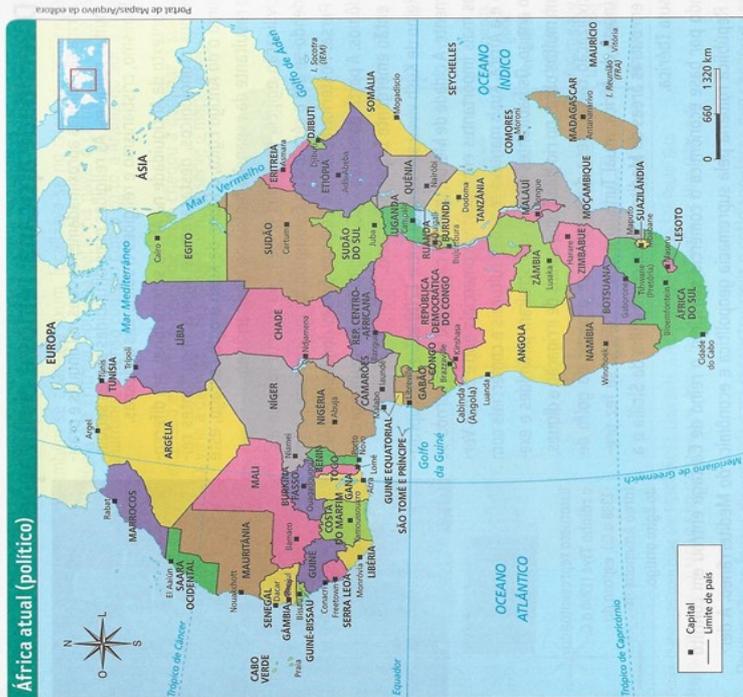
Desfile do bloco afro Ilú Obá de Min, em São Paulo (SP). Foto de 2012.

1 e 2. Estimule a conversa sobre a importância do Dia da Consciência Negra e do significado dessa data para todos os brasileiros. Essa data é comemorada há mais de 30 anos por participantes do Movimento Negro, mas foi incluída no calendário nacional somente em 2003. A data é feriado em mais de mil cidades brasileiras. Para saber mais sobre o assunto, consulte: <http://www.planalto.gov.br/spp/20/novembro/agres.htm>. Acesso em: 21 abr. 2015.

A África: características gerais e perspectiva histórica

Agora, vamos conhecer um pouco mais sobre a África e sua rica história. O continente africano é considerado o berço da humanidade. Ali, na região centro-sudeste, foram encontrados vestígios dos primeiros seres humanos. Sucessivos deslocamentos, ao longo de milhões de anos, paralelamente a um lento processo evolutivo da espécie humana, levaram ao povoamento de outros continentes.

A África é um continente de grande extensão, constituído atualmente por mais de cinquenta países. Sua população na atualidade é de, aproximadamente, um bilhão de habitantes. Observe o mapa a seguir:



Portal de Mapas/Arquivo da Editora

O mapa mostra os atuais países do continente africano.

Fonte: Elaborado com base em: ATLAS geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2009, p. 45.

De maneira geral, seu subsolo é rico em petróleo, gás natural, ouro, minério de ferro e diamantes.

É importante ressaltar as diferenças étnico-culturais entre os muitos povos africanos na atualidade. Segundo especialistas, existem mais de oitocentas etnias negras africanas habitando o centro-sul do continente. Considere-se ainda que, ao norte do deserto do Saara, na região mediterrânea, predominam os árabes, o que torna a África um mosaico de povos e culturas.

Não há, portanto, uma homogeneidade no continente. Como diz o escritor moçambicano Mia Couto,

[...] a África são tantas coisas, tem o mesmo diversidade de qualquer outro continente.

COUTO, Mia. África deve "contar sua própria história" e fugir da versão europeísta. Disponível em: <http://www.publico.pt/cultura/pt/mia-couto-africa-deve-contar-sua-prpria-historia-e-fugir-da-versao-europeista-1604587>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Trabalho interdisciplinar:

A interdisciplinaridade com Geografia permite estudar, de maneira integrada, diferentes aspectos naturais, sociais e econômicos da África e possibilita a visualização espacial do continente. Aborde, por exemplo, a longa extensão do continente africano, as fronteiras atuais dos países e a variedade de seus recursos naturais. Comente que da história e abruja exploração do continente africano por potências capitalistas ao longo dos séculos. Para acessar dados sociais e econômicos atuais dos diversos países africanos, consulte: <http://www.bge.gov.br/paisesa0>, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbooks/docs/rofileguide.html> (em inglês) e <https://observatorio.africa.undp.org/day/indexadores-sociais>. Acesso em: 18 maio 2015.

Dica: Este tópico permite desconstruir a ideia da África como uma região homogênea, bem como problematizar com os alunos questões elaboradas pelo senso comum e que estimulam visões estereotipadas e preconceituosas a respeito dos diversos povos que habitam o continente.

Diversidade africana: reinos e civilizações

Na África são faladas aproximadamente duas mil línguas e praticadas muitas religiões. As religiões mais difundidas são as seguintes: islamismo, cristianismo e religiões tradicionais africanas.

No contexto da Antiguidade na África setentrional, em diferentes tempos cronológicos, destacaram-se alguns importantes reinos, como o do Antigo Egito, o Reino de Kush e o de Cartago, este último resultante da expansão fenícia no Mediterrâneo.

A civilização egípcia tem suas origens no quarto milênio a.C., estendendo-se até o século VI a.C., quando foi incorporada ao Império Persa. Posteriormente, os egípcios foram dominados pelos macedônios. A partir do século I a.C., o Egito tornou-se uma província do então emergente Império Romano.

O Reino de Kush viveu seu apogeu entre 1700 a.C. e 350, aproximadamente. A cidade de Meroé, uma das capitais do reino, tornou-se um dos mais importantes entrepostos comerciais entre o mar Vermelho e a África. Kush manteve relações culturais e comerciais com o Egito antigo. Os habitantes de Kush construíram pirâmides e executaram muitas obras no rio Nilo, como canais de irrigação e diques.

A civilização cartaginesa desenvolveu-se a partir do golfo de Tunísia (norte da África, atual Tunísia) e sua influência se fez presente em outras áreas do Mediterrâneo, como a ilha da Sicília e a península Ibérica.

Tendo por base econômica o comércio marítimo, o reino de Cartago entrou em conflito com a República romana pela supremacia geopolítica e econômica do Mediterrâneo. A derrota nas chamadas Guerras Púnicas, entre 264 a.C. e 146 a.C., determinou o colapso dessa civilização.

Assim, vemos que a África, muito antes de atrair a cobiça dos comerciantes portugueses e de seus monarcas, já possuía sua própria história. Não começava a existir naquele momento. Grandes reinos já haviam contribuído, com seus conhecimentos e práticas, para tornar a história da humanidade mais rica e diferenciada.

Agora, você vai conhecer mais alguns dos reinos africanos, sua história, sua produção econômica e cultural. Vamos lá?

O mundo ocidental possui uma visão bastante reducionista da África, que é vista como um continente atrasado, dominado por doenças contagiosas, repleto de guerras tribais e pouco civilizado. Antes mesmo de os europeus iniciarem a exploração da América, já se conheciam a existência de civilizações africanas, que produziam uma longa tradição de comércio e trocas culturais com os povos africanos. A existência de uma ideologia preconceituosa a respeito dos povos africanos foi construída ao longo da história a partir de teorias eurocêntricas radicais para legitimar o domínio e a exploração da África.

Produzido em 100 a.C.



Estátua representando o rainha Tiye (1398 a.C.-1338 a.C.), esposa do faraó Amenófis III do Egito antigo.

Museu de Arte de Boston, Estados Unidos

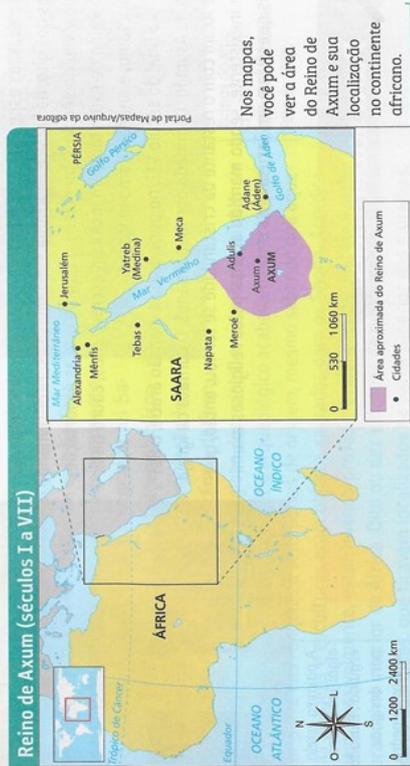


Bracelete com representação de Hathor, deusa egípcia ligada à maternidade, à alegria e à beleza. Produzido em 100 a.C.

O Reino de Axum

Esse reino, cuja capital também se chamava Axum, localizava-se no chamado "chifre da África", onde hoje ficam a Etiópia e a Eritreia. Foi uma potência naval e comercial entre os séculos I e VII de nossa era, e mantinha intenso contato com o Egito, a Arábia do Sul, a Ásia e os povos mediterrâneos.

Em seu período de maior extensão e poder, o Reino de Axum chegou a dominar o sul da Arábia e, por volta do ano 320, viria a derrotar o Reino de Kush. Observe o mapa a seguir.



Fonte: Elaborado com base em: HERNANDEZ, Laila Leite. A África na sala de aula. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 34-41; MELLO E SOUZA, Marina de. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2006, p. 45.

Poucas são as fontes disponíveis para reconstruirmos o cotidiano dessa que chegou a ser considerada uma das quatro maiores civilizações de sua época. Pelas inscrições nas estelas e nas moedas e pelo trabalho de historiadores, pesquisadores e arqueólogos, sabemos que Axum era uma sociedade hierarquicamente dividida: o rei e a nobreza se encontravam no topo. Abaixo deles, os sacerdotes e os comerciantes ocupavam um lugar de destaque. Na base, estava o restante da população, dedicando-se a tarefas na agricultura e no artesanato.

A maior parte dos documentos e evidências históricas sobre o Reino de Axum foi produzida durante o reinado de Ezana (321-360), monarca axumita que se converteu ao cristianismo e fez de Axum o primeiro reino cristão da África.

O Reino de Axum desenvolveu sólido comércio com os árabes (da península Arábica) e com os romanos. Axum era parte de um importante sistema de comércio marítimo que ligava o Império Romano e a Índia. Essa rota de comércio cruzava o mar Vermelho, o mar da Arábia e o oceano Índico.



Moedas do rei Endybis produzidas entre 227 e 235. Axum foi um dos primeiros reinos africanos a cunhar sua própria moeda, o que mostra sua força econômica e política. Havia moedas de ouro, prata e bronze.

Um sóldo comércio

O Reino de Axum tinha localização privilegiada e, assim, seus habitantes podiam usufruir das oportunidades do comércio. Sua principal cidade portuária, chamada Adulis, era não só o centro comercial de Axum, mas também um dos principais portos do mar Vermelho.

Adulis era o local que recebia todos os bens de exportação comercializados pelo Reino de Axum. Ali, também, chegavam as sedas, as especiarias, o vidro, o bronze e o cobre importados do Egito, da Índia e da Arábia. Um famoso escritor romano, que viveu no século I, menciona o fato de que as exportações do Reino de Axum também incluíam escravizados, couro de hipopótamo, e animais como macacos.

No final do século VII, no período da expansão árabe, o Reino de Axum foi dominado por muçulmanos. O contato da igreja de Axum com o restante da cristandade se tornou, então, quase inexistente, sendo mantido apenas pelos religiosos axumitas que viviam em Jerusalém.

Para saber mais

As rotas comerciais de Axum e as trocas culturais

Nas rotas utilizadas pelos comerciantes do Reino de Axum circulavam mercadorias, ideias e pessoas. Gente que havia visto e vivido muito mais do que podemos imaginar em nossos dias. E os habitantes de Axum tinham interesse nos conhecimentos sobre o mundo externo.

Para os comerciantes axumitas, o conhecimento sobre povos, hábitos e costumes diversificados se transformava em oportunidades de negócios e de ganhos. Foi por essa razão que o rei Ezana, no século IV, resolveu manter em sua corte dois filósofos sírios que chegaram a Adulis, transformando-os em preceptores de seu herdeiro, o jovem príncipe.

Um desses filósofos, chamado Frumentius, que era cristão, não apenas converteu o jovem príncipe ao cristianismo, como veio a ser o principal administrador da monarquia, ainda durante o governo de Ezana. Desse modo, a cristianização da corte do Reino de Axum teve grande sucesso, apesar de a maioria da população do reino não ter sido imediatamente convertida.

Frumentius também convidou religiosos sírios para criar uma ordem religiosa em Axum. Além de estabelecerem um mosteiro em Jerusalém dedicado à fé cristã axumita, esses religiosos sírios traduziram as escrituras cristãs para a língua Ge'ez, a mais falada entre os nobres do Reino de Axum.

©Wilmédia, Commons/Owefly, Zúñiga



A palavra estela significa "pedra erguida". É usada para designar objetos de pedra, decorados com esculturas em relevo ou textos. As estelas de Axum foram esculpidas no século IV e serviam de "marcadores" para câmaras funerárias subterrâneas. Foto de 2009.

O Grande Zimbábue

Os primeiros europeus que depararam com as ruínas do Grande Zimbábue, no final do século XIX, não acreditaram que aqueles pudessem ser os vestígios de uma civilização negra e africana. O preconceito não lhes permitia acreditar que povos considerados "inferiores" pudessem ter erguido construções em pedra tão impressionantes. De que maneira os Shona, povo de pastores da região, poderiam ter erguido aquelas muralhas? Os europeus atribuíram essa habilidade a povos brancos vindos de fora do continente, como os fenícios ou, mesmo, ao grande rei Salomão e à rainha de Sabá, personagens bíblicos.

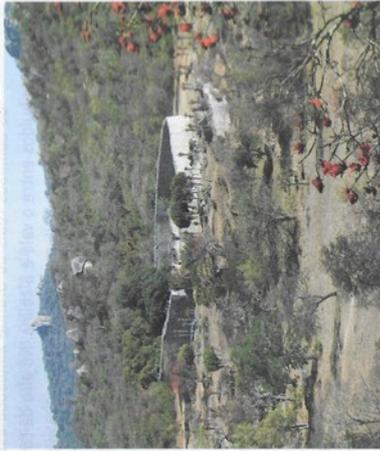
Apesar de, no século XIX, a população local fazer relatos tradicionais da existência do Grande Zimbábue e do significado religioso das ruínas, muitos especialistas ou aventureiros que se dirigiam ao sítio arqueológico acabavam por transportar parte das relíquias a seus países de origem, mesmo sabendo que aquelas imagens e esculturas eram objetos sagrados para os Shona. Acreditavam, possivelmente, estar levando provas e evidências de uma civilização branca no interior da África. Oito ou dez estátuas de pedra-sabão de pássaros guardiões, que ficavam localizados na parte superior das muralhas, foram levados para museus ou residências particulares em diversos países da Europa.

Esse fato afetou muito a população local. As disputas pela autoria daquele que teria sido o Grande Zimbábue foram tão intensas que, quando a região se tornou independente, o nome escolhido para o novo país foi uma homenagem ao antigo reino – Zimbábue. O novo governo imediatamente exigiu que as estátuas de pássaros fossem devolvidas ao Zimbábue, assim como outros objetos e partes de ruínas retirados do país. O governo incentivou, também, a ação e o trabalho de especialistas, estudiosos, arqueólogos e historiadores no Grande Zimbábue, com o intuito de revelar mais informações sobre o antigo reino.

Hoje, sabemos que o Grande Zimbábue foi um importante centro comercial e político. Além de integrar uma extensa rede de trocas comerciais, o local foi sede de um poderoso reino que, segundo o africanista Manu Ampim, alcançou seu apogeu entre os anos de 1100 e 1450. Essa antiga civilização ocupava o território correspondente ao do atual país do mesmo nome, localizado no sul da África Central. Observe o mapa na próxima página.

Dica: Para mais informações sobre o trabalho de Manu Ampim, consulte (em inglês): GREAT ZIMBABWE: A history almost forgotten. Toronto, 2004. Disponível em: <http://www.manuampim.com/ZIMBABWE.html>. Acesso em: 30 mar. 2015.

©Wilmédia, Commons/Erangi Gae



Ruínas do sítio arqueológico do Grande Zimbábue. Foto de 2010.



Pássaro de pedra-sabão localizado no Grande Zimbábue. Foto sem data.

Localização e características

Os domínios reais do Grande Zimbábue estavam distribuídos entre o vale e a colina. No alto da colina ficava o conjunto de prédios rituais. O rei passava muito tempo naquele conjunto de prédios e neles guardava boa parte de seus tesouros. Mas sua residência, chamada de Imba Huru, ficava na parte baixa da cidade.

O Imba Huru dominava toda a área ao seu redor. Sua construção empregou 1,5 mil toneladas de blocos de granito, assentados sem argamassa. A construção desse complexo, que exigiu a dedicação de grande número de trabalhadores, mostra-nos a habilidade, os conhecimentos técnicos e a indústria de quem o construiu. Deixa claro, também, a existência de elevada capacidade administrativa e de coordenação de pessoas no reino.

Pesquisadores contemporâneos encontraram, na região, evidências de que os principais itens exportados pelos comerciantes do Grande Zimbábue eram ferro, ouro, cobre, estanho, gado e conchas. As importações realizadas pelo reino envolviam produtos feitos de vidro, vindos da Síria, e cerâmica chinesa. Além disso, nos sítios arqueológicos pesquisados foram encontradas diversas moedas.

Naquela região, as terras entre os rios Zambezi e Limpopo ofereciam excelentes pastagens para o gado. Havia também elefantes, com suas valiosas presas de marfim. Em áreas próximas ao núcleo populacional, encontrava-se um veio de onde o ouro era extraído.

A única desvantagem do Grande Zimbábue estava em seu solo relativamente pobre, que dificultava a prática da agricultura. Mesmo assim, pesquisadores estimam que a principal cidade do reino chegou a reunir 18 mil habitantes, uma enorme população para os padrões da época.

O Grande Zimbábue é um exemplo de sociedade que se tornou próspera com o comércio de recursos naturais (no caso, ouro e marfim). Hoje, com base em pesquisas e estudos, podemos ter uma ideia do nível de sofisticação de sua administração e de suas realizações políticas, econômicas e culturais antes da chegada dos europeus, responsáveis pelo seu declínio.



O mapa mostra a localização do Grande Zimbábue, no leste do atual Zimbábue, perto dos limites territoriais com Moçambique.

Fontes: Elaborado com base em: HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 34-41; NASCIMENTO, Elisa Larikin (Org.). *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 112.



Imba Huru, o palácio real. Foto de 2014.

Será que o preconceito daqueles primeiros especialistas e aventureiros contribuiu para que não conhecemos melhor a história desse reino? Você considera correto os monumentos, as ruínas e demais objetos de arte de um país serem levados para museus distantes, localizados, por exemplo, em países da Europa e nos Estados Unidos? Você acha que as pessoas que se apropriam de elementos como esses, como no caso das que levaram reliquias e estátuas de Zimbábue para a Europa, devem devolver essas obras para os países dos quais elas foram tiradas?

O Reino de Gana

A habilidade dos seres humanos em interagir com a natureza possibilitou que diferentes povos africanos descobrissem formas de explorar as riquezas ocultas sob o clima árido da região do deserto do Saara. Permitiu, também, o domínio da geografia e das dificuldades do deserto, transformando-o em um conjunto de rotas rápidas e seguras para o comércio entre diferentes centros produtores da África. Observe o mapa a seguir.



Observe, no mapa, o traçado das chamadas rotas transaarianas. Observe, também, a localização de algumas das fontes de ouro.

Fonte: Elaborado com base em: HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 36.

As rotas transaarianas

O ouro, que vinha do sul, e o sal eram os principais produtos transportados pelas caravanas que cruzavam o deserto do Saara em direção ao mar Mediterrâneo, ao Egito, ao mar Vermelho e ao Sahel. Porém, esse transporte de mercadorias envolvia muitos outros produtos: grãos, algodão, noz-de-cola, gado, peixe seco, manteiga de karité, ferro, escravizados, tecidos de lã, cobre, marfim, couro e panos do Mediterrâneo.

A existência de rotas comerciais no deserto do Saara (rotas transaarianas) possibilitava, ainda, a divulgação e a troca de artesanato, de habilidades, de conhecimentos e de crenças entre variados povos africanos. Observe novamente o mapa da página anterior.

Descrições dessas transações comerciais (a partir das rotas do deserto do Saara para diversas regiões do continente africano e em direção ao mar Mediterrâneo, ao Egito, ao mar Vermelho e ao Sahel) eram realizadas desde a Antiguidade e podem ser encontradas em muitos registros.

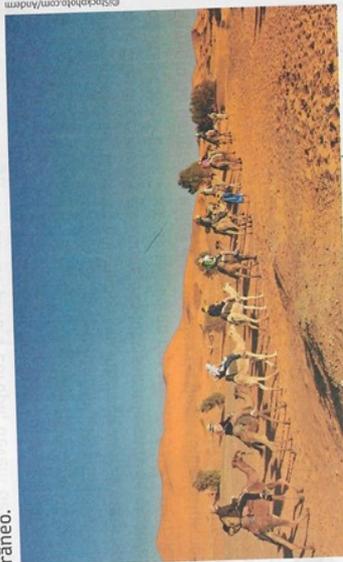
Na região conhecida como Sudão Ocidental se estabeleceram diferentes reinos importantes. Os caravaneiros paravam para descansar e se abastecer à beira dos rios ou dos oásis, e as trocas se desenvolviam nesses lugares. Os grupos iam se tornando sedentários, as cidades cresciam e surgiam estruturas mais complexas de poder e de administração.



Gravura representando uma caravana de camelos no deserto do Saara. Produzida, aproximadamente, em 1800.

Glossário

Sahel: faixa de terra situada no centro-norte do continente africano, entre o deserto do Saara e a floresta tropical.



Caravana de camelos em área de deserto no Marrocos. Foto de 2013.

O antigo Reino de Gana (que não deve ser confundido com Gana, país africano contemporâneo), ao norte do rio Senegal, foi formado no século III pela união de clãs do povo soninquê. Digna Cisse tornou-se, no começo do século IV, o primeiro dos muitos reis de Gana. O apogeu do Reino de Gana deu-se no século XIII, aproximadamente.

Os historiadores e estudiosos que se dedicam a pesquisar a história desse reino concordam que seu grande poder e riqueza vieram do ouro. São frequentes as referências ao Reino de Gana como a "terra do ouro".

Além disso, os habitantes de Gana se destacaram pelo pioneirismo no uso do camelo nas rotas transaarianas. Nos camelos eram transportadas, com grande eficiência através do imenso deserto, as mercadorias que faziam a fortuna dos mercadores e a riqueza dos governantes. Estes, com o tempo, organizaram um eficiente sistema de cobrança de impostos nos principais entrepostos comerciais.



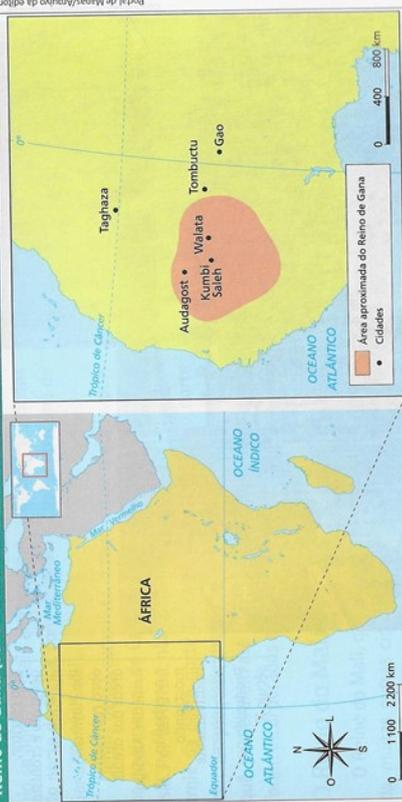
Estatueta de ouro produzida pelo povo akan no século XVIII. Como vimos, os akan correspondem a um grupo étnico da África Ocidental. Os povos de Gana e da Costa do Marfim, entre outros, fazem parte desse grupo.

Glossário

Soninquê: grupo étnico que se distribui nas terras dos atuais Mali, Senegal, Mauritânia, Gâmbia e Guiné-Bissau. Foram comerciantes famosos, sendo conhecidos como Wangara. Atualmente há, na região, cerca de 1 milhão de soninquês, que falam a sua própria língua, conhecida como a língua do Mande.

© Museu Britânico, Londres, Inglaterra

Reino de Gana (séculos III a XIII)



Observe a área correspondente ao Reino de Gana e a localização de algumas de suas cidades.

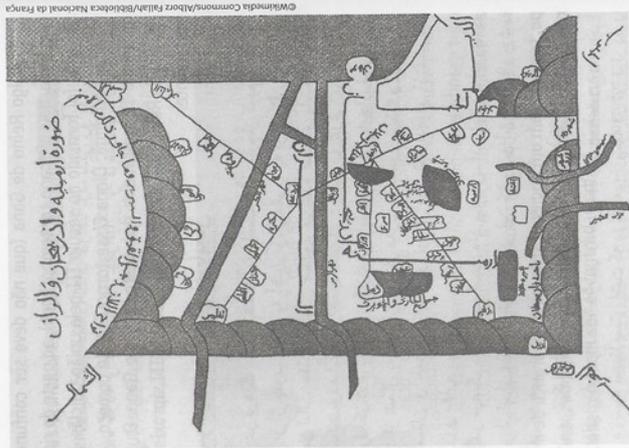
Fonte: Elaborado com base em: HERNANDEZ, Laila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 34-41; MELLO E SOUZA, Marina de. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006, p. 15.

Gana: ouro e riqueza

Os historiadores árabes, responsáveis por muito do que sabemos sobre os reinos ao sul do Saara, dizem que o Reino de Gana e os ganas (chefes, reis) eram muito ricos. Os exércitos contavam com cerca de 200 mil homens, incluindo 40 mil arqueiros, e cavalos, para proteger as rotas de comércio.

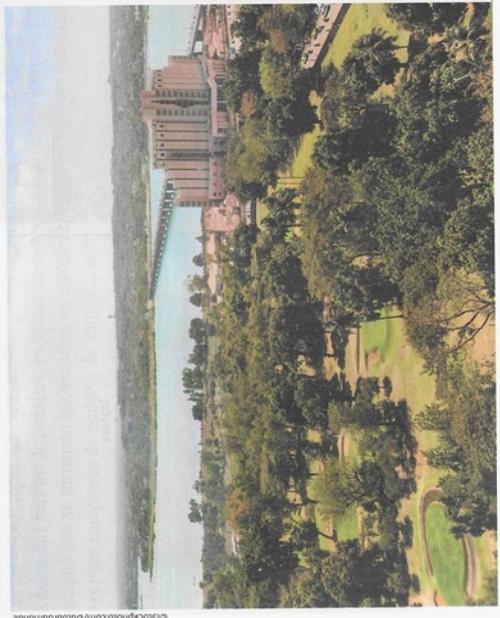
Ibn Hawkal, um escritor, geógrafo e cronista muçulmano, que no ano 970 viajou de Bagdá até a margem do rio Níger, escreveu sobre suas impressões na viagem. Ele não hesitou em falar o seguinte a respeito do rei de Gana: "É o mais rico do mundo por causa do ouro".

Posteriormente, em 1087, o também árabe Al-Bakri, que produziu uma obra chamada *Descrição da África*, descreveu uma audiência concedida pelo gana, para distribuir justiça entre os seus súditos. Leia um trecho dessa descrição na página ao lado.



Mapa produzido pelo escritor, geógrafo e cronista muçulmano Ibn Hawkal. A obra representa áreas dos atuais Armênia, Albânia e Azerbaijão, mostrando relativamente suas posições. Produzido no século X.

Vista do rio Níger, na cidade de Bamako, no Mali. Foto de 2014.



Sobre o conhecimento histórico: Para saber mais sobre o Reino de Gana, leia o artigo de Juan Torres publicado na revista *Aventura* na história. Disponível em: <http://quidestudiana.abril.com.br/aventuras-historia/origem-simbolo-4508085.html>. Acesso em: 1. abr. 2015.

O rei adorna a si mesmo como se fosse uma mulher, usando colares ao redor do pescoço e braceletes em seus antebraços. Quando se senta diante do povo, fica sobre uma elevação decorada com ouro e se veste com um turbante de pano fino. A corte de apeloção fica em um pavilhão abobadado, com dez cavalos estacionados e cobertos com um tecido bordado com ouro. Além do rei ficam dez pajens segurando escudos e espadas, ambas decoradas com ouro.

À sua direita ficam os filhos dos vassallos do país do rei, vestindo esplêndidas roupas e com os cabelos trançados com ouro. O governador da cidade senta-se na terra diante do rei e os ministros ficam do mesmo modo, sentados ao redor.

Na porta do pavilhão estão cães de excelente *pedigree* e que dificilmente saem do lugar de onde o rei está, pois estão ali para protegê-lo. Os cães usam ao redor de seus pescoços colares de ouro e de prata cheios de sinos com o mesmo metal.

A audiência é anunciada pela batida em um longo cilindro oco que se chama *daba*. Quando os povos que professam a mesma religião se aproximam do rei, caem de joelhos e polvilham suas cabeças com pó, uma forma de mostrar respeito por ele. Quanto aos muçulmanos, eles cumprimentam-no somente batendo suas mãos.

Al-Bakri's. In: COSTA, Ricardo da. A expansão árabe na África e os impérios negros de Gana, Mali e Songai (séc. VII-XVII). Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/artigo/expansao-arabe-na-africa-e-os-impérios-negros-de-gana-mali-e-songai-secs-vii-xvii#sthash.hspzszLdpu1>. Acesso em: 20 abr. 2015.

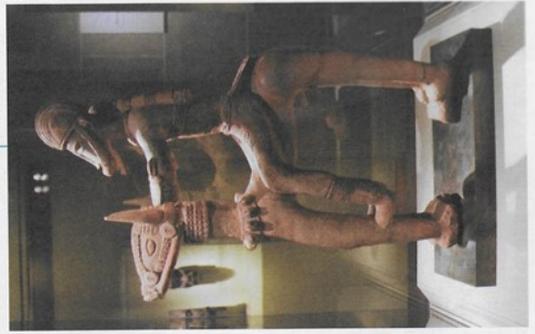
Segundo especialistas, a opulência do Reino de Gana começou a declinar a partir do momento que a produção de ouro naturalmente diminuiu. O monopólio de Gana sobre o comércio do ouro se enfraqueceu, permitindo que outros reinos e cidades disputassem os lucros. O declínio se agravou mais ainda quando os berberes, vindos do norte da África, conquistaram a capital do Reino de Gana, Kumbi Saleh.

Depois dessa conquista, o reino ficou dividido, pois os governantes de Gana não quiseram se converter ao islã. Por tal razão, não conseguiram mais exercer o controle da parte norte do reino. As lutas entre o norte muçulmano, conquistado pelos berberes, e o sul, somni-quê, perduraram até o século XII, quando os ganenses foram incorporados ao Reino do Mali.

O Reino do Mali

O Reino do Mali, que dominou Gana, submeteu, ainda, muitas outras cidades da região. Seus habitantes tomaram Gao, Walata, Tombuctu e Djenné. Dominaram, também, muitas minas de sal e de cobre, numa área que incluía as fontes de ouro, os pontos do comércio caravaneiro e as rotas que os ligavam.

Figura equestre produzida na região do reino do Mali entre os séculos XIV e XV.



Apogeu e riqueza

O apogeu do Reino do Mali encontra-se entre os séculos XIII e XIV, aproximadamente. Sua riqueza provinha do acesso às fontes de matérias-primas, do comércio através do deserto e da agricultura praticada às margens do rio Níger. A maioria de sua população estava ocupada em produzir cereais, além de se dedicar à criação de gado e à pesca. Observe o mapa a seguir.



Observe a área correspondente ao Reino do Mali e a localização de algumas de suas principais cidades.

Fonte: Elaborado com base em: HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: São Paulo: Editora da UNESP, 2008, p. 34-41; MELLO E SOUZA, Marina de. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006, p. 15.

O Reino do Mali tornou-se tão extenso que um dos seus mais conhecidos governantes, o mansa Musa (que reinou de 1312 a 1337), afirmava ser necessário um ano para cruzar o reino de norte a sul, e outro ano para atravessá-lo de leste a oeste.

Domínios tão extensos (1,3 milhão de km²) foram conquistados com a ajuda de um poderoso exército, que, segundo os cronistas árabes, contava com mais de 100 mil soldados, incluindo 10 mil homens na cavalaria.

Os chefes militares e a cavalaria integravam os grupos de maior prestígio na sociedade do Reino do Mali. A infantaria, isto é, os soldados que marchavam a pé, era composta por camponeses e escravizados. Era costume que guerreiros derrotados em combate fossem incorporados às tropas vencedoras.

A capacidade de alimentar tanta gente e sustentar tantos animais nos permitiu avaliar a riqueza desse reino. Administrar e manter a paz – tanto interna como externa – em um território tão vasto é uma tarefa muito difícil. Para

enfrentá-la, os mansas organizaram o reino com governadores regionais, que administravam suas províncias de acordo com a tradição local.

Conforme al-Umari, um cronista árabe que viveu no século XIV, o Reino do Mali estava dividido em 14 províncias, 24 cidades e numerosas vilas e aldeias. Historiadores e pesquisadores acreditam que uma das razões do sucesso do domínio do Mali foi o fato de optarem por manter a organização tradicional das cidades e vilas conquistadas.

Dentro do reino, cada grupo era governado por suas próprias normas e supervisionado pelos governadores das províncias. Os reinos que se submetiam ao Mali também podiam continuar com suas regras e com seus governantes, desde que reconhecessem o monopólio do mansa sobre certos gêneros de comércio e pagassem, a ele, os tributos com regularidade.

Esse arranjo político é narrado pelos **griots** como tendo existido desde que o primeiro mansa, Sunjata Keita (que governou entre 1235 e 1255), unificou os doze reinos Mandinka. Em troca da proteção contra a cobrança de tributos considerados muito elevados e da manutenção das tradições locais, os governantes dos doze reinos concordaram em reconhecer o predomínio do mansa Sunjata. Para ajudá-lo a governar, Sunjata também montou um Gbara (grande assembleia de anciãos do clã) para discutir e tomar decisões.

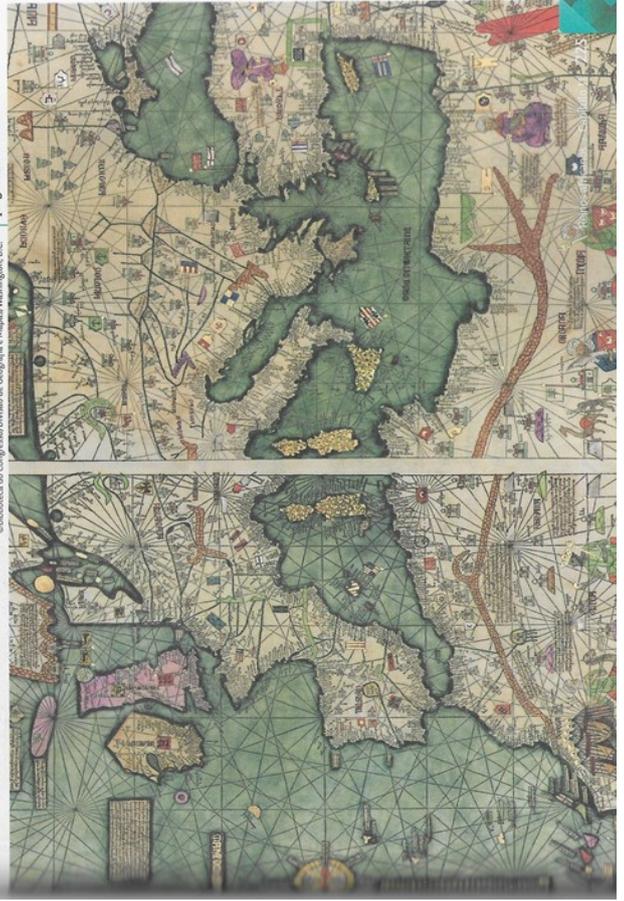
Apesar de os mansas do Mali serem muçulmanos, não havia restrições à prática de outras religiões. Porém, a elite do reino era quase toda adepta da mesma fé, assim como os mercadores.

Glossário

Griot: na tradição africana, é o contador de histórias, responsável pela transmissão da história do lugar e dos clãs.

Uma das páginas do *Atlas Catalão*, obra de 1375 atribuída ao cartógrafo Abraham Cresques. A peregrinação de mansa Musa à cidade de Meca está representada nessa parte do atlas. Para conhecer melhor esse assunto, leia a seção *Para saber mais*, na próxima página.

Biblioteca do Congresso (Divisão de Geografia e Mapas) Washington, D.C.



Para saber mais

A grande peregrinação de mansa Musa

Os contatos com povos muçulmanos e a conversão ao islã, facilitada pelas trocas comerciais com os povos do norte da África e com os árabes, já eram antigos. A influência do islã no Reino do Mali, todavia, alcançou seu apogeu depois que o mansa Musa fez sua peregrinação ritual a Meca, em 1325.

Visitar a cidade sagrada de Meca é uma das cinco obrigações de um muçulmano. Mansa Musa, um dos governantes do Mali, um fiel sincero, fez a sua peregrinação e tornou o Reino do Mali conhecido em todo o mundo de então. Os números da sua viagem explicam o porquê.

A distância entre Mali e Meca é de, aproximadamente, 5 400 quilômetros. As estimativas indicam que a caravana do mansa era composta por cerca de 60 mil pessoas, dos quais 12 mil eram escravizados e funcionários. Desse grupo, cerca de 500 marcharam antes dele, vestidos com túnicas de seda e portando bastões dourados. Aproximadamente 80 camelos carregavam, em suas corcovas, de 100 a 600 quilos de ouro em pó. Nessa viagem, mansa Musa gastou tanto ouro que o preço desse metal ficou desvalorizado nas regiões por onde passou.

Depois de ter ido a Meca, Mansa Musa retornou ao Mali com arquitetos, professores e especialistas em diferentes áreas. Com eles, transformou a cidade de Tombuctu no mais importante centro cultural do mundo muçulmano. Ergueu mesquitas (uma delas com a capacidade de abrigar mais de 2 mil fiéis), criou escolas em que se estudava o Alcorão e as leis islâmicas, além de história, geografia, gramática árabe, retórica, lógica, astronomia e astrologia.

Na imagem, representação da cidade de Tombuctu. Obra produzida por René-Auguste Coillie (1799-1838).

Os estudiosos afirmam que o processo de declínio do Reino do Mali foi lento e resultou de diferentes fatores. As disputas pela sucessão enfraqueceram a coroa e antigos aliados se afastaram do rei. O governo, então, ficou enfraquecido, permitindo que antigos inimigos se fortalecessem. O Reino do Mali acabou por perder as condições de impedir a formação de novas alianças políticas e de disputar o controle de novas fontes de ouro. Ao mesmo tempo, a presença de europeus na região contribuiu para desequilibrar as antigas bases de poder do Reino do Mali.

Esses movimentos islâmicos têm uma história radical do Corão defendendo a jihad em nível global e assumem uma postura anti-Ocidente. Além disso, esses grupos se diferenciam dos antigos califados muçulmanos na medida em que exigem a conversão ao islamismo das populações dominadas e são intolerantes com manifestações culturais diversas.

Aprenda este momento para abordar esse tema de atualidade, construindo paralelos entre o passado e o presente.

Unidade 4 • Africanos, afrodescendentes e a formação sociocultural brasileira

O Reino de Songhai, antigo aliado do Mali, foi um dos reinos rebelados que conseguiu sua autonomia, estabelecendo as bases de um novo Império na região. O primeiro imperador de Songhai foi Sonni Ali Ber, que reinou por volta de 1464 a 1493. Como os reis do Mali, Ali era muçulmano. No final de 1460, ele conquistou muitos dos estados vizinhos do Songhai, incluindo o que restava do Reino do Mali.

Palavra do historiador

A África em nós

Alberto da Costa e Silva é um historiador brasileiro especializado em África. Sua experiência como Embaixador do Brasil em diversos países africanos o levou a cruzar diversas vezes o continente africano e a se maravilhar com sua história, sua cultura e sua arte. E também a constatar os múltiplos vínculos que aproximam o Brasil e a África.

Essa foi uma das razões que o levaram a iniciar a produção de obras como *A enxada e a lança* (1992), *A manilha e o libambo* (2002) e *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos* (2004). Ele é autor, ainda, de *Um passeio pela África* (2006) e *A África explicada aos meus filhos* (2008), livros para jovens como você, que estão começando a se interessar pelo assunto.

Leia atentamente o pequeno trecho abaixo, escrito por Alberto da Costa e Silva em 1996.

A África é muito importante para nós, brasileiros, porque ajuda a explicar-nos. Mas é importante também pelo seu valor próprio e porque nos faz melhor compreender o grande continente que fica em nossa fronteira leste e de onde proveio quase metade dos nossos antepassados. [...] Ainda que disto não tenhamos consciência, o **obá de Benim** ou o **angola a quiluanje** estão mais próximos de nós do que os antigos reis da França.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 236-240.

Agora que você já conhece um pouco sobre a história de alguns reinos africanos e, também, sobre o Brasil, é possível tentar entender o que o autor quis dizer no trecho acima.

Para fazer no caderno

1. Sob a orientação do professor, reúnam-se em duplas. Na opinião de você, o que Alberto da Costa e Silva quer dizer quando afirma que a África ajuda a explicar os brasileiros?

2. Vocês concordam com a ideia de que os reinos africanos estão mais próximos da história brasileira do que o reino da França? Expliquem a sua posição.

O objetivo aqui é levar os alunos a refletir sobre a importância de conhecer muitas histórias, e não apenas uma (a história europeia ocidental). Explore as diferentes opiniões da turma. Peça a eles que releiam o trecho sobre o L6.10.6.39, neste capítulo, e avaliem se os autores da lei tiveram a mesma opinião expressa pelo historiador Alberto da Costa e Silva.

Glossário

Obá de Benim: título do rei do império de Benim, que ficava na atual Nigéria. A maior parte dos africanos escravizados trazidos para o território brasileiro veio dessa região. Depois da abolição da escravidão, muitos libertos e seus descendentes retornaram para a África, levando consigo diversos aspectos da cultura brasileira e europeia.

Angola a quiluanje: importante título de nobreza e de guerra atribuído ao detentor da principal posição política na Angola pré-colonial.

1. A resposta dos alunos deve considerar a intensa presença dos africanos e de suas tradições na formação do povo brasileiro. Cerca de 4 milhões de africanos, com toda a sua cultura, contribuíram com a formação do Brasil. Esse aspecto está presente em todas as nossas características, instituições e formas de entender e pensar o mundo.

Anexo 5- Sétimo ano- História para nosso tempo. Flavio Berutti.

Capítulo 12- Os Africanos e a diáspora.

Diversidade dos povos africanos à época da diáspora

Você já sabe que a diversidade étnico-cultural dos povos africanos à época da diáspora (termo empregado para fazer referência a um deslocamento forçado, como no caso dos africanos que foram obrigados a se deslocar de seus territórios em razão do tráfico de escravizados) era muito grande, revelando povos e organizações sociais, políticas e econômicas bastante complexas. Os reinos e as civilizações estudados no capítulo anterior mostraram isso.

Grande diversidade religiosa

No que diz respeito à religião, os povos africanos, principalmente aqueles que tiveram pouco contato com as religiões monoteístas (cristianismo, islamismo, etc.), como os que habitavam o sul do Saara, acreditavam em uma estreita relação entre a vida material, em sociedade, e a vida espiritual, em um plano sobrenatural. As religiões desses povos possuíam algumas características comuns. Entre elas, destacavam-se:

- o caráter sagrado da terra;
- a existência de uma estreita relação entre o mundo natural e o mundo sobrenatural (humanos e divindades);
- a realização de rituais e oferendas em homenagem aos ancestrais;
- a transmissão oral das crenças religiosas;
- a concepção de que o mundo foi criado por uma divindade, mas, por uma provável falha humana, essa divindade afastou-se e o deixou sob os cuidados dos ancestrais;
- a ideia de que o ser humano é formado por três partes: o corpo, o princípio espiritual personalizado (uma espécie de alma) e o princípio sensitivo, que proporciona a vida (uma espécie de energia vital). A morte significa o fim do corpo e a privação da energia vital.

Com a chegada dos europeus e do catolicismo ao continente africano, diversas religiões sofreram significativas mudanças. Contudo, em algumas delas, como no caso das religiões da população do Congo, observou-se a incorporação dos valores do cristianismo, fato que se reproduziu também no Brasil.

Povos bantos

A diversidade dos povos africanos à época da diáspora revelava-se em muitos aspectos, como na organização social, econômica e política, na produção cultural, na tecnologia e na arquitetura. Revelava-se, também, na existência de diferentes práticas religiosas entre os diversos povos.

Os chamados povos bantos (ou *bantus*), por exemplo, correspondiam a um conjunto de povos africanos que falavam uma língua semelhante e que povoavam diferentes regiões do continente, em especial o centro-sul e a costa sudoeste. No período da diáspora, no século XVI, houve um predomínio do tráfico para o Brasil dos "bantos do centro", que correspondiam aos grupos cuango, casai, bamba, congo e quimbundo.

Entre os povos bantos, havia a crença de que a morte representa um novo nascimento, em que a pessoa passa a viver em um mundo sobrenatural. Eles acreditavam que este mundo é um elo entre os seres humanos e um Deus único, e que ele é mantido pelos espíritos ancestrais. As práticas religiosas dos povos bantos eram baseadas no culto aos ancestrais.

OS AFRICANOS E A DIÁSPORA

CAPÍTULO 12

Início de conversa

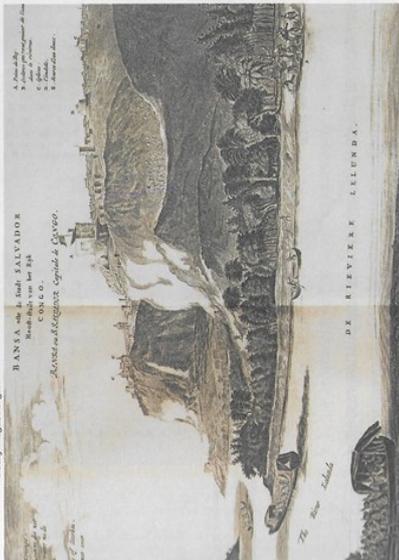
No capítulo anterior, você estudou alguns reinos africanos no contexto da modernidade, não é mesmo? Vale destacar que, na África, inúmeros outros reinos constituíram-se e desestruturaram-se naquele período. O texto a seguir, por exemplo, contém importantes informações sobre o Reino do Congo.

O Reino do Congo, cujos registros constam no século XV, foi um dos maiores reinos constituídos no sul do Saara. Fundado por chefes guerreiros e bons caçadores, neste reino as atividades com ferro e cobre na produção de ferramentas, como o enxada, o arado, machados e instrumentos de guerra, são características marcantes dos povos bantus.

ANJOS, Rafael. Sanção Araújo dos. *Quilombolas: tradições e cultura da resistência*. São Paulo: Aori, 2006, p. 30.

Foi também no contexto da modernidade, com o expansionismo marítimo-comercial europeu, que a história dos povos africanos sofreu uma mudança radical. Ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, aproximadamente 12 milhões de homens e mulheres africanos foram transportados, na condição de escravos, para diversas regiões do continente americano. Esses indivíduos, embarcados nos chamados navios negreiros (ou tumbeiros), no contexto do tráfico atlântico, foram vítimas da maior migração compulsória da história mundial.

Da totalidade dos africanos que foram obrigados a se deslocar de suas regiões de origem, mais de 4 milhões foram desembarcados no Brasil. Vamos conhecer um pouco mais sobre essa história?



Vista da cidade de Mbanza-Kongo, capital do Reino do Congo. Gravura produzida por Olfert Dapper (1636-1689) e publicada em 1686. Quando os portugueses chegaram a essa cidade, no século XVI, sua população alcançava quase 100 mil pessoas.

Glossário

Compulsório: que tem caráter obrigatório.

© Getty Images/DigitalArt

O conhecimento histórico

Práticas religiosas dos congolese

Agora você vai ler um texto em que o historiador Alberto da Costa e Silva aponta semelhanças e diferenças entre o chamado cristianismo popular europeu e as práticas religiosas dos congolese.

Na maioria dos casos, os congolese convertiam-se por iniciativa e vontade próprias; e os portugueses tinham de fazer concessões à cultura local, se queriam ser compreendidos e converter: [...]

O cristianismo popular dos séculos XV a XVII tinha muitas semelhanças externas com as práticas religiosas dos congolese. Em ambos os sistemas espirituais, o divino impregnava a natureza e dirigia o destino das comunidades e dos homens.

Por seu lado, os congolese não encontravam nas crenças cristãs nada que conflitasse frontalmente com o que tinham aprendido desde crianças. Tinha a consciência de um Deus Supremo, embora a Ele não recorressem. Acreditavam na sobrevivência da alma e que esta, na morte, passava de um mundo de lágrimas para a completa bem-aventurança.

Mas tinham dificuldade para compreender a ressurreição de Cristo, pois havia entre eles gangas, ou líderes religiosos, especializados em fazer voltar à vida o corpo dos mortos.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A mamilha e o limbambo: a África e a escravidão de 500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 365.

Para fazer no caderno

1. De acordo com o autor, qual era a principal semelhança entre o cristianismo popular do século XV ao XVII e as práticas religiosas dos congolese?
2. Segundo o autor, por que os congolese tinham dificuldade em compreender a ressurreição de Cristo?



A imagem representa uma audiência do rei do Congo (Manicongo) a navegadores portugueses e súditos africanos. Gravura produzida por Johan e Theodore de Bry, em 1597.

A escravidão no Brasil

O desembarque de africanos na condição de escravos teve início, no Brasil, por volta de 1550.

Na Antiguidade, a escravidão era uma prática comum em diversas regiões do continente africano. Entre os séculos XV e XVI, quando os portugueses chegaram gradualmente ao litoral africano, a escravidão já era praticada por vários povos. A maior parte dos homens e das mulheres escravizados

Sobre o conhecimento histórico: De acordo com Marina de Mello e Souza, “[...] quando olhamos para todo o período no qual africanos escravizados foram comercializados por portugueses e brasileiros, encontramos três grandes momentos. No primeiro, que vai de cerca de 1440 a 1580, os escravos da chamada rota d’Almada, eram vendidos em vários lugares [...]”. No segundo momento, entre 1580 e 1650, Luanda foi a porta pelo qual os portugueses mais comercializaram escravos. [...] No terceiro momento (de 1650 a 1850), tanto os portos angolanos como os portos da Costa da Mina forneceram escravos para o Brasil [...]”. SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africanos*. São Paulo: Alínea, 2006, p. 83.

eram formadas por prisioneiros de guerra, uma vez que as guerras intertribais eram comuns. Muitos comerciantes africanos perceberam que poderiam se valer dessas rivalidades para obter lucros com o tráfico de escravizados: passaram a incentivar guerras entre etnias africanas rivais, além de organizar expedições militares com o objetivo de aprisionar homens, mulheres e crianças.

Outros comerciantes, como espanhóis, ingleses e holandeses, também se dedicaram ao lucrativo tráfico de escravizados.

Em 1482, na Guiné, costa ocidental da África, foi erguido o primeiro entreposto português destinado à comercialização de escravizados.

Da África para a América

Os tumbeiros – denominação dada aos navios que transportavam africanos para a América, também chamados de navios negreiros – não ofereciam as mínimas condições de higiene. Em cada tumbeiro embarcavam, em média, de quatrocentas a seiscentas pessoas (homens, mulheres e crianças), aprisionadas em porões sem ventilação.

As chances de sobrevivência de todas essas pessoas estavam relacionadas a diversos fatores: extensão e duração da viagem (de trinta e cinco a cinquenta dias, em média, ou de cinco a seis meses, quando as condições de navegação eram desfavoráveis); suprimentos de água e comida; condições climáticas; etc.

Não há um consenso entre os historiadores sobre as perdas humanas geradas pelas precárias condições de viagem nos tumbeiros. Alguns afirmam que, no século XVI, a taxa média de perda de vidas pode ter chegado a 25%, em uma época em que uma taxa que ficasse entre 5% e 15% era considerada “aceitável” pelos traficantes.

Cálculos aproximados indicam que, durante todo o período de vigência do tráfico (de meados do século XVI a meados do século XIX), aproximadamente 400 mil africanos morreram na travessia do Atlântico.

Os traficantes obtinham os escravizados na África em troca, principalmente, de cavalos, aquadente, tabaco, zimbo (pequena concha extraída das praias do sul da Bahia), armas, entre outros artefatos, em um negócio que também envolvia um exame detalhado das condições de saúde e das aptidões de cada escravizado.



Imagem de indivíduos escravizados no continente africano. Faz parte de uma obra publicada pelo missionário e explorador inglês David Livingstone em 1874.

O trabalho dos escravizados

Uma vez nos portos brasileiros (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, etc.), os traficantes aguardavam determinado tempo para que os escravizados se recuperassem da longa viagem.

Afinal, não era apenas a qualificação, a idade e o sexo que influenciavam a cotação do cativo. A saúde e a aparência contavam muito no momento de determinar o preço final de venda. Esse preço variou bastante ao longo do período colonial; porém, os lucros gerados aos traficantes e comerciantes eram bastante significativos.

Retirados de seu espaço natural e trazidos para o Brasil a partir do século XVI, os africanos escravizados tornaram-se um elemento indispensável ao funcionamento do sistema colonial.

Mercado de escravos na rua do Valongo, 1816-1828. Jean-Baptiste Debret. Aquarela sobre papel.



Museus Castro Maya, Rio de Janeiro/Dimensões: 17,5 cm x 26,2 cm

Para saber mais

Os conhecimentos e as técnicas trazidos pelos escravizados

Trazendo consigo seus conhecimentos (na metalurgia, na bateia e na escavação de minas, na telagem, na cerâmica e na agricultura – por exemplo, no cultivo do arroz), os homens e as mulheres africanos escravizados tornaram-se força de trabalho nos engenhos, nas minas e em várias outras atividades econômicas, inclusive urbanas. Para refletir mais sobre esse assunto, leia o texto a seguir.

A contribuição do negro para o Brasil [...] inclui também atividades ligadas à tecnologia, como a confecção de cerâmica (exercida pelas mulheres) e de peças de metais. Esses escravos africanos pertenciam a grupos que tinham conhecimentos técnicos avançados, pois faziam parte de uma cultura de especialistas.

Entre esses grupos, os Bantus eram conhecidos como "o povo que detinha o segredo da metalurgia", exímios metalurgistas, que conheciam e controlavam a temperatura do forno e a composição do material para a fundição. [...]

Toda essa tradição africana foi transferida para a América por intermédio do tráfico de escravos, onde se pode questionar, atualmente, qual era o papel desses especialistas na produção de artefatos metálicos no Brasil. No Brasil colonial, muitos desses especialistas eram comprados como escravos por senhores de engenho para o abastecimento de ferramentas em geral, pois havia uma necessidade de que trocassem constantemente os utensílios, pelo desgaste dos mesmos. Os produtos comumente utilizados para a manutenção dos engenhos eram, em sua maioria, materiais ferrosos, como machados, enxadas e foices.

CAMPOS, Guadalupe do Nascimento. Transfêrencia de tecnologia para o Brasil por escravos africanos. Disponível em: <<http://www.arqueologia-ab.com.br/publications/download/14>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Condições de vida

Os escravizados garantiam uma alta rentabilidade aos senhores de terra, grandes mineradores e outros proprietários.

As condições de vida e parte do cotidiano dos escravizados de origem africana, particularmente na agromanufatura açucareira, foram analisadas pelo historiador Luiz Roberto Lopez. Leia o texto a seguir.

O escravo africano típico do Brasil Colônia foi o dia grande lavouara – pés e mãos do engenho, na clássica definição de Antonil [...]. Nada era mais miserável do que a vida dos escravos dos latifúndios. Trabalhavam de sol a sol, vigiados de cima pelo feitor, um dos poucos trabalhos assalariados da estrutura latifundiária.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Colonial*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 39-40.

Na perspectiva dos traficantes de escravizados e dos colonizadores portugueses, não era importante distinguir as línguas, as maneiras de viver e de pensar, enfim, as culturas próprias e complexas dos diversos grupos aos quais pertenciam os indivíduos que foram trazidos em condições subumanas para a América.

Os escravizados, submetidos ao trabalho forçado, passaram a ser genericamente denominados de "africanos" ou simplesmente de "escravos", em um processo de homogeneização que negava sua diversidade cultural.

Assim como ocorreu com os povos indígenas, cujo desenraizamento de múltiplas etnias não eliminou tradições, costumes e rituais, homens e mulheres nascidos na África e trazidos para a América foram capazes de preservar elementos de sua cultura ancestral – e isso também é uma forma de resistência –, embora permeada pela materialidade do mundo colonial e pela imposição do catolicismo. Todas essas especificidades culturais reforçaram a pluralidade e a riqueza da cultura brasileira.

Cirurgião negro colocando ventosas, 1826. Jean-Baptiste Debret. Aquarela sobre papel. A obra representa alguns dos conhecimentos que os escravizados possuíam.



Museus Castro Maya, Rio de Janeiro/Dimensões: 14,7 cm x 20,6 cm



Loja de barbeiro, 1821. Jean-Baptiste Debret. Aquarela sobre papel.

O conhecimento histórico

Documentos do tráfico

A escravidão de origem africana ocorreu principalmente nas regiões da agrominifatura do açúcar e, mais tarde, nas áreas de mineração (ouro e diamantes). Nas áreas de pecuária e de extração de drogas do sertão, houve o predomínio da escravidão indígena. Durante séculos, o tráfico de escravizados foi uma atividade altamente rentável e um dos empreendimentos mais lucrativos da época mercantilista.

Mas será que o lado humano era considerado por quem realizava o tráfico? Para tentar esclarecer essa questão, você vai ler duas evidências históricas, ambos documentos escritos no século XVIII.

Evidência histórica 1

Há embarcações que trazem 600 escravos metidos no porão, pelo receio de que se sublevarão ou se lancem ao mar, por força da desesperação infinita que os oprime. Se morrem poucos na passagem, o lucro é seguro, se morrem muitos, [está] perdido o armador, que é obrigado a pagar o exorbitante risco que se tomou.

CARTA de Dom José da Silva, advogado, ao Dr. Domingos Vandelli, diretor do Real Jardim Botânico de Lisboa, em 18 de outubro de 1781. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 32, 1910.

Evidência histórica 2

Metidos os pretos escravos debaixo da escotilha, e aferrolhados, ainda aí se observa a maior força da sua robustez; porque aí lhes entra a faltar tudo, muito mais do que em terra. Em primeiro lugar sendo metidos duzentos, e trezentos escravos na coberta, e na escotilha, lhes falta a respiração; porque nada mais tem por onde o ar se lhes possa comunicar, sendo pelo grade da escotilha, e por umas pequenas frestas. Em segundo lugar a escravatura embarcada tem uma curtíssima razão de água, e esta amornada pela ardentia do clima. Em terceiro lugar são maltratados os escravos, porque têm uma escassa razão de mantimentos.

MENDES, Luís Antônio de Oliveira. *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil*: apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa, 1793. Porto: Publicações Escorpiao, 1977. p. 26.

Para fazer no caderno

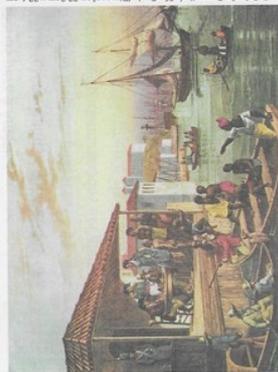
1. De acordo com a evidência histórica 1, por que os traficantes embarcavam o maior número possível de africanos nos tumbetes?
2. Por que o autor da evidência histórica 2 ficou surpreendido com a "robustez" dos africanos embarcados nos navios negreiros?

Para diminuir os riscos de falência, porque os escravizados conseguiram chegar vivos depois de tudo o que sofram na viagem.

Glossário

Sublevar: revoltar-se.
Armador: pessoa que equipou um navio para explorá-lo, assumindo os custos e os riscos.

© Coleção Banco Brasil, São Paulo/Dimensions: 23,3cm x 33,4 cm



Desembarque de escravos.

1825. Johann Moritz Rugendas. Litografia. O artista pretendia representar o momento da chegada dos escravizados africanos aos portos do Brasil.

Para desenvolver o conteúdo: Aqui, vale iniciar uma discussão sobre o conceito "comunidade remanescente de quilombo", explicando que o termo é relativamente novo no contexto brasileiro, pois o reconhecimento da identidade e da cultura dos remanescentes de quilombo só ocorreu com a promulgação da Constituição de 1988. Esse tratado-se de uma grande conquista da população afro-brasileira, pois garante a continuidade de valores e tradições importantes para esse segmento social. Atualmente, existem no Brasil mais de dois mil territórios remanescentes de quilombo, localizados em todas as regiões do país, tanto no campo quanto em áreas urbanas. No entanto, a história e o modo de vida dessas comunidades locais se mantêm, apesar de sofrerem alterações ao longo do tempo.

Dominação, resistência e formação de quilombos

Assim como os povos indígenas, os africanos e os afrodescendentes resistiram, de forma contínua, ao processo de escravização a que foram submetidos.

No continente africano, antes do processo expansionista europeu, os povos nativos estavam divididos em múltiplas etnias e se organizavam em clãs, tribos, reinos, impérios e unidades políticas de natureza e dimensões variáveis. Como vimos no capítulo anterior, a diversidade cultural no continente era muito grande.

A resistência negra foi constante durante todo o período de vigência da escravidão no Brasil (abolição em 1888) e refletiu o inconformismo dos cativos com a sua situação.

As formas de resistência foram **individuais** ou **coletivas**. No primeiro caso, elas se traduziram em suicídios, abortos voluntários e automutilações.

No segundo caso, elas assumiram a forma de revoltas (com ataques aos engenhos, incêndios de propriedades, assassinatos de senhores, etc.), de fugas em massa e de criação de quilombos. Mas por que os escravizados fugiam?

Para o historiador brasileiro contemporâneo Jaime Pinsky, os escravizados não fugiam somente quando eram submetidos a maus tratos. Pelo contrário: seu objetivo era a liberdade definitiva. Eles rebelavam-se, assim, contra a sua própria condição de escravo.

Inicialmente, os quilombos (ou mocambos) eram locais onde os escravizados se refugiavam. Geralmente, eram formados em lugares de difícil acesso, como matas fechadas ou regiões montanhosas, para dificultar o trabalho de recaptura dos escravizados pelos capitães-de-mato (encarregados de capturar os escravizados fugidos). Ao longo dos séculos, os quilombos passaram a ter diferentes características.

Os quilombos podem ser entendidos também como mecanismos por meio dos quais os africanos e os afrodescendentes recuperavam, parcialmente, a sua identidade cultural e espiritual, uma vez que as manifestações religiosas eram severamente reprimidas pelos proprietários e pelas autoridades civis e religiosas da colônia.

Ao longo da colonização portuguesa, e mesmo após a Independência (1822), quilombos foram organizados em várias regiões do Brasil.

Festividades no Dia da Consciência Negra (20 de novembro) no quilombo Imbiral, em Pedro do Rosário (MA). Foto de 2014.



© Getty Images/Mario Yama

Quilombo dos Palmares (século XVII)

Organizado na região da Serra da Barriga, no interior do atual estado de Alagoas. Por sua duração (entre 1630 e 1694), seu número de habitantes (segundo alguns historiadores, alcançou aproximadamente, 20 mil habitantes) e sua estrutura política e militar, pode ser considerado o mais importante quilombo de todo o período colonial. Dirigido inicialmente por Ganga Zumba, mais tarde substituído por Zumbi (1655-1695), foi destruído por sucessivas expedições repressivas, no contexto do movimento bandeirantista.

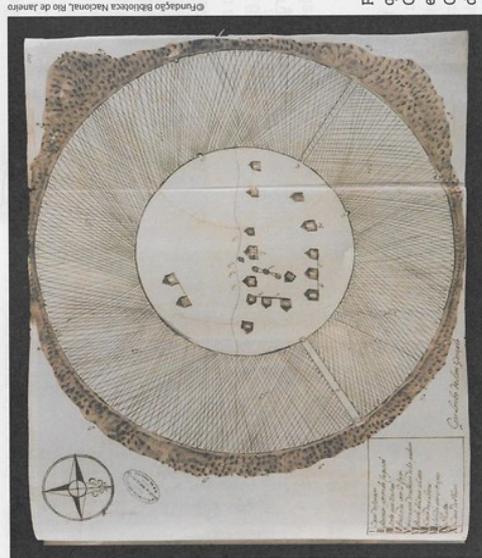
Travada na capitania de Pernambuco, a guerra contra o Quilombo dos Palmares gerou um grande temor entre as elites coloniais. A partir de então, as elites perceberam a necessidade de ampliar as formas de controle sobre a população escravizada. Foi nesse contexto que, sob a influência da Igreja católica, preocupada em preservar e legitimar a ordem social, fortaleceu-se o culto de santos associados à etnia negra, como São Benedito. O objetivo era apresentar aos escravizados modelos de santidade que os fizessem cultivar virtudes cristãs, temer a Deus e subserviência aos poderes constituídos.

Quilombo do Buraco do Tatu (século XVIII)

Organizado próximo a Salvador, na Bahia. Para garantir a sobrevivência, os quilombolas (habitantes dos quilombos) procuravam obter armas, munição e gêneros de primeira necessidade, assaltando fazendas e viajantes. Foi destruído em 1763.

Quilombo do Ambrósio (século XVIII)

Organizado em Minas Gerais, próximo às atuais cidades de Ibiá e Campos Altos. Formado por mais de 2 mil pessoas, com reis e rainhas, foi destruído em 1759.



Representação do Quilombo de São Gonçalo, no atual estado de Minas Gerais. Imagem de 1769.

Para saber mais

Quilombos e resistência

Havia punições para os quilombolas? Como eles eram punidos? Para encontrar as respostas a essas duas perguntas, você vai ler um alvará (documento governamental) do século XVIII, expedido pelo rei dom João V (1689-1750), de Portugal.

Evidência histórica

Eu, El-rei, faço saber aos que este alvará virem, que sendo-me presentes os insultos que no Brasil cometem os escravos fugidos, a que vulgarmente chamam quilombolas, passandolhos a fazer o excesso de se ajuntarem em quilombos [...]. Hei por bem que a todos os negros que forem achados em quilombos, estando nelhes voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em uma espádua com a letra 'F', quando for executar essa pessoa, for achado já com mesma marca, se lhe cortará uma orelha, tudo por simples mandado do juiz de fora, ou ordinário da terra ou do ouvidor da comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do quilombo for trazido, antes de entrar para a cadeia.

ALVARÁ de 3 de março de 1741. In: INÁCIO, Inês da C.; DE LUCA, Tânia R. *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1993. p. 78-79.

Outra face da resistência foi a que se revelou no âmbito cultural, conforme assinalam as historiadoras Ângela Botelho e Liana Reis.

Texto

As manifestações culturais coletivas também foram maneiras de expressar a rebeldia, preservando danças, rituais [...] africanos, a capoeira e a música. A feitiçaria é considerada, por alguns historiadores, como a dimensão mais agressiva desta resistência, pois os cativos, pressionado deter o domínio do desconhecido, acreditavam poder controlar as atitudes de seus senhores e determinar sua morte. Feiticeiros e feitiçeras eram muito temidos, e alguns chegaram a causar enorme insegurança às populações locais nos núcleos urbanos coloniais e, particularmente, na capitania de Minas Gerais, durante o século XVIII. Da mesma forma, os batuques causavam receio entre os brancos e as autoridades coloniais, ao criarem um clima de sobrenatural.

BOTELHO, Ângela; REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico-Brasileiro*. Colônia e Império. Belo Horizonte: O Autor, 2001. p. 153.



Zumbi, Antônio Parreiras (1860-1937). Óleo sobre tela.

De acordo com estudiosos, Zumbi, guerreiro e grande organizador militar, foi o último líder do Quilombo dos Palmares.

Fique atento: Embora as ações e relações humanas no contexto da sociedade escravagista tenham contribuído para o desenvolvimento de processos que segregaram e estigmatizaram os povos africanos e seus descendentes brasileiros, do ponto de vista de uma história dos vencidos é necessário considerar que a permanência de tantos elementos originários das culturas dos povos escravizados na atual cultura brasileira (festas, alimentação, vocabulário, vestuário, etc.) só foi possível porque em diversos momentos da história os escravizados, em busca de preservar a identidade e da cultura de origem. Nesse sentido, apesar da condição servil que marcou a relação entre o senhor de engenho e os escravizados, estes chegaram a exercer influência em uma conjuntura naturalmente conservadora e repressora, como é o caso da sociedade escravocrata e patriarcal.



Para saber mais

O batuque

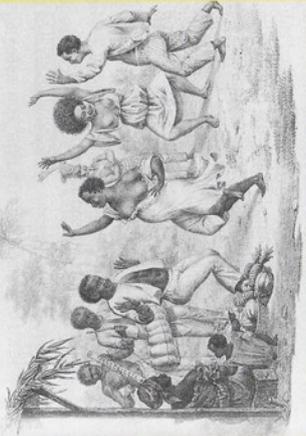
Com a leitura do texto transcrito a seguir, você vai obter mais informações a respeito do batuque, que foi, inclusive, representado em uma gravura do naturalista Johann Baptiste von Spix (1781-1826), nascido na região da atual Alemanha. Ele e Carl von Martius (1794-1868), médico, botânico e pesquisador, visitaram o Brasil no início do século XIX.

De fato, uma série de ofícios do fundo cita as tabernas também como ponto de encontro de negros e pardos, libertos ou não, alguns deles em fuga ou vindos de quilombos, onde muitas vezes eram acusados de desordem e manifestações impróprias – leia-se: dança e música. Os “batuques” de que eram acusados eram vistos, muitas vezes, como elemento de união de negros de variadas origens, que de outra forma não encontrariam oportunidade ou espaço para partilhar experiências festivas e culturais.

Os “batuques” incluíam práticas religiosas de origem africana, mas também podiam se referir apenas a música e dança. Assim, expressões culturais acabavam por tornar-se um elemento de resistência, na medida em que muitas vezes eram encaradas pelas autoridades e sociedade branca em geral como um desafio ou desrespeito às tradições dominantes, além de representar um momento oportuno de encontro entre indivíduos geralmente afastados por antigas rixas e rivalidades originadas dos conflitos étnicos na África.

GOUVÊA, Viviane. Quilombos e revoltas de escravos. O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira. Disponível em: <<http://www.historiafocional.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/syl/start.htm?nfoid=771&sid=64>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Universidade da Virgínia, Estados Unidos



O batuque em São Paulo. 1817. Johann Baptiste von Spix. Gravura.

Os escravizados negociam

A resposta dos escravizados à dominação não se fazia apenas pela rebelião, pelo assassinato de feitores e por fugas, quilombos ou suicídios. Uma vasta e nova historiografia mostra variadas formas de luta e negociação dos escravizados por melhores condições de vida.

Novos estudos indicam a possibilidade de muitos escravizados terem negociado com seus senhores, inclusive suas alforrias. Eles revelam que, mesmo com toda a violência imposta pelo regime escravocrata, havia abertura para negociações, que podiam também incluir o direito de constituição de uma família, assim

como a organização de uma produção autônoma, voltada para o mercado, que caracterizou a chamada “brecha camponesa”.

Essa era a denominação de uma prática dos senhores de conceder parcelas de terra a seus escravizados, para que nelas fossem criados rebanhos e cultivadas lavouras. De maneira geral, o trabalho nessas terras era realizado aos domingos e dias santos.

O religioso jesuíta italiano André João Antonil (1649-1716) assim descreveu essa prática:

Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana para plantarem para si, mandando com eles, algumas vezes, o feitor para que não se descuidem, e isto serve para que não padeçam fome, nem cerquem cada dia a casa do seu senhor, pedindo-lhe a ração de farinha.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Religiosidade e resistência

Apesar dos mais de três séculos de repressão durante o período colonial (do século XVI ao início do século XIX), a resistência de povos africanos e afro-brasileiros pode ser percebida até a atualidade pela permanência de muitos de seus valores culturais.

Nem mesmo a diáspora a que foram submetidos os africanos durante o colonialismo português foi capaz de eliminar suas tradições, suas lendas, seus costumes e seus rituais, cujas origens são ancestrais.

No processo da formação sociocultural brasileira, elementos das culturas indígena e africana se mesclaram com elementos da cultura europeia no contexto econômico, social e político do Brasil colonial. A religiosidade se constituiu em um bom exemplo dessa rica prática de mútuas assimilações culturais.

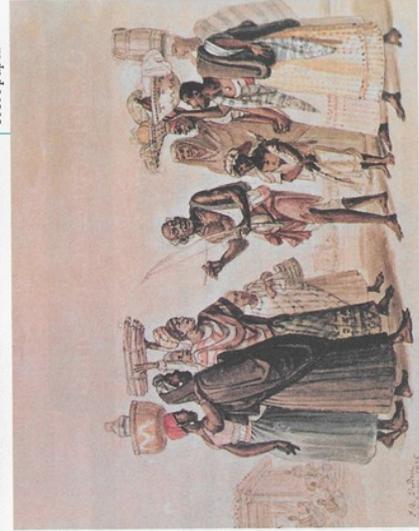
A luta pela preservação de valores culturais indígenas e africanos representou, sem nenhuma dúvida, uma forma de resistência desses povos.



Negro e negra na Bahia, c. 1835. Johann Moritz Rugendas. Litogravura.

O velho arfê africano (Oricongo), 1826. Jean-Baptiste Debret. Aquarela sobre papel.

Museus Castro Maya, Rio de Janeiro/Deniseles, 15,6 cm x 21,5 cm



Práticas religiosas como elementos de resistência

No campo da religiosidade popular, surgiram manifestações espirituais marcadas pelo **sincretismo**. Isso quer dizer que nelas ocorreu a fusão de elementos culturais diferentes, oriundos da religiosidade indígena, africana e do catolicismo.

Forçados a aceitar o catolicismo, muitos africanos e afro-brasileiros traçaram paralelos entre seus orixás (ou suas divindades) e os santos da Igreja católica, isto é, passaram a identificar seus deuses com os santos da Igreja. Por exemplo, quando rezavam em sua língua nativa para Santa Bárbara, estavam cultuando Iansã (Rainha dos Raios); quando rezavam para Nossa Senhora da Conceição, estavam se dirigindo a Iemanjá; no caso de São Jorge, as palavras eram dirigidas a Ogum.

Durante todo esse período, um dos preconceitos mais comuns vivenciados pelos povos africanos e afro-brasileiros estava relacionado às suas práticas religiosas e a um suposto caráter maligno contido nelas, certamente um mito que foi construído e assimilado por muitas pessoas à época da colonização.

O candomblé, culto africano que se tornou afro-brasileiro, era proibido e sua prática, reprimida pelas autoridades policiais.



© Pinacoteca do Estado de São Paulo/Dimensões: 220 cm x 193,42 cm

Três orixás. 1966. Djaniro da Motta e Silva. Óleo sobre tela. Djaniro da Motta e Silva (1914-1979) foi uma pintora, desenhista, cenógrafa e gravadora brasileira.



O conhecimento histórico

Proibição de folgedos

A legislação metropolitana (do Reino, ou seja, de Portugal) voltou-se também contra as festas populares (folgedos) organizadas por africanos e afrodescendentes. Parte dessa legislação foi criada em função de descrições dos folgedos registradas e encaminhadas por carta aos reis de Portugal, como as escritas por Luís dos Santos Vilhena, um estudioso e observador da realidade social da Bahia no final do século XVIII.

Agora você vai ler um trecho de uma dessas cartas e o Edital da Câmara Municipal de São João del-Rei, Minas Gerais, publicado em 1720. Por fim, para um melhor entendimento do tema, você vai examinar um texto da historiadora brasileira contemporânea Mary del Priore.

Dica: O contato linguístico e cultural entre as diversas línguas africanas faladas pelos escravizados e a língua portuguesa falada pelo colonizador provocou uma diferença bastante significativa entre o português falado no Brasil atualmente e a língua falada em Portugal há séculos. Isso ocorreu entre as duas línguas, há diversos outros aspectos que se diferem entre os dois idiomas, tanto no campo da morfologia quanto da sintaxe e da fonética. Aqui é possível conversar um pouco com os alunos sobre a formação da língua portuguesa a partir da influência dos idiomas africanos.

Evidência histórica 1 – Carta de Luís dos Santos Vilhena

Não parece ser muito acerto em político o tolerar que pelas ruas e terreiros da cidade façam multitudes de negros, de um e de outro sexo, os seus baques bárbaros a toque de muitos e horrosos atabaques, dançando desonestamente canções gentílicas, falando línguas diversas e isto com alaridos tão horrosos e dissonantes que causam medo e estranheza ainda aos mais afoitos, na ponderação de consequências que dali podem porvir.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapua, 1969, p. 56, v. 1.

Evidência histórica 2 – Proibição de folgedos

Ajuntamento que costumam fazer os negros [...] em forma de folgedos e bailes que são proibidos pela lei do Reino, mas em muitas casas onde se lhes vende o que comer [...] se segue não só fazerem furtos e faltando com os jornais a seus senhores, mas outros danos que consigo traz a ociosidade produzida de semelhantes ajuntamentos até chegarem a inquietar a república com presunções de más consequências.

EDITAL da Câmara Municipal de São João del-Rei, de 13 de janeiro de 1720. In: FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 46.

Texto – Mary del Priore

Comparecer a missos e participar de procissões, a princípio humildes, depois suntuosas, parecia representar o pretexto máximo para a reunião do povo da vila e das imediações e quase seu único divertimento. Expectador e participante, o povo exprimia seus sentimentos religiosos ao mesmo tempo em que podia mostrar sua sociabilidade. [...]

A Câmara [Municipal] reforça a importância dessas festas quando embeleza a cidade para os ofícios religiosos, ao mesmo tempo em que estabelece mecanismos de policiamento e controle da população. Surgem decretos para se pintar as casas e ornamentá-las [...]. No entanto, a participação popular era vista com certa reserva. Daí as críticas azedadas em relação às celebrações. O tempo de festas religiosas era visto como “dias mais para a ofensa a Deus”. Ou então, “dias em que a escravatura, ignorante da religião e sem temor a Deus, dada a vícios, guardava para gastar em bebidas, jogos e bailes”.

Chovem críticas sobre “o abominável uso de batuques e danças desonestas [...] nas indecentes festas de São Gonçalo, de que resultam graves ofensas a Deus [...] e depois dessas mesmas danças se passa a outras indecências que a modéstia cala, mas ninguém ignora”.

DEL PRIORE, Mary. Deus dá licença ao diabo. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 91-94.

Para fazer no caderno

1. Em sua opinião, o que mais incomodava o autor da evidência histórica 1, no que diz respeito às manifestações descritas por ele?
2. Na evidência histórica 2, afirma-se que os folgedos terminavam nas “vendas” (“casas onde se lhes vende o que comer”). De acordo com o texto, o que poderia ocorrer após os “ajuntamentos” nas vendas?
3. Com base na leitura do texto, é possível supor que havia certo receio, por parte das elites coloniais, da participação popular nas festas religiosas?

1. O fato de os africanos estarem nas ruas se fazendo ver, isto é, manifestando-se de maneira que a sua presença não passasse despercebida.
2. Os africanos e afrodescendentes poderiam praticar ações condenáveis que ameaçavam os brancos.
3. Sim, porque o povo comemorava de forma diferente das elites. Nessas festas havia bailes, bailes de dança, jogos, animadas, e as pessoas bebiam e festejavam.

Anexo 6- Sétimo ano. História para nosso tempo. Flávio Berutti.

Capítulo 13- Lutas e conquistas dos africanos e afrodescendentes.

REFLETINDO SOBRE CIDADANIA

Sobre o conhecimento histórico. Ao abordar questões relacionadas ao campo dos estudos afro-brasileiros, este capítulo busca problematizar a ideia (término) de uma única identidade e uma única cultura nacional, colocando em pauta a discussão sobre a pluralidade, identidade e cultura do Brasil. Nesse sentido, o tratamento concedido aos temas referentes à cultura afro-brasileira propõe tanto a sensibilização dos alunos para a construção de uma crítica à estigmatização histórica da população afro-descendente quanto a adoção de uma postura afirmativa em relação à identidade afro-brasileira.

Refletindo sobre cidadania

Você sabe qual é o significado da palavra cidadania?

O conceito de cidadania, em qualquer época e em qualquer sociedade, pressupõe a existência de um "contrato social" pelo qual o indivíduo, ao se perceber como parte de uma coletividade, tem consciência de seus direitos junto a ela e, em contrapartida, se compromete, livremente, a cumprir uma série de deveres para com essa coletividade.

Essa reflexão se aplica, por exemplo, tanto para os cidadãos da pólis grega, do século V a.C., quanto para os cidadãos brasileiros do século XXI, levando em consideração, é claro, os contextos históricos diversos.

A cidadania pressupõe também a prática de atitudes cidadãs no cotidiano, como o respeito ao espaço público e a percepção de que a livre ação do indivíduo não pode prejudicar o outro ou o conjunto da coletividade.

A construção de uma "nação-cidadã" passa necessariamente por uma educação que priorize a cidadania no seu sentido mais amplo, estendendo-a, portanto, a todos os indivíduos. Ao mesmo tempo, a educação deve superar a contradição entre o discurso e a prática. Não basta apenas a intenção, a vontade; é preciso colocar em prática essa intenção para a construção da cidadania plena.

No caso específico dos africanos e de seus descendentes após o fim da escravidão, a falta de políticas de inclusão social dessa parcela da população, somada ao preconceito e à discriminação, limitou a presença de negros em diversos espaços importantes da sociedade.

O discurso republicano (**Brasil República**, de 1889 até os dias atuais) sobre igualdade não foi capaz de ampliar as oportunidades para as populações afrodescendentes. Nenhum projeto de inclusão da população negra foi elaborado e efetivamente colocado em prática.

Por essa razão, mesmo com a abolição, muitos ex-escravizados, sem perspectivas reais de inclusão, continuaram trabalhando para seus senhores.

Durante todo o século XX, a história dos afrodescendentes foi representada de maneira estereotipada, ofuscando as contribuições dos povos africanos e de seus descendentes na formação social e cultural do Brasil.

Na imagem, a atriz Zezé Motta. Foto de 2011. Além de se destacar em trabalhos artísticos na televisão e no cinema, Zezé Motta tornou-se presidente de honra do Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN).

LUTAS E CONQUISTAS DE AFRICANOS E AFRODESCENDENTES

INÍCIO DE CONVERSA

Em pleno século XXI, ainda deparamos com situações desfavoráveis aos afrodescendentes no país em que vivemos. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra (pretos e pardos) recebe salários inferiores aos dos brancos (considerando-se a mesma ocupação, cargo ou função), ocupa menos cargos de liderança em grandes empresas e é minoria entre os estudantes universitários, entre outros fatores que indicam comprometimento de sua caminhada rumo à equidade social.

Esses problemas, entretanto, podem ser compreendidos com base em uma análise histórica acerca do passado dos africanos e dos afro-brasileiros em nosso país. A exclusão desses grupos acompanha a história do Brasil.

Neste capítulo, você vai refletir sobre esses problemas e vai conhecer algumas das lutas e conquistas de africanos e afro-brasileiros ao longo do tempo. Você vai saber de que forma as lutas por direitos e contra a discriminação e o preconceito fizeram com que os afrodescendentes se destacassem como sujeitos de sua própria história. Vamos começar?

Na imagem, o antropólogo Kabengele Munanga. Foto de 2008. Nascido no Zaire, hoje reside no Brasil. Destaca-se por seu trabalho como professor e como pesquisador da história africana e da identidade negra.

Na imagem, o geógrafo Milton Santos (1926-2001). Foto de 2000. Destacou-se por seu extenso trabalho como professor e pesquisador. Realizou estudos de urbanização e de globalização que modificaram a visão a respeito da produção geográfica nas universidades do Brasil.

248 Unidade 4 • Africanos, afrodescendentes e a formação sociocultural brasileira

249 Lutas e conquistas de africanos e afrodescendentes • Capítulo 13

Alcançando a cidadania, superando o preconceito

O descaso dos governantes brasileiros com os afrodescendentes deixou sequelas graves para a vida democrática brasileira. Em pleno século XXI, os povos afro-brasileiros ainda lutam pelo reconhecimento e valorização da sua cultura e pela garantia de direitos básicos. Diversas pesquisas – e situações concretas do cotidiano – demonstram que a população negra brasileira, apesar de todas as contribuições, ainda sofre com o racismo, o preconceito e a exclusão. As culturas africana e afro-brasileira ainda não são devidamente reconhecidas.

Contudo, essa população, gradativamente, vem superando as barreiras do preconceito e ocupando espaços que lhes foram historicamente negados. Hoje, cientistas, professores, pesquisadores, advogados, atletas, médicos, artistas e intelectuais negros estão, cada vez mais, se destacando nas mais diversas áreas do conhecimento e do saber.

Na segunda década do século XXI, por exemplo, um negro ocupou o cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o órgão maior do poder Judiciário brasileiro. Leia a reportagem a seguir.

O Supremo Tribunal Federal terá hoje o primeiro presidente negro de sua história com a posse do ministro Joaquim Barbosa. No tribunal desde 2003, quando foi indicado pelo ex-presidente Lula, ele será o 44º presidente do tribunal e ocupará o posto até novembro de 2014. [...] Mais de 2 000 pessoas, entre elas artistas, foram convidadas para a cerimônia de posse, que terá discursos do presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ophir Cavalcanti, do procurador-geral, Roberto Gurgel, do ministro do Supremo Luiz Fux e do próprio Barbosa.

STF terá hoje o seu primeiro presidente negro. Folha de S.Paulo, 22 nov. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/11/1189153-stf-tera-hoje-o-seu-primeiro-presidente-negro.shtml>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

O ministro Joaquim Barbosa – advogado, professor, jurista e magistrado – nasceu em 1954, na cidade de Paracatu (MG). De origem humilde, filho de um pedreiro e caminhoneiro e de uma dona de casa, tornou-se doutor em Direito Público pela Universidade de Paris II. Trabalhou durante quase vinte anos no Ministério Público Federal em Brasília e no Rio de Janeiro. Foi presidente do Supremo Tribunal Federal, a autoridade maior do poder Judiciário brasileiro, e se aposentou em 2014. Foto de 2013.

a sala de aula a história de mulheres que lutaram e resistiram contra a escravidão (Dandara dos Palmares, Aquilone e Tereza de Bergêdo, por exemplo) e algumas referências para o movimento negro na atualidade (Carolina Maria de Jesus e Lélia Gonzalez são alguns exemplos na formação do pensamento afrodescendente no Brasil).

Um problema a ser combatido

Se, por um lado, há exemplos de superação e de conquista, por outro, infelizmente, o preconceito contra os afrodescendentes ainda se manifesta em diversas situações do cotidiano, até mesmo no esporte, como no futebol.

Em agosto de 2014, o goleiro Aranha, da equipe do Santos, foi vítima de injúrias raciais em uma partida contra o Grêmio, em Porto Alegre. Por diversas vezes ele foi chamado de "macaco" por torcedores gremistas. Devido às atitudes racistas de parte de sua torcida, o time do Grêmio foi punido com sua exclusão da competição pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD). Leia com atenção a reportagem, transcrita a seguir, sobre esse triste episódio.

A vitória do Santos por 2 a 0 diante do Grêmio na noite desta quinta-feira, 28 de agosto de 2014, em Porto Alegre, pela Copa do Brasil, foi ofuscada pelo racismo. O goleiro Aranha foi vítima de ofensas no segundo tempo por torcedores localizados atrás de seu gol na Arena do clube gaúcho [...].

Após o jogo, Aranha deu seu testemunho sobre a atitude vinda das arquibancadas: "[...] É difícil, é duro, nunca imaginei passar por isso. Acho que mais importante é mostrar e registrar o que aconteceu aqui. Tenho consciência de que isso não parte da maioria da torcida do Grêmio. Sei que a intenção é desestabilizar, mas sou maduro o suficiente para manter meu comportamento em campo", disse o goleiro. [...] "Quando me chamaram de macaco, de preto, bati no brço e disse que sou preto, sim", revelou Aranha.

Aranha relata ofensas racistas de torcedores do Grêmio na Arena. IG São Paulo. Esporte, 28 ago. 2014. Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/futebol/2014-08-28/aranha-relata-ofensas-racistas-de-torcedores-do-gremio-na-arena-macaco.html>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

Africanos e afro-brasileiros

A escravidão no Brasil durou quase quatrocentos anos e se estendeu ao longo dos períodos colonial e imperial.

O trabalho escravo foi utilizado em larga escala. Os escravizados trabalhavam nas mais diversas atividades, como no plantio da cana-de-açúcar e na extração de minerais preciosos, além de exercerem tarefas domésticas e serviços que exigiam habilidades intelectuais. Trabalhavam, por exemplo, em estabelecimentos comerciais, nas cidades, onde podiam exercer conhecimentos de cálculo.

Escravo de ganho na cidade de Rio de Janeiro. Foto de 1865, de Christiano Júnior. Nas cidades, os chamados escravos de ganho realizavam tarefas remuneradas, como a venda de alimentos, o transporte de cargas, a barbearia ou a fabricação de remédios. Tomavam conta de pequenos comércios e vendiam alimentos entre outros produtos. Geralmente, entregavam ao senhor uma quantia diária do pagamento recebido e ficavam com uma pequena renda, com a qual poderiam comprar a alforria.



No imagem, o atleta brasileiro Diogo Silva. Foto de 2007 Diogo

conquistou a medalha de ouro no taekwondo e participou da abertura oficial da Olimpíada Carioca, em 2007. Em 2011, foi o primeiro atleta brasileiro do taekwondo a conquistar a medalha de Ouro nos Jogos Mundiais Militares.

Atividade complementar: Em geral, dá-se pouco destaque ao papel das mulheres afrodescendentes na história do Brasil. Apresente os temas levantados por este capítulo para resgatar a memória das mulheres afrodescendentes e trabalhar a questão da identidade feminina. Leve para





Para saber mais

Identidade negra

Leia o texto a seguir, escrito por Kabengele Munanga, antropólogo e professor da Universidade de São Paulo. Para ele, a **identidade negra** foi forjada no sofrimento. Essa identidade não surgiu da tomada de consciência das diferenças biológicas, mas sim de toda uma história que teve início com o **expansionismo marítimo-comercial** do século XI.

A identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e (ou) negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho das relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravização e, enfim, à colonização do continente africano e de seus povos.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: *Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: SEMTEC/MEC, 2003, p. 37.

O cotidiano dos cativos

No período colonial, o cotidiano dos cativos foi marcado por uma variedade de funções. Para acompanhar de perto o desempenho de seus escravizados, muitos senhores não hesitaram em fazer uso de castigos físicos e psicológicos com o objetivo de reafirmar o poder do mando. A aplicação dos castigos ocorria, normalmente, em lugares públicos, para que outros escravizados pudessem ver e repensar suas intenções.

Por outro lado, em troca de um bom trabalho recebido, caberia aos senhores proverem seus cativos com alimentação, vestimenta e moradia. Essa relação de cor-reção e de provimentos por parte do senhor ficou conhecida como **paternalismo**.

Você já sabe que a **escravidão** não foi aceita passivamente pelos cativos. Muitas foram as formas de resistência: fugas, suicídios, assassinatos de proprietários e de cadetes, saques, incêndios em plantações e moradias e formação de quilombos.

Mas a luta e a resistência foram mais amplas, abrangendo também a **preservação de valores culturais e religiosos** e as **negociações** por melhores condições de vida.

Castigo de escravo que se pratica nas praças públicas.
c. 1826. Jean-Baptiste Debret. Aquarela sobre papel.



©Museum Castro Maya, Rio de Janeiro/Dimensões: 16,3 cm x 22,1 cm

Não há como negar que a violência esteve presente no escravismo brasileiro. Entretanto, seria ingenuidade imaginar que somente ela explicaria a duradoura manutenção desse regime de trabalho, como nos alertam os historiadores João José Reis e Eduardo Silva.

Ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de **borgambas** quanto de conflitos. [...] O sistema escravista – como qualquer outro – não poderia, evidentemente, viabilizar-se apenas pela força.

Glossário
Borgambas: no lido, tem o significado de troca de benefícios.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 7 e 31.



Para saber mais

Negociações entre escravizados e senhores

Os conflitos entre escravizados e senhores irromperam com certa frequência. Mas também houve acordos e negociações. De maneira geral, os historiadores apontam que a violência se fazia presente quando as negociações primárias fracassavam.

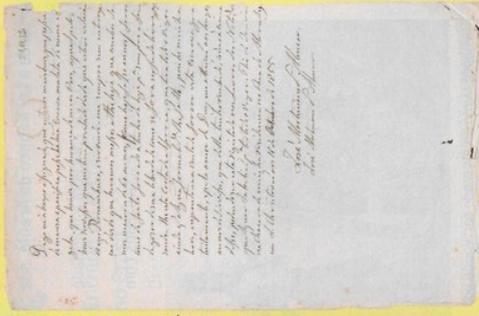
Foi com os inúmeros acordos e negociações, estabelecidos entre senhores e escravizados, que estes puderam usufruir de alguns benefícios típicos dos primeiros. Vamos a um exemplo?

Por lei, um cativo era considerado mercadoria e podia ser comprado e vendido a qualquer momento. Entretanto, em função das negociações realizadas entre escravizados e senhores, exceções eram abertas, como quando os cativos constituíam família. Nesse caso, vendas de cativos eram canceladas para que não houvesse separações de membros de uma mesma família. Como consequência, muitos conflitos eram evitados.

O mesmo ocorria com as tão desejadas **cartas de alforria**. Houve casos em que a alforria era concedida por algum senhor (casos raríssimos). A grande maioria dos casos de alforria, porém, decorria de estratégias e negociações realizadas pelos próprios escravizados, como a **coartação**, que consistia na possibilidade de o escravizado pagar por sua alforria por meio de parcelas que poderiam ser quitadas num prazo de 3 a 5 anos. Assim, muitos escravizados conseguiram pagar por sua própria liberdade.

Por se tratar de uma sociedade altamente hierarquizada, onde o trabalho manual era visto como degradante e típico de escravizados, estes desejavam, de maneira geral, adquirir sua liberdade. Muitos desejavam, também, adquirir seus próprios cativos.

No **ímagem**, uma carta de alforria. Documento emitido em 1855, no Rio de Janeiro (RJ).



Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Africanos e afro-brasileiros: luta e resistência no período imperial

No período imperial da história do Brasil (entre os anos de 1822 e 1889), o trabalho escravo continuou a ser bastante utilizado, especialmente no plantio e na colheita do café em áreas que hoje correspondem a regiões dos atuais estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O café se tornou o principal produto de exportação brasileiro durante o século XIX.

Mas, antes de prosseguirmos em nossos estudos, precisamos voltar a 1822...

Em 1822, foi proclamada a independência do nosso país. Você ainda vai conhecer esse tema com profundidade ao longo de seus estudos no Ensino Fundamental. Por enquanto, é importante que você saiba que o dia 7 de setembro de 1822 marcou a emancipação política do Brasil, isto é, a ruptura definitiva entre colônia e metrópole.

Entretanto, para a grande maioria da população, a Independência do Brasil nada trouxe de novo. Os latifúndios continuaram existindo, assim como a monocultura (plantio de um único produto para exportação) e, é claro, a escravidão.

A ideia de liberdade, tão defendida pelos grandes proprietários de terras e pelos comerciantes brasileiros no que diz respeito à separação definitiva em relação a Portugal, não foi aplicada – nem defendida – em relação aos escravizados.

Ao longo do século XIX, no entanto, importantes alterações ocorreram no Brasil em relação à escravidão:

- Em 1850, o governo imperial brasileiro promulgou a **Lei Eusébio de Queirós**, que aboliu o tráfico de escravizados. Com a proibição do tráfico, o sistema escravista entrou em crise profunda.
- Em 1854, inviabilizando em definitivo o tráfico, foi aprovada a **Lei Nabuco de Araújo**, que punia autoridades portuárias que facilitassem esse comércio.
- Em 1871, foi decretada a **Lei do Ventre Livre**, ou Lei Rio Branco, que concedia a liberdade aos filhos de escravizados.
- A **Lei dos Sexagenários**, ou Lei Saraiva-Cotegipe, de 1885, libertou os escravizados com mais de 60 anos.

Em 1888, a escravidão foi abolida com a **Lei Áurea**, assinada pela princesa Isabel (1846-1921), na ocasião regente do Império.

A partir de 1850, com a proibição do tráfico, foram verificadas grandes transformações na economia e na sociedade brasileira. Dentre elas, destacaram-se:

- o aumento do número de trabalhadores livres, como consequência da presença crescente de imigrantes europeus que vieram substituir a mão de obra escrava;
- os capitais, que até 1850 eram investidos no comércio de escravos (tráfico), passaram a ser aplicados em outros setores da economia, como na indústria, nos transportes (construção de ferrovias), no comércio, no setor financeiro e em serviços públicos urbanos;



Senhora numo liteiro sendo carregada por dois escravizados. Foto produzida em cerca de 1860, em São Paulo (SP).

- os grupos médios e urbanos da sociedade brasileira – profissionais liberais (médicos, professores, advogados, engenheiros), funcionários públicos, comerciantes, marceneiros, ferreiros e muitos outros – ampliaram-se, e as cidades cresceram em número de habitantes e em tamanho;

- constituiu-se uma nova elite – a burguesia cafeeira do Oeste paulista –, que empregava, basicamente, a mão de obra livre (imigrantes europeus).

Mas qual seria o significado de todas essas transformações no que diz respeito ao trabalho escravo?

Todas elas nos alertam para o fato de que o trabalho escravo era incompatível com a nova realidade social e econômica do Brasil.

Devido às leis elaboradas em 1850 e em 1854, proibindo a entrada, no Brasil, de novos africanos e punindo as autoridades que facilitassem o tráfico, muitos fazendeiros, em especial do setor cafeeiro, então em franca expansão, interessaram-se em trazer imigrantes europeus para substituir a tradicional mão de obra escrava. O historiador Boris Fausto escreveu sobre esse tema:

Os fazendeiros paulistas não se voltaram para o imigrante porque acreditavam nas virtudes ou maior rentabilidade do trabalho livre, mas porque a alternativa do escravo desaparecia e era preciso dar uma resposta para o problema. Em 1887, a menos de um ano da Abolição, São Paulo figurava em terceiro lugar na população escrava das províncias, com 107 329 cativos, vindo em primeiro Minas Gerais (191 952) e, em segundo, o Rio de Janeiro (162 421).

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 203.



Para saber mais

Entrada de escravizados no Brasil

Observe a tabela ao lado. Ela mostra o número de escravizados africanos que chegaram ao Brasil entre 1842 e 1856 de acordo com os dados do estudioso Ladislau Dowbor.

Observe também que, mesmo após a proibição, em 1850, o tráfico ainda se fez presente nos anos posteriores, na forma de **contrabando**.

Fonte da tabela: DOWBOR, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa: Prelo, 1977. p. 103.

Entrada de escravizados africanos no Brasil (1842-1856)	
Ano	Número de escravizados
1842	17 435
1843	19 095
1844	22 849
1845	19 463
1846	50 324
1847	56 172
1848	60 000
1849	54 000
1850	23 000
1851	3 387
1852	700
1853-1856	128 (média anual)



Diálogos interdisciplinares

Navio negroiro

Castro Alves (1847-1871) foi considerado o “poeta dos escravos”. Apesar de ter vivido e escrito seus poemas em um período em que o tráfico já havia sido proibido, denunciou a violência dessa prática.

Na quinta parte do poema “Navio negroiro”, o autor revela sua indignação em relação ao tráfico atlântico. Leia o trecho com atenção.

Os navios negroiros, ou “tumbeiros”, transportavam, em média, entre quinhentas e setecentas pessoas. Homens, mulheres e crianças eram amontoados em porões sem ventilação, sem condições de higiene e sem alimentação adequada, conforme registrado por Rugendas.

Senhor Deus dos desgraçados!
 Dizei-me vós, Senhor Deus!
 Se é loucura... se é verdade
 Tanto horror perante os céus...
 Ó mar! Por que apagas
 Co' a esponja de tuas vagas
 De teu manto este borrão? [...]
 São os guerreiros ousados,
 Com os tigres mosqueados
 Combatem na solidão...
 Homens simples, fortes, bravos...
 Hoje miseráveis escravos
 Sem luz, sem ar, sem razão [...]
 Ontem a Serra Leoa,
 Infecto, apertado, imundo,
 Tendo a peste por jogar...
 E o sono sempre cortado
 Pelo arranco de um finado,
 E o baque de um corpo ao mar...
 Ontem plena liberdade,
 A vontade por poder...
 Hoje... cúmulo de maldade
 Nem são livres p'ra... morrer...

ALVES, Castro. O Navio Negroiro. In: *Literatura comentada*. São Paulo: Abril, 1980. p. 61-63.

Para fazer no caderno

1. O autor do poema faz referência a um tempo em que os cativos viviam em liberdade? Em caso positivo, identifique essa passagem.
2. De acordo com o poema, o que acontecia quando um africano morria durante a travessia do Atlântico?

1. “Ontem a Serra Leoa, a guerra, a ceifa ao leão, o sono dormido à toa, sob as tendas d'ampidão...” ou “Ontem plena liberdade, a vontade por poder...”
 2. O indivíduo era jogado ao mar.

O movimento abolicionista

Vamos conhecer, agora, a importância do movimento abolicionista, um movimento de luta contra a escravidão no século XIX.

Esse movimento cresceu significativamente a partir de 1870. Os abolicionistas, em sua maioria, habitavam os principais centros urbanos do país. Envolveram-se no movimento

©Walterlândia Correia/André Koehne



Luís Gama. Imagem de 1880.

©Acervo Edinha Diniz



Chiquinha Gonzaga. Imagem do século XIX.

©Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro



José do Patrocínio. Imagem do século XIX.

estudantes, profissionais liberais, comerciantes e artesãos, afrodescendentes e ex-escravizados. Intelectuais negros ou mulatos também participaram ativamente do movimento. Entre os principais abolicionistas estavam o jornalista e advogado Luís Gama (1830-1882), o jornalista José do Patrocínio (1854-1905), o político Joaquim Nabuco (1849-1910), a compositora e maestrina Chiquinha Gonzaga (1847-1935), a escritora Maria Firmina dos Reis (1825-1917), a escritora e parteira Maria Josephina Mathilde Durocher (1809-1893), a poetisa Maria Amélia de Queiroz (século XIX) e o poeta Castro Alves.

Algumas associações abolicionistas publicavam seus próprios jornais, enquanto outras eram apoiadas por jornais e revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, como *A Revista Ilustrada*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta da Tarde* e *Correio Paulistano*.

Com suas obras, escritores e poetas abolicionistas levavam ao conhecimento do grande público o cotidiano da população escrava, com o objetivo de despertar o sentimento antiescravista em seus muitos leitores. *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis (obra de 1859, considerada o primeiro romance abolicionista do Brasil) e um dos primeiros escritos por uma mulher brasileira), *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães (1825-1884), *Mota Coqueiro*, de José do Patrocínio, e *O Murta*, de Aluísio Azevedo (1857-1913), são algumas das obras literárias que tratavam do abolicionismo.

O movimento abolicionista não se restringiu ao plano teórico, também se materializou em ações diretas, como foi o caso de ferroviários e poetas abolicionistas que organizaram planos de fuga de escravizados, e de advogados que elaboraram e moveram difíceis processos judiciais de libertação. Alguns integrantes de associações de abolicionistas chegaram até a participar de revoltas de escravizados nas fazendas.

A Abolição da Escravidão, promulgada com a Lei Áurea, assinada no dia 13 de maio de 1888, foi o ponto final de um longo processo para o fim do regime escravocrata, para o qual convergiram diversos fatores.

As pressões internacionais – especialmente a pressão inglesa –, a resistência dos escravizados e o movimento abolicionista foram alguns desses fatores.

Clubes e sociedades abolicionistas

A campanha abolicionista ganhou força a partir da década de 1880. Vários clubes e sociedades abolicionistas se formaram nessa época. Alguns grupos reivindicavam, além da abolição, a distribuição de terras e a expansão do ensino. Muitos desses grupos ajudavam também na fuga de cativos. A associação abolicionista *Ave Libertas*, por exemplo, foi fundada em 20 de abril de 1884 pela modista e costureira Leonor Porto (?-1906). Em seu primeiro ano de atividade, a *Ave Libertas* conseguiu libertar cerca de duzentos escravizados e tornou-se um marco da participação feminina no movimento abolicionista no Brasil.



©Coleção Francisco Rodrigues/Joaquim Teóculo, Recife/Demaisés. 8,8 cm x 5,5 cm

Na imagem, a abolicionista Leonor Porto. Nascida em Pernambuco na segunda metade do século XIX, trabalhou também como costureira e modista. Foi membro da associação emancipatória Clube do Cupim, fundada na década de 1880 no Recife, que alforriava e defendia os escravizados. Depois, como vimos, Leonor Porto fundou e presidiu outra associação, composta apenas de mulheres: a *Ave Libertas*. Essa associação lutava pela libertação dos escravizados por meios legais, arrecadando fundos através de doações e do recolhimento de joias. Após a abolição (13 de maio de 1888), Leonor e suas companheiras organizaram movimentos de capacitação dos ex-escravizados, com alfabetização e cursos, para que tivessem melhores condições de entrar no mercado de trabalho.

O conjunto dessas ações em prol da abolição, associadas às fugas em massa dos escravizados e o crescente apoio popular à causa da abolição, foram muito importantes para pôr fim à escravidão. Para a historiadora brasileira contemporânea Emília Viotti da Costa, essa mobilização das camadas populares e dos escravizados levou à aprovação da Lei Áurea.

Mas, após a abolição, os libertos não tiveram acesso à terra ou a uma indenização em dinheiro pelo longo período de trabalho forçado. Geralmente vítimas da discriminação, muitos permaneceram nas fazendas (ou em fazendas vizinhas), trocando a sua força de trabalho por alimento e abrigo. Mas isso não significa que a resistência e a luta por melhores condições de vida tenham cessado.

Muitos dos ex-escravizados que migraram para as cidades não conseguiram um lugar no mercado de trabalho. Os proprietários de indústrias preferiam empregar imigrantes europeus. Para muitos ex-escravizados, restaram apenas as alternativas do subemprego e da economia informal, tornando-se vendedores ambulantes, quitandeiros, empregados e prestadores de serviços domésticos (incluindo jardinagem, varrição, pequenos reparos, etc.), engraxates. Em termos habitacionais, as únicas alternativas eram as casas humildes das favelas e dos bairros pobres.



Palavra do historiador

O pós-abolição

No texto a seguir, os autores destacam o papel ativo da população negra brasileira nos dias seguintes à abolição. Os negros exigiram melhorias efetivas em suas condições de vida. Não queriam mais ser tratados como cativos e lutavam pela garantia de seus direitos como cidadãos brasileiros.

Muitos ex-escravos [...], porém, permaneceram nas localidades em que haviam nascido. Estima-se que mais de 60% deles viviam nas fazendas de cafeteiros e canavieiros do Centro-Sul do Brasil. Mas decidir ficar nas fazendas não significou concordar em se submeter às mesmas condições de trabalho do regime anterior.

Muitas vezes, os ex-escravos tentaram negociar as condições para sua permanência nas fazendas. Estudo recente mostra que, no Sudeste, grupos de libertos recorreram aos párocos locais e mesmo a agentes policiais para apresentar suas condições de permanência aos antigos senhores. No entanto, negociar com os libertos parece ter sido uma situação para a qual seus ex-senhores se mostraram indispostos.

Grande parte dessa indisposição para negociar estava relacionada aos desejos dos libertos de terem acesso à terra e de não serem mais tratados como cativos. Na região açucareira do Recôncavo, os libertos reivindicaram a diminuição das horas de trabalho e dos dias que deveriam dedicar à grande lavoura de cana. Exigiram também o direito de continuar a ocupar os antigos roças e dispor livremente do produto de suas plantações. Nos dias seguintes ao 13 de maio, libertos ocuparam terras devolutas de engenhos abandonados e iniciaram o cultivo de mandioca e a criação de animais. Isso mostra que os ex-escravos percebiam que a condição de liberdade só seria possível se pudessem garantir a própria subsistência e definir quando, como e onde deveriam trabalhar.

Para os ex-escravos e para as demais camadas da população negra, a abolição não representou apenas o fim do cativeiro. Para eles, a abolição deveria ter como consequência também o acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população branca. Na ausência de qualquer iniciativa séria por parte do governo para garantir um futuro digno aos negros brasileiros após o dia 13 de maio, um grupo de libertos da região de Vassouras, no Rio de Janeiro, endereçou uma carta a Rui Barbosa, então figura importante da política nacional. Na carta, eles reivindicavam que os filhos dos libertos tivessem acesso à educação.

ALBUQUERQUE, Wilamya R.; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 198.

Para fazer no caderno

1. Em sua opinião, por que os negros, após a abolição, foram impedidos de ter acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população branca?
2. Para os autores do texto, qual seria a condição primeira para que a liberdade dos escravizados fosse conquistada? Explique.

1. A resposta é pessoal. É esperado que o aluno indique o racismo e o interesse dos senhores em mantê-los subordinados.
2. A condição de liberdade só seria possível se os escravizados pudessem garantir a própria subsistência e definir quando, como e onde deveriam trabalhar.

Palavra do historiador

Liberdade, cidadania e autonomia

O fim do período imperial (1822-1889) foi marcado por grandes transformações na sociedade: fugas de escravizados, revoltas, movimento republicano e a própria abolição se constituíram em suas marcas profundas.

Contudo, as medidas adotadas pelo governo imperial desconsideravam os interesses da população negra, a qual, após a abolição, continuou marginalizada, vítima de preconceitos e sem direitos. Para refletir mais sobre esse tema, leia o texto do historiador Flávio Gomes.

As primeiras décadas pós-emancipação foram decisivas para os sentidos de liberdade, cidadania e autonomia. A questão parecia ser não tanto quem eram os protagonistas da liberdade, mas sim quais os significados desta. Liberdade para quê?

No mundo rural, migrações familiares alternavam-se com arranjos coletivos, e o status dos negros oscilava entre os de camponeses, parceiros e vadios, abrindo fronteiras ou fechando portas. Nas áreas urbanas, ao contrário do êxodo rural de uma suposta desqualificada massa negra alijada do mercado de trabalho, assistia-se ao ressurgimento de tradições operárias, em que o debate sobre raça e nação podia ser travado no braço. São vários os exemplos de embates entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, muitos dos quais confrontos diretos entre negros e imigrantes.

O que significava ser cidadão, ser integrado ou transformar-se em brasileiro? Ex-escravos e seus filhos não precisaram ser alertados para reconhecer que entre a herança e o legado do cativo estavam suas identidades reinventadas em parentescos, em visões de mundo, lembranças e recordações – tudo permanentemente modificado e reconstituído. Não eram apenas fardos que arrastariam inexoravelmente ou de que poderiam se desfazer na primeira esquina da liberdade. Estavam marcados nos corpos e nas mentes – nunca por terra, autonomia, contratos, moradias e salários – e enfrentar a costureira truculência – era reafirmar direitos, interesses e desejos redefinidos, também, em termos étnicos, coletivos e culturais.

GOMES, Flávio. *Negros e política. 1888-1937*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 11-12.

Para fazer no caderno

1. Quais eram os status dos negros no mundo rural pós-abolição?
2. Por que eram comuns conflitos entre negros e imigrantes nas cidades?

1. A sociedade local lhes atribuía, em geral, um status inferior.
2. Porque os postos de trabalho eram poucos e havia forte presença do racismo.

Lutas e resistência

A Lei Áurea aboliu a escravidão, mas muitas questões permaneceram em nossa sociedade, como o racismo, a falta de acesso da população afrodescendente à terra e à educação, o preconceito racial, etc.

O preconceito racial é uma forma negativa de perceber aquele que se acredita que seja diferente e inferior. O racismo é considerado crime inafiançável desde 1988, quando foi promulgada a nossa mais recente Constituição.

Na sociedade brasileira dos períodos colonial e imperial, a elite "branca" exerceu um forte poder. Negros, indígenas e mestiços eram considerados "outros", "diferentes" e "inferiores".

Com base nessa falsa ideia de inferioridade, muitos desses "outros" foram (e, infelizmente, ainda são) discriminados.

Enfim, milhões de africanos foram retirados à força de sua terra natal e conduzidos a um ambiente totalmente hostil às suas demandas. Apesar disso, foram construindo em seu cotidiano formas variadas de adaptação, mas também, e principalmente, de criação de um mundo no qual pudessem viver. Assim, iniciaram um longo processo de resistência que perdura até os dias atuais, processo que não terminou, como muitos podem pensar, no dia 13 de maio de 1888, com a abolição da escravidura no Brasil.

Durante o período imperial, os afrodescendentes empreenderam diversas lutas, revoltas e motins com o objetivo de obter melhores condições de vida, liberdade e reconhecimento cultural e religioso.

Isso significa que as populações escravas nunca se conformaram com o cativo e com a exploração que sofriram. Os povos negros resistiram desde o início à escravidão, reinventando novas formas de viver e contribuindo de maneira efetiva para a formação do Brasil. Suas lutas são exemplos da coragem e da força que marcam fortemente a nossa história.

Dica: Comente que muitos libertos decidiram retornar à África, estabelecendo comunidades principalmente na Costa da Mina. Os afro-brasileiros, que se tornaram conhecidos pelo termo "aguês", levaram para o outro lado do Atlântico diversos aspectos da cultura brasileira, com destaque para os elementos da religiosidade, como a festa do Senhor do Bonfim e os

Tipos de escravos do Rio de Janeiro 1864. Christiano Júnior. Fotografia.

Tipos de escravos do Rio de Janeiro 1864. Christiano Júnior. Fotografia.



Christiano Júnior. Fotografia de Marc Ferrer, de 1884.

Mulher na condição de escrava carregando seu filho. Fotografia de Marc Ferrer, de 1884.



Christiano Júnior. Fotografia.

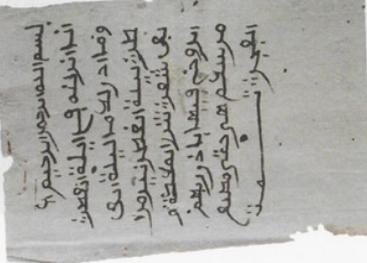
Revolta dos Malês

Em 1835, a cidade de Salvador, na Bahia, foi palco de uma das maiores revoltas de escravizados da história do Brasil. A chamada Revolta dos Malês foi um movimento de escravizados africanos conhecidos como **malês** – nome dado aos africanos de origem ou formação muçulmana.

Os malês elaboraram estratégias de luta contra os donos de escravizados com o intuito de conseguir a liberdade. Os revoltosos prepararam um levante, que deveria ocorrer no dia 25 de janeiro daquele ano. Porém, na noite de 24 de janeiro, o projeto foi denunciado, e cerca de sessenta escravizados foram cercados pelas forças oficiais na casa de Manuel Calafate, um dos líderes do movimento. Resistindo à invasão policial, os revoltosos enfrentaram as forças oficiais e saíram pelas ruas de Salvador chamando outros escravizados para se unirem a eles.

Calcula-se que a revolta tenha envolvido centena de homens e mulheres na condição de escravos. A Revolta dos Malês causou espanto entre as elites, que passaram a temer, ainda mais, outras rebeliões organizadas e empreendidas por escravizados.

No Arquivo Público do estado da Bahia podem ser encontrados documentos relativos à Insurreição dos escravizados malês. São diversos documentos que vêm sendo preservados há muitos anos. Em sua maioria, são referentes aos depoimentos dos malês presos em 1835. Além dos depoimentos, o arquivo ainda conta com documentos escritos em árabe, contendo orações e passagens do Corão. Esses documentos foram encontrados nos bolsos de escravizados que participaram da Revolta dos Malês. Na imagem, você pode ver um desses documentos: um amuleto com o Al-Qadr (sura, ou seja, um dos capítulos do Corão). Esse amuleto foi utilizado por um dos escravizados durante a Revolta dos Malês.



©Arquivo Público do Estado da Bahia



Imagem publicada em obra de Geoffroy de Villeneuve e René Claude, publicada em Paris em 1814. Representa um marabú muçulmano no Senegal usando amuletos, por volta de 1780.

©Biblioteca Nacional da França

Revolta de Manuel Congo

Em 1838, diversos escravizados de diferentes proprietários se reuniram com o objetivo de criar um quilombo nos arredores do município de Paty dos Alfereis, Rio de Janeiro.

Chefiados por Manuel Congo (?-1839), o levante reuniu cerca de duzentos cativos, que foram fortemente reprimidos pelas tropas imperiais. Os rebeldes foram capturados, sendo que dezesseis foram acusados de crime de insurreição e levados a julgamento, mas apenas Manuel Congo foi enforcado, sendo que os demais revoltosos, foram condenados a receber açoites.

Negro Cosme e a Balaiada

O Maranhão foi palco de um dos maiores conflitos populares da história do Brasil, a Balaiada (1838-1841). Nesse período, a economia agrária maranhense encontrava-se em uma profunda crise. Quem mais sofria as consequências dessa crise era a população pobre da província, formada por vaqueiros, sertanejos e escravizados.

Existia, também, grande insatisfação entre os profissionais urbanos maranhenses.

Os principais líderes do movimento foram Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (balaieteiro), Raimundo Gomes (vaqueiro) e Negro Cosme (chefe quilombola).

Quando o governo imperial enviou tropas para conter os revoltosos, os profissionais urbanos já haviam abandonado o movimento e apoiavam abertamente as tropas imperiais.

Nessa luta, é importante destacar a figura de um grande herói negro, Negro Cosme. Ele nasceu na condição de escravo em Sobral, no Ceará, e ficou conhecido como Tutor e Impedidor da Liberdade. Antes mesmo da eclosão da Balaiada, Negro Cosme já comandava a luta contra a escravidão. Ele reunia escravizados fugitivos e invadia fazendas para libertar cativos.

Tamanha era a resistência à escravidão que, quando se iniciou a Balaiada, muitas revoltas de escravizados e numerosos quilombos já se faziam presentes em todo o Maranhão. Negro Cosme reuniu sob seu comando cerca de 3 mil escravizados, além de chefiar o Quilombo Lagoa Amarela, um dos maiores quilombos da história do Maranhão.

Em 1841, Negro Cosme foi ferido e preso em sua última batalha contra as tropas imperiais. Muitos quilombolas foram presos e devolvidos aos seus "donos". Negro Cosme foi enforcado em 1842. Seu exemplo de luta e resistência continua vivo, revelando a to-nos o poder de organização dos povos negros e suas contribuições para a construção de uma sociedade igualitária.



Fabricantes de jacás. c. 1859-1861. Victor Frond. Foto-litografia.

Quilombos abolicionistas: alguns exemplos de luta e resistência no século XIX

A luta abolicionista em São Paulo foi marcada pela atuação do Movimento dos Caifazes. Esse movimento, liderado pelo advogado paulista Antônio Bento (1843-1898), tinha como marca específica a utilização de símbolos religiosos. Exemplos disso estão no nome de seu jornal, *A Redenção*, e na própria escolha do nome do movimento, pois o termo “caifaz” faz referência ao sacerdote que entregou Jesus a Pôncio Pilatos, profetizando que aquele seria o redentor do povo.

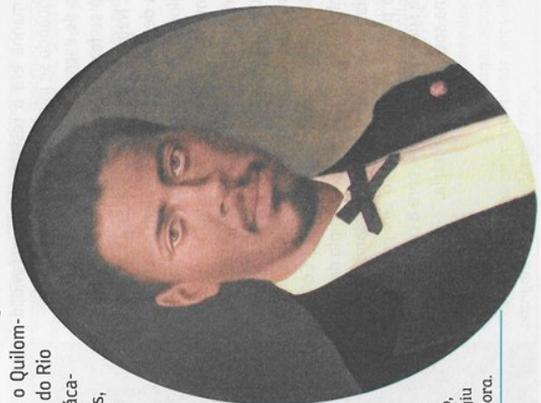
Esse movimento contava com a participação de representantes de todas as classes sociais, que, até o ano de 1886, se manifestavam em comícios e desfiles que tinham como objetivo arrecadar fundos para a causa. A partir dos anos seguintes, o movimento passaria a atuar de maneira mais radical.

No início da década de 1880, escravizados fugidos de diversas regiões da província, contando com o apoio dos caifazes, organizaram, em Santos, no litoral paulista, o Quilombo do Jabaquara. Esse quilombo transformou-se em uma das maiores colônias de escravizados do período e fazia parte de uma ampla rede ligada à Confederação Abolicionista. Essa confederação foi criada na sede do jornal *Gazeta da Tarde*, em 1883, na cidade do Rio de Janeiro. Entre os criadores da Confederação Abolicionista, podemos destacar José do Patrocínio, João Clapp, André Rebouças (1838-1898), Aristides Lobo (1838-1896) e muitos outros intelectuais, jornalistas e advogados.

Outro quilombo que chamou atenção foi o Quilombo do Leblon, situado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. O quilombo foi organizado na chácara de José de Seixas Magalhães, português, dono de uma fábrica e de um comércio de malhas.

Em sua chácara, diversos escravizados fugidos organizaram o quilombo e ali cultivavam flores. Essas flores, lindas camélias, tornaram-se símbolo do movimento abolicionista. A ostentação dessas flores era uma verdadeira manifestação antiescravista.

Retrato de André Rebouças. Rodolfo Bernardelli (1852-1931). Óleo sobre tela. André Rebouças foi engenheiro e abolicionista. Ajudou a organizar a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, participou da Confederação Abolicionista e redigiu os estatutos da Associação Central Emancipadora.



©Wanderlei Commons/Hotdog/Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro



Camélia.
Foto de 2014.

José de Seixas Magalhães era ligado a diversos grupos abolicionistas e contava com a proteção da princesa Isabel, para quem, como forma de gratidão, fornecia camélias muito bem selecionadas.

As camélias tornaram-se o símbolo da ala radical do movimento abolicionista. Elas serviam até mesmo como uma espécie de senha que ajudava na identificação dos abolicionistas, principalmente nas ações perigosas e ilegais, como o apoio às fugas dos cativos.

A resistência da população negra, cativa ou liberta, foi fundamental no processo de abolição da escravidão no Brasil. Os quilombos abolicionistas são grandes exemplos da organização dessa população.

Essa interpretação é bem diferente da visão preconceituosa e estereotipada que compreendia e fortalecia a ideia dos quilombos como algo exótico e distante da sociedade. É diferente, também, da visão que associava os quilombos simplesmente a um grupo de escravizados fugidos.

Os quilombos devem ser compreendidos como espaços importantes para a manutenção dos saberes da população negra, tanto no passado como no presente, na forma das atuais comunidades quilombolas. São nessas comunidades que se fortalecem as práticas de resistência e são preservadas as maneiras de viver e de pensar dos povos quilombolas.

A luta por direitos nos séculos XX e XXI

Você já sabe que, uma vez abolida a escravidão, muitos foram os problemas enfrentados pelos recém-libertos. Devido à ausência de políticas públicas que ajudassem em termos de moradia e emprego, aos ex-escravizados só restaram os espaços do subemprego e da economia informal.

Nas cidades, houve um aumento do número de vendedores ambulantes e de quitandeiras. Muitas ex-escravizadas se tornaram empregadas domésticas, sem nenhum tipo de assistência social ou garantias, sendo que, muitas vezes, as condições de trabalho eram similares às de semiescravizadas.

Entre o passado e o presente

O trabalho doméstico

Para refletir sobre a atual situação do trabalho doméstico no Brasil, leia o texto a seguir.

De cada cem mulheres negras ocupadas no Brasil, aproximadamente 22 são empregadas domésticas. Nas mulheres brancas, amarelas e indígenas, o índice é de 13 a cada cem. Os dados estão no estudo inédito divulgado nesta quinta (24 de abril de 2008) pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) [...].

Essas trabalhadoras domésticas negras estão ganhando mais registro na carteira de trabalho: 17,2% de aumento, entre 2004 e 2006. Esse movimento das negras acompanha o crescimento da formalização do setor, que foi de 10,2%, no mesmo período.

Apesar disso, somente 27,8% do total de trabalhadores domésticos têm carteira assinada, segundo dados de 2006.

O trabalho doméstico conta com 6,6 milhões de pessoas no Brasil. Desse total, 92,2% são mulheres, e 6,8% são homens. [...] Entre as mulheres negras que são trabalhadoras domésticas, 75,6% não têm carteira assinada. Esse percentual é de 69,6% entre as mulheres não negras. Entre os homens, o índice é de 61,9% (negros) e 54,9% (não negros).

Segundo o documento da OIT, isso demonstra "de maneira inequívoca que, mesmo em um campo tradicionalmente feminino e em uma situação de extrema precariedade, as mulheres, e em especial as mulheres negras, seguem em situação mais desfavorável do que os homens": [...]

A lei brasileira define o trabalho doméstico como aquele realizado por pessoa maior de 16 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família em sua casa.

De cada cem negras trabalhadoras no Brasil, 22 são empregadas domésticas, diz OIT. UOL, 24 abr. 2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/empregos/ultnot/2008/04/24/ult-1880u6679.jhtm>>. Acesso em: 6 abr. 2015.

Para fazer no caderno

1. Em sua opinião, por que a porcentagem de mulheres negras ocupadas no Brasil como empregadas domésticas é maior do que o de mulheres brancas, amarelas e indígenas?
2. De acordo com a reportagem, 75,6% das mulheres negras que são trabalhadoras domésticas não têm carteira assinada. Esse percentual é de 69,6% entre as mulheres não negras. Em sua opinião, por que esse índice de informalidade é maior entre as mulheres negras?

1. A resposta é pessoal, mas é importante explorar aqui a ausência de oportunidades de emprego para as mulheres negras, derivada do preconceito.

2. Esse é um bom momento para discutir as equívocas noções e preconceituosas, analisando o padrão estético considerado "boa aparência" e o peso da escolaridade nos postos de emprego.

A Revolta da Chibata

A discriminação e o preconceito contra negros libertos, uma constante antes de 1888, manteve-se nos anos seguintes. Fato marcante e que exemplifica bem essa situação foi a Revolta da Chibata, que eclodiu em novembro de 1910, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse movimento, mais de 2 mil marinheiros se revoltaram contra os castigos físicos impostos pela Marinha brasileira.

Liderados por João Cândido Felisberto (1880-1969), os marinheiros de vários navios, após assistirem ao açoitamento de um companheiro, revoltaram-se de uma maneira que até então nunca havia acontecido.

No início do século XX, o efetivo da Marinha brasileira era composto, em sua maior parte, por negros. Os marinheiros enfrentavam péssimas condições de trabalho, baixa remuneração e uma alimentação de péssima qualidade. E, pior, eram submetidos a castigos físicos caso desobedecessem a alguma regra.

Mesmo depois de mais de vinte anos da abolição da escravidão, os castigos físicos ainda eram práticas comuns na Marinha brasileira. Diversas punições que haviam sido revogadas durante a Proclamação da República, em 1889, foram reintroduzidas em 1890 pelo Decreto 328, assinado em abril daquele ano.

Essa situação revoltava os marujos, que passaram a se organizar para reivindicar melhorias. Entre os anos de 1908 e 1909, aconteceram várias tentativas de negociação entre marujos e o governo; porém, nenhuma obteve sucesso.

No dia 21 de novembro, o marinheiro Marcelino Rodrigues de Menezes foi brutalmente açoitado com 250 chibatadas na frente de toda a tripulação. Esse fato foi o estopim da revolta que se iniciou no dia seguinte, com a participação de cerca de 2 300 marinheiros.

Os marinheiros enviaram uma carta ao governo exigindo melhorias nas condições de trabalho e mudanças efetivas na legislação penal e disciplinar. Exigiam, também, a extinção dos castigos físicos (chibatadas).

Os marinheiros apontaram os canhões de seus navios para a cidade do Rio de Janeiro e ameaçaram bombardear a cidade caso suas reivindicações não fossem atendidas.

Cedendo às pressões dos marinheiros, o governo aboliu as chibatadas em 27 de novembro de 1910, garantindo, também, a anistia a todos os revoltosos liderados por João Cândido, que passou a ser chamado de Almirante Negro.

João Cândido, ao centro, e outros participantes do movimento. Foto de 1910.



João Cândido foi um líder negro brasileiro. No mês seguinte à Revolta da Chibata, participou de uma nova revolta. Preso, passou 18 meses num calabouço. Após ser posto em liberdade, foi internado em uma instituição para tratamento de doenças mentais sob a acusação de insanidade e, na sequência, teve seu nome apagado dos registros da Marinha. Foto de 1910.



© Laimborg/Alamy/Photoz Collection



Para saber mais

O mestre-sala dos mares

João Cândido faleceu em 1969, em plena ditadura militar (1964-1985). Seu corpo foi mantido no IML para evitar possíveis homenagens. Isso porque João Cândido tornara-se símbolo da **luta dos povos negros** por melhores condições de vida.

Oito anos após sua morte, os compositores João Bosco e Aldir Blanc, em homenagem a João Cândido, compuseram um dos sambas mais importantes da história da música brasileira: *O mestre-sala dos mares*.



Estátua em homenagem a João Cândido localizada na Praça XV, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2014.

©Tilda/Daisy Negreira



Para saber mais

O sistema de cotas raciais e sociais

No dia 29 de agosto de 2012, a presidente da República, Dilma Rousseff sancionou a lei que regulamenta o sistema de cotas raciais e sociais nas universidades públicas. A lei prevê que as universidades públicas federais e os institutos técnicos federais reservem, no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o Ensino Médio em escolas da rede pública, distribuindo suas vagas entre negros, pardos ou indígenas. As universidades e os institutos terão um prazo de até quatro anos para implantar o percentual de reserva de vagas estabelecido por lei.



©Cultura Press/Ricardo Albuquerque

Cerimônia de colação de grau da primeira turma do curso de Administração da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares (Unipalmares), em São Paulo (SP). Em 2008, 87% dos alunos da universidade se autodeclararam negros.

Foto de 2008.

Cidadania na República?

A trajetória da população negra brasileira é repleta de lutas contra o preconceito e a discriminação. No início do século XX, nem mesmo o discurso republicano levava em consideração a participação dessa parcela da população.

Mesmo com a nova condição de "cidadãos livres", os negros obtiveram uma cidadania de "segunda classe". Isso porque a primeira constituição republicana brasileira (1891) alterava a organização política nacional, mas em quase nada alterava a vida dos ex-escravizados e de seus descendentes.

O voto era limitado aos homens alfabetizados maiores de 21 anos. Mulheres, estrangeiros, mendigos, soldados, membros de instituições religiosas e analfabetos não votavam. Ou seja, a Constituição de 1891 excluía as camadas populares da vida política, principalmente a população negra, composta, em sua maioria, de analfabetos.

Naquele momento de grandes mudanças sociais surgiram diversos movimentos em defesa dos direitos da população negra. Eles reagiam aos projetos sociais e políticos de exclusão reelaborados pelas elites republicanas.

A população negra reivindicava as mudanças que o regime republicano e seus defensores haviam prometido. Diversas revoltas urbanas e rurais foram promovidas pela população negra com o intuito de garantir os ganhos sociais que a abolição lhes deveria ter assegurado.

Apesar de todo o racismo, preconceito e discriminação vivenciados cotidianamente, a população negra vem conquistando seu espaço na sociedade. Suas lutas visam à reparação de injustiças históricas cometidas contra a população negra e à valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Muitas conquistas já foram alcançadas. Porém, a realidade étnico-racial brasileira ainda é muito perversa. O racismo está presente em diversos espaços, o que afeta o acesso da população negra à plena cidadania. Contudo, a organização dos povos negros brasileiros vem transformando essa realidade.

As lutas do movimento negro, aliadas às iniciativas coletivas e individuais de indivíduos preocupados com a realidade étnico-racial brasileira, configuram-se como uma importante ferramenta de afirmação da população afro-brasileira, além de funcionar como uma mola impulsionadora, uma vez que pressiona as autoridades públicas a promover melhorias.

Marcha do Movimento Negro em Salvador (BA) defendendo a juventude negra e o fim da violência contra esse grupo. Foto de 2013.



©Cultura Press/Maturo Aish Messor

Comunidades quilombolas: espaços de resistência no século XXI

A escravidão no Brasil deixou profundas marcas de desigualdade em nossa sociedade. Entre essas desigualdades, cabe destacar o acesso à terra. Desde que chegaram ao Brasil na condição de escravos, os homens e mulheres africanos lutaram contra o cativeiro. A criação dos quilombos foi uma das formas de resistência à escravidão.

Os quilombos representavam um refúgio para os escravizados que viam nas fugas para as matas a chance de uma vida digna. Nos quilombos, os escravizados encontravam proteção e oportunidades de uma vida melhor.

Ao longo do período colonial, não raramente os quilombos eram atacados e destruídos. O povo negro, contudo, resistiu bravamente a essas perseguições. Hoje existem comunidades quilombolas em diversos estados do nosso país, revelando o poder da resistência negra e a riqueza da cultura e da diversidade afro-brasileira. A presença dos *griots* (ou *griot's*) nessas comunidades é re-veladora de importantes elementos da cultura africana em terras brasileiras.

Para saber mais

Os griots

A oralidade é uma tradição muito significativa para diversos povos africanos. É pelo trabalho de contar histórias que os conhecimentos são transmitidos de geração em geração. Os contadores de histórias são conhecidos, na África, por *griots* e são os verdadeiros guardiões da memória do grupo.

No Brasil, graças à herança da cultura africana, essa tradição se faz presente até os dias atuais. Por essa razão, diversos contos e lendas que ajudam a contar um pouquinho do nosso passado sobreviveram, ajudando-nos a entender nossa própria história.

Para que se tenha uma melhor compreensão da importância dos *griots*, vale lembrar que, na África, a morte de um deles é considerada "um incêndio em uma biblioteca".

Imagem de Pierre-Georges Jeanniot publicado em Paris em 1890, representando um *griot* da costa ocidental da África.



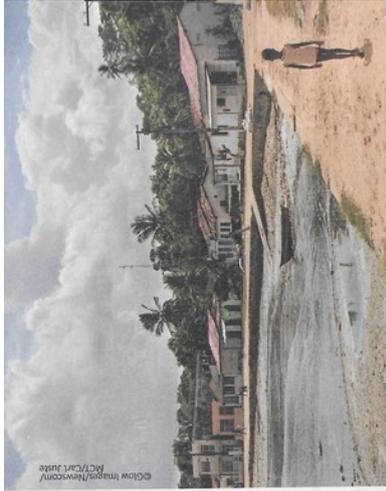
© Biblioteca Nacional da França/Dimensões: 33,5 x 25,5 cm

Desde suas origens, os quilombos foram muito combatidos pela ameaça que simbolizavam ao regime escravista e, em alguns momentos e lugares, à sociedade, na concepção das elites dominantes. Apesar de vários deles terem sido destruídos, muitos sobreviveram, e há, na atualidade, um número considerável de comunidades quilombolas, muitas ainda em processo de reconhecimento.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), criada em 1988 com a função de realizar ações de promoção da igualdade racial e da valorização da cultura afrodescendente, também assumiu a responsabilidade de reconhecimento das comunidades quilombolas remanescentes no Brasil.

Nos últimos 25 anos, a FCP já emitiu mais de 2 476 certificações para comunidades quilombolas. O documento reconhece os direitos das comunidades quilombolas e garante às populações que ali vivem o direito ao acesso aos programas sociais do Governo Federal.

As maiores concentrações de comunidades quilombolas estão nos estados do Maranhão e da Bahia. De acordo com a Fundação Palmares, não existem remanescentes de quilombos nos atuais estados de Roraima e Acre e no Distrito Federal.



Vista da Comunidade Praia Grande, no estado da Bahia, que em 2004 foi reconhecida como comunidade quilombola. Foto de 2004.



© Fabio Colimber/Acrivo do Fotógrafo

Casa feita de madeira no Quilombo do Curtiã. Localizada a 12 quilômetros de Maccapá (AP), os atuais habitantes do quilombo mantêm vivas as tradições de seus antepassados. Entre suas principais atividades estão a plantação de mandioca e feijão e a criação de animais. Foto de 2014.

Os quilombolas e a luta pela terra

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 determina que:

Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_68/Artigos/Art_Maria.htm>. Acesso em: 6 abr. 2015.

Mas o que a expressão "remanescente de quilombo" significa?

[Significa] a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos, e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Comunicação de resultados de pesquisa. In: *Ambiente & Sociedade*. Pará: Anpbas, ano V, n. 10, 1º semestre de 2002, p. 4.

Com isso, vemos que as comunidades quilombolas têm direito à titulação dos territórios que historicamente reconhecem como seus.

De acordo com esse artigo, os quilombolas têm direito às terras que ocupam, essenciais à preservação de sua cultura. Por outro lado, esse artigo também busca reparar todas as dificuldades impostas a essas comunidades ao longo de tantos anos de exclusão social.

Para saber mais

Primeira comunidade quilombola titulada

A primeira comunidade quilombola a ser titulada foi a de Boa Vista, no município de Oriximiná, no Pará, em 1995. O processo de luta pela titulação incluiu vitórias na área e nas matas para identificar os limites da comunidade, bem como reuniões comunitárias, estudos e mapeamentos cartográficos e inserção de placas indicativas em pontos estratégicos da comunidade.

O órgão responsável pelas titulações naquele período era o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que atuou até 1999. Nesse ano, o Governo Federal passou a responsabilidade para o Ministério da Cultura, que, por meio da Fundação Cultural Palmares, assumiu as titulações até o ano de 2003.

A partir de então, o Incra novamente passou a ser responsável pela titulação dos territórios quilombolas. O título emitido pelo Incra é o documento que reconhece o direito à posse de um território por parte dos quilombolas. Esse direito é coletivo e inalienável, ou seja, depois de titulado, o território passa a ser dos quilombolas, não podendo ser vendido, doado ou arrendado.

Mas, mesmo se tratando de um direito, ainda hoje são poucas as comunidades quilombolas no Brasil que receberam o título de propriedade de suas terras.

As escolas quilombolas

No Brasil, de acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares, existem hoje 3.754 comunidades remanescentes de quilombos, mas estima-se que essas números possam ser bem maiores, chegando a 5 mil. Nessas comunidades, existem 1.561 escolas de ensino fundamental e 57 de ensino médio (de acordo com dados do INEP/2009).

O Estado tem o dever de garantir a especificidade da educação quilombola, criando políticas públicas que respeitem e tenham como referência os valores sociais, culturais, econômicos e históricos de cada comunidade.

Como definir, então, educação escolar quilombola? Para chegarmos a uma resposta (ou a várias), é preciso conhecer os diferentes modos de vida das diversas comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro. É a partir das características de cada comunidade que deve ser construído o currículo, o projeto pedagógico e o calendário escolar.

A educação quilombola aborda, além dos conteúdos tradicionais, a história, a cultura e as crenças próprias de seu povo, valorizando a ancestralidade, a tradição oral e as especificidades de cada comunidade.

Alunos em sala de aula em escola quilombola em Alcântara (MA). Foto de 2014.



Para saber mais

Conhecendo a legislação

Em 2010, ocorreu em Brasília a Conferência Nacional de Educação (CONAE). Nesse importante evento foi realizado um debate sobre a promoção da diversidade no campo da política educacional. Entre os resultados dessa conferência, podemos destacar a inclusão da educação escolar quilombola como modalidade da educação básica.

Tendo como base o Parecer CNE/CEB 07/2010 e a Resolução CNE/CEB 04/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica, a regulamentação da Educação Escolar Quilombola nas redes de ensino deverá garantir a realidade e as características de cada comunidade quilombola, ao mesmo tempo que deverá seguir as orientações curriculares gerais da educação básica.

Anexo 7- Nono ano, Estudar História. Das origens do homem à era digital. Patrícia Ramos Braick.

Capítulo 9- As independências na África e na Índia.

9

CAPÍTULO

As independências na África e a da Índia

25 de maio: o Dia de África

No dia 25 de maio de 1963, chefes de Estados africanos se reuniram em Adis Abeba, na Etiópia, cumprindo a agenda de conferências anuais dos novos países independentes da África, realizadas desde 1958. O objetivo dessas conferências era construir uma ação conjunta dos novos Estados visando superar os traumas, a pobreza e as desigualdades geradas pelo colonialismo, apoiar e impulsionar os movimentos pela independência que ocorriam no continente e criar meios para garantir a soberania dos novos Estados e seu compromisso com o desenvolvimento humano dos povos africanos.

A conferência de Adis Abeba tem um significado especial porque nesse encontro foi fundada a Organização da Unidade Africana (OUA), mais conhecida hoje como União Africana. A criação desse organismo

Da esquerda para a direita: mulheres muçulmanas caminhavam por rua de Togo, na Terceira Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos países independentes da África, em Adis Abeba, em 2006; o cabo-vedado Amílcar Cabral, um dos principais líderes da luta pela independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, em 1974; o ex-presidente sul-africano Nelson Mandela é fotografado no dia em que completava 88 anos, em 18 de julho de 2006; garota queniana é fotografada em frente à sua residência, em 2014; a cantora luso-cabo-vediana Lura durante o espetáculo de 2008; jovens em biblioteca de Lomé, Togo, em foto de 2011.

expressava o projeto, defendido por muitas lideranças africanas, de constituir uma África unida, sem fronteiras políticas e territoriais. Mesmo que esse sonho não tenha se concretizado, a importância simbólica dessa iniciativa na luta contra o colonialismo levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a estabelecer, em 1972, o dia 25 de maio como o Dia de África, comemorado anualmente em várias partes do mundo.

Contudo, mais do que para celebrar, as datas são criadas para estimular reflexões, debates, rever políticas e construir novos caminhos, que possam trazer para o continente a paz, o desenvolvimento e a cooperação sonhados pelos homens e mulheres que lutaram por uma África independente e próspera.

- Os sentimentos de identidade e unidade entre os povos africanos estiveram presentes na criação da OUA. Você sente que esses sentimentos ainda são fortes no continente? Explique.
- Você concorda que as datas servem para nos fazer refletir sobre alguma coisa que precisa ser questionada, revista ou transformada? Por quê? Com os seus colegas da classe, escolham uma data comemorada anualmente no Brasil e façam uma breve reflexão sobre ela.

Respostas e comentários estão no **Suplemento de apoio ao professor.**

164

165



Soldados das tropas coloniais francesas são homenageados após uma batalha durante a Primeira Guerra Mundial. Fotografia de 1914.

Como você imagina que as potências colonizadoras obtinham a colaboração dos nativos nos conflitos?

Os colonizadores utilizavam duas táticas principais: o alistamento dos soldados, que obtinham alguns privilégios materiais e políticos compensatórios; e a simples coerção, pressionando-os a se alistarem sob pena de serem punidos. Muitos desses soldados eram recrutados e combatiam em troca de uma remuneração.

A África na Primeira Guerra Mundial

Você estudou no primeiro capítulo deste livro o processo de colonização da África e da Ásia. Apreendeu que ele foi motivado pelo interesse de países europeus em conquistar novas fontes de energia, matérias-primas, mercados consumidores para seus produtos industrializados e novos negócios para o investimento dos capitais excedentes na Europa. Para justificar a dominação, os colonizadores se utilizaram de um discurso civilizador, defendendo que o homem branco estava predestinado a tirar os povos "atrasados" da "barbárie" em que se encontravam.

No entanto, um evento de escala global foi responsável por mudar os rumos da dominação colonial: a Primeira Guerra Mundial. No continente africano, que foi palco importante do conflito, a guerra começou com um ataque da marinha britânica às cidades de Dar es Salaam e Tanga, na África Oriental Alemã. Em retaliação, os alemães destruíram um trecho da estrada de ferro Uganda, próximo à fronteira entre os atuais Quênia e Tanzânia.

Outras batalhas ocorreram na África e contaram com a participação maciça de soldados nativos. Eles lutaram no Sudoeste Africano, na África Oriental Alemã (Tanganica, Ruanda e Burundi), no Togo e em Camarões. Na ocupação da África Oriental Alemã morreram cerca de 4 mil soldados nativos e 30 mil civis.

Derrotada na Primeira Guerra, a Alemanha teve seus territórios partilhados entre os vencedores: a França dividiu Togo e Camarões com a Grã-Bretanha, que também incorporou a Tanganica (parte da atual Tanzânia); a Bélgica ficou com Ruanda e Burundi; a África do Sul anexou o Sudoeste Africano; e a Itália anexou o norte do Quênia à Somália Italiana.

A experiência dos soldados de diferentes colônias africanas na Primeira Guerra Mundial permitiu que esses homens adquirissem experiência bélica e percebessem que os europeus, embora mais bem equipados militarmente, poderiam ser derrotados. Essa nova realidade, somada à afirmação de um sentimento de identidade africana, levou à criação de grupos e movimentos dispostos a travar uma luta sem trégua contra o colonialismo europeu.

Movimentos de identidade africana

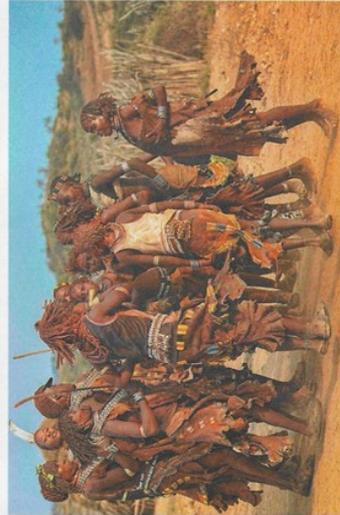
Os primeiros movimentos de afirmação da identidade africana datam do fim do século XIX. Em 1897, o advogado trinitino Henry Sylvester-Williams fundou a Associação Africana, responsável por organizar em Londres, três anos depois, a Primeira Conferência Pan-Africana. Os participantes desse encontro produziram o documento "Comunicado às nações do mundo", no qual conclamavam os líderes europeus a lutar contra o racismo e a garantir a soberania das colônias na África e na Ásia.

Durante a Primeira Guerra Mundial, muitos africanos e negros norte-americanos lutaram lado a lado nas batalhas. Essa experiência potencializou o intercâmbio de ideias entre negros da América e da África e permitiu desenvolver reflexões sobre sua origem comum, ponto de partida para a afirmação de um sentimento de identidade entre eles.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o movimento Pan-Africano se fortaleceu, estimulando o diálogo entre intelectuais negros, como o professor norte-americano Burghardt du Bois e o deputado senegalês Blaise Diagne. Juntos, eles organizaram em Paris, em 1919, o Primeiro Congresso Pan-Africano. O congresso defendeu a emancipação gradual das colônias e a ampliação dos direitos civis dos negros norte-americanos e conclamou os descendentes de africanos a retornarem à África.

Em 1934, também em Paris, os poetas Aimé Césaire (nascido na Martinica) e Léopold Sédar Senghor (originário do Senegal) lançaram as bases de um movimento literário e político que procurava resgatar e revalorizar as raízes africanas, que haviam se dispersado em virtude de séculos de escravidão e imposição dos valores ocidentais. O movimento, que recebeu o nome de **negritude**, buscava despertar nos negros a consciência de uma identidade comum e reconstruir o orgulho africano.

O movimento influenciou sobretudo os intelectuais e futuros dirigentes dos países que surgiram após as independências na África. Por meio da negritude e dos ideais de união dos povos africanos, o sistema colonial passou a ser cada vez mais contestado por um discurso que pretendia reabilitar as comunidades africanas aos olhos do mundo, demonstrando sua importância cultural e seu legado para a história.



DAVE STABLOUS/AMV/ATN/STOCK

A valorização das raízes culturais africanas, defendida e disseminada pelo movimento da negritude, impulsionou a luta anticolonial na África Subsaariana. Na fotografia, mulheres *homer* dançam em cerimônia tradicional de seu povo, Etiópia, 2014.



O deputado senegalês Blaise Diagne, c. 1925. Durante sua atuação na Câmara dos Deputados da França, Diagne lutou pela ampliação dos direitos dos povos africanos e afrodescendentes.

Trinitino: natural ou habitante de Trindade e Tobago, país localizado no Caribe, na América Central.

Explore

- De que forma essa imagem se aproxima e se distancia dos ideais pregados pelo movimento da negritude? Discuta essa questão com o professor e com os colegas.

Os interesses das elites coloniais

Nas colônias europeias da África e da Ásia, os anos 1930 foram marcados pelo surgimento de uma elite local, ocidentalizada, ou seja, que tinha sido educada em escolas e universidades da Europa ou dos Estados Unidos ou em instituições africanas organizadas segundo os currículos e os padrões europeus. Ao contrário do que ocorria com as gerações anteriores, o centro de interesse desses jovens educados à moda europeia não era mais a cidade, o clã ou a tribo, mas os territórios em sua totalidade e as comunidades que os constituíam.

Ainda que existissem diferenças significativas entre essas elites, é possível classificá-las de duas formas. De um lado encontravam-se homens e mulheres educados no padrão europeu que se afastaram das tradições e organizações políticas de seus antepassados, alinhando seus interesses com os da metrópole. Na maioria dos casos, essas elites desejavam participar das instituições governamentais e da administração colonial.

Por outro lado, setores dessa mesma elite, embora minoritários, passaram a denunciar a violência da colonização e a exigir a imediata e completa independência das colônias africanas. Por meio de movimentos como os da negritude e do pan-africanismo, muitos homens e mulheres dessa elite colonial exerceram um papel fundamental nas denúncias feitas contra o colonialismo nas décadas seguintes e engajaram-se na luta política pela independência.

A ÁFRICA EM 1924



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003, p. 219.

A crise do colonialismo

Além dos protestos e das mobilizações internas, a Segunda Guerra Mundial abalou seriamente a dominação colonial na Ásia e na África. As potências imperialistas perderam sua capacidade militar e econômica, além de seu prestígio, seja porque foram ocupadas durante a guerra, como foi o caso de Holanda, Bélgica e França, seja porque saíram enfraquecidas do conflito, como ocorreu com a Grã-Bretanha. Os povos colonizados, muitas vezes empregados para compor as fileiras dos exércitos aliados na guerra, manifestaram o desejo de desfazer os laços que os uniam a uma Europa arruinada.

A perda de poder e prestígio por parte das nações europeias e a crescente mobilização em diferentes colônias da África e da Ásia em prol da luta pela liberdade permitiram que os povos subjugados fizessem leituras próprias dos debates políticos internacionais do período. Foi o caso dos povos, evocado pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt e pelo primeiro-ministro britânico Winston Churchill, em 1941, na *Carta do Atlântico*. No documento, os dois governantes manifestaram apoio ao direito de um povo escolher, sem pressão externa, sua forma de governo e suas leis internas.

Leia a seguir um dos oito pontos enunciados no documento.

“Terceiro – Respeitem o direito que assiste a todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restituam os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram despojados pela força.”

Franklin Delano Roosevelt e Winston Churchill. *Carta do Atlântico* [1941]. Disponível em www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documents-Internacionais-da-Sociedade-das-Nacoes-1919-a-1945/cartas-do-atlantico-1941.html. Acesso em 18 mar. 2015.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os povos colonizados utilizaram princípios defendidos pelos próprios colonizadores para exigir a independência. A França, eles reivindicavam igualdade e liberdade; a Grã-Bretanha, o direito à autonomia política e econômica. Além disso, a polarização entre Estados Unidos e União Soviética, protagonistas da vitória contra o nazismo na Europa e líderes dos dois blocos rivais durante a Guerra Fria, favoreceu a luta das colônias africanas e asiáticas pela independência.

Nativos da Costa do Ouro se preparam para a grande celebração que marcará o nascimento do Estado independente de Gana. Acra, março de 1957.

Colonizada pela Grã-Bretanha, a Costa do Ouro foi a primeira possessão africana a libertar-se do colonialismo europeu. Ao tornar-se independente, em 1957, a Costa do Ouro adotou o nome de Gana em homenagem ao antigo Império de Gana, que dominou a região por volta do século X.



Explore

- Em que contexto a *Carta do Atlântico* foi criada? De que maneira ela foi utilizada pelos povos colonizados para reivindicar sua independência?

1960: o Ano da África



COMBES/ATN/STOCK

Kwame Nkrumah, um dos fundadores do pan-africanismo e líder do movimento de independência de Gana. Na ocasião desse retrato, feito em 1959, ele ocupava o cargo de primeiro-ministro de Gana.

A conquista da independência de Gana, em 1957, representou um marco na emancipação das colônias africanas. O movimento pela libertação da Costa do Ouro (como antes se chamava) da dominação britânica contou com a liderança de Kwame Nkrumah, um dos principais representantes do movimento pan-africano e defensor da unidade política e territorial africana após as independências.

Após a conquista da soberania de Gana, Nkrumah dedicou-se a organizar encontros dos novos países independentes na África. O resultado desse esforço foi a primeira **Conferência dos Estados Africanos Independentes**, sediada em Gana, em 1958. Nessa ocasião, Nkrumah declarou que a independência de Gana só faria sentido com a libertação completa dos povos colonizados no continente. Os delegados presentes nesse encontro aprovaram um conjunto de resoluções que tinham como centro o apoio aos movimentos de libertação em toda a África, a criação de estratégias para garantir o não alinhamento dos novos Estados às potências rivais na Guerra Fria e a formação de uma frente para garantir uma intervenção unificada na ONU.

As ações políticas dos povos africanos, conduzidas pelas elites intelectuais nativas, a exemplo de Kwame Nkrumah, foram essenciais para a série de independências proclamadas em 1960, data que passou a ser conhecida como o **Ano da África**. Outras conferências reunindo os novos Estados africanos continuaram sendo realizadas. A mais memorável delas, certamente, foi realizada em Adis Abeba, na Etiópia, em 1963. Entre outras resoluções, os delegados presentes votaram a ruptura das relações com a África do Sul, então sob o regime racista do *apartheid*, a luta pela adoção de sanções econômicas internacionais contra o país sul-africano e a criação da **Organização da Unidade Africana (OUA)**.

Depois do grupo de dezessete países que se tornaram independentes apenas em 1960, outro grupo de países, impulsionado pelos movimentos de independência e pelo pan-africanismo, conquistaram a autonomia. Ao passar a onda emancipacionista dos anos 1960-1964, menos de dez colônias europeias se mantinham no continente, a maior parte delas portuguesas.



Vale a pena ler

Ébano: minha vida na África
Ryszard Kapuściński. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Durante quarenta anos, o historiador e jornalista polonês Ryszard Kapuściński percorreu vários países da África. Em seus relatos, descreve seu cotidiano, permeado pelos acontecimentos que envolveram a conquista da independência de muitos países africanos, bem como os conflitos e as rivalidades tribais ressurgidas após o fim da dominação europeia no continente.

O norte da África

Após a Segunda Guerra Mundial, nos protetorados franceses do Marrocos e da Tunísia, ações guerrilheiras se multiplicaram em prol da independência. Em resposta, a metrópole decretou estado de emergência e aplicou a lei marcial, banindo ou prendendo os rebeldes. Essas ações, no entanto, incitaram ainda mais as forças nacionalistas.

Os dirigentes das lutas de independência, temendo o perigo que a explosão da guerrilha poderia representar para a estabilidade política dessas regiões, optaram pela via da negociação com a França para obter a independência. Em 1956, Marrocos e Tunísia obtiveram o reconhecimento de suas independências.

A situação na Argélia, porém, foi totalmente diferente. As autoridades francesas consideravam a região parte inseparável do território francês, sobretudo pela presença de cerca de 1 milhão de colonos franceses, chamados *pieds-noirs* (pés negros), que detinham a maioria das terras férteis. As manifestações realizadas por argelinos, que ocorriam no território desde 1945, eram reprimidas com violência pelo exército francês. Os *pieds-noirs* também se manifestavam, porém, contra a separação.

Em 1954, um grupo de argelinos fundou a **Frente de Libertação Nacional (FLN)** e iniciou nas áreas rurais a luta armada contra o colonizador. Aos poucos, a população das cidades começou a participar das ações e, por volta de 1960, a FLN já reunia cerca de 130 mil combatentes.

Após anos de confrontos, a França assinou, em 1962, o **Acordo de Evian**, que estabeleceu o cessar-fogo e marcou um referendo popular para decidir o futuro da Argélia. Realizado em 1º de julho do mesmo ano, o referendo revelou, com 99,7% dos votos, o desejo dos argelinos de constituir um país independente.

Policiais franceses tentam conter o avanço dos rebeldes durante as lutas pela independência da Argélia, na cidade de Argel, em dezembro de 1960.



Ebola: doença negligenciada

Ebola é uma doença grave, causada por um vírus de mesmo nome, com uma taxa de letalidade próxima de 90%. Ela afeta seres humanos e primatas não humanos, como gorilas e chimpanzés, e é transmitida por meio do contato com fluidos corporais de animais e humanos infectados, como sangue, suor e urina.

Desde 1976, quando foi identificada pela primeira vez em locais próximos ao Rio Ebola, na atual República Democrática do Congo, já houve vários surtos da doença, que causaram a morte de milhares de pessoas na África Subsariana.

O ebola compõe o grupo das chamadas doenças negligenciadas, que são endêmicas em populações de baixa renda, e, justamente por isso, recebem pouca atenção da indústria farmacêutica e dos governos dos países mais ricos. Além do ebola, encaixam-se nesse grupo a tuberculose, a malária, a doença de chagas, a dengue, entre outras.



O médico Martin Salia (sem camisa) durante tratamento contra o ebola em Omaha, Estados Unidos, em 15 de novembro de 2014. Nascido em Serra Leoa, Salia deixou os Estados Unidos, onde vivia, para cuidar de pessoas infectadas com o ebola em sua terra natal.

Questões

Responda em seu caderno

1. Em que medida a posição da OMS em relação à epidemia do ebola pode ser associada ao colonialismo?
2. Como pode ser explicada a diferença de abordagem da imprensa em relação à epidemia de ebola nos casos registrados da doença nos Estados Unidos e na Europa, por um lado, e nos países africanos, por outro?

Diagnosticado com o ebola, Martin Salia foi levado para Omaha, no estado do Nebraska, Estados Unidos, para receber tratamento. Salia faleceu em 17 de novembro, dois dias após sua chegada.

Em 2014, quando um novo surto da doença na África ocidental causou a morte de pelo menos 5 mil pessoas, o ebola só passou a ser notícia quando um médico norte-americano e uma enfermeira espanhola foram infectados enquanto cuidavam de pacientes contaminados. Depois disso, milhões de dólares foram disponibilizados pela União Europeia e pelos Estados Unidos para o desenvolvimento de antídotos e vacinas.

“Quando se anunciou que uma espanhola era a primeira pessoa contagiada pelo ebola fora da África, lembrei que em 1º de agosto os jornais tinham publicado esta notícia, que guardei: ‘O crescente temor de que o surto de ebola na África, que já deixou 729 mortos, se propague a outros continentes levou ontem a Organização Mundial da Saúde [OMS] a lançar com urgência um plano de 100 milhões de dólares para combater o vírus.’ [...]”

Vamos ver se nos entendemos: não foram os 729 mortos que, até esse momento, o vírus tinha causado na Guiné, Libéria e Serra Leoa; nem os 1.323 casos que tinham sido registrados desde 2013 (agora são mais de 4.800 mortos, mais de 10.000 casos). Foi ‘o crescente temor de que se propague a outros continentes’, [...] se o ebola não estivesse mordendo agora as gargantas mais poderosas do Ocidente, eles [os africanos] continuariam morrendo – como continuam, de tantas outras coisas – sozinhos, esquecidos, hemorrágicos. As provas sobram: todos talvez saibam quem é Teresa Romero [a enfermeira espanhola]. Tentem, agora, lembrar do nome de um infectado africano. De apenas um. 3”

GUERRERO, Lella. Ebola. *El País*, 4 nov. 2014. Disponível em http://brasil.elepaais.com/brasil/2014/11/04/opinion/1415118270_477849.html. Acesso em 23 mar. 2015.

3. Faça uma pesquisa sobre as chamadas “doenças negligenciadas”. Pesquise quais são elas, que evidências os pesquisadores apresentam comprovando que elas têm sido negligenciadas e quais ações têm sido feitas pelas sociedades para que essas doenças passem a ter a devida atenção.

As colônias portuguesas

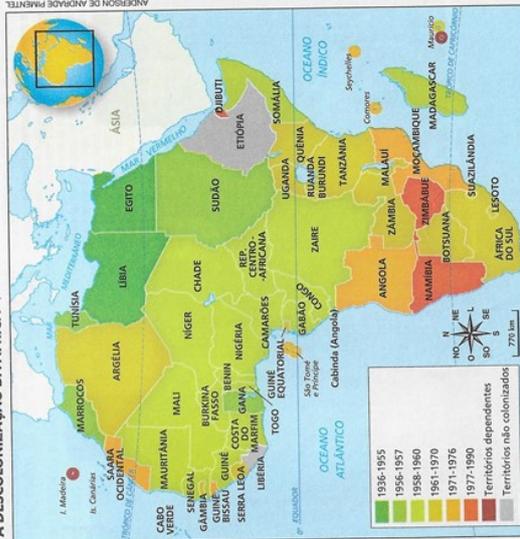
Em 1926, estabeleceu-se em Portugal um regime ditatorial inspirado na doutrina fascista italiana. Em continuidade a esse regime, em 1932, António de Oliveira Salazar assumiu o governo português e, no ano seguinte, impôs uma nova Constituição ao país. Assim, teve início em Portugal o Estado Novo, também conhecido como **salazarismo**, uma das mais longas ditaduras europeias do século XX.

A ONU, a partir de sua criação em 1945, passou a pressionar os países a estabelecer um calendário de emancipação de suas possessões coloniais. No entanto, para evitar a pressão externa, a ditadura salazarista renomeou suas colônias de províncias ultramarinas, procurando mostrar à comunidade internacional que havia um sentimento de unidade nacional entre a metrópole e seus territórios coloniais.

Mesmo com essa medida, surgiram nas colônias diversos movimentos pela independência. Na década de 1960, políticos e intelectuais africanos participaram de diversas conferências internacionais com o objetivo de denunciar a violência da dominação portuguesa em suas colônias. O governo português, porém, se recusava a negociar a questão.

Nesse contexto, importantes lideranças do movimento pela independência surgiram nas colônias portuguesas na África. A exemplo do que havia ocorrido nas colônias francesas e britânicas, jovens educados em suas respectivas metrópoles entraram em contato com os movimentos da negritude e do pan-africanismo. Retornando a seus locais de origem, passaram a liderar a luta contra o colonialismo. Entre estes destacaram-se o cabo-verdiano Amílcar Cabral, o angolano Agostinho Neto e o moçambicano Marcelino dos Santos.

A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA



Fonte: DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Paris: Larousse, 2003, p. 219.

Saiba mais

A Conferência de Bandung

Os países da Ásia e da África recém-libertados do domínio colonial precisavam obter o reconhecimento internacional como Estados soberanos. Para isso, 29 representantes de países africanos e asiáticos se reuniram na Conferência de Bandung, na Indonésia, entre 17 e 24 de março de 1955. Eles reafirmaram a independência de seus países e o desejo de não alinhamento com os Estados Unidos nem com a União Soviética. Os participantes da conferência repudiaram o colonialismo, encorajaram os povos ainda colonizados a lutar pela sua emancipação e condenaram qualquer forma de racismo.

O regime do apartheid na África do Sul

No fim do século XIX, o território que hoje corresponde à África do Sul, rico em diamantes, era disputado por britânicos e bóeres, colonos que tinham origem principalmente holandesa. Depois de vencer os bóeres, o governo britânico criou, em 1910, a União Sul-Africana, área que ficou sob seu domínio com alguma autonomia.

Dez anos depois, os africanos, minoria branca composta de descendentes de holandeses e britânicos, tomou o poder na região e promulgou uma série de leis segregacionistas que trouxeram consequências muito negativas para a população negra. Uma dessas leis determinava que os negros podiam ocupar apenas 10% do total das terras sul-africanas. As regiões destinadas a eles ficavam quase todas afastadas das zonas urbanas. Fora delas, os negros podiam circular, mas não fixar residência.

Durante a Segunda Guerra Mundial, com a rápida industrialização da África do Sul, o crescimento urbano se acelerou e a população negra nas cidades se tornou mais numerosa que a população branca.

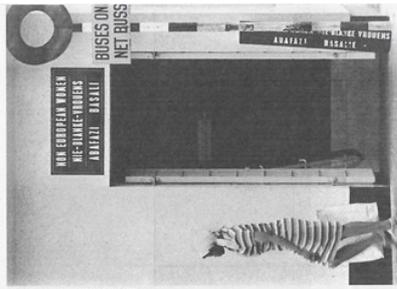
Temendo o fortalecimento da população negra, em 1950, o Parlamento sul-africano aprovou duas leis que serviram de base jurídica para o regime do *apartheid*, palavra do idioma africânder que significa "separação".

- **Ato do registro de populações**, que classificou a população sul-africana em quatro grupos raciais: negro, mestiço, asiático e branco.
- **Ato dos grupos e áreas**, que dividiu a África do Sul em regiões e estabeleceu o local em que cada grupo poderia se fixar.

Outras leis criadas posteriormente complementaram essas duas primeiras. A segregação racial atingiu todos os níveis da vida social e política do país. O *apartheid* separou brancos e não brancos nos espaços públicos, nos meios de transporte e nas escolas e proibiu casamentos entre brancos e negros. Os negros não podiam participar das eleições, tampouco concorrer a cargos públicos.



LISTEN BELLEVUE/PHOTOFEST



BETTMANN/CORBIS/ALNS/STOCK

Sul-africana deixa banheiro reservado para mulheres não brancas durante o regime do *apartheid*. Soweto, África do Sul, 1970.

Atualmente, você já ouviu falar de casos em que pessoas foram segregadas por algum motivo no Brasil? Qual foi a repercussão que esses casos tiveram?

Resposta pessoal. Explicue aos alunos que a segregação racial no Brasil é um crime inafiançável e imprescritível no Brasil. Contudo, mesmo assim, em grande parte devido ao passado escravocrata do Brasil, há muitos casos em que negros e mestiços são discriminados em determinados espaços – os quais, normalmente, são frequentados por pessoas de alto poder aquisitivo. Isso acontece porque, no caso de alunos negros, se já foram discriminados em algum espaço por razões raciais, isso cria uma espécie de estigma que se reflete sobre a prática do racismo nos dias atuais, com o objetivo de embelezar as atitudes preconceituosas e discriminatórias em nossa sociedade.

Lei segregacionista: lei que tem por princípio isolar um grupo ou uma coletividade de acordo com alguns critérios, como a cor da pele.

Township: bairros situados nas periferias das cidades sul-africanas, nos quais a população não branca era obrigada a viver.

Moradias reservadas aos trabalhadores negros na township de Orlando Town, próxima a Johannesburgo, fotografadas em 1962.

▶ A Revolução dos Cravos e o fim do Império Português



HERNE GLOAGUEN/GAMMA-APHOTOGETTY IMAGES

Em 1961, com o apoio dos novos Estados africanos constituídos no continente, iniciou-se a luta armada em Angola, seguida da luta na Guiné Portuguesa, em 1963, e em Moçambique, em 1964. Portugal respondeu a esses movimentos de independência com o uso da força e da violência. Essa atitude agravou a crise do regime salazarista, e Portugal ficou cada vez mais isolado.

Em 1968, Salazar, doente, foi afastado do poder e substituído por Marcelo Caetano. O novo governo defendia a concessão de uma "autonomia progressiva" às colônias, admitindo a possibilidade de elas, no futuro, se tornarem Estados independentes.

A posição de Caetano acirrou os debates nas colônias, e a luta armada se fortaleceu. Em resposta, a metrópole aumentou o controle em suas possessões na África e reprimiu com violência manifestações de estudantes africanos em Portugal. A pressão sofrida pelo país, tanto no interior das colônias quanto em nível internacional, tornou insustentável a manutenção do regime salazarista e dos seus domínios em território africano.

Em 25 de abril de 1974, um grupo de militares derrubou o governo de Marcelo Caetano em um movimento que ficou conhecido como **Revolução dos Cravos**. O novo governo iniciou negociações com as lideranças políticas das colônias, que resultaram na independência das últimas possessões europeias em território africano: Guiné Bissau, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em 1974, e Angola, em 1975.

Soldados celebram a Revolução dos Cravos, na cidade de Lisboa, em 1º de maio de 1974. Para comemorar o fim da ditadura portuguesa, a população saiu às ruas e distribuiu cravos vermelhos aos soldados, como forma de agradecimento.

Vista da cidade de Luanda, capital de Angola, em 2013. Após quase três décadas de guerra civil (1975-2002), os angolanos tentam superar os traumas da guerra, a pobreza e as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico e humano.



ANTHONY MANNING/WIREIMAGE.COM



▶ O fim do apartheid

A política racista do *apartheid* foi mantida com violenta repressão a todo tipo de contestação política ao regime. Em 1960, por exemplo, na cidade de Sharpeville, policiais atiraram contra civis negros que realizavam uma manifestação pacífica e mataram 67 pessoas.

Os líderes do movimento que deu origem ao protesto, entre eles Nelson Mandela, foram presos. Outros integrantes do movimento tiveram de deixar o país. Nesse mesmo período, partidos de oposição, como o Congresso Nacional Africano (CNA), fundado no início da década de 1910, foram declarados ilegais.

Durante a década de 1970, a luta contra o *apartheid*, que havia sido duramente reprimida nos anos 1960, retornou com força. No dia 16 de junho de 1976, um protesto de jovens estudantes da *township* de Soweto contra a imposição do africânder como língua obrigatória nas escolas foi recebido com tiros da polícia. Segundo dados oficiais, 618 pessoas morreram e 1.550 ficaram feridas, a maior parte delas com menos de 17 anos de idade.

Seguiram-se meses de motins, nos quais os edifícios públicos das *townships* foram destruídos pelos habitantes. As lutas pelo fim do regime se intensificaram. As pressões internacionais e a aproximação do fim da Guerra Fria também ajudaram a enfraquecer a resistência do governo em abolir as leis segregacionistas.

Em 1989, Frederik de Klerk, líder do Partido Nacional, chegou ao poder com a promessa de conduzir um governo de conciliação. Em 1990, os partidos de oposição foram legalizados e Nelson Mandela foi libertado. Em seguida, o CNA renunciou à luta armada em troca da liberdade de prisioneiros políticos. Em 1991, as leis racistas do *apartheid* foram abolidas. Nas eleições realizadas em 1994, Mandela foi eleito presidente, iniciando uma nova era na África do Sul.



Torcedores sul-africanos celebraram a abertura da Copa do Mundo de Futebol em Johannesburg, na África do Sul, em junho de 2010. Mandela se utilizou dos esportes, como o rúgbi e o futebol, para unir a África do Sul na torcida por suas seleções nacionais.